

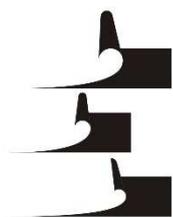
# PRESTAÇÃO DE CONTAS 2017



RELATÓRIO GESTÃO 2017  
INVENTÁRIO 2017

DOCUMENTOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS 2017





**ESTARREJA**  
MUNICÍPIO



## **RELATÓRIO DE GESTÃO**

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2017

*“Quem desempenha funções de importância na sociedade deve regularmente explicar o que anda a fazer, como o faz, porque o faz, quanto gasta e o que vai fazer seguir. E assumir todas as responsabilidades decorrentes do seu agir e dos respetivos resultados.”*

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1. OBJETIVO E ENQUADRAMENTO GERAL

O sector público apresenta algumas características que diferenciam as suas entidades das do sector privado, desde logo por não terem como objetivo a geração do lucro mas sim o fornecimento de bens e a prestação de serviços públicos.

Atendendo á especificidade do contexto institucional das entidades públicas, nomeadamente assente no facto de os rendimentos/recursos do setor público serem maioritariamente oriundos de impostos e contribuições, cobrados, com força obrigatória, às famílias, às empresas e à generalidade dos agentes económicos, é evidente que os contribuintes pretendem saber a afetação e a respetiva eficácia desses recursos. De ter em conta também que, no que respeita ao setor público, existe uma necessidade de se saber se os serviços prestados vão de encontro às necessidades dos utentes desses mesmos serviços. [Santos, R.J.S. & Saraiva, H.I.B (2016)]

Afinal todo o dinheiro do Estado é proveniente da amputação do rendimento dos agentes económicos privados e nunca deixa de estar ao serviço e ser pertença dos cidadãos [Moreno, C. (2010)]. Por isso, o “dinheiro público” deve ser sempre administrado pelos gestores e responsáveis públicos com rigor, com economia, eficiência e eficácia, procurando gastar o mínimo, com o máximo proveito e os melhores resultados na prestação de serviços públicos.

De referir, que todos aqueles que pagam os seus impostos, resultando da evolução da sociedade, são cada vez mais exigentes não só ao nível dos serviços públicos prestados, mas também ao nível da utilização que é dada ao “seu dinheiro”.

Neste contexto, o órgão executivo de um município tem a responsabilidade de assegurar uma boa gestão dos dinheiros públicos (*afetação de recursos com o objetivo da eficiência e a redistribuição de rendimentos e riqueza com vista a uma melhor justiça social*) e consequentemente informar sobre a forma como foram utilizados os recursos públicos disponibilizados.

A obrigação de **prestar contas** como dever incontornável dos que administram, a qualquer título, dinheiros ou outros ativos públicos, e a sua ampla divulgação, assumem por isso acrescida importância e especial enfoque no âmbito desta nova dinâmica organizacional no seio da administração pública.

O relato financeiro não é um fim em si mesmo. Tem como objetivo proporcionar informação útil aos utilizadores das demonstrações financeiras e decorre das necessidades de informação daqueles.

O relato financeiro das entidades públicas é desenvolvido para responder às necessidades de informação dos utilizadores dos serviços e seus representantes e dos fornecedores de recursos e contribuintes, com o objetivos proporcionar informação sobre essas entidades, para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões.

Confrontados os decisores políticos com esta necessidade de, sobressai a importância do papel do sistema contabilístico, cabendo-lhe assegurar a obtenção de informação económica, financeira e patrimonial, fiável e oportuna, e que possibilite a tomada de decisões e uma gestão mais eficiente, eficaz e económica na utilização dos escassos recursos financeiros.

Neste seguimento, em conformidade com o disposto na alínea i) do artigo 33º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, são elaborados os documentos de prestação de contas relativas ao ano 2017, perspetivando:

- O Controlo Político da Assembleia Municipal, de acordo com a alínea l) do nº2 do artigo 25º da mencionada Lei;
- O Controlo Jurisdicional exercido pelo Tribunal de Contas, nos termos do art.º 51º e seguintes da Lei nº98/97, de 26 de agosto;
- O Controlo Administrativo de verificação da legalidade por parte dos órgãos da tutela da Administração Central;
- O Controlo Social exercido pelos eleitores, pelos fornecedores, investidores, instituições financeiras, público em geral.

Com o pressuposto base de “**Conhecer, avaliar e reportar para melhor gerir os recursos públicos**” submete-se à aprovação do Órgão Executivo o RELATÓRIO DE GESTÃO e demais DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, referente ao exercício económico de 2017, conforme determina o disposto no n.º 1 da alínea j) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, cabendo a Assembleia Municipal a sua apreciação e votação, em conformidade com o disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A prestação de contas obedece ao disposto no ponto 2 das considerações técnicas do POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais) aprovado pelo Decreto-Lei nº54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 162/99 de 14 de setembro, pelo Decreto-Lei nº315/2000 de 2 de dezembro e pelo Decreto-Lei nº 84-A/2002 de 5 de abril, pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro e Lei nº 98/97 de 26 de agosto e as suas alterações (Lei de Organização e do Processo do Tribunal de Contas).

A organização e documentação das contas segue o preceituado no n.º 13 do POCAL e n.º 28 das Instruções n.º 1/2001 – 2.ª Secção do Tribunal de Contas, os termos das instruções da Resolução n.º 4/2001<sup>1</sup> – 2ª secção, alterada pela Resolução nº 6/2013<sup>2</sup> – 2ª secção e pela Resolução nº 1/2018<sup>3</sup> – 2ª Secção.

Em conformidade com as referidas instruções do Tribunal de Contas, resultam para o Município de Estarreja, e como elementos de prestação de contas, os documentos descritos no quadro seguinte.

<sup>1</sup> Publicada no Diário da República, 2ª Série, nº191, de 18 de agosto

<sup>2</sup> Publicada no Diário da República, 2ª Série, nº226, de 21 novembro

<sup>3</sup> Publicada no Diário da República, 2ª Série, nº29, de 09 de fevereiro/2018

**Quadro nº1 – Documentos de Prestação de Contas**

## DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Nº	Designação	Código POCAL	Grupo 1
1	↳ Balanço	5	X
2	↳ Demonstração de Resultados	6	X
3	↳ Plano Plurianual de Investimentos	7.1	X
4	↳ Orçamento (Resumo)	7.2	X
5	↳ Orçamento	7.2	X
6	↳ Controlo Orçamental da Despesa	7.3.1	X
7	↳ Controlo Orçamental da Receita	7.3.2	X
8	↳ Execução do Plano Plurianual de Investimentos	7.4	X
9	↳ Fluxos de Caixa	7.5	X
10	↳ Contas de Ordem	7.5	X
11	↳ Operações de Tesouraria	7.6	X
12	↳ Caracterização de Entidade	8.1	X
13	↳ Notas ao Balanço e á Demonstração de Resultados	8.2	X
14	↳ Modificações do Orçamento – Receita	8.3.1.1	X
15	↳ Modificações do Orçamento - Despesa	8.3.1.2	X
16	↳ Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos	8.3.2	X
17	↳ Contratação Administrativa – Situação dos Contratos	8.3.3	X
18	↳ Transferências Correntes – Despesa	8.3.4.1	X
19	↳ Transferências de Capital – Despesa	8.3.4.2	X
20	↳ Subsídios Concedidos	8.3.4.3	X
21	↳ Transferências Correntes – Receita	8.3.4.4	X
22	↳ Transferências de Capital – Receita	8.3.4.5	X
23	↳ Subsídios Obtidos	8.3.4.6	X
24	↳ Ativos de rendimento fixo	8.3.5.1	X
25	↳ Ativos de rendimento variável	8.3.5.2	X
26	↳ Empréstimos	8.3.6.1	X
27	↳ Outras Dívidas a terceiros	8.3.6.2	X
28	↳ Relatório de Gestão	13	X
29	↳ Guia de Remessa		X
30	↳ Ata da reunião em que foi discutida e votada a Conta		X
31	↳ Norma de controlo interno e suas alterações	2.9	X
32	↳ Resumo Diário de Tesouraria	12.2.9	X
33	↳ Síntese das Reconciliações Bancárias		X
34	↳ Mapa de Fundos de Maneio		X
35	↳ Relação de emolumentos notariais e custas de execuções fiscais		X
36	↳ Relação de acumulação de funções		X
37	↳ Relação nominal de responsáveis		X
38	↳ Mapa das Participações da Entidade		X
39	↳ Declaração dos Recebimentos em Atraso existentes a 31/12/2017		X
40	↳ Declaração dos Pagamentos em Atraso existentes a 31/12/2017		X
41	↳ Declaração dos Compromissos Plurianuais existentes a 31/12/2017		X
42	↳ Ata da deliberação de aprovação do relatório e contas		X
43	↳ Cópia da certificação legal de contas, se emitida		X

Posteriormente, o órgão executivo remeterá para o Tribunal de Contas, **até 30 de Abril**, pela via eletrónica, os documentos de prestação de contas, nos termos da alínea k) do n.º1 do artigo 35.º e alínea ww) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, independentemente da sua aprovação e apreciação e votação da Exma. Assembleia Municipal.

Nos termos do art.º 78.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, para efeitos da prestação de informação relativamente às contas, os municípios remetem à DGAL a prestação de contas anuais depois de aprovadas, incluindo, sendo caso disso, os consolidados, nos 10 dias subsequentes, respetivamente à sua aprovação e ao período a que respeitam.

Os Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão do exercício 2017, será disponibilizada no respetivo sítio em [http://www.cm-estarreja.pt/relatorio\\_de\\_atividades\\_e\\_prestacao\\_de\\_contas](http://www.cm-estarreja.pt/relatorio_de_atividades_e_prestacao_de_contas) , art.º 79.º da Lei anteriormente citada.

O auditor externo, Dr. Vitor Manuel Lopes Simões, é o responsável pela certificação legal de contas do Município, pertencendo à sociedade de revisores “MARQUES DE ALMEIDA, J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS – SROC, S.A.”, nomeado pela Assembleia Municipal, sob proposta do órgão executivo, nos termos do art.º 77 da Lei anteriormente citada.

## 1.2. ESTRUTURA/METODOLOGIA

Um dos documentos de prestação de contas é o RELATÓRIO DE GESTÃO, cujo conteúdo deve contemplar os aspetos referenciados no ponto 13 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL), contendo uma exposição fiel e clara da evolução da atividade, do desempenho e da posição financeira e orçamental do Município, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução da atividade, dos resultados e da sua posição financeira e orçamental, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que o Município se defronta.

Tais informações destinam-se não só para apreciação do órgão deliberativo, fiscalizador da atividade municipal, e, para julgamento do Tribunal de Contas, mas também a terceiros tais como fornecedores, entidades bancárias e cidadãos em geral, a fim de avaliarem a atividade desenvolvida e o seu impacto no desenvolvimento económico e social das populações.

O presente RELATÓRIO espelha a execução orçamental durante o ano económico de 2017 e a situação financeira patrimonial da autarquia no final desse período, apresentando em documento/volume autónomo os MAPAS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS.

O relato financeiro, que se segue visa explorar as tendências do desempenho financeiro do Município de Estarreja em diferentes óticas, nomeadamente a Orçamental, Económica e Financeira, tendo por base a comparação com os exercícios anteriores.

De forma resumida o **Relatório de Gestão** trata-se de um instrumento fundamental de diagnóstico e de avaliação da performance económica e financeira do município, disponibilizando elementos relativos à atividade financeira e patrimonial da autarquia evidenciando os aspetos mais importantes.

O **Relatório de Gestão** apresenta-se decomposto em sete áreas principais:

- **Enquadramento Macroeconómico**, de descrição dos factos mais relevantes da conjuntura económica mundial e nacional que caracterizaram o ano 2017 e influenciaram a atuação e os resultados da autarquia no exercício económico em análise, realçando a legislação de maior relevância e impacto na Administração Local
- **Caraterização da Entidade**, promovendo a exibição da estrutura política, da estrutura orgânica e funcional, com apresentação de alguns indicadores dos recursos humanos desta autarquia local;
- **Eixos Estratégicos**, procede-se a avaliação da execução das premissas e prioridades, explanadas no Orçamento Municipal e Grandes Opções do Plano de 2017, bem como dos eixos estratégicos definidos nesses mesmos documentos previsionais;
- **Análise Orçamental**, onde se desenvolve uma avaliação de natureza orçamental, inicialmente centrada na execução global do orçamento, suas alterações e revisões e respetiva articulação entre receita e despesa, assim como os fluxos de caixa e contas de ordem, seguida de uma abordagem individualizada às componentes da Receita e da Despesa Municipal, relevando os aspetos da execução das Grandes Opções do Plano (doravante GOP's), especificamente no que concerne ao investimento e atividades mais relevantes realizadas;
- **Dívida Municipal**, incluindo uma apreciação detalhada ao endividamento autárquico, questão de fundamental importância no contexto global da administração pública;
- **Análise Patrimonial**, tendo por base o balanço e a demonstração de resultados, permitindo uma análise da situação económico-financeira relativa ao exercício, avaliando designadamente a situação patrimonial, a evolução dos custos e proveitos, incluindo proposta de aplicação do Resultado Líquido do período.
- **Indicadores de gestão**

Na metodologia utilizada foram elaborados quadros e gráficos de forma a evidenciar os dados informativos indicados em cada capítulo. Para melhor enquadramento e comparação das variáveis mais significativas da gestão municipal são apresentados, também, elementos relativos à execução dos anos anteriores.

Este RELATÓRIO contém uma exposição fiel e clara da evolução da atividade, do desempenho e da posição financeira e orçamental do Município, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução da atividade, dos resultados e da sua posição financeira e orçamental, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que o Município se defronta.

## 2. CENÁRIO MACROECONÓMICO

### 2.1. GLOBAL | ENQUADRAMENTO MUNDIAL

A atividade económica acabou por surpreender favoravelmente em 2017, não obstante o primeiro semestre politicamente muito intenso na Europa. As previsões de crescimento têm sido revistas em alta de forma sistemática e quase generalizada em termos regionais. A grande exceção entre as economias desenvolvidas é o Reino Unido, economia ensombrada pelos receios e incertezas gerados pelo processo de saída da União Europeia (Brexit).

De acordo com o *World Economic Outlook Update* (WEO) publicado no mês de janeiro de 2018, o Fundo Monetário Internacional (FMI) estima que em 2017 a economia mundial tenha crescido 3,7%, acelerando 0,5 p.p. face ao valor registado no ano de 2016.

#### Quadro nº 2 – Previsões de Crescimento da Economia mundial

	2017				2018				2019				2020
	OCDE OECD nov-17 Nov-17	FMI IMF Jan-18 Jan-18	CE EC fev-18 Feb-18	BM WB Jan-18 Jan-18	OCDE OECD nov-17 Nov-17	FMI IMF Jan-18 Jan-18	CE EC fev-18 Feb-18	BM WB Jan-18 Jan-18	OCDE OECD nov-17 Nov-17	FMI IMF Jan-18 Jan-18	CE EC fev-18 Feb-18	BM WB Jan-18 Jan-18	BM WB Jan-18 Jan-18
MUNDO WORLD	3,6	3,7	3,5 <sup>(a)</sup>	3,0	3,7	3,9	3,7 <sup>(a)</sup>	3,1	3,6	3,9	3,7 <sup>(a)</sup>	3,0	2,9
OCDE OECD	2,4	-	-	-	2,4	-	-	-	2,1	-	-	-	-
UE-28 EU-28	-	2,3 <sup>(b)</sup>	2,4	-	-	2,1 <sup>(b)</sup>	2,3	-	-	1,8 <sup>(b)</sup>	2,0	-	-
ZONA EURO EURO AREA	2,4	2,4	2,4	2,4	2,1	2,2	2,3	2,1	1,9	2,0	2,0	1,7	1,5
ESPAÑA SPAIN	3,1	3,1	3,1	-	2,3	2,4	2,6	-	2,1	2,1	2,1	-	-
ALEMANHA GERMANY	2,5	2,5	2,2	-	2,3	2,3	2,3	-	1,9	2,0	2,1	-	-
FRANÇA FRANCE	1,8	1,8	1,8	-	1,8	1,9	2,0	-	1,7	1,9	1,8	-	-
ITALIA ITALY	1,6	1,6	1,5	-	1,5	1,4	1,5	-	1,3	1,1	1,2	-	-
IRLÂNDIA IRELAND	3,6	4,1 <sup>(c)</sup>	7,3	-	2,7	3,4 <sup>(c)</sup>	4,4	-	2,2	3,0 <sup>(c)</sup>	3,1	-	-
HOLANDA NETHERLANDS	3,3	3,1 <sup>(c)</sup>	3,2	-	3,1	2,6 <sup>(c)</sup>	2,9	-	2,4	1,9 <sup>(c)</sup>	2,5	-	-
GRÉCIA GREECE	1,4	1,8 <sup>(c)</sup>	1,6	-	2,3	2,6 <sup>(c)</sup>	2,5	-	2,0	1,9 <sup>(c)</sup>	2,5	-	-
REINO UNIDO UNITED KINGDOM	1,5	1,8 <sup>(c)</sup>	1,8	-	1,2	1,6 <sup>(c)</sup>	1,4	-	1,1	1,5	1,1	-	-
EUA USA	2,2	2,3	2,2 <sup>(d)</sup>	2,3	2,5	2,7	2,3 <sup>(d)</sup>	2,5	2,1	2,5	2,1 <sup>(d)</sup>	2,2	2,0
JAPÃO JAPAN	1,5	1,8	1,6 <sup>(d)</sup>	1,7	1,2	1,2	1,2 <sup>(d)</sup>	1,3	1,0	0,9	1,0 <sup>(d)</sup>	0,8	0,5
CHINA CHINA	6,8	6,8	6,8 <sup>(d)</sup>	6,8	6,6	6,6	6,5 <sup>(d)</sup>	6,4	6,4	6,4	6,2 <sup>(d)</sup>	6,3	6,2
ÍNDIA <sup>(a)</sup> INDIA <sup>(a)</sup>	6,7	6,7	6,6 <sup>(d)</sup>	6,7	7,0	7,4	7,5 <sup>(d)</sup>	7,3	7,4	7,8	7,6 <sup>(d)</sup>	7,5	7,5
BRASIL BRAZIL	0,7	1,1	0,7 <sup>(d)</sup>	1,0	1,9	1,9	1,8 <sup>(d)</sup>	2,0	2,3	2,1	2,0 <sup>(d)</sup>	2,3	2,5
RUSSIA RUSSIA	1,9	1,8	1,7 <sup>(d)</sup>	1,7	1,9	1,7	1,6 <sup>(d)</sup>	1,7	1,5	1,5	1,5 <sup>(d)</sup>	1,8	1,8
ANGOLA ANGOLA	-	1,5 <sup>(d)</sup>	-	1,2	-	1,6 <sup>(d)</sup>	-	1,6	-	1,4 <sup>(d)</sup>	-	1,5	1,5
MOÇAMBIQUE MOZAMBIQUE	-	4,7 <sup>(d)</sup>	-	3,1	-	5,3 <sup>(d)</sup>	-	3,2	-	6,0 <sup>(d)</sup>	-	3,4	3,4

Fontes: Comissão Europeia (CE), "European Economic Forecast, Winter 2018 (Interim)", 07/02/2018; Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), "Economic Outlook", 28/11/2017; Banco Mundial (BM), "Global Economic Prospects", 09/01/2018; Fundo Monetário Internacional (FMI), "World Economic Outlook Update", 22/01/2018

(a) Anos económicos diferentes dos anos civis. 2016 = 2015/16

(b) Fundo Monetário Internacional (FMI), "World Economic Outlook", 10/10/2017

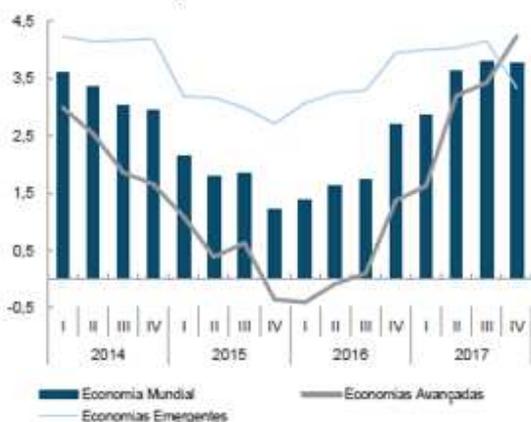
(c) Comissão Europeia (CE), "European Economic Forecast, Autumn 2017", 09/11/2017

(d) Fundo Monetário Internacional (FMI), Country Report: Reino Unido 14/02/2018;

A recuperação cíclica iniciada em meados de 2016 continua a ganhar força. Cerca de 120 economias, que geram três quartos do PIB global, registando um aumento de crescimento em termos anuais em 2017, trata-se do aumento do crescimento global mais sincronizado desde 2010.

Para o atual momento favorável contribuem vários fatores, destacando-se as políticas económicas muito acomodáticas no mundo desenvolvido, designadamente a política monetária não convencional; uma política orçamental na Europa mais equilibrada que no passado; da evolução benigna dos preços das principais matérias-primas e das melhorias observadas no mercado de trabalho em várias economias, desenvolvidas e emergentes, dando suporte à recuperação da procura global e finalmente, a continuidade do processo de expansão da economia da China, que assume um peso e importância

**Figura nº 1 – Produção Industrial Mundial**



Fonte: CPB.

No 4.º trimestre de 2017, a produção industrial mundial aumentou para 3,8% em termos homólogos (igual ao trimestre precedente). Mas, enquanto acelerou para as economias avançadas (especialmente dos EUA e da União Europeia); este indicador abrandou para os países emergentes e em desenvolvimento. No último trimestre de 2017, assistiu-se a um menor dinamismo das trocas comerciais dos países emergentes e em desenvolvimento (designadamente asiáticos). Já quanto às economias avançadas, registou-se um reforço do crescimento do comércio externo devido

principalmente ao fortalecimento das importações.

**Quadro nº 3 – Indicadores de Atividade Económica Mundial**

Indicador	Unidade	Fonte	2017	2016	2017				2017			
				4T	1T	2T	3T	4T	set	out	nov	dez
Índice de Produção Industrial Mundial	VH	CPB	3,5	2,7	2,9	3,6	3,8	3,8	3,9	3,8	3,6	3,9
Economias Avançadas	VH	CPB	3,1	1,4	1,6	3,2	3,4	4,2	3,4	4,0	4,0	4,7
Economias Emergentes	VH	CPB	3,9	3,9	4,0	4,0	4,2	3,3	4,3	3,5	3,3	3,2
Comércio Mundial de Mercadorias	VH	CPB	4,5	2,2	3,9	4,3	5,2	4,6	5,3	4,3	4,9	4,5
Importações Mundiais	VH	CPB	4,6	1,8	4,1	4,4	5,2	4,7	4,9	4,7	4,9	4,6
Economias Avançadas	VH	CPB	3,4	1,4	1,3	3,2	4,1	5,0	3,7	4,5	4,6	5,7
Economias Emergentes	VH	CPB	6,5	2,4	8,5	6,2	6,9	4,4	6,8	5,1	5,4	2,9
Exportações Mundiais	VH	CPB	4,4	2,6	3,7	4,2	5,2	4,4	5,7	3,9	4,8	4,5
Economias Avançadas	VH	CPB	4,0	2,1	3,1	3,9	4,3	4,4	4,2	3,9	4,6	4,8
Economias Emergentes	VH	CPB	4,9	3,2	4,5	4,6	6,2	4,3	7,6	3,9	4,9	4,1

Fonte: Boletim Mensal de Economia Portuguesa – Fevereiro/2018 – GEE (Ministério das Finanças)

No final de 2017, a taxa de inflação homóloga do conjunto dos países da OCDE acelerou para 2,3% (1,8% em dezembro de 2016); enquanto a da generalidade dos países emergentes diminuiu (especialmente do Brasil e da Rússia).

## EUA

**A economia norte-americana cresceu solidamente 2,3% em 2017.** Um crescimento em linha com a previsão prevista no início do ano e muito superior aos 1,5% de 2016. Em termos de componentes da procura, o ritmo de crescimento apoiou-se na importante evolução do consumo privado, na forte melhoria do investimento e no aumento da despesa pública, que compensaram a contribuição negativa da componente de existências.

A atividade económica norte-americana manteve o ritmo de crescimento mais acelerado no 3ºT do ano, com o aumento do investimento e dos stocks, ao mesmo tempo que ocorreu um menor défice

comercial relacionado com a diminuição do consumo provocado pelo período de furacões que fustigaram importantes estados norte-americanos.

A situação do mercado de trabalho encontra-se muito próxima do pleno emprego. Em Outubro foram gerados 261 mil empregos e a taxa de desemprego caiu para 4.1%. Entretanto, foi aprovado o plano fiscal - *The Cuts and Jobs Act* - que será um importante instrumento de suporte económico. Os objetivos do plano são estabelecer um conjunto de cortes permanentes de impostos para empresas e indivíduos e simplificar o regime de deduções e créditos concedidos às famílias e empresas, eliminando ou reduzindo algumas das deduções agora previstas como forma de financiar a redução de impostos.

**A inflação dos EUA situou-se em 2,1% no apuramento final anual de 2017**, após terminar o ano também nos 2,1%. Em 2017, a inflação surpreendeu pelo seu valor reduzido, especialmente se tivermos em consideração o bom ritmo da atividade económica norte-americana.

## CHINA

**O sector externo termina o ano com dinamismo e a inflação prossegue a sua recuperação gradual.**

Particularmente, as exportações (em termos nominais e em dólares) tiveram um crescimento homólogo significativo de 10,9% em Dezembro, o qual representou um aumento total de 8,5% nas exportações em 2017. Este é o melhor registo desde 2011 e representa uma recuperação evidente após a variação negativa de 2016 (-8,4%). Por outro lado, as importações cresceram menos do que o esperado em Dezembro (crescimento homólogo de 4,5%) mas no conjunto do ano também apresentaram um registo positivo com um crescimento de 16,1%. Finalmente, a inflação subiu ligeiramente em Dezembro (1,8%, face aos 1,7% de Novembro) mercê do efeito de base favorável no preço dos alimentos.

### Quadro nº 4 – Indicadores de Atividade Económica EUA, China e Japão

Indicador	Unidade	Fonte	2017	2016					2017			2018
				4T	1T	2T	3T	4T	out	nov	dez	jan
EUA – PIB real	VH	BEA	2,3	1,8	2,0	2,2	2,3	2,5	-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	BGFERS	2,0	-0,1	0,8	2,2	1,8	3,5	3,3	3,8	3,4	3,8
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	57,5	53,2	56,7	55,8	58,7	58,7	58,5	58,2	59,3	59,1
Índice ISM dos Serviços	%	-	60,2	60,1	60,9	61,3	58,2	60,1	61,5	61,1	57,8	59,8
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	96,8	93,1	97,2	96,4	96,1	98,4	100,7	98,5	95,9	96,0
Taxa de Desemprego	%	BLS	4,4	4,7	4,7	4,3	4,3	4,1	4,1	4,1	4,1	4,1
China – PIB real	VH	NBSC	6,9	6,8	6,9	6,9	6,8	6,8	-	-	-	-
Exportações	VH	OMC	7,9	-5,3	6,5	8,1	6,4	9,5	6,2	11,5	10,8	-
Japão – PIB real	VH	COGJ	1,6	1,5	1,3	1,6	1,9	1,6	-	-	-	-

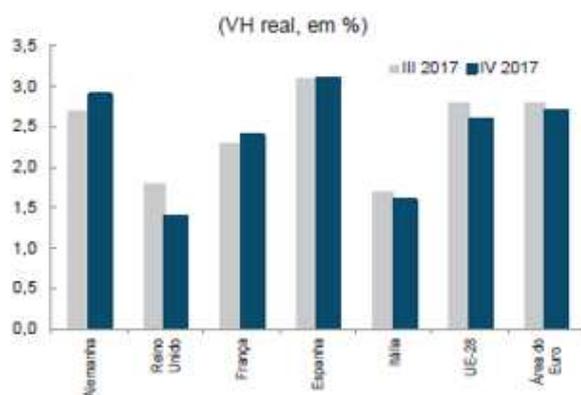
Fonte: Boletim Mensal de Economia Portuguesa –Fevereiro/2018– GEE( Ministério das Finanças)

## 2.2. UNIÃO EUROPEIA (UE) | ENQUADRAMENTO EUROPEU

O ritmo de crescimento económico na área do euro em 2017 foi superior ao observado no ano transato, suportado pela procura doméstica. A atividade económica tirou partido dos efeitos de algumas das políticas de impulso adotados no passado recente, nomeadamente as condições financeiras mais favoráveis e preços do petróleo relativamente baixos, aos quais se junta a recuperação gradual do mercado laboral e as condições de acesso ao crédito bancário mais favoráveis. A este dinamismo alia-se a melhoria da confiança dos agentes económicos, em linha com um contexto em que os riscos para o crescimento económico são agora mais equilibrados.

As condições financeiras muito acomodáticas, o baixo preço dos bens energéticos, a recuperação da confiança entre os agentes económicos e a redução dos riscos políticos associados à realização de eleições em algumas das suas principais economias, justificam o maior dinamismo da atividade durante este ano. A procura interna continuou a ser o principal impulsionador do crescimento, mas a recuperação das exportações permitiram que o contributo da procura externa voltasse a ser positivo. Importante ao longo do ano foi a melhoria do mercado de trabalho, observando-se a recuperação do emprego para níveis acima do período anterior à crise financeira internacional.

**Figura nº 2 – PIB na União Europeia**



Fonte: Eurostat.

Neste contexto temos que o PIB da União Europeia (UE) e da área do euro (AE) apresentou um crescimento em volume de 2,5% e de em 2017, acelerando 0,7 p.p. face a 2016.

No 4.º trimestre de 2017, a taxa de desemprego desceu quer para a UE, quer para a AE, para se situar em 7,3% e em 8,7%, respetivamente. No conjunto do ano de 2017, este indicador diminuiu em ambas as zonas, para se situar, em média, em 7,6% e 9,1%, respetivamente (8,6% e 10%, em 2016).

Com efeito, a taxa de desemprego atingiu os 9,1% da população ativa da AE em 2017, tendo descido 0,9 p.p. face ao registado em 2016, e espera-se que apresente uma trajetória de redução contínua.

**Figura nº 3 – Mercado de Trabalho da Área do Euro**



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

A taxa de inflação anual da zona Euro subiu, em dezembro último, para os 1,4% e na, União Europeia (UE), para os 1,7%, face ao mesmo mês de 2016, divulga o *Eurostat*, valores ainda aquém da meta de 2% definida pelo Banco Central Europeu para começar a ponderar uma subida das taxas de juro.

No entanto, para o conjunto do ano de 2017, a taxa de inflação global aumentou para 1,5% em média anual (0,2% em 2016) refletindo essencialmente uma recuperação dos preços de energia, para 5%, em média (-5%, no ano de 2016); visto que a taxa de inflação subjacente apenas subiu para 1,1% (0,8% em 2016).

As taxas de inflação anuais mais baixas foram registadas, em dezembro, em Chipre (-0,4%), Irlanda e Finlândia (0,5% cada) e ainda Dinamarca (0,8%) e as mais elevadas na Lituânia e Estónia (3,8% cada), bem como no Reino Unido (3,0%).

Os indicadores quantitativos para a área do euro no 4.º trimestre de 2017 indicam um reforço do crescimento da produção industrial, a manutenção de um crescimento robusto das exportações de bens; enquanto as vendas a retalho abrandaram.

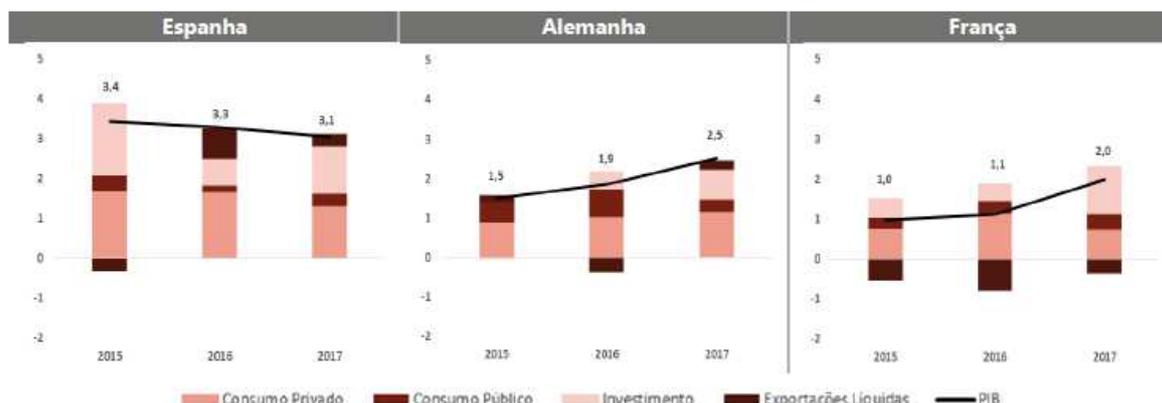
**Quadro nº 5 – Indicadores de Atividade Económica da UE**

Indicador	Unidade	Fonte	2017	2017					2017			2018
				4T	1T	2T	3T	4T	out	nov	dez	jan
União Europeia (UE-28) – PIB real	VH	Eurostat	2,5	2,0	2,2	2,5	2,8	2,8	-	-	-	-
Índice de Sentimento Económico	Índice	CE	111,7	107,2	108,3	110,0	111,8	114,1	113,6	113,7	115,1	114,7
Área do Euro (AE-19) – PIB real	VH	Eurostat	2,5	1,9	2,1	2,4	2,8	2,7	-	-	-	-
Índice de Sentimento Económico	Índice	CE	111,3	106,4	107,5	109,5	111,5	114,3	113,5	114,0	115,3	114,7
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	2,9	2,1	1,2	2,6	3,6	4,3	4,0	3,6	5,2	·
Índice de Vendas a Retalho	VH real	-	2,5	2,4	2,2	2,9	2,9	2,1	0,8	3,5	2,2	·
Taxa de Desemprego	%	-	9,1	9,8	9,5	9,2	9,0	8,7	8,8	8,7	8,7	·
IHPC	VH	-	1,5	0,7	1,8	1,5	1,4	1,4	1,4	1,5	1,4	1,3

Fonte: Boletim Mensal de Economia Portuguesa – Fevereiro/2018 – GEE (Ministério das Finanças)

Relativamente aos principais parceiros comerciais de Portugal (Figura nº 5), no ano de 2017, a economia espanhola cresceu 3,1%, acima dos 2,5% registados na AE, mas desacelerando face ao crescimento de 3,3% verificado em 2016. Este crescimento ficou a dever-se a um contributo positivo tanto da procura interna como das exportações líquidas. Relativamente às economias alemã e francesa, verificou-se uma aceleração das suas taxas de crescimento no ano de 2017. Com efeito, o PIB alemão aumentou 2,5% (1,9% em 2016) impulsionado por todas as componentes do produto, enquanto o PIB francês avançou 2,0% em 2017 (1,1% em 2016) com o contributo positivo exclusivo da procura interna.

**Figura nº 4 – Principais parceiros comerciais de Portugal: evolução do PIB (tvh, %) e contributos (p.p.)**



Fonte: Eurostat. Calculado com base em dados ajustados de efeitos de calendário e de sazonalidade.

**Figura nº 5 – Taxa de juro de curto prazo na AE**



Ao longo de 2017, a taxa Euribor a 3 meses estabilizou em valores próximos de -0,3%, ligeiramente acima da referência definida pelo BCE para a facilidade permanente de depósito.

Fonte : BCE e Eurostat

Relativamente ao mercado cambial, ao longo do ano de 2017, verificou-se a apreciação do Euro contra o Dólar norte-americano, com a taxa de câmbio (EUR/USD) a fixar-se em 1,184 USD no final de 2017 (1,054 USD em dezembro de 2016). Também neste período, a moeda única europeia registou uma apreciação face à libra esterlina (4,5%) apesar de o movimento ascendente não ter sido tão pronunciado como no caso do dólar norte-americano (12,3%).

**Figura nº 6 – Taxas de câmbio e preço do petróleo**



Fonte: BdP.

Fonte : Finanças Públicas: Situação e Condicionantes 2018-2022 - Relatório do Conselho das Finanças Públicas Portuguesa – março/2018

Durante o ano de 2017 a cotação do barril de petróleo registou duas fases distintas: de janeiro a junho, o preço do Brent desceu de 51,6 euros para 41,7 euros por barril, enquanto nos seis meses seguintes se assistiu a uma recuperação nas cotações, tendo atingido os 54,2 euros por barril no final do ano (51,3 euros por barril em dezembro de 2016).

## 2.3. PORTUGAL | CONJUNTURA NACIONAL

### ATIVIDADE ECONÓMICA

Em 2017 a economia portuguesa consolidou a dinâmica de recuperação iniciada em 2014, registando-se uma aceleração substancial do ritmo de crescimento do PIB real para 2,7% (+1,1 p.p. que em 2016). O contributo da procura interna para o crescimento do PIB foi de 2,9 p.p., aumentando substancialmente face a 2016 (+1,3 p.p.) devido à forte aceleração do investimento. A procura externa líquida, pelo contrário, apresentou um contributo negativo (-0,2 p.p.) para o crescimento do PIB, evoluindo de forma desfavorável face a 2016 (contributo nulo).

#### Quadro nº 6 – Contas Nacionais

Fonte: Banco de Portugal, Instituto Nacional de Estatística, Banco Central Europeu, Eurostat e Bureau of Economic Analysis

	Portugal			Área Euro <sup>(1)</sup>			EUA		
	2ºT - 2017	3ºT - 2017	4ºT - 2017	2ºT - 2017	3ºT - 2017	4ºT - 2017	2ºT - 2017	3ºT - 2017	4ºT - 2017
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
(taxa de variação homóloga - tvh - em percentagem)									
1 Produto interno bruto (PIB) em volume <sup>(2)</sup>	3.0	2.4	2.4	2.4	2.7	2.7	2.2	2.3	2.5
2 Consumo privado	2.0	2.6	2.0	1.9	1.9	1.5	2.7	2.6	2.8
3 Consumo público	-0.4	0.4	0.3	1.1	1.3	1.4	0.0	-0.1	0.4
4 Formação bruta de capital fixo (FBCF)	11.3	10.0	5.3	3.4	2.4	2.5	3.0	3.2	4.8
5 Procura interna <sup>(3)</sup>	2.8	3.4	2.3	2.3	2.0	1.5	2.4	2.5	.
6 Exportações	8.1	6.2	7.2	4.5	5.8	6.1	3.2	2.2	5.0
7 Importações	7.4	6.4	6.9	4.5	4.4	3.7	4.1	3.2	4.6
(taxa de variação em cadeia - tvc - em percentagem)									
8 Produto interno bruto (PIB) em volume <sup>(2)</sup>	0.3	0.6	0.7	0.7	0.7	0.6	0.8	0.8	0.6

Figura nº 7 – PIB (em volume) - 4º Trimestre de 2017



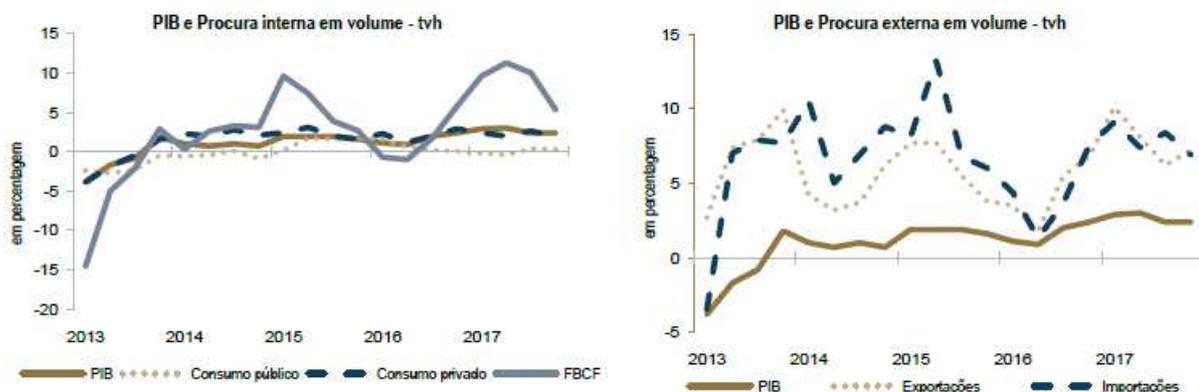
As Contas Nacionais Trimestrais do INE para o 4.º trimestre de 2017 aponta para um crescimento homólogo real de 2,4% do PIB, mantendo a variação verificada no trimestre precedente.

Fonte: Eurostat - estimativa.

Todos os dados estão corrigidos de sazonalidade e de efeitos de calendário

Segundo o INE, esta variação resultou exclusivamente do contributo da procura interna. No entanto, tal contributo foi menor devido à desaceleração do Investimento e do consumo privado. No total do ano, o crescimento fixou-se em 2,7% (1,1 p.p. superior ao registado em 2016).

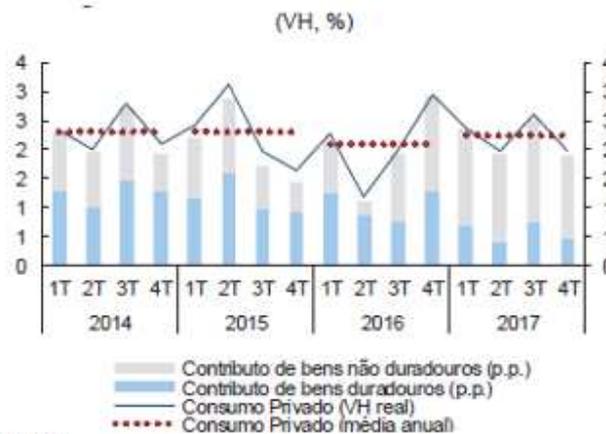
**Figura nº 8 – Crescimento das principais componentes do PIB**



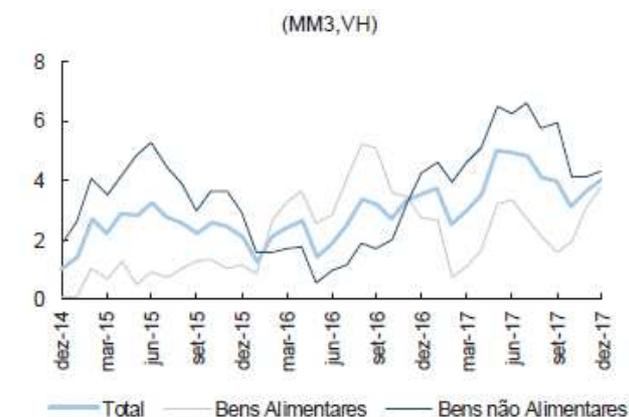
**CONSUMO PRIVADO**

O crescimento do consumo privado em 2017 foi de 2,2% em termos reais, acelerando marginalmente face a 2016 (2,1%), tendo esta evolução resultado de comportamentos distintos nas suas componentes. O consumo de bens duradouros desacelerou substancialmente face a 2016, tendo o seu ritmo de crescimento anual passado de 11,7% para 6,0% em 2017. Em contraste, o consumo de bens não duradouros apresentou uma ligeira aceleração, tendo o seu ritmo de crescimento anual passado de 1,1% em 2016 para 1,8% em 2017.

**Figura nº 9 – Consumo Privado e contributos**



**Figura nº 10 – Crescimento das principais**



No último trimestre de 2017, o Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho (IVNCR) cresceu, em média, 4,1%, mais 0,1 p.p. do que no 3.º trimestre. A componente não alimentar (4,3%) foi a que mais cresceu, embora tenha desacelerado 1,6 p.p. face ao trimestre anterior. Já a componente alimentar, cresceu 3,8% (mais 2,2 p.p. do que no 3.º trimestre). No total do ano, o IVNCR cresceu 4%, mais 1,3 p.p. do que em 2016.

No último trimestre de 2017, o índice de confiança dos consumidores apresentou uma deterioração. Já no caso dos indicadores qualitativos de opinião dos empresários, a evolução foi mista, com o indicador de opinião relativo ao volume de vendas no comércio a retalho a melhorar substancialmente; contrastando com a evolução do indicador de opinião dos empresários relativo à procura interna de bens de consumo que evoluiu negativamente.

#### Quadro nº 7 – Indicadores de Consumo Privado

Indicador	Unidade	Fonte	2017	2016	2017				2017				2018
				4T	1T	2T	3T	4T	set	out	nov	dez	jan
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	2,2	2,9	2,4	2,0	2,6	2,0	-	-	-	-	-
Indicador de Confiança dos Consumidores	SER-VE	*	0,5	-8,2	-3,4	1,7	1,5	2,3	0,7	4,4	1,7	0,7	1,7
Confiança Comércio Retalho: Vendas últimos 3 meses	SER-VE	*	6,5	5,1	5,4	6,4	8,9	5,4	7,8	5,5	3,7	7,2	14,6
Índice de Vol. De Negócios no Comércio a Retalho*	VH	*	4,0	3,6	3,0	4,9	4,0	4,1	4,4	1,6	4,9	5,7	:
Bens Alimentares	VH	*	2,4	2,7	1,1	3,3	1,6	3,8	2,1	2,2	4,9	4,2	:
Bens não alimentares	VH	*	5,3	4,3	4,6	6,3	5,9	4,3	6,3	1,1	4,9	6,9	:
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	7,1	20,3	2,5	11,8	10,1	4,5	6,4	6,5	7,0	0,4	-2,8
Importação de Bens de Consumo***	VH	INE	6,6	6,1	8,3	8,1	4,3	6,2	3,5	12,2	3,7	2,8	:

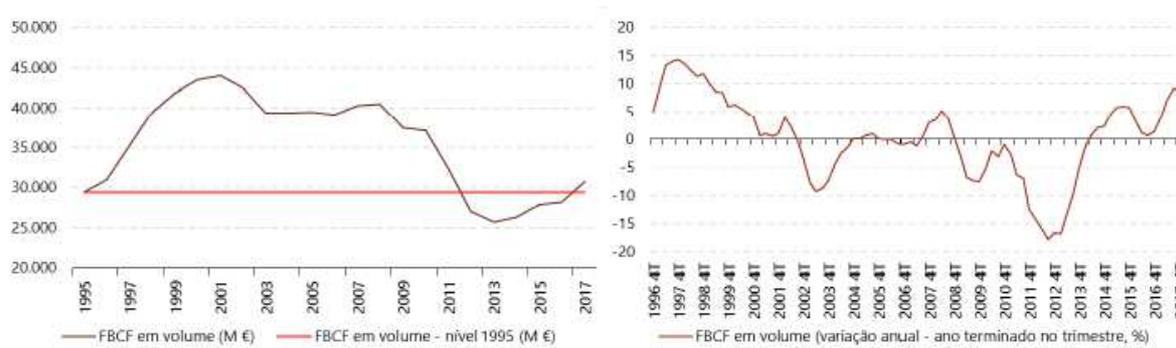
\* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; de acordo com a nova base 2015=100. \*\* Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300 Kg. \*\*\* Exclui material de transporte.

### INVESTIMENTO

O investimento foi a componente do PIB que mais fortemente se expandiu em 2017, registando uma taxa de variação em volume de 8,4%, +7,6 p.p. que em 2016 (0,8%). Para esta dinâmica contribuiu essencialmente a forte aceleração observada na FBCF, cuja taxa de crescimento aumentou para 9,0% em 2017 (1,5% em 2016), ainda que a variação de existências tenha também reduzido ligeiramente o seu contributo negativo para o crescimento do investimento de -0,7 p.p. em 2016 para -0,5 p.p. em 2017. A expansão da FBCF reflete as robustas acelerações registadas nas componentes de máquinas e equipamentos (de 4,3% em 2016 para 13,0% em 2017), de equipamento de transporte (de 8,4% em 2016 para 14,1% em 2017) e de construção (recuperação de -0,3% em 2016 para 9,2% em 2017). A componente de construção foi a que mais contribuiu para o crescimento da FBCF em 2017 (+4,4 p.p.), seguida das outras máquinas e equipamentos (+3,4 p.p.).

No período após 2010, 2017 foi o ano em que a FBCF em volume recuperou o nível verificado em 1995.

Figura nº 11 – Formação Bruta de Capital Fixo



Fonte: INE.

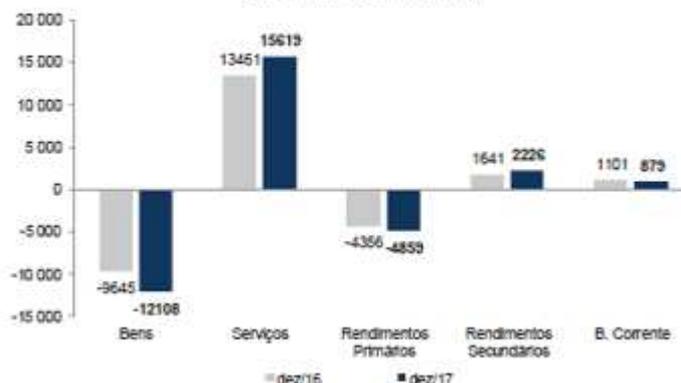
Fonte : Finanças Públicas: Situação e Condicionantes 2018-2022 - Relatório do Conselho das Finanças Públicas Portuguesa – março/2018

### CONTAS EXTERNAS

O contributo das exportações líquidas para o crescimento do PIB em 2017 foi negativo (-0,2 p.p.), o que representa uma ligeira deterioração face ao contributo nulo registado em 2016. Esta evolução resultou de acelerações significativas registadas quer nas exportações, cuja taxa de variação aumentou de 4,4% em 2016 para 7,9% em 2017, quer nas importações, cuja taxa de variação aumentou para 7,9% em 2017, face a 4,2% em 2016.

Em 2017, o excedente acumulado da balança corrente foi de €879 milhões, diminuindo €223 milhões, em termos homólogos. Este resultado traduz a melhoria dos saldos da balança de serviços (+€2,158 milhões) e da de rendimentos secundários (+€585 milhões), que não foram suficientes para compensar a deterioração dos saldos das balanças de bens (-€2,463 milhões) e de rendimentos primários (-€503 milhões).

**Figura nº 12 – Balança Corrente: composição do saldo**  
(em milhões de euros)

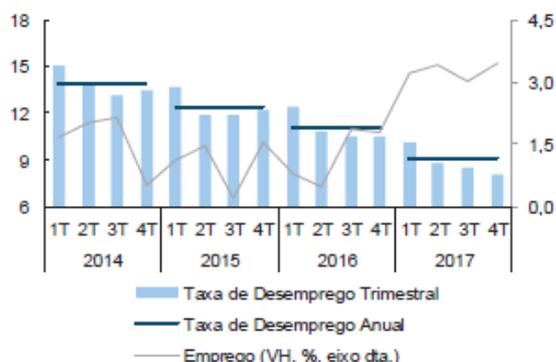


Fonte: BdP. Séries ajustadas de sazonalidade.

O saldo externo de bens e serviços (medido em termos nominais) situou-se em 1,0% do PIB, contraindo marginalmente face a 2016 (1,1%).

### MERCADO DE TRABALHO

**Figura nº13 – Taxa de Desemprego e Emprego**



Fonte: INE.

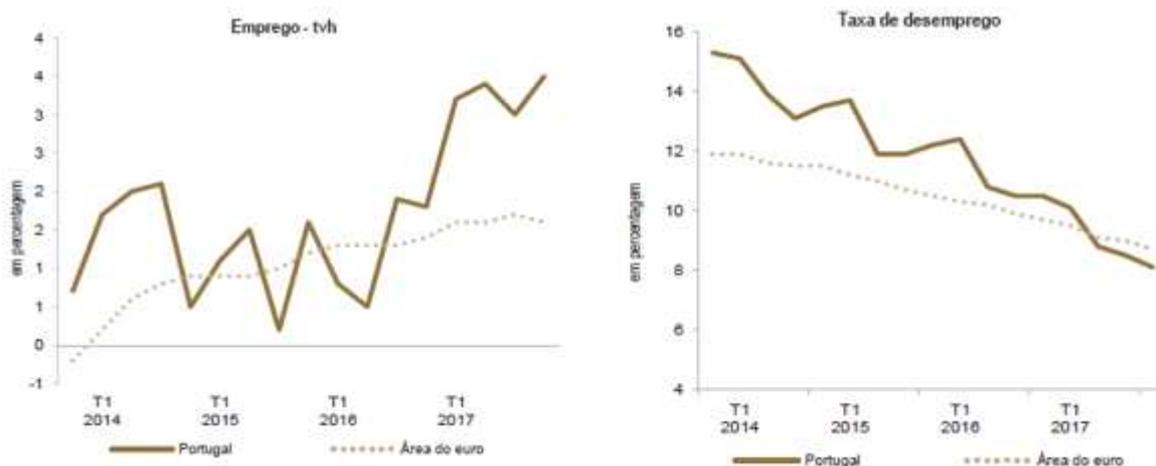
No 4.º trimestre de 2017, a taxa de desemprego foi de 8,1%, menos 0,4 p.p. que no trimestre precedente e menos 2,4 p.p. que no mesmo trimestre de 2016. Para esta evolução concorreu o crescimento do emprego em 3,5% em termos homólogos. No total do ano a taxa de desemprego foi de 8,9% (11,1% em 2016), com o emprego a crescer 3,3%.

No mercado de trabalho a trajetória de recuperação iniciada em 2014 prolongou-se em 2017, observando-se uma redução significativa da taxa de desemprego e um aumento expressivo do emprego. A taxa de desemprego diminuiu de 11,1% em 2016 para 8,9% em 2017 (-2,2 p.p.), acelerando o ritmo de redução em relação ao ano anterior (-1,4 p.p. de 2015 para 2016). A população empregada apresentou uma taxa de crescimento de 3,3% em 2017, evidenciando uma aceleração de 2,1 p.p. face a 2016.

No final de 2017, o número de desempregados registados nos centros de emprego diminuiu, em termos homólogos, 13,1%, enquanto os desempregados registados ao longo do ano caíram 9,3%.

Em termos comparativos com os países da Zona Euro, registou-se uma evolução bastante positiva da taxa de Desemprego e Emprego de Portugal, como se pode constatar nos quadro apresentados de seguida:

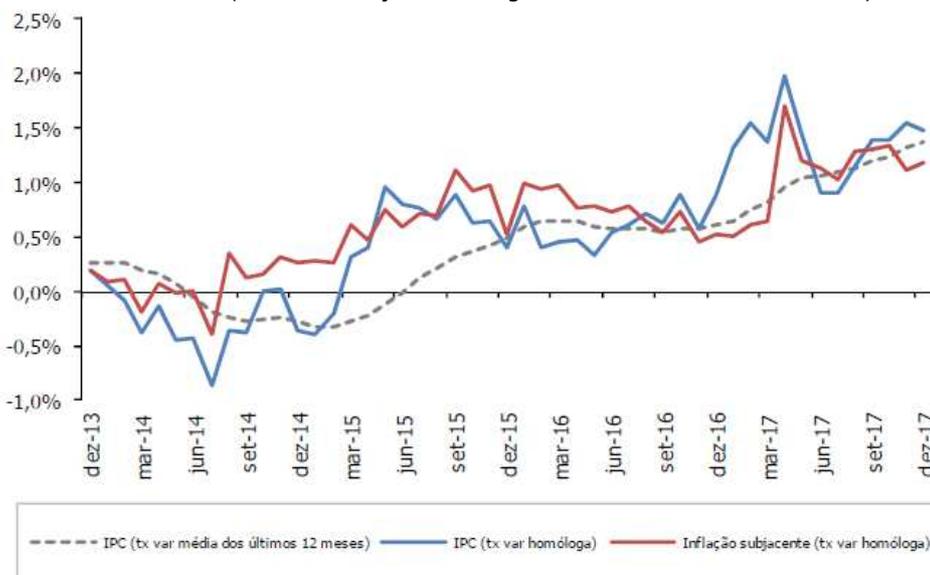
**Figura nº 14 – Taxa de Emprego, Taxa de Desemprego**



**PREÇOS**

Em 2017, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou uma taxa de variação média de 1,4% (0,6% no ano anterior). Excluindo do IPC a energia e os bens alimentares não transformados, a taxa de variação média situou-se em 1,1% em 2017 (0,7% no ano anterior).

**Figura nº 15 – Índices de preços no consumidor e de inflação subjacente**  
(taxa de variação homóloga e média dos últimos 12 meses)



O aumento da taxa de variação do IPC entre 2016 e 2017 foi influenciado pelo comportamento da inflação subjacente pela evolução positiva dos preços dos produtos energéticos (ver Graf. 2), tendo registado variações médias anuais de, respetivamente, 1,1% e 3,5% (0,7% e -1,8% em 2016).

Os preços dos produtos alimentares não transformados mantiveram uma taxa de variação média positiva em 2017, que se fixou em 1,8% (1,6% em 2016).

## FINANÇAS PÚBLICAS

O sector institucional das Administrações Públicas registou, no final do mês de dezembro, um saldo global negativo de 2.574 milhões de euros, correspondente a uma melhoria de 1.607 milhões de euros relativamente ao saldo registado no mesmo mês do ano anterior. Este resultado assentou principalmente na receita efetiva, cujo crescimento (3,8%) superou o aumento concomitante da despesa efetiva (1,6%). No mesmo período, o saldo primário cifrou-se num excedente de 5.725 milhões de euros, valor que corresponde a uma melhoria de 1.677 milhões de euros face ao mês homólogo do ano anterior. O referido crescimento da receita efetiva foi marcado pelo aumento de 4,3% registado na Receita Fiscal, acompanhado, aliás, por um acréscimo de 1,4% nas Contribuições para a Segurança Social. No que toca à despesa efetiva destacam-se os aumentos nas rubricas Investimentos (5,3%) e Despesas com o Pessoal (2,6%), bem como a redução verificada nos Subsídios (7,4%).

Os subsectores das Administrações Públicas registaram comportamentos diferentes em matéria de saldo globais, podendo observar-se saldos globais negativos no subsector da Administração Central com um saldo global negativo de 4.936 milhões de euros, valor que, por sua vez, decorre da conjugação de défices nos subsectores Estado (4.822 milhões de euros) e Serviços e Fundos Autónomos (114 milhões de euros). A Segurança Social concorreu, por seu lado, com um saldo global positivo de 2.078 milhões de euros. No que toca ao subsector da Administração Regional, registava-se, em finais de dezembro, um saldo global negativo da ordem dos 182 milhões de euros, enquanto o subsector da **Administração Local** mostrava, no mesmo período, um saldo global **positivo** de 466 milhões de euros.

### ESTADO

O subsector Estado registou, no final do mês de dezembro, um saldo global negativo de 4.822 milhões de euros, valor que representa uma melhoria de 1.310 milhões de euros relativamente ao período homólogo do ano anterior, o equivalente a cerca de 21%.

Figura nº 16 – Execução Orçamental do Estado



Fonte: DGO.

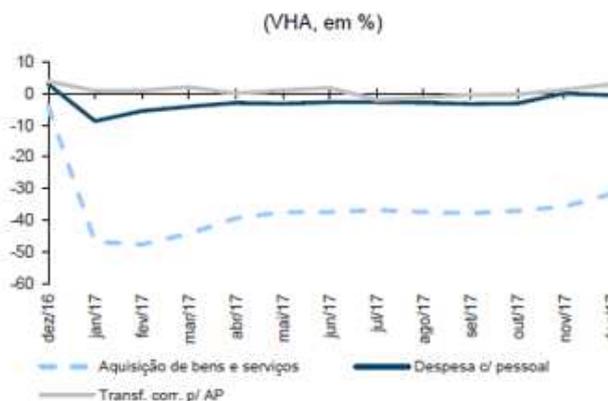
O saldo primário apresenta um excedente de 2.301 milhões de euros, correspondente a um aumento de 1.054 milhões de euros face a idêntico período do ano anterior.

A referida melhoria do saldo global decorreu da combinação de um acréscimo de 3,1% da receita efetiva com um aumento de apenas 0,1% da despesa efetiva do subsector. O grau de execução da receita efetiva situou-se, entretanto, 1,9 pontos percentuais acima do registado no período homólogo do ano anterior, enquanto o da despesa efetiva ficou 1,5 pontos percentuais abaixo do verificado em igual período.

Para a mencionada evolução da receita efetiva foi determinante o aumento registado na cobrança dos impostos indiretos e dos impostos diretos (3,3% e 6%, respetivamente).

O supracitado aumento da despesa efetiva teve como fator preponderante aumento registado na rubrica Transferências Correntes para as AP (2,9%). No mesmo período, merecem destaque as reduções verificadas nas rubricas Despesas com Pessoal (0,5% em relação ao período homólogo anterior) e Aquisição de Bens e Serviços (31,7%, idem).

Figura nº 17 – Despesa do Estado – principais componentes



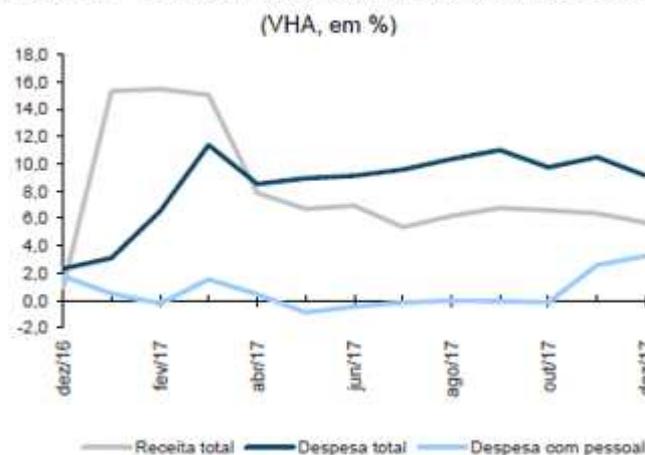
Fonte: DGO.

### ADMINISTRAÇÃO LOCAL

No final do mês de dezembro, a execução orçamental do subsector da Administração Local apresentou um saldo global positivo de 466 milhões de euros, inferior ao registado no período homólogo do ano anterior (658 milhões de euros).

Este resultado assenta no facto de a receita efetiva ter crescido 5,7%, um valor abaixo do crescimento concomitante da despesa efetiva (9,1%). A evolução da receita efetiva reflete, entretanto, o aumento de 8,7% registado nos Impostos Locais e o crescimento de 1,9% das receitas com origem em Transferências Correntes. Na despesa efetiva destaca-se o elevado crescimento das despesas com o Investimento (39,3%). As despesas com as rubricas Transferências Correntes, Pessoal e Aquisição de Bens e Serviços registaram, por seu lado, crescimentos de 6,3%, 3,2% e 1,7%, respetivamente

Figura nº 18 – Execução Orçamental da Administração Local



Fonte: DGO.

### DÍVIDA PÚBLICA

A dívida do sector das Administrações Públicas (critério de Maastricht) encerrou o ano de 2017 com o valor de 242.598 milhões de euros. Este valor, apesar de inferior ao valor registado no final do mês anterior, situa-se, ainda assim, 1.640 milhões de euros acima do valor registado no final de 2016.

Quadro nº 8 – Dívida das Administrações Públicas  
(milhões de euros)

	2016 dez	2017 nov	2017 dez
Administrações Públicas	240 958	242 795	242 598
Por subsector:			
Administração Central	243 502	247 560	247 632
Administração Regional e Local	10 524	10 192	10 040
Segurança Social	1	1	1
Consolidação entre subsectores	13 160	14 958	15 074
por memória:			
Depósitos da Administração Central	17 180	15 405	14 503

Fonte: Banco de Portugal.

#### 2.4. ADMINISTRAÇÃO LOCAL \_ Enquadramento Financeiro e Legal

A sustentabilidade das finanças públicas é uma condição necessária para assegurar uma trajetória de crescimento económico sustentado, nessa lógica as autarquias como entidades públicas prosseguem o princípio de disciplina orçamental, assente na transparência das finanças públicas, no controlo da receita e da despesa pública e na monitorização permanente da execução orçamental.

De seguida é apontado o enquadramento normativo mais relevante para a atuação dos Municípios, durante o exercício económico de 2017:

<b>ENQUADRAMENTO NORMATIVO DE 2017</b>	
<b>Orçamento de Estado</b>	
<b>Lei n.º 41/2016 de 28 de dezembro</b>	Aprova as Grandes Opções do Plano para 2017
<b>Lei n.º 42/2016 de 28 de dezembro</b>	Lei do Orçamento do Estado para 2017, que á semelhança de anos anteriores, consagra conjunto de medidas e alterações legislativas com implicações na Administração Local, nomeadamente alterando a Lei nº73/2013 e Lei 50/2012
<b>Decreto-Lei n.º 25/2017 de 3 de março</b>	Estabelece as normas de execução do Orçamento de Estado para 2017
<b>Autarquias Locais</b>	
<b>Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro</b>	Regime Jurídico das Autarquias Locais, estatuto das Entidades Intermunicipais e da transferência de competências (vulgo Lei das Autarquias Locais)
<b>Financeira</b>	
<b>Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro</b>	POCAL – Plano Oficial das Autarquias Locais
<b>Lei nº73/2013 de 3 de setembro</b>	Regime Financeiro das autarquias Locais e Entidades Intermunicipais
<b>Lei nº22/2015 de 17 de março</b>	Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA)
<b>Decreto-Lei nº99/2015, de 2 de junho</b>	Adaptação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA) á Administração Local
<b>Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto</b>	Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local
<b>Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto</b>	Aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal, regulamentando o Fundo de Apoio Municipal
<b>Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro</b>	Lei de Enquadramento Orçamental
<b>Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro</b>	Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas
<b>Comunicado do Conselho de Ministros de 17 de novembro de 2016</b>	Adia para 1 de janeiro de 2018, o início de vigência do sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), por não se encontrarem reunidas as condições técnicas, legais e institucionais para a entrada em vigor do novo referencial contabilístico em 1 de janeiro de 2017.É criado através deste instrumento a obrigação de aprovação de um plano de ação para a implementação do SNC-AP.
<b>Portaria nº189/2016, de 14 de julho e Portaria nº218/2016, de 9 de agosto</b>	No âmbito da regulamentação do SNC-AP, aprovam respetivamente as Notas de Enquadramento ao Plano de Contas Multidimensional (Anexo III do SNC-AP) e o regime Simplificado para as pequenas entidades ou micro entidades – art.3º do DL 192/2015, de 11/09.
<b>Decreto-Lei n.º 85/2016 de 21 de dezembro</b>	Altera o Regime da Administração Financeira do Estado e do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, cuja adoção passou a ser obrigatória a partir de 1 de janeiro de 2018.
<b>Portaria n.º 128/2017 de 5 de abril</b>	Estabelece a estratégia de disseminação e implementação do SNCAP, bem como da reforma da contabilidade e contas públicas em geral.

ENQUADRAMENTO NORMATIVO DE 2017	
<b>Recursos Humanos</b>	
<b>Lei nº35/2014, de 20 de junho</b>	Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas
<b>Decreto-Lei n.º 86-B/2016 de 29 de dezembro</b>	Atualiza o valor da retribuição mínima mensal garantida a partir de 1 de janeiro de 2017, para 557,00€
<b>Contratação Pública</b>	
<b>Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro</b>	Código dos Contratos Públicos

Neste cenário de proliferação legislativa que preconiza uma reforma no setor público, assume particular relevância a obtenção de informação económica, financeira e patrimonial fiável e oportuna, que bem auxilie a tomada de decisão e uma gestão mais eficiente, eficaz e económica na utilização dos sempre escassos recursos financeiros, bem como a necessidade de aos gestores públicos e aos responsáveis políticos lhes ser exigida uma atitude de *Accountability*.

### 3. CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE

#### 3.1. IDENTIFICAÇÃO

##### Origens históricas



A ocupação humana deste território - outrora junto ao mar e após à ria - remonta, de acordo com os estudos arqueológicos realizados, ao Neolítico (séculos V a III a.C.), existindo alguns artefactos deste período. Há provas também de comunidades ao longo do Megalitismo, da Idade do Ferro, da época Romana e da Idade Média.

Está comprovada a existência de pequenos povoados dedicados à agricultura e à pastorícia. Da Idade Média temos referências documentais desde o século X a

Avanca, a Antuã, Canelas, Fermelã, Roxico, Beduído, Salreu e Veiros, pertencendo então todo este território às Terras de Santa Maria.

Em 1257, D. Afonso III fez doação das vilas de Antuã e Avanca ao Mosteiro de Arouca. Por esta época já a região estava polvilhada de pequenas aldeias, dedicando-se as suas comunidades também a outras atividades não agrícolas, como a salinífera e a piscatória.

O Foral de Antuã, concedido por D. Manuel I, e datado de 15 de novembro de 1519 libertou as terras de Antuã do domínio feudal, estabelecendo aí uma nova organização do território, da economia e da justiça, e dando maior liberdade e privilégios aos seus habitantes.

Em meados do século XVII, o concelho de Antuã alterou a sua designação para **Estarreja**, o qual, já no século XIX, viria a sofrer grandes alterações em virtude da extinção dos foros do senhorio do Mosteiro de Arouca e dos concelhos de Angeja e Bemposta.

Foi a base para o surgimento do concelho de Estarreja.

O brasão do Município de Estarreja foi criado em 1929, altura em que foi estabelecido em decreto que defendia que as instituições públicas deveriam ter uma marca identificativa para autenticação dos seus documentos, foi depois aprovado em 1936, por Portaria nº 8339 de 17/01/1936.

Então, por proposta de Afonso de Dornelas, famoso heraldista português de então, foi criado o brasão, as armas e o selo da Câmara, tendo em conta as características e tradições preponderantes deste território.

Com a elevação de Estarreja a cidade em 2005, as armas foram ajustadas à situação de Cidade, passando o brasão de 4 para 5 torres, como em heráldica é próprio das cidades.

O feriado Municipal de Estarreja comemora-se, desde 1978, a 13 de Junho por ser o dia de Santo António, o santo padroeiro de Estarreja.



## Caraterização geográfica e administrativa<sup>4</sup>



O Concelho de Estarreja com uma área de aproximadamente 108 Km<sup>2</sup>, integra à escala regional em termos de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos, a NUTII - Região Centro e a NUTIII do Baixo Vouga, onde se encontram também os concelhos de Ovar, Murtosa, Aveiro, Albergaria-a-Velha, Sever do Vouga, Águeda, Ílhavo, Vagos, Oliveira do Bairro, Anadia e Mealhada.

O concelho de Estarreja pertence administrativamente ao distrito de Aveiro (Beira Litoral). Localiza-se na sub-região do Baixo Vouga, pertencente à Região Centro e ao Distrito de Aveiro e integra-se numa individualidade regional – a **ria**.

Esta sub-região do Baixo Vouga, compreende a porção correspondente à foz da bacia do Rio Vouga, encontra-se limitada a Norte pelo Grande Porto, a Este por Dão Lafões, a Sul pelo Baixo Mondego e a oeste pelo oceano atlântico. Tem uma área de 1802,3km<sup>2</sup> e uma população de 390.840 habitantes (censos de 2011).

O território municipal encontra-se limitado a norte – noroeste pelo concelho de Ovar, a sul pelo concelho de Aveiro, a oeste pelo concelho da Murtosa, a nordeste pelo concelho de Oliveira de Azeméis e a este – sudeste pelo concelho de Albergaria-a-Velha. O concelho de Estarreja abrange 7 freguesias: Avanca, Beduído, Canelas, Fermelã, Pardilhó, Salreu e Veiros.

Estarreja integra ainda a área de intervenção da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Centro (CCDR-C), fazendo parte da Entidade Intermunicipal da Região de Aveiro (que integra 11 municípios, uma vez que Mealhada passa a pertencer ao Baixo Mondego, atualização ainda não constante dos dados oficiais do INE), unidade administrativa de delimitação do território para efeitos da programação comunitária 2014-2020 (Quadro Estratégico Comum - QEC), no âmbito do regime do associativismo intermunicipal. Para fins do presente documento recorre-se ainda ao Mapa Nacional - NUTIII, constante do *site* oficial do INE (Baixo Vouga), para efeitos estatísticos.

Divisão territorial da região : NUTS III e Municípios



O concelho de Estarreja fica situado num território levemente acidentado a nascente e de planície a poente. É-lhe fronteira a Ria de Aveiro e o seu rio principal é o Antuã, que delimita as freguesias de Beduído, pelo Sul, e de Salreu, pelo Norte.

<sup>4</sup> Relatório sobre o Estado de Ordenamento do Território – Divisão de Gestão Urbanística e Territorial/Setor de Planeamento Urbanístico (maio2015)

Atravessam o seu território a linha de caminho-de-ferro do norte, a A1, a EN109, a A29 e fica-lhe próxima a A25. A posição privilegiada que o concelho de Estarreja ocupa no agrupamento do Baixo Vouga, não só permite a existência de importantes eixos de acessibilidade, como também fatores de ordem natural, relativos à proximidade da ria de Aveiro, a aptidão dos solos para a agricultura, a zona industrial, entre outros.

### Caraterização demográfica

De acordo com dados publicados pelo publicados pelo Instituto Nacional De Estatística (INE) em novembro de 2017 em “Retorno de Informação Personalizada dos Municípios “ - <https://www.ine.pt/documentos/municipios/0108.pdf>, em 2016 a população residente no concelho de Estarreja é de 26.242 habitantes, o que corresponde a 7,2% da população da NUTSIII- Baixo Vouga (363.752 hab) e a cerca de 1,2% da NUTS II - Região Centro (2.243.934 hab).

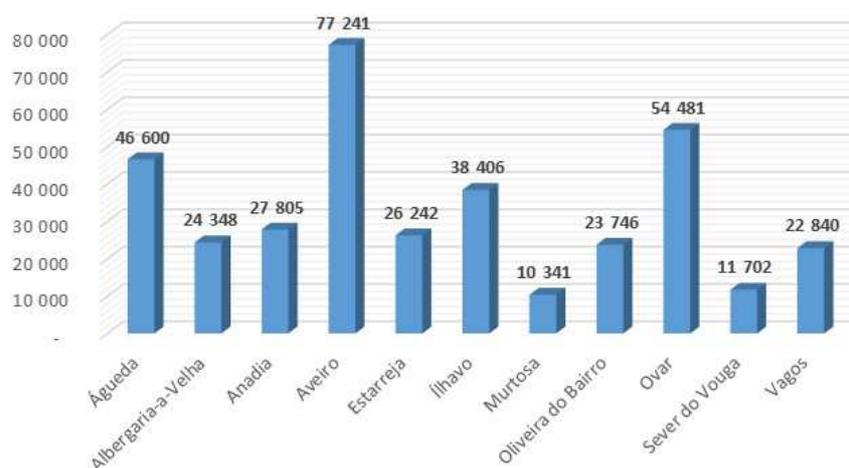
Figura nº 19 – Dinâmica Populacional, Estarreja 2016

		Município	NUTS III	NUTS II	Portugal	Peso do Município NUTS III (%)
IN	População residente (N.º)	26 242	363 752	2 243 934	10 309 573	7,2
	Homens	12 558	172 547	1 063 284	4 882 456	7,3
	Mulheres	13 684	191 205	1 180 650	5 427 117	7,2
	Com menos de 15 anos	3 444	48 186	281 444	1 442 416	7,1
	Com 65 ou mais anos	5 499	74 861	530 413	2 176 640	7,3
IN	Densidade pop. (N.º/Km²)	242,6	214,9	79,6	111,8	-
IN	Taxa de crescimento efetivo anual (%)	-0,4	-0,2	-0,6	-0,3	-
IN	Taxa de crescimento natural (%)	-0,3	-0,2	-0,5	-0,2	-
IN	Índice de Potencialidade	80,3	71,3	70,8	71,3	-

Fonte: INE, Estimativas Provisórias da População Residente; Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia - Direção Geral do Território, Carta Administrativa Oficial de Portugal.

Atualmente o quantitativo populacional do concelho de Estarreja ocupa a 6ª posição no âmbito do seu peso para o total de população residente no Baixo Vouga, constituindo, como seria de esperar, Aveiro sede de Distrito e principal polo prestador de serviços e de oferta de emprego, o concelho aglutinador de cerca de 21% da população residente no Baixo Vouga.

Gráfico nº1 – População Residente nos Concelhos do Baixo Vouga (2016)



Relativamente à distribuição da população à escala das freguesias, ressalta desde logo a freguesia de Beduído, sede de concelho, a concentrar cerca de 28% da população concelhia uma vez que integra o aglomerado urbano principal do concelho – a Cidade de Estarreja – que concentrando bens e serviços proporciona uma qualidade de vida algo diferenciada do restante território. A freguesia de Avanca, surge como a segunda freguesia mais representativa em termos populacionais, uma vez que detém um peso de cerca de 23% no total da população residente no concelho. Com efeito, as zonas norte e centro do concelho, correspondendo às freguesias de Avanca e Beduído, freguesias mais urbanas, polarizam mais de metade da população do concelho (cerca de 51%).

O concelho de Estarreja, com um total de 26.242 habitantes e estendendo-se por uma área de 108,3 Km<sup>2</sup>, integra-se nos concelhos do Litoral que, em 2011, registam uma densidade igual ou superior a 250 hab/Km<sup>2</sup>, de parceria com Aveiro, Ovar, Oliveira do Bairro e Ílhavo, quando a média registada para o mesmo ano no agrupamento do Baixo Vouga foi de 217 hab/Km<sup>2</sup>.

A estrutura etária da população do concelho de Estarreja segundo dados de 2016 encontra-se descrita no gráfico divulgado em dezembro de 2017 em “Retorno de Informação Personalizada dos Municípios “ com enquadramento na NUTS II e III:

**Figura nº 20 – Estrutura Etária da População, 2016**

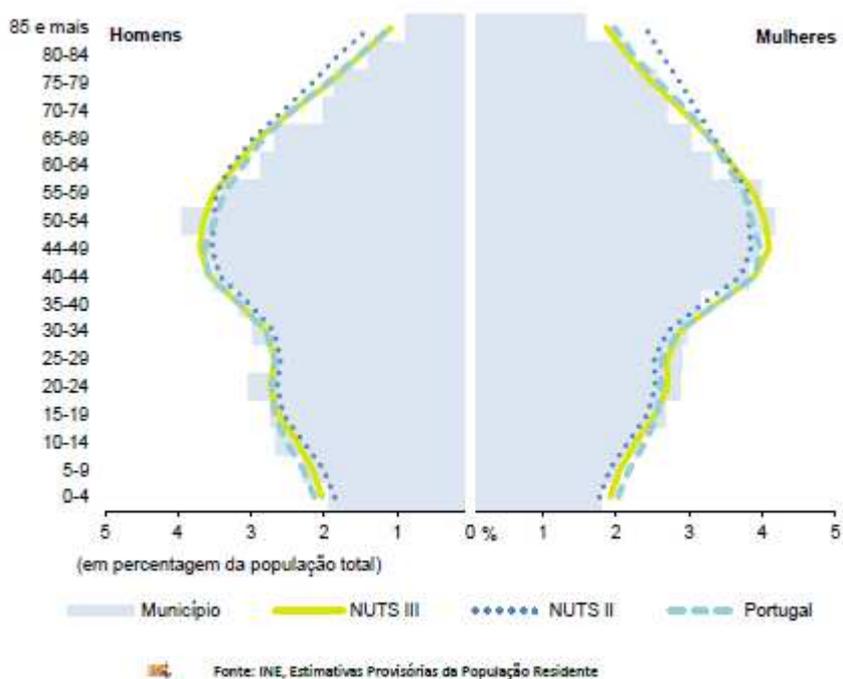
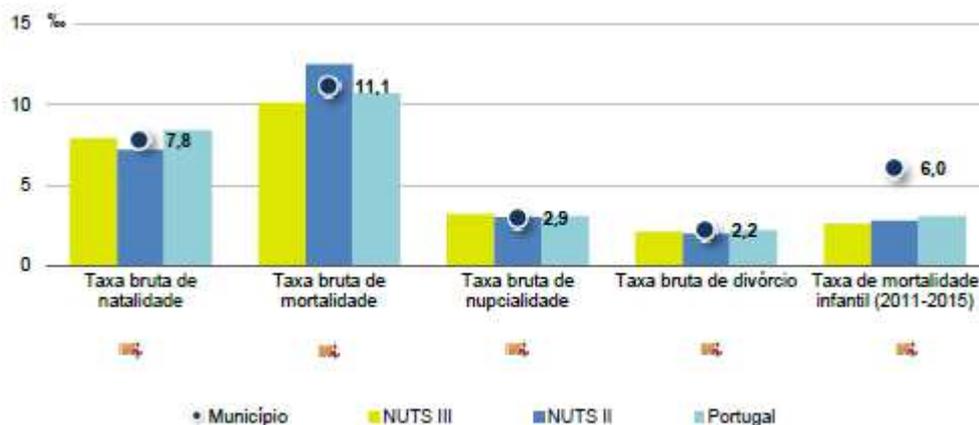


Figura nº 21 – Demografia e Saúde, 2016



### Indicadores de Atividade Económica

Em termos de indicadores sobre atividade económica do concelho de Estarreja divulgada no referido trabalho de Retrato Municipal do INE, temos os seguintes dados estatísticos:

Figura nº 22 – Empresas e Estabelecimentos, 2015

	Município	NUTS III	NUTS II	Portugal	Peso do Município NUTS III (%)
<b>Empresas</b>					
📊 Pessoal ao serviço (Nº)	7 794	124 048	662 754	3 578 913	6,2
📊 Volume de negócios (milhões €)	1 353	11 265	55 427	331 601	12,0
📊 Indicador de concentração do volume de negócios das quatro maiores empresas (%)	58,5	8,9	4,1	5,2	-
📊 Valor acrescentado bruto (milhões €)	249	2 686	13 036	80 547	9,3
📊 Taxa de variação (2015/2014) (%)	3,9	6,1	9,0	5,8	-
📊 Indicador de concentração do valor acrescentado bruto das quatro maiores empresas (%)	45,0	6,6	3,6	4,5	-
<b>Sociedades</b>					
📊 Taxa de sobrevivência das sociedades nascidas 2 anos antes (%)	61,7	60,6	61,9	60,6	-
<b>Estabelecimentos</b>					
📊 Pessoal ao serviço (Nº)	9 939	137 336	710 249	3 567 289	7,2
📊 Volume de negócios (milhões €)	1 528	12 833	62 145	327 671	11,9

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas

**Figura nº 23 – Constituição de Pessoas Coletivas e Entidades Equiparadas 2016/2017**

Mês	Município	NUTSIII	NUTSII	Portugal	Peso do Município NUTS III (%)
out-17	2	71	435	3 220	2,8
set-17	1	78	451	3 005	1,3
ago-17	5	70	412	2 707	7,1
jul-17	1	78	484	2 895	1,3
jun-17	3	78	548	3 281	3,9
mai-17	4	80	487	3 330	5,0
abr-17	2	83	423	2 724	3,2
mar-17	3	107	615	4 033	2,8
fev-17	5	87	469	3 227	7,5
jan-17	8	121	685	4 259	6,6
dez-16	6	71	433	2 731	8,5
nov-16	3	50	328	2 616	6,0
<b>12 Meses</b>	<b>43</b>	<b>930</b>	<b>5 770</b>	<b>38 008</b>	<b>4,6</b>

INE, Constituição e Dissolução de Pessoas Coletivas e Entidades Equiparadas por Escritura Pública

### 3.2. ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

A organização do Município de Estarreja caracteriza-se pela existência de duas estruturas fundamentais, uma política e outra administrativa.

#### ESTRUTURA POLÍTICA

A estrutura política assenta em dois órgãos, a Câmara Municipal, com funções essencialmente executivas e a Assembleia Municipal, com funções de natureza predominantemente deliberativa e fiscalizadora da atividade desenvolvida pela primeira.

A Assembleia Municipal é composta por 21 deputados, dos quais 21 são eleitos diretamente pelo colégio eleitoral do município e indiretamente, uma vez que assumem aquela função na qualidade de Presidentes de Junta das Freguesias que constituem a divisão administrativa do Concelho de Estarreja.

A Câmara Municipal é constituída por 7 (sete) membros – 1 (um) Presidente e 6 (seis) Vereadores, a quem compete, um quadro de delegações previamente estabelecido, que tem o grosso da responsabilidade pela definição das estratégias e políticas municipais, bem como as decisões mais relevantes sobre a atividade dos serviços municipais.

No quadro seguinte apresentam-se os membros do órgão executivo, com a indicação das competências que lhe estão delegadas:

**Quadro nº 09 – Quadro das Responsabilidades Políticas 2013-2017 ( até 14 outubro de 2017)**

CARGO	Nome do Responsável	Pelouros/Áreas de Atuação
 <b>Presidente</b>	Diamantino Manuel Sabina	Administração, Turismo, Eco Parque Empresarial, Regeneração e Reabilitação Urbana, Freguesias, Proteção Civil, Segurança, Despesas Públicas, Empreitadas, Saúde e Recursos Humanos.
 Vice-Presidente	Adolfo Figueiredo Vidal	Desenvolvimento Económico e Finanças, Despesas Públicas, Empreitadas, Obras Públicas e Ambiente, Aprovisionamentos e Armazéns, Modernização Administrativa, Gestão da Informação, Comunicação, Desporto e Gestão da Qualidade
 Vereador	João Carlos Teixeira Alegria	Cultura, Educação, Juventude, Coletividades, Ciência, Trânsito, Ação Social e Habitação Social
 Vereadora	Sandra Salgado	Urbanismo e Planeamento, Espaços Verdes, Higiene Urbana e Resíduos Sólidos, Mercado e Feiras, Comércio e Abastecimentos, Gestão e Manutenção de Frota
 Vereador	Fernando Mendonça Albergaria Matos	Sem Pelouro
 Vereadora	Madalena Balça	Sem Pelouro
 Vereadora	Catarina Rodrigues	Sem Pelouro

**Quadro nº 10 – Quadro das Responsabilidades Políticas 2017-2021 ( a partir de 14 outubro de 2017)**

CARGO	Nome do Responsável	Pelouros/Áreas de Atuação
 <b>Presidente</b>	Diamantino Manuel Sabina	Estratégia e Administração Geral Turismo Eco Parque Empresarial de Estarreja Desenvolvimento Económico e Relações Internacionais Despesas Públicas Empreitadas Saúde
 Vice-Presidente	Adolfo Figueiredo Vidal	Finanças Despesas Públicas Empreitadas Obras Públicas e Ambiente Aprovisionamento e Armazéns Desporto Freguesias
 Vereadora	Isabel Simões Pinto	Recursos Humanos Comunicação Cultura e Eventos Coletividades Habitação Social Ação Social e Inclusão Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco
 Vereador	João Carlos Teixeira Alegria	Educação Juventude Ciência Trânsito Incubadora e Ciclo Criativo Regeneração e Reabilitação Urbana Mercado e Feiras, Comércio e Abastecimentos Proteção Civil e Florestas
 Vereador	Carlos Valente	Urbanismo Planeamento Gestão e Manutenção da Frota Espaços Verdes Públicos, Higiene Urbana e Resíduos Sólidos Modernização Administrativa e Qualidade Segurança



Catarina Rodrigues

Sem Pelouro

Vereadora



Madalena Balça

Sem Pelouro

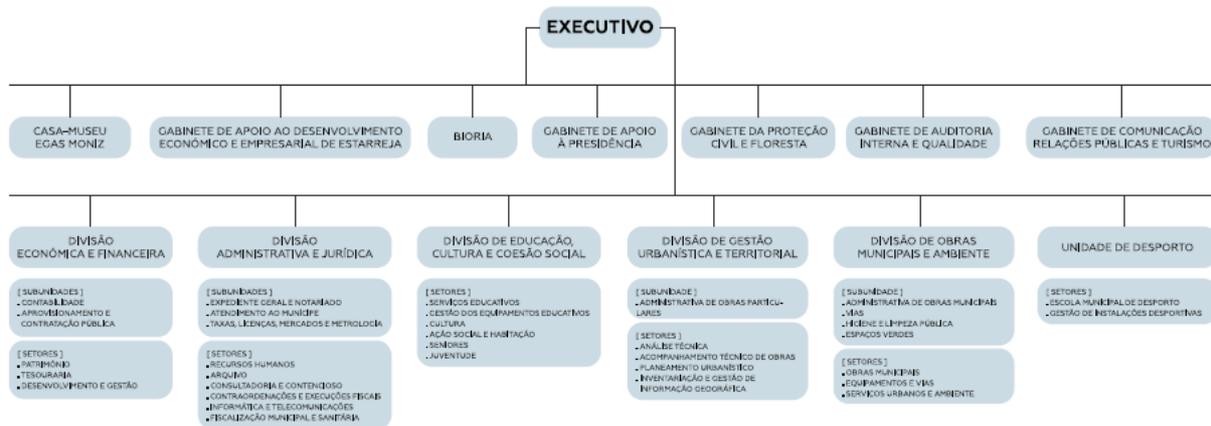
Vereadora

### ESTRUTURA ORGANIZATIVA EFETIVA

A estrutura organizacional e funcional do Município de Estarreja vigente durante o ano económico de 2017 consta do Despacho n.º 2935/2016 publicado no Diário da República nº 39, 2ª Série, de 25 de fevereiro de 2016, páginas 6660 a 6676.

O organograma da Câmara Municipal em 2017 apresenta a forma que segue:

Figura nº 24 – Organigrama Município de Estarreja 2017



### 3.3. RECURSOS HUMANOS

De momento procede-se a uma avaliação de estrutura e evolução dos recursos humanos do Município de Estarreja no ano 2017 para em capítulo seguinte se avaliar os recursos financeiros da autarquia nesse mesmo exercício económico.

#### ► Evolução do nº de efetivos

No final de 2017, o efetivo municipal (número de trabalhadores ao serviço excluindo os contratos de prestação de serviço), era de 190 trabalhadores, número que representa uma **diminuição de 2,56% em relação ao ano anterior**.

**Quadro nº11- Evolução de Efetivos**

Efetivos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Totais	252	245	244	210	211	202	198	195	190
Variação ( nº)		-7	-1	-34	1	-9	-4	-3	-5
Variação %		-2,8%	-0,4%	-13,9%	0,5%	-4,3%	-2,0%	-1,5%	-2,6%

Variação 2010/2016 -20,41%

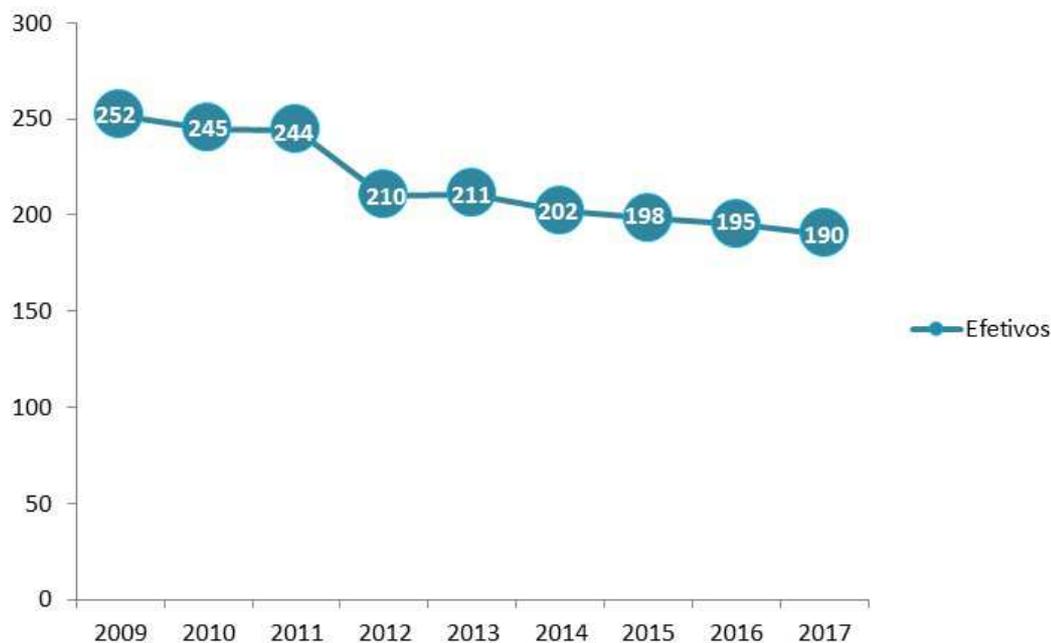
Variação 2011/2016 -20,08%

Variação 2010/2017 -22,45%

Variação 2011/2017 -22,13%

Variação 2016/2017 -2,56%

**Gráfico nº2 – Evolução de nº de efetivos**



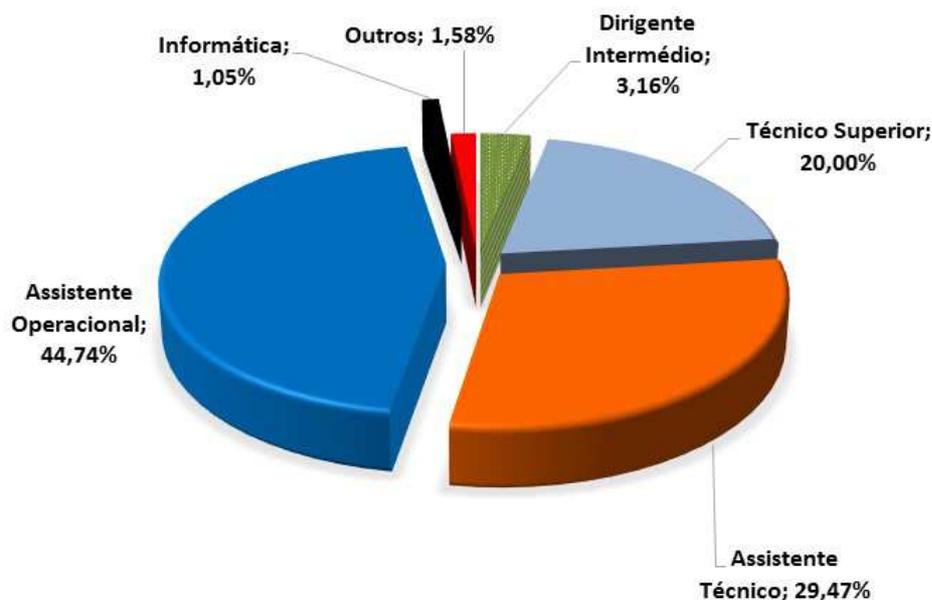
► **Trabalhadores segundo cargo/carreira, modalidade de vinculação e gênero**

No que toca à estruturação dos efetivos por cargos/carreiras, em 2017, e pela análise dos quadros e gráficos seguintes, conclui-se que a carreira de assistente operacional é aquela que concentra o maior número de trabalhadores, 85 (oitenta e cinco), o que representa 44,74% do total dos trabalhadores.

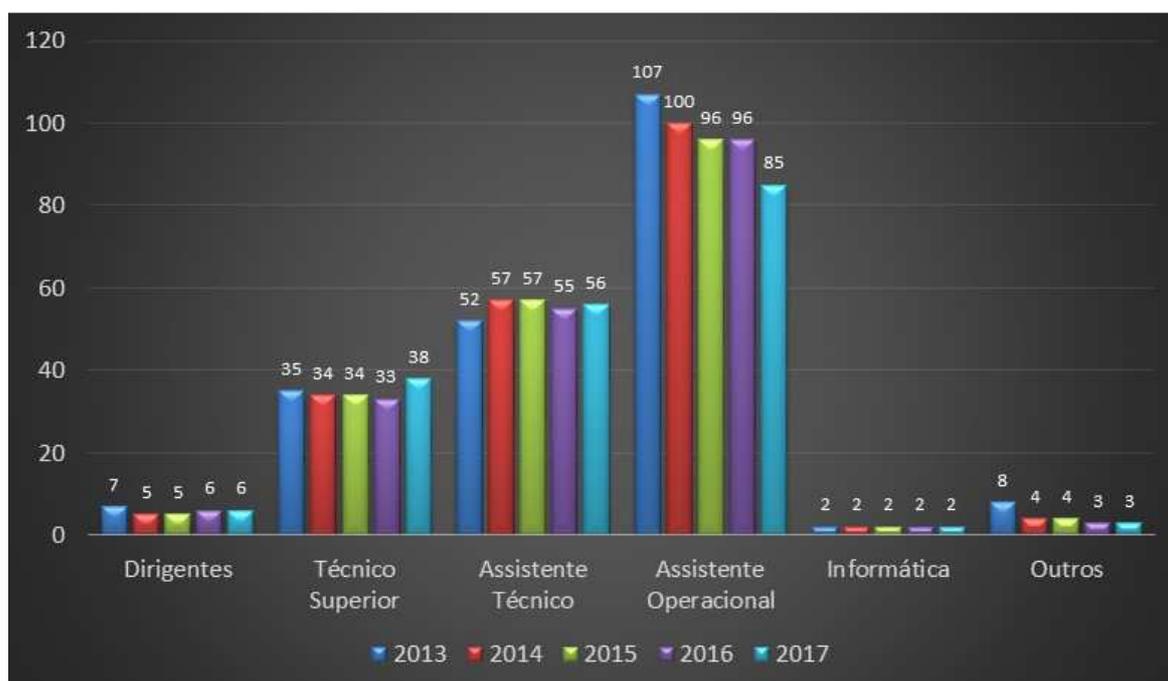
**Quadro nº12 – Nº de trabalhadores segundo cargo/carreira e vínculo (2017)**

Cargo/Carreira	Comissão de Serviço	CTFP por termo indeterminado	Total	% em relação ao total
Dirigente Intermédio	6		6	3,16%
Técnico Superior		38	38	20,00%
Assistente Técnico		56	56	29,47%
Assistente Operacional		85	85	44,74%
Informática		2	2	1,05%
Outros	3		3	1,58%
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>181</b>	<b>190</b>	<b>100,00%</b>
<b>% em relação ao total</b>	<b>4,74%</b>	<b>95,26%</b>	<b>100,00%</b>	

**Gráfico nº3 – Distribuição de trabalhadores segundo Cargo /Carreiras (2017)**



**Gráfico nº 4 – Evolução do Nº de trabalhadores por Cargo /Carreiras**



**Quadro nº13 - Contagem dos trabalhadores por cargo/carreira segundo a modalidade de vinculação e gênero**

ANOS	S	Dirigentes	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Informática	Outros	Total
2012	H	6	10	14	63	1	1	95
	M	3	26	44	39	1	2	115
2013	H	5	11	10	62	1	4	93
	M	2	24	42	45	1	4	118
2014	H	3	13	13	58	1	1	89
	M	2	21	44	42	1	3	113
2015	H	3	13	13	54	1	1	85
	M	2	21	44	42	1	3	113
2016	H	3	13	11	54	1	1	83
	M	2	20	44	42	1	3	112
2017	H	3	15	9	50	1	1	79
	M	3	23	47	35	1	2	111

► **Trabalhadores segundo o sexo e grupo etário**

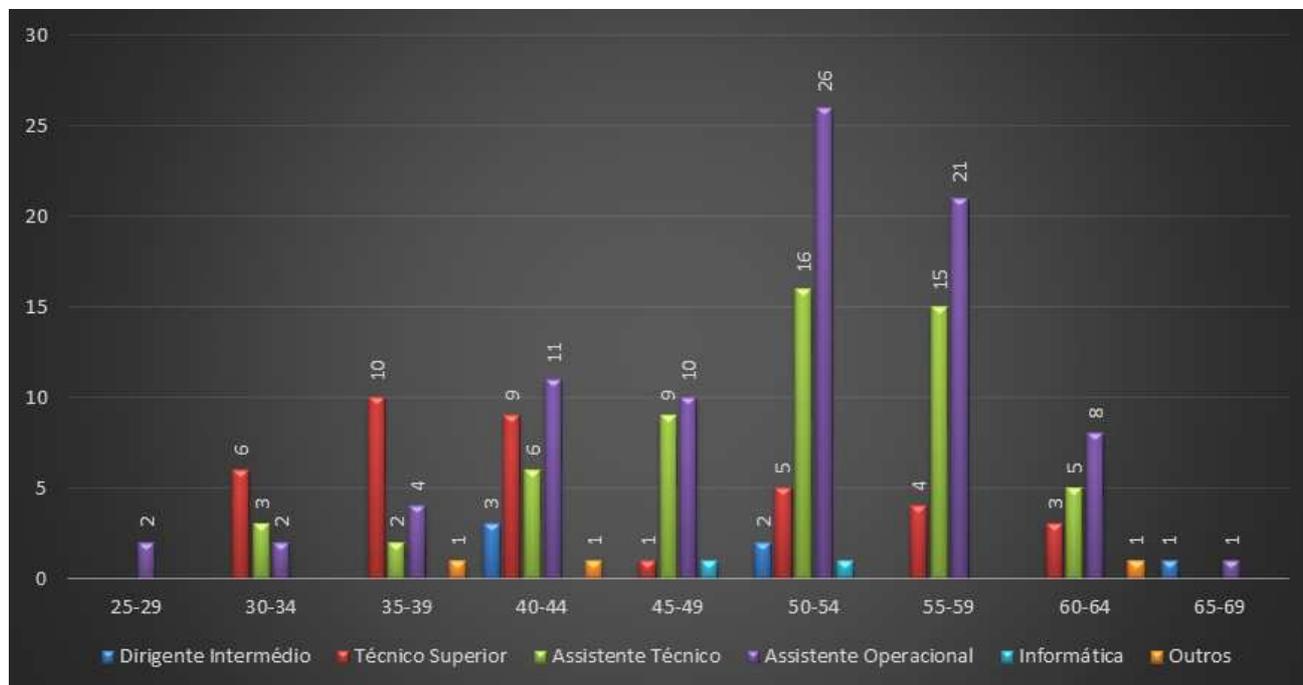
Dos escalões etários é de realçar o grupo etário de 50-54, com 50 trabalhadores, o que representa 26,32% do efetivo, em que 23 são homens e 27 são mulheres.

**Quadro nº14 – Distribuição de trabalhadores segundo género e grupo etário**

Grupo etário	Homens	Mulheres	Total	%
25-29	0	2	<b>2</b>	1,05%
30-34	3	8	<b>11</b>	5,79%
35-39	5	12	<b>17</b>	8,95%
40-44	9	21	<b>30</b>	15,79%
45-49	6	15	<b>21</b>	11,05%
50-54	23	27	<b>50</b>	26,32%
55-59	23	17	<b>40</b>	21,05%
60-64	9	8	<b>17</b>	8,95%
65-69	1	1	<b>2</b>	1,05%
<b>Total</b>	<b>79</b>	<b>111</b>	<b>190</b>	<b>100,00%</b>

A estrutura dos trabalhadores do Município de Estarreja por género, a 31/12/2017, era composta por 111 mulheres e 79 homens, correspondendo a de 58,4% e 41,5% respetivamente.

**Gráfico nº 5 – Distribuição do nº de trabalhadores por Grupo Etário e por cargo/carreira**



**Quadro nº 15 – Distribuição do nº de trabalhadores por cargo/carreira e grupo etário**

	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Informática	Outros	Total
25-29				2			<b>2</b>
30-34		6	3	2			<b>11</b>
35-39		10	2	4		1	<b>17</b>
40-44	3	9	6	11		1	<b>30</b>
45-49		1	9	10	1		<b>21</b>
50-54	2	5	16	26	1		<b>50</b>
55-59		4	15	21			<b>40</b>
60-64		3	5	8		1	<b>17</b>
65-69	1			1			<b>2</b>
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>38</b>	<b>56</b>	<b>85</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>190</b>

► **Trabalhadores por antiguidade**

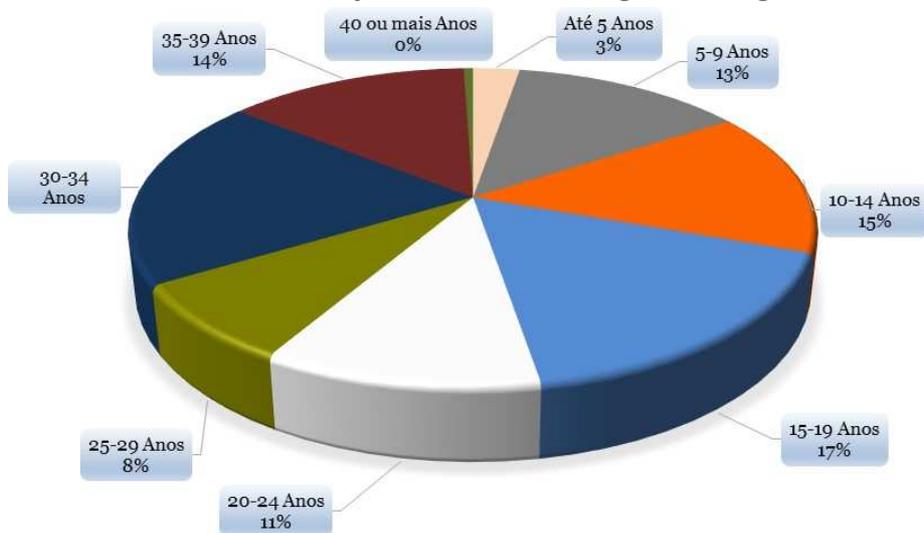
Em termos globais, o escalão de antiguidade 30-34 anos é aquele que concentra o maior número de trabalhadores com 37 trabalhadores, seguido imediatamente pelo escalão 15-19 anos, com 32 trabalhadores. Pelo contrário, o escalão de antiguidade dos 40 ou mais anos, é aquele que possui menos trabalhadores, com 1.

É nos escalões de antiguidade 10-14 anos e 15-19 anos que o efetivo feminino tem maior representatividade. De realçar a maior representatividade do sexo masculino no escalão de antiguidade 35-39 anos com 18 trabalhadores contra 8 trabalhadores do sexo feminino.

**Quadro nº 16 – Distribuição de trabalhadores segundo género e grupo**

Grupo	Homens	Mulheres	Total	%
Até 5 Anos	1	4	<b>5</b>	2,63%
5-9 Anos	9	16	<b>25</b>	13,16%
10-14 Anos	7	21	<b>28</b>	14,74%
15-19 Anos	11	21	<b>32</b>	16,84%
20-24 Anos	3	18	<b>21</b>	11,05%
25-29 Anos	11	4	<b>15</b>	7,89%
30-34 Anos	19	18	<b>37</b>	19,47%
35-39 Anos	18	8	<b>26</b>	13,68%
40 ou mais Anos	0	1	<b>1</b>	0,53%
<b>Total</b>	<b>79</b>	<b>111</b>	<b>190</b>	100,00%

**Gráfico nº 6 – Distribuição de trabalhadores segundo a antiguidade**



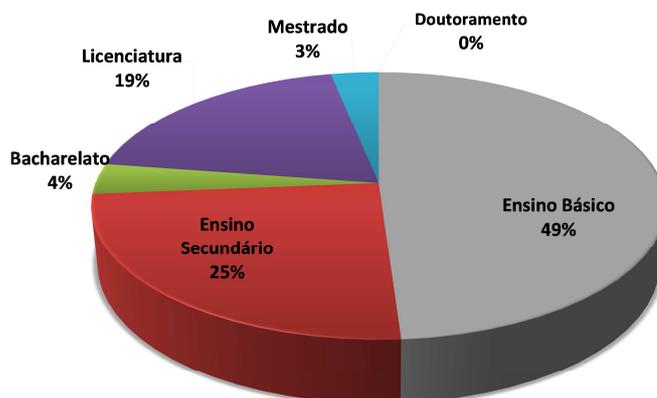
► **Trabalhadores por habilitação Literária**

No quadro seguinte percebe-se que o número mais elevado é o de trabalhadores com o Ensino Básico com uma percentagem de 48,9%.

**Quadro nº 17 – Distribuição de trabalhadores por nível de escolaridade**

Escolaridade	N.º trabalhadores	%
Ensino Básico	93	48,9%
Ensino Secundário	47	24,7%
Bacharelato	7	3,7%
Licenciatura	37	19,5%
Mestrado	6	3,2%
Doutoramento	0	0,0%

**Gráfico nº 7 – Distribuição de trabalhadores segundo habilitação literária**



**Quadro nº 18 – Distribuição de trabalhadores segundo a habilitação literária e género**

Habilitação	Homens	Mulheres	Total	%
Menos do 4º ano	0	0	0	<b>0,00%</b>
4º Ano	22	8	30	<b>15,79%</b>
6º Ano	14	8	22	<b>11,58%</b>
9º Ano	13	14	27	<b>14,21%</b>
11º Ano	2	12	14	<b>7,37%</b>
12º Ano	9	38	47	<b>24,74%</b>
Bacharelato	1	6	7	<b>3,68%</b>
Licenciatura	17	20	37	<b>19,47%</b>
Mestrado	1	5	6	<b>3,16%</b>
Doutoramento	0	0	0	<b>0,00%</b>
<b>Total</b>	<b>79</b>	<b>111</b>	<b>190</b>	<b>100,00%</b>

#### 4. EIXOS ESTRATÉGICOS

O ano de 2017 representou o final do ciclo autárquico anterior. Foi um período em que a boa situação financeira da Câmara Municipal permitiu o lançamento de um ciclo de desenvolvimento alicerçado no investimento no Eco-Parque Empresarial (aquisição e venda de terrenos para instalação de empresas), na reabilitação urbana e no apoio socioeconómico às famílias e instituições do Concelho, permitindo que saíssem do período de crise acentuada do nosso país com perspetivas bem positivas em termos de evolução da sua situação, tanto em termos económicos como sociais. O exercício económico de 2017 é assim um espelho desse trabalho, como veremos na análise mais pormenorizada à frente.

As prioridades da Câmara definiram-se assim através dos já conhecidos 5 eixos estratégicos transversais que, no que se refere a 2017, atingiram as seguintes taxas de execução (financeira) e que na sua globalidade atingiram cerca de 75%.

**Quadro nº 19 – Execução Eixos Estratégicos**

	% Realização		
	PAM	PPI	Total
<b>1 DESENVOLVIMENTO URBANO</b>	<b>95,9%</b>	<b>66,3%</b>	<b>67,6%</b>
<b>2 COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO</b>	<b>53,6%</b>	<b>7,6%</b>	<b>11,1%</b>
<b>3 NATUREZA E AMBIENTE</b>	<b>90,5%</b>	<b>43,2%</b>	<b>74,7%</b>
<b>4 COESÃO SOCIAL E CULTURA</b>	<b>90,9%</b>	<b>60,7%</b>	<b>79,9%</b>
<b>5 GOVERNAÇÃO MUNICIPAL</b>	<b>90,7%</b>	<b>135,1%</b>	<b>99,2%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>85,79%</b>	<b>62,6%</b>	<b>74,8%</b>

No que se refere ao **EIXO DESENVOLVIMENTO URBANO** que na globalidade atingiu uma taxa de execução de **67,6%**, destaca-se a conclusão da **requalificação do Mercado e Feira de Estarreja** bem como da Avenida 25 de Abril, a adjudicação do **projeto do Espaço Memória** (edifício da antiga **fábrica do Descasque do arroz**) e as intervenções nas freguesias, nomeadamente nos mercados de Pardilhó e Avanca.

Na **valorização da rede viária** concluímos as obras de beneficiação de arruamentos prometidos, em alguns casos, há mais de 30 anos, casos das Ruas Angélica Neves em Avanca e da Rua Lauro Ramos em Veiros; em Canelas concluímos a empreitada da construção do parque de estacionamento e espaço verde no campo da Cruz; em Fermelã concluímos a beneficiação da Rua da Carreira Branca; em Salreu iniciámos a empreitada para alargamento e beneficiação da Rua da Carvalha e beneficiámos as Ruas Joaquim José Henriques e da Associação Humanitária de Salreu; em Pardilhó, continuámos com o

alargamento e beneficiação da Rua Padre António Joaquim Vigário de Matos (EN 224-2); em paralelo, procedemos às habituais intervenções de beneficiação dos arruamentos municipais, destacando-se a zona central da cidade.

No que se refere às **transferências para as freguesias** atingimos (de novo) o valor “record” de **1.081.676,05 €**. Destacam-se aqui, para além das ações usuais na limpeza de bermas e manutenção de jardins e espaços verdes, a realização de empreitadas como do Largo da Corga em Fermelã e do caminho do Ratado em Canelas, do Feiro e da Carreira de Baixo em Salreu, da Formiga em Pardilhó, dos Caçadores e Pescadores em Avanca e do Canedo em Beduído.

No **EIXO DA COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO** cuja taxa de execução foi de 11,1%, a grande aposta na aquisição de terrenos tendo em vista a infraestruturação e a sua posterior venda a empresas que se pretendam instalar no **Eco-Parque Empresarial de Estarreja** manteve-se a um nível elevado, a **despesa** com aquisição de terrenos foi de 144.460,00 € (mais de 50.000 m<sup>2</sup> adquiridos) e a **taxa de execução das receitas de capital** (venda de terrenos para localização de novas empresas) atingiu **64,36%** (1.034.715,50€), um valor muito relevante não só em termos numéricos como também no que representa (instalação de novas empresas e criação de emprego). Como sempre dissemos nas ocasiões anteriores de apresentação de GOP’s e Prestação de Contas, era preciso “semear para colher” e é o que temos vindo a fazer. Conforme se pode aferir pelos resultados, a sementeira foi bem feita e a colheita foi profícua: em 4 anos, 12 novas empresas se instalaram e 6 ampliaram as instalações existentes no Eco-Parque Empresarial, num investimento total superior a 120 M€ e na criação de mais 600 postos de trabalho diretos. A execução global neste eixo é percentualmente baixa pelo facto de não ter ocorrido entretanto a permuta dos terrenos com a CUF que permitirá a execução da expansão do Eco-Parque, intervenção com financiamento já assegurado no âmbito do Portugal2020.

A **Incubadora de Empresas de Estarreja**, criada em 2009, é um polo da IERA – Incubadora de Empresas da Região de Aveiro, atualmente dispõem de 7 gabinetes, sala de reuniões e serviços de apoio à incubação. Desde 2014 saíram 3 empresas graduadas, estando em fase incubação 6 empresas. A Incubadora de Empresas, em parceria com o GIP de Estarreja, iniciou no início do ano de 2016 o Consultório de Empreendedorismo, que pretende apoiar quem deseja iniciar o seu negócio, em especial os jovens e os desempregados do concelho. Neste primeiro ano foram realizados acompanhamentos a mais de 20 ideias de negócio. Em 2017 foi realizada a segunda edição do *Inspirate*, Semana do Empreendedorismo de Estarreja, 6 dias temáticos, com especial foco na criação de negócios, procura de emprego, empreendedorismo jovem e feminino e um dia aberto da Incubadora de Empresas.

No que toca ao **Empreendedorismo Jovem**, em 2014 alavancamos o nosso programa de Empreendedorismo na Escola, reforçando o já existente Concurso de Ideias de Negócios e o Seminário de Empreendedorismo Jovem, com programas intensivos de formação empreendedora. Esse esforço da autarquia, em parceria com entidades locais como o Agrupamento de Escolas de Estarreja, foi reconhecido em 2017 pelo programa ERASMUS+, na área da juventude em ação, originando um projeto europeu com mais cinco cidades. Estarreja une-se assim aos municípios de Cinisello Balsamo (Itália), Karditsa (Grécia), Caracal (Roménia) e Rezekne (Letónia) e ao seu parceiro nacional, o Município de Vagos, com o objetivo de criar um programa que possa ser participado e replicado pelos mais diversos parceiros nacionais e internacionais. Nascendo assim o TOP, um programa de promoção do empreendedorismo jovem que pretende, através de atividades intensivas de formação (**Training**),

de geração de oportunidades (**Opportunities**) e apresentações pessoais (**Pitch**), fomentar competências empreendedoras nos jovens, promovendo o seu crescimento pessoal e potenciando a capacidade criativa. Aqui e além-fronteiras, no âmbito do projeto europeu Youth Inclusive Entrepreneurship Lab, financiado pelo programa Erasmus+ Juventude em Ação.

Em Junho, durante as festas da Cidade, Estarreja recebeu um grupo de 60 jovens europeus de 7 países europeus, no âmbito do *Youth Exchange* - Youth Inclusive Entrepreneurship Exchange, liderado pelo Município de Estarreja e financiado pelo programa Erasmus+ Juventude em Ação. Este projeto teve como objetivo a capacitação dos jovens para o empreendedorismo - dotar os jovens de espírito de iniciativa e empreendedorismo; de comportamentos inclusivos; de pró-atividade e participação ativa na sociedade; de valores como inovação, mudança, respeito, tolerância e confiança; de experiências multiculturais de dimensão europeia; dando ainda a oportunidade aos jovens na obtenção de um certificado europeu de validação de competências.

O reconhecimento dos programas de Empreendedorismo Jovem, surgem também com os diversos convites para a participação em vários projetos europeus, onde se destacam o projeto New Way – Educated, Motivated, Employed (EME)! liderado pela National Youth Affairs Coordinator Association da Lituânia e o projeto IMPACT liderado pela organização espanhola AJS e pela Diputació de Barcelona.

No **EIXO DA NATUREZA E AMBIENTE**, atingimos a **taxa de execução global de 74,7%**. Destacamos aqui a conclusão da 1ª fase da substituição das luminárias de vapor de sódio pelos **LED's** na **iluminação pública** e o contínuo investimento na **rede hidrográfica**, protegendo terrenos agrícolas e espaços naturais do avanço de água salgada e das inundações dos rios Antuã e Vouga, salvaguardando o nosso riquíssimo património natural. Sublinha-se o constante trabalho de manutenção dos percursos naturais do concelho (BIORIA) e a realização da segunda edição da Feira ObservaRia. 2017 foi também o ano de realização da **3ª edição da BIORACE**, que redundou de novo num estrondoso êxito, tendo passado de 498 participantes em 2015 para 2023 em 2016, e 2516 em 2017.

Aproveitámos ainda as empreitadas de **expansão do saneamento** em **Avanca** e **Salreu** para **alargarmos** naquelas 2 freguesias a **rede de drenagem de águas pluviais**, num investimento municipal de cerca de 300.000,00€.

No **EIXO DA COESÃO SOCIAL E CULTURA** a taxa de execução foi de **79,9%** culminando o crescente investimento desde 2014, sendo que em 2017 se atingiram, em termos agregados, os valores mais elevados em áreas como a Educação, Inclusão e Ação Social, Desporto, Cultura, apoio à Economia Social, Juventude e Cidadania.

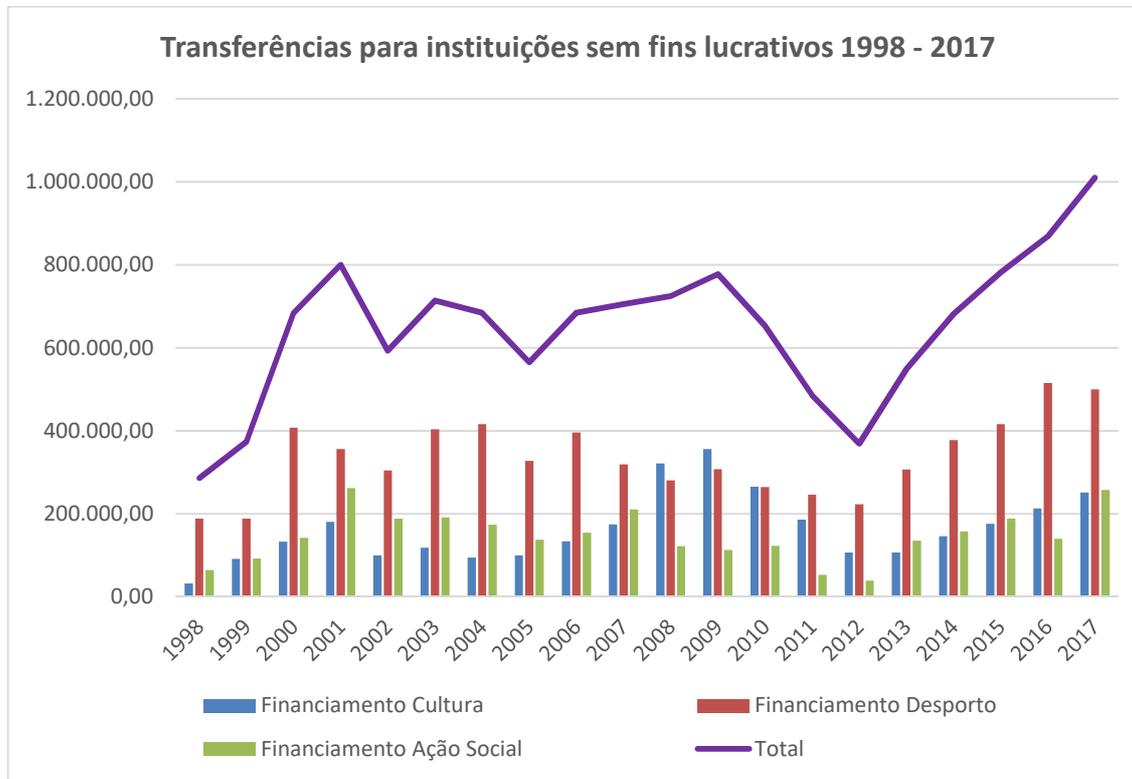
Depois de termos apoiado em 2014 e 2015 a totalidade da despesa com os manuais do 1º Ciclo para todos os alunos, em 2016, apoiámos os manuais dos 2, 3 e 4º ano dado que o governo passou a apoiar os manuais do 1º ano; para o ano letivo de 2016/2017, considerando o apoio do governo aos manuais do 1º ciclo, decidimos **apoiar os manuais do 5º e 6º ano de escolaridade**. Em paralelo, aumentámos o apoio aos transportes escolares e o nível de auxílios económicos ao Pré-Escolar e 1º Ciclo.

A consolidação de políticas integradas de apoio às famílias, com a execução de medidas e programas como o **apoio à vacinação infantil não participada** e o **apoio ao arrendamento habitacional**, dois

programas que definem bem a nossa marca nesta área de intervenção, o **apoio à reabilitação habitacional**, com o **Programa Casa Melhor e Habitação Freguesias**, os projetos e atividades de **Apoio ao Envelhecimento Ativo**, (Cartão Sénior, atividade física + 55, o Passeio Sénior, envolvimento em projetos culturais, etc), a oferta de **AEC** e das **Atividades de Animação e apoio às famílias**, no pré-escolar e 1.º CEB, o **Banco Local de Voluntariado**, a **diversificada oferta cultural e desportiva**, entre outros, em 2017 Estarreja volta a ser distinguida com a Bandeira com Palma de “Autarquia + Familiarmente Responsável”, pela 7.ª vez consecutiva. Este reconhecimento reflete bem o investimento da Câmara Municipal neste eixo estratégico, Coesão Social e Cultura, em projetos e programas de apoio à maternidade e paternidade, apoio às famílias com necessidades especiais, serviços básicos, educação e formação, habitação, urbanismo e acessibilidade, transportes, saúde, cultura, desporto, lazer e tempo livre.

De sublinhar ainda os apoios à **cultura e ao desporto**, não só ao nível associativo como no investimento nestas 2 áreas desenvolvido pela própria autarquia. Neste campo, e no que se refere ao **investimento per capita** em desporto e cultura, Estarreja está nos **níveis mais elevados no país** e muito acima dos municípios da Região de Aveiro e da média nacional. Salienta-se ainda a realização da 2ª edição do **ESTAU**, festival de Arte Urbana de Estarreja, êxito rotundo na qualidade dos trabalhos apresentados e na participação da nossa comunidade no evento, com a edição de 2017 a destacar-se pela atenção especial ao nosso Prémio Nobel, Egas Moniz, e à memória ligada ao cultivo e descasque do arroz em Estarreja.

Gráfico nº 8



Na área da **Juventude**, as políticas são transversais a praticamente todas as áreas de atuação do Município, importando salientar as medidas de apoio mais próximas dos nossos jovens, nomeadamente o reforço das **Bolsas de Estudo** para o **Ensino Superior**, alargando o número de bolseiros e aumentando o valor mensal das bolsas. O investimento anual com as Bolsas de Estudo mais

que duplicou desde 2014. Por outro lado, o **Orçamento Participativo Jovem** tem permitido aos jovens do concelho apresentarem projetos de âmbito municipal, escolar e social. Já com 4 edições realizadas o impacto destas iniciativas é bastante significativo, principalmente ao nível da comunidade escolar. Já foram atribuídos cerca de 60.000€ em projetos do OPJ. Desde 2015 começamos a aproximar os nossos jovens dos **projetos europeus**. O Município aderiu à Rede Nacional de Lojas Europa Jovem, com a abertura da Loja Europa Jovem Estarreja, que tem permitido estabelecer uma abordagem inovadora sobre informação europeia e acesso a processos de mobilidade dos Jovens na União europeia através da troca de experiências.

A execução do eixo **GOVERNANÇA MUNICIPAL** traduz em termos genéricos o cometimento das unidades orgânicas e dos funcionários municipais com a atividade municipal. Aqui se inclui a componente dos encargos com pessoal, a amortização de empréstimos e os custos com as diversas instalações municipais.

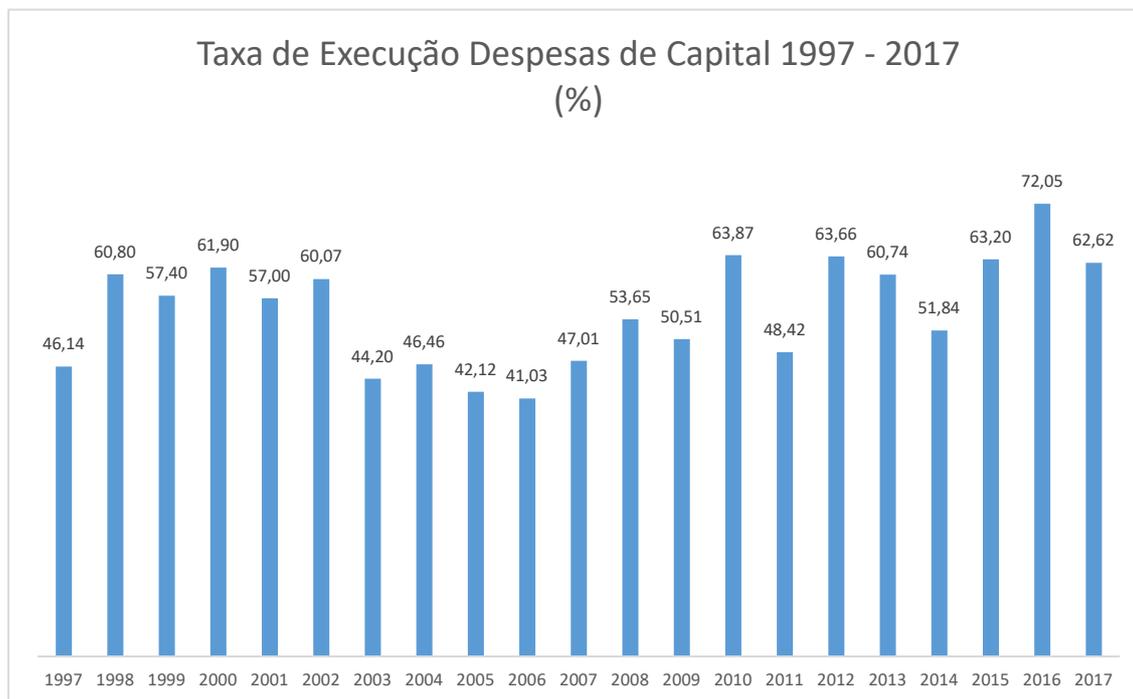
Analisando em concreto os dados mais relevantes do exercício económico e financeiro de 2017, importa sublinhar, no que se refere à execução orçamental:

#### **Receitas**

- A receita global aumentou 8,40% para os 22.369.726,93€, crescendo 2,98% ao nível das receitas correntes (13.917.129,22€) e 19,39% pelo lado das receitas de capital (4.187.115,41€));
- A taxa de execução global das receitas foi de 98,24%, tendo atingido 101,60% no que se refere às receitas correntes e 87,63% no que respeita às receitas de capital. Nas receitas correntes, realça-se o aumento do valor da receita das Transferências Correntes em 106,84 p.p. e dos Passivos Financeiros, referentes à utilização de 754.624,64€ de um empréstimo de médio e longo prazo contraído; Estes valores muito contribuíram para compensar a diminuição da receita do IMT, que diminuiu 26,70 p.p.. bem como o decréscimo da venda de bens de investimento.

#### **Despesas**

- A despesa global aumentou 4,27% face a 2016 para 17.034.616,38€ sendo que tal decorreu do aumento de amortização de empréstimo bancário fruto de operação de substituição de dívida (70,08%) e de aquisição de bens e serviços correntes (11,32%).
- A taxa de execução global das despesas foi de 74,81%, tendo atingido 85,79% nas despesas correntes e o valor 62,62% nas despesas de capital. Apresentamos abaixo o gráfico com a evolução deste indicador desde 1997:

**Gráfico nº 9**


### Equilíbrio Orçamental

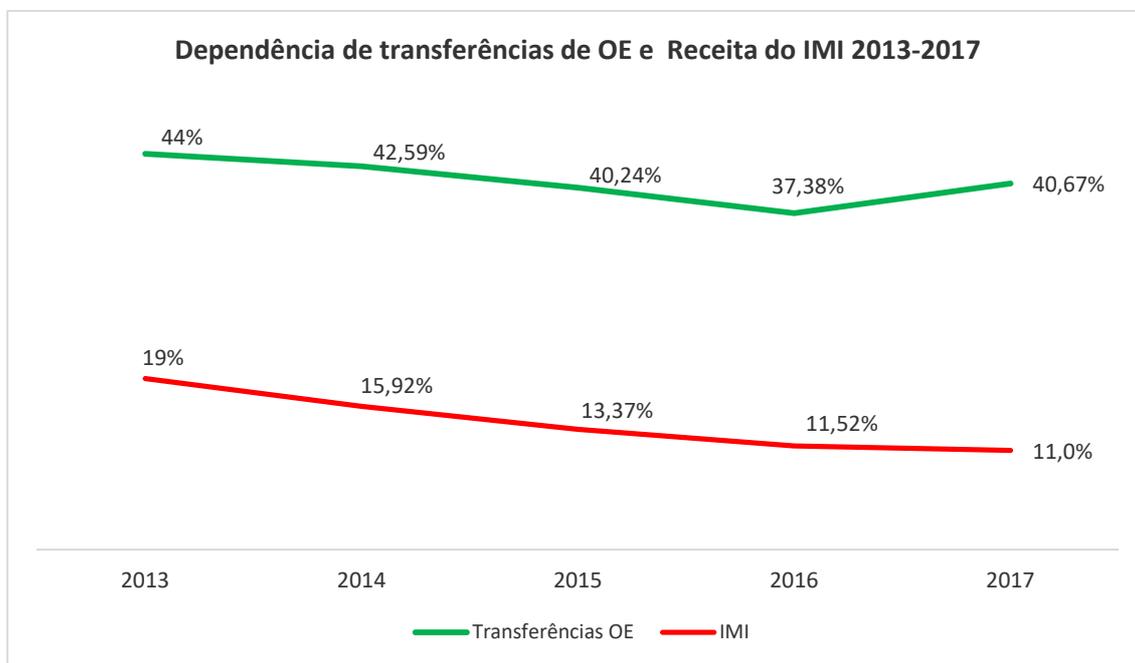
- A poupança corrente bruta atingiu 3.639.476,49€ e a poupança corrente líquida do exercício foi de 3.687.065,62€. O equilíbrio orçamental foi cumprido nas 3 fases do ciclo orçamental, tendo ocorrido um decréscimo da dívida transitada essencialmente pela amortização do montante de 2.496.797,53€ respeitante a empréstimos de médio e longo prazo (MLP).

### Outros indicadores

- O rácio entre a despesa paga vs despesa faturada aumentou de 98,2% em 2016 para 99,47% em 2017.
- Reduzimos o passivo em 6,24%.
- Aumentámos os fundos próprios em 9.036.358,34€ (17,52%)
- O imobilizado bruto aumentou 4.282.773,37€
- Obtivemos um resultado líquido do exercício positivo em 805.274,29€
- Diminuímos (de novo) a dependência do IMI
- Diminuímos (de novo) o peso das despesas correntes na despesa global
- Diminuímos (de novo) a dívida de MLP em 13,12%, passando a ser em 2017 de 7.621.103,35€

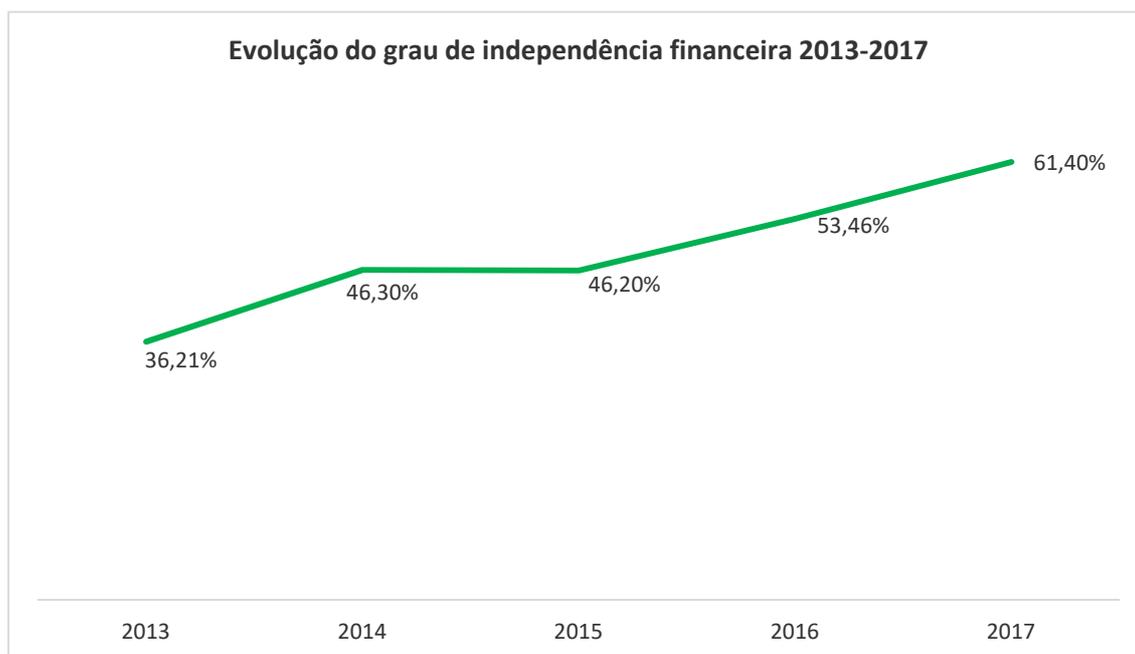
- Evoluímos favoravelmente no que se refere à dependência das transferências do OE e das Receitas do IMI

**Gráfico nº 10**



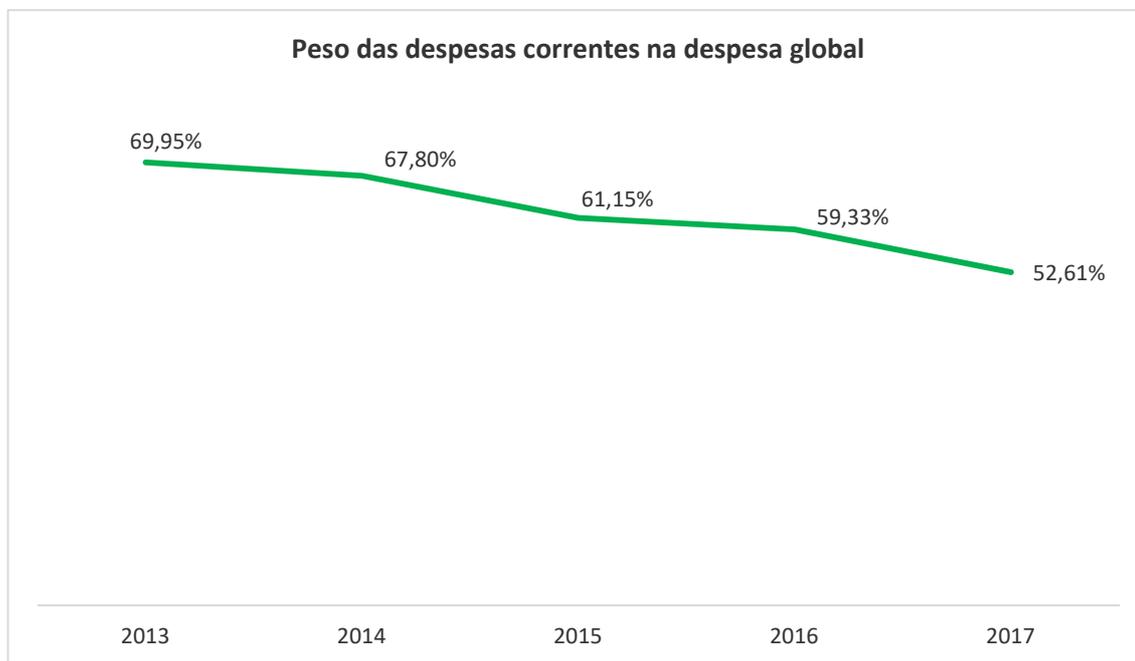
- O grau de independência financeira evoluiu muito favoravelmente e é hoje possível dizer que estamos bem acima da média nacional e da região centro e nos 3 primeiros lugares da CIM Região de Aveiro,

**Gráfico nº 11**



- Diminuímos sustentadamente o peso das despesas correntes na despesa global,

**Gráfico nº 12**



## 5. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A análise dos documentos de execução orçamental mantem um capítulo próprio, sendo abordados neste capítulo diversos aspetos relacionados com contabilidade orçamental, cuja natureza é a ótica de caixa, que permite o registo de recebimentos e pagamentos com base num orçamento previsional (dotação inicial ou corrigida). É efetuada a análise dos fluxos de caixa e posteriormente, uma análise individual e detalhada das receitas e despesas.

De salientar, que os recebimentos e pagamentos, apresentados no presente capítulo, podem não coincidir com os relativos aos proveitos e custos, especializados por exercício económico, que resultam da contabilidade patrimonial/financeira. A explicação é dada pela abordagem que é feita a cada uma destas óticas contabilísticas, sendo explicada pela amortização de dívida de anos anteriores com impacto nos pagamentos, assim como o princípio do acréscimo utilizado pela contabilidade patrimonial/financeira.

Em matéria da Contabilidade Orçamental, a prestação de contas é feita em termos de execução dos documentos previsionais “Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2017 – OM|GOP2017”.

O orçamento das entidades públicas engloba as suas receitas e despesas, e a execução orçamental permite aos órgãos executivo e deliberativo exercer o controlo dos atos de gestão da autarquia.

Através da informação orçamental é possível estabelecer comparações entre a receita arrecadada e a despesa executada, verificar desvios face às previsões e verificar a existência de eventuais saldos orçamentais, o que de certo modo permite avaliar a extensão com que o município cumpre os objetivos financeiros propostos, e promovendo assim a responsabilidade pela prestação de contas.

Numa primeira instância, neste capítulo, procede-se a uma apreciação de âmbito orçamental, inicialmente centrada na execução global do orçamento, seguindo-se uma abordagem do equilíbrio orçamental, designadamente ao nível da poupança corrente, fluxos monetários e das fontes de financiamento do investimento, para por último desenvolver uma análise individual às componentes da Receita e Despesa Municipal.

A presente análise é efetuada tendo em conta o ano económico 2017, comparando-o com o anterior período homólogo, mas espelha igualmente o comportamento do quadriénio.

### 5.1. EXECUÇÃO GLOBAL DO ORÇAMENTO.

Neste primeiro momento, pretende-se evidenciar a execução orçamental do Município de Estarreja, no ano económico de 2017. Para o efeito, são analisadas as componentes orçamentais da receita e da despesa municipal, com relevância para as de maior peso na respetiva estrutura.

A estrutura da receita e da despesa obedece ao estabelecido no classificador económico apresentado no Decreto-Lei nº26/2002 de 14 de Fevereiro, dividindo-se em correntes e de capital e outras receitas/despesas.

Na ótica da receita, analisar-se-á a previsão orçamental, a cobrança e os saldos orçamentais.

Na ótica da despesa, os factos financeiros objetos de análise e comparação serão a despesa prevista, os compromissos assumidos, os pagamentos efetuados e os compromissos por pagar.

### 5.1.1. Orçamento Inicial versus Final e Executado

De forma a melhor compreender a dinâmica da execução orçamental, nomeadamente no que concerne às suas principais variações ao longo do exercício económico, promove-se de seguida a uma breve comparação entre **orçamento inicial, final e executado** e assim aferir a capacidade da concretização dos projetos planeados, nomeadamente a capacidade de gestão dos recursos da autarquia, bem como o esforço de angariação da receita, fator fundamental para a realização do objetivo político, num panorama macroeconómico em que os recursos financeiros são cada vez mais escassos.

A análise realizada no presente ponto, tem por base os mapas de execução orçamental que fazem parte dos Documentos de Prestação de Contas, visando, numa primeira abordagem, comparar o valor do orçamento inicial e corrigido final, resultado de modificações aos documentos previsionais, como os valores da execução orçamental a fim de evidenciar os desvios de execução mais significativos.

No âmbito desta análise, a taxa de execução da receita reporta-se à taxa de cobrança efetiva, e a taxa de execução da despesa, respeita a obrigações efetivamente pagas e não a despesa traduzida no total das obrigações assumidas para com terceiros (despesa faturada).

**Quadro nº 20 - Orçamento Inicial versus Final, Executado**

Orçamento para o ano 2017							
Designação (a)	PREVISÃO			EXECUÇÃO		Taxas de Execução	
	Inicial (b)	Final / Corrigida (c)	Desvio (d)	Valor (e)	Desvio (f)	Inical (g)= ( e)/( b)	Corrigida (h)= ( e)/( c)
Receitas Correntes	13 698 351,00	13 698 351,00	0,00	13 917 129,22	218 778,22	101,60%	101,60%
Receitas de Capital	3 271 649,00	4 778 049,08	1 506 400,08	4 187 115,41	-590 933,67	127,98%	87,63%
Outras	30 000,00	4 294 270,20	4 264 270,20	4 265 482,30	-28 787,90	14218,27%	99,33%
<b>Receitas Totais</b>	<b>17 000 000,00</b>	<b>22 770 670,28</b>	<b>5 770 670,28</b>	<b>22 369 726,93</b>	<b>-400 943,35</b>	<b>131,59%</b>	<b>98,24%</b>
Despesas Correntes	11 106 620,00	11 979 918,61	873 298,61	10 277 652,73	-1 702 265,88	92,54%	85,79%
Despesas de Capital	5 893 380,00	10 790 751,67	4 897 371,67	6 756 963,65	-4 033 788,02	114,65%	62,62%
<b>Despesas Totais</b>	<b>17 000 000,00</b>	<b>22 770 670,28</b>	<b>5 770 670,28</b>	<b>17 034 616,38</b>	<b>-5 736 053,90</b>	<b>100,20%</b>	<b>74,81%</b>

Os documentos previsionais de 2017 (Orçamento e Grandes Opções do Plano) aprovados pela Assembleia Municipal, inscreviam uma previsão inicial (receitas) e uma dotação inicial (despesa), de 17.000.000,00€, sendo de reforçar que em termos comparativos com o exercício económico anterior, os documentos previsionais 2017 apresentam um acréscimo de 1.000.000,00€. No que diz respeito às dotações finais/corrigidas do Orçamento 2017 apresentam um aumento de 2.263.028,05€ face às dotações finais/corrigidas do Orçamento 2016, sendo que a previsão final de 2016 era de 20.507.642,23€ face à previsão corrigida de 2017 de 22.770.670,28€.

Aprovado o orçamento inicial nestes termos, na sequência das 14 (catorze) modificações realizadas ao orçamento, vertidas em 12 (doze) Alterações e 2 (duas) Revisões, que, no seu conjunto, determinaram um acréscimo de + 5.770.670,28€ (33,95%) no orçamento inicial.

O orçamento corrigido final de 2017 do Município de Estarreja situou-se nos 22.770.670,28€, após duas revisões aos documentos previsionais e teve por base principal o nível de receita efetiva acrescido do saldo da gerência anterior, inserção de operação de substituição de dívida LOE2016 ( empréstimo bancário) o acréscimo de receita com venda de bens de investimento.

- ✦ Nas receitas correntes, a previsão final situou-se nos 13.698.351,00€ sem qualquer variação face ao valor inicialmente previsto.
- ✦ As despesas correntes com uma previsão inicial de 11.106.620,00€, comportaram uma variação positiva de (+) 873.298,61 € que determinou uma dotação final de 11.979.918,61€.

Quanto às rubricas de natureza de **capital**:

- ✦ As receitas de capital, inicialmente dotadas com 3.271.649,00€, finalizaram com uma dotação de 4.778.049,08€, por força de aumento da sua dotação em (+) 1.506.400,08€.
- ✦ O orçamento inicial das despesas de capital foi definido para 5.893.380,00€, tendo sido aumentado em (+) 4.897.371,67€, o que o posicionou no final em 10.790.751,67€.

Do exposto resulta que do ponto de vista orçamental, se estimou que parte das despesas de investimento fosse financiada por receitas de caráter corrente.

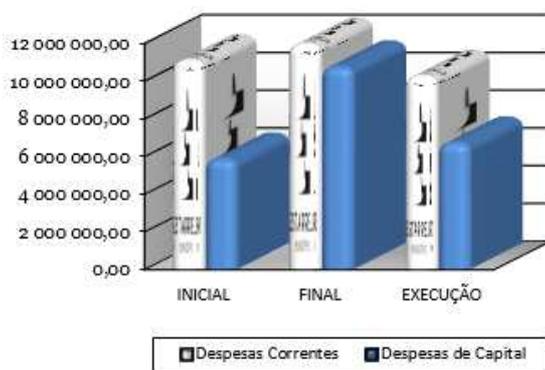
Por conta desta dotação final orçada, o total da despesa executada ascende a 17.034.616,38€ e o total da receita cobrada a 22.369.726,93€, o que reflete taxas de execução na ordem dos 74,81% e 98,24%, respetivamente.

**Gráficos nº 13 e 14 – Orçamento Inicial, Final e Executado – RECEITA e DESPESA**

Comparação entre Receita Orçamental Inicial, Final e Executada



Comparação entre Despesa Orçamental Inicial, Final e Executada



#### ► Alterações e Revisões ao Orçamento

Em matéria de execução orçamental e ao longo dos exercícios económicos são por regra realizadas modificações orçamentais, reforçando e ou reduzindo a dotação das rubricas tendo em vista adequar os valores previstos às efetivas realidades do período de gestão.

Assim, interessa proceder à apreciação detalhada dos ajustamentos desta natureza que se realizaram durante o exercício de 2017 por via das 14 (catorze) modificações ao orçamento, cujas tipologias se identificam no quadro resumo que se insere:

**Quadro nº 21**

NATUREZA DAS MODIFICAÇÕES	Alterações e Revisões	
	Alterações	Revisões
Orçamento da Receita	1	2
Orçamento da Despesa	12	1
Plano Plurianual de Investimentos	10	2
Plano de Atividades Municipais	10	1

As modificações operadas no Orçamento verificaram-se tanto ao nível da receita como da despesa.

Organizando a informação referente às modificações orçamentais realizadas em grupos, onde se agregam tanto os reforços como as anulações a que foram sujeitos os diferentes capítulos económicos da Despesa e da Receita autárquica, avalia-se de seguida o comportamento das respetivas dotações orçamentais durante o ano 2017, face aos consecutivos ajustamentos das previsões às realizações então executadas.

**Quadro nº 22 - Alterações e Revisões orçamentais segundo a natureza económica –DESPESA**

(unidade monetária:€uros)

Capítulos	Dotação Inicial		Alterações e Revisões		Dotação Corrigida		Variação	
	Valor	%	Reforços	Deduções	Valor	%	Valor	%
<b>Despesas Correntes</b>	<b>11.106.620,00</b>	<b>65,33%</b>	<b>1.935.260,47</b>	<b>1.061.961,86</b>	<b>11.979.918,61</b>	<b>52,61%</b>	<b>873.298,61</b>	<b>7,86%</b>
Despesas com Pessoal	4.518.800,00	26,58%	93.650,00	200.371,99	4.412.078,01	19,38%	-106.721,99	-2,36%
Aquisição de Bens e Serviços Correntes	5.361.850,00	31,54%	1.518.393,47	783.029,87	6.097.213,60	26,78%	735.363,60	13,71%
Juros e Outros Encargos	78.500,00	0,46%	0,00	10.250,00	68.250,00	0,30%	-10.250,00	-13,06%
Transferências Correntes	986.900,00	5,81%	219.083,00	67.710,00	1.138.273,00	5,00%	151.373,00	15,34%
Outras Despesas Correntes	160.570,00	0,94%	104.134,00	600,00	264.104,00	1,16%	103.534,00	64,48%
<b>Despesas de Capital</b>	<b>5.893.380,00</b>	<b>34,67%</b>	<b>7.676.550,28</b>	<b>2.779.178,61</b>	<b>10.790.751,67</b>	<b>47,39%</b>	<b>4.897.371,67</b>	<b>83,10%</b>
Aquisição de Bens de Investimento	3.905.042,00	22,97%	5.541.750,20	2.673.678,61	6.773.113,59	29,74%	2.868.071,59	73,45%
Transferências de Capital	815.255,00	4,80%	1.351.050,00	105.500,00	2.060.805,00	9,05%	1.245.550,00	152,78%
Activos Financeiros	108.583,00	0,64%	1.000,00	0,00	109.583,00	0,48%	1.000,00	0,92%
Passivos Financeiros	1.058.500,00	6,23%	769.350,08	0,00	1.827.850,08	8,03%	769.350,08	72,68%
Outras Despesas de Capital	6.000,00	0,04%	13.400,00	0,00	19.400,00	0,09%	13.400,00	223,33%
<b>Total da Despesa</b>	<b>17.000.000,00</b>	<b>100,00%</b>	<b>9.611.810,75</b>	<b>3.841.140,47</b>	<b>22.770.670,28</b>	<b>100,00%</b>	<b>5.770.670,28</b>	<b>33,95%</b>

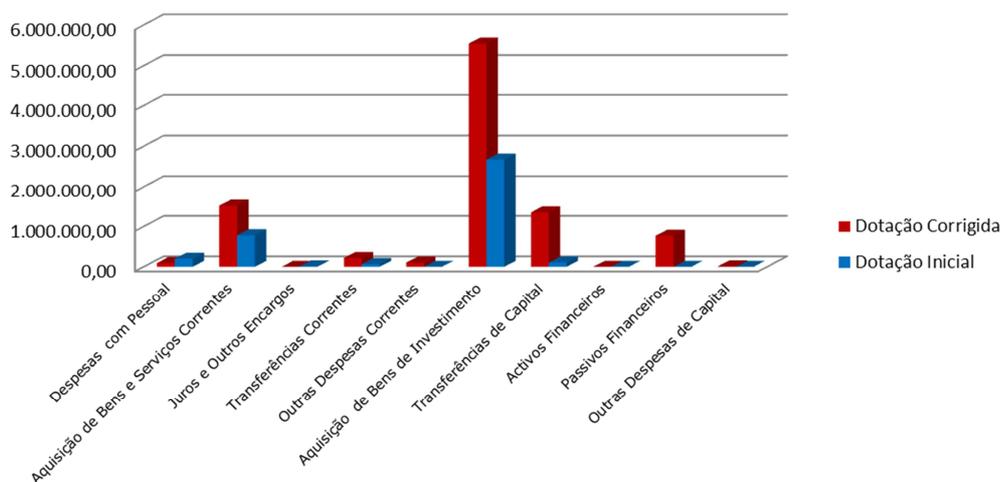
Sobressai da apreciação geral do quadro supra reforços no valor global de 9.611.810,75€, fruto das 13 (treze) modificações realizadas ao orçamento da despesa, traduzidos da seguinte forma:

- ↳ 5.770.670,28€ que determinaram um aumento nas dotações iniciais que tiveram como contrapartida o aumento nas dotações iniciais no orçamento da receita.
- ↳ 3.841.140,47 € que tiveram como única contrapartida a diminuição de dotações em diversas rubricas que se encontravam excessivamente dotadas.

Como se pode observar, as variações líquidas mais significativas ocorreram nas rubricas “Aquisição de Bens de Capital” (2.868.071,59€ - ↑73,45%); “Aquisição de Bens e Serviços Correntes” (735.363,60€ - ↑13,71%); e “Transferências de Capital” (1.245.550,00€ - ↑152,78%). Estes reforços ocorreram com a integração do saldo de gerência anterior, dotando o município com maior capacidade de liquidar faturação de serviços e fornecimento de bens correntes (diminuição de dívida administrativa) e de investir.

As rubricas das “Despesas com Pessoal” e “Juros e Outros Encargos” registaram reduções nas suas dotações iniciais.

As despesas de capital, para além das possíveis implicações que os diferentes reforços e anulações contêm no orçamento da despesa, têm de ter obrigatoriamente reflexos no Plano Plurianual de Investimentos (PPI), determinando por isso alterações ou até mesmo revisões naquele documento.

**Gráfico nº 15 – Modificações Orçamentais à Despesa**


Em matéria de Orçamento da Receita foram formalizados duas modificações consolidadas em uma alteração e duas revisões, que conjuntamente implicaram um aumento da dotação global do orçamento de 5.770.670,28€.

As modificações formalizadas no Orçamento da Receita, tiveram reflexos no aumento da dotação do agrupamento “Outras receitas” com a integração do “Saldo Transitado da Gerência Anterior” no valor de 4.264.270,20€, acrescido de reforço de receitas de capital decorrente da venda de bens de investimento no valor de 738.300,00€, especificamente, venda de lotes de terreno do Eco-Parque Empresarial de Estarreja efetivado no exercício económico.

Ao nível da rubrica de “Passivos Financeiros” foram também efetuados reforços + 2.268.100,08€ e diminuições -1.500.000,00€, resultando assim numa dotação final de 768.600,08€.

**Quadro nº 23 - Alterações e Revisões orçamentais segundo a natureza económica –RECEITA** (unidade monetária: Euros)

Capítulos	Dotação Inicial		Alterações e Revisões		Dotação Corrigida		Variação	
	Valor	%	Reforços	Deduções	Valor	%	Valor	%
<b>Receitas Correntes</b>	<b>13.698.351,00</b>	<b>80,58%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>13.698.351,00</b>	<b>60,16%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
Impostos Directos	4.244.100,00	24,97%	0,00	0,00	4.244.100,00	18,64%	0,00	0,00%
Impostos Indirectos	650.600,00	3,83%	0,00	0,00	650.600,00	2,86%	0,00	0,00%
Taxas, Multas e Outras Penal.	140.400,00	0,83%	0,00	0,00	140.400,00	0,62%	0,00	0,00%
Rendimentos de Propriedade	622.500,00	3,66%	0,00	0,00	622.500,00	2,73%	0,00	0,00%
Transferências Correntes	6.748.051,00	39,69%	0,00	0,00	6.748.051,00	29,63%	0,00	0,00%
Venda de Bens e Serviços Correntes	1.233.600,00	7,26%	0,00	0,00	1.233.600,00	5,42%	0,00	0,00%
Outras Receitas Correntes	59.100,00	0,35%	0,00	0,00	59.100,00	0,26%	0,00	0,00%
<b>Receitas de Capital</b>	<b>3.271.649,00</b>	<b>19,24%</b>	<b>3.006.400,08</b>	<b>1.500.000,00</b>	<b>4.778.049,08</b>	<b>20,98%</b>	<b>1.506.400,08</b>	<b>46,04%</b>
Venda de Bens de Investimento	869.500,00	5,11%	738.300,00	0,00	1.607.800,00	7,06%	738.300,00	84,91%
Transferências de Capital	2.389.167,00	14,05%	0,00	0,00	2.389.167,00	10,49%	0,00	0,00%
Passivos Financeiros	500,00	0,00%	2.268.100,08	1.500.000,00	768.600,08	3,38%	768.100,08	153620,02%
Outras Receitas de Capital	12.482,00	0,07%	0,00	0,00	12.482,00	0,05%	0,00	0,00%
<b>Outras Receitas</b>	<b>30.000,00</b>	<b>0,18%</b>	<b>4.264.270,20</b>	<b>0,00</b>	<b>4.294.270,20</b>	<b>18,86%</b>	<b>4.264.270,20</b>	<b>14214,23%</b>
Reposições Não Abatidas nos Pagam.	30.000,00	0,18%	0,00	0,00	30.000,00	0,13%	0,00	0,00%
Saldo da Gerência Anterior		0,00%	4.264.270,20	0,00	4.264.270,20	18,73%	4.264.270,20	n.a
<b>Total da Despesa</b>	<b>17.000.000,00</b>	<b>100,00%</b>	<b>7.270.670,28</b>	<b>1.500.000,00</b>	<b>22.770.670,28</b>	<b>100,00%</b>	<b>5.770.670,28</b>	<b>33,95%</b>

### ➤ Resumo da Execução Orçamental

O orçamento é composto por receitas correntes e receitas de capital, que sustentam despesas diferenciadas de igual forma, e está sujeito ao **princípio do equilíbrio orçamental**, sempre numa perspetiva de otimização dos recursos recebidos, face às necessidades de despesa existentes.

De referir, o valor do **saldo de gerência anterior e transitado para 2017**, 4.264.270,20€, traduz efetiva receita e disponibilidade para cobertura de despesas realizadas no ano 2017.

**Quadro nº24 - Resumo de Execução Orçamental 2017**

(unidade monetária:€uros)

Designação	Previsão		Valor da Execução (c)	Desvio		
	Inicial (a)	Final (b)		Valor (c)-(b)	Exec % (c)/(a)	Exec % (c)/(b)
Receitas Correntes	13 698 351,00	13 698 351,00	13 917 129,22	218 778,22	101,60%	101,60%
Receitas de Capital	3 271 649,00	4 778 049,08	4 187 115,41	-590 933,67	127,98%	87,63%
Outras	30 000,00	4 294 270,20	4 265 482,30	-28 787,90	14218,27%	99,33%
<b>Receitas Totais</b>	<b>17 000 000,00</b>	<b>22 770 670,28</b>	<b>22 369 726,93</b>	<b>-400 943,35</b>	<b>131,59%</b>	<b>98,24%</b>
Despesas Correntes	11 106 620,00	11 979 918,61	10 277 652,73	-1 702 265,88	92,54%	85,79%
Despesas de Capital	5 893 380,00	10 790 751,67	6 756 963,65	-4 033 788,02	114,65%	62,62%
<b>Despesas Totais</b>	<b>17 000 000,00</b>	<b>22 770 670,28</b>	<b>17 034 616,38</b>	<b>-5 736 053,90</b>	<b>100,20%</b>	<b>74,81%</b>

Em matéria de execução orçamental, regista-se que:

- A taxa de execução das **receitas correntes**, manteve-se em níveis elevados, 101,60%, o que significa que para uma previsão final de 13.368.351,00€ se atingiu uma execução de 13.917.129.22€ originando um desvio positivo de (+) 218.778,22 €, sobretudo devido à influência da rubrica de Impostos Diretos;
- No que respeita às **receitas de capital**, estas ficaram abaixo do previsto, uma vez que para uma previsão final de 4.778.049,08€ se atingiu uma execução de 4.187.115,41€, representando um desvio negativo de (-) 590.933,67€, correspondendo uma taxa de execução de 87,63%.
- No grupo das despesas, a taxa de execução atingiu 74,81%. As **despesas correntes** cumpriram uma taxa de execução de 85,79%, com um valor de despesa paga de 10.277.652,73€ e as **despesas de capital** atingiram uma execução de 6.756.963,65€, representando uma taxa de execução 62,62% do total orçamentado final, o que determina que sejam as despesas correntes aquelas que mais se destacam na realização do orçamento.

Face a tais desvios, o Município arrecadou **receitas totais** no montante de **22.369,726,93€**, o que representa uma taxa de execução da receita de 98,24% (em 2016 foi de 100,63%), e um nível de **despesa total** paga de **17.034.616,38€**, que equivale a uma taxa de execução da despesa de 74,81% (em 2016 foi de 79,83%), um saldo a transitar para a gerência de 2018 totaliza 5.335.110,55€.

### 5.1.2. Evolução da Execução Orçamental

Atendendo ao comportamento de cada uma das suas componentes económicas, correntes e capital, procede-se, de seguida, a uma análise da evolução global das receitas e das despesas.

Neste sentido, assistiu-se, no ano económico 2017, a um acréscimo das receitas arrecadas e das despesas pagas, na ordem dos 8,40% e 4,05% respetivamente.

Comparando com a gerência do ano anterior, temos o seguinte quadro:

**Quadro nº 25 - Evolução da Execução Orçamental 2016/2017**

Designação	REALIZADO			ORÇADO ( corrigido)			Taxas de Execução(%)		Tx de Crescto
	2016	2017	Diferença	2016	2017	Diferença	2016	2017	
Receitas Correntes	13 514 064,05	13 917 129,22	403 065,17	13 477 453,00	13 698 351,00	220 898,00	100,27%	101,60%	2,98%
Receitas de Capital	3 506 973,33	4 187 115,41	680 142,08	3 368 666,61	4 778 049,08	1 409 382,47	104,11%	87,63%	19,39%
Outras	3 615 198,24	4 265 384,69	650 186,45	3 661 522,62	4 294 270,20	632 747,58	98,73%	99,33%	17,98%
<b>Receitas Totais</b>	<b>20 636 235,62</b>	<b>22 369 629,32</b>	<b>1 733 393,70</b>	<b>20 507 642,23</b>	<b>22 770 670,28</b>	<b>2 263 028,05</b>	<b>100,63%</b>	<b>98,24%</b>	<b>8,40%</b>
Despesas Correntes	9 713 593,22	10 277 652,73	564 059,51	11 265 882,00	11 979 918,61	714 036,61	86,22%	85,79%	5,81%
Despesas de Capital	6 658 372,20	6 756 963,65	98 591,45	9 241 760,23	10 790 751,67	1 548 991,44	72,05%	62,62%	1,48%
<b>Despesas Totais</b>	<b>16 371 965,42</b>	<b>17 034 616,38</b>	<b>662 650,96</b>	<b>20 507 642,23</b>	<b>22 770 670,28</b>	<b>2 263 028,05</b>	<b>79,83%</b>	<b>74,81%</b>	<b>4,05%</b>

Da análise da receita no último biénio, realça-se a evolução positiva das **receitas totais**, que registaram um aumento em termos absolutos de (+) 1.733.393,70€, a que corresponde uma taxa de crescimento de 8,40%.

No que respeita às **despesas totais pagas** do Município observa-se, no ano em análise, um acrécimo no valor de (+) 662.650,96€, que representa uma taxa de crescimento de 4,05%, face ao ano anterior.

Do quadro apresentado, verifica-se que relativamente ao ano de 2016, a arrecadação de Receitas Correntes aumentaram 2,98% (+403.065,17€), tendo as Receitas de Capital apresentado um acréscimo de 19,39% (+680.142,08€).

As Outras Receitas, onde se encaixa a contabilização do saldo de gerência transitado de gerência anterior, registaram um acréscimo de (+) 17,98%.

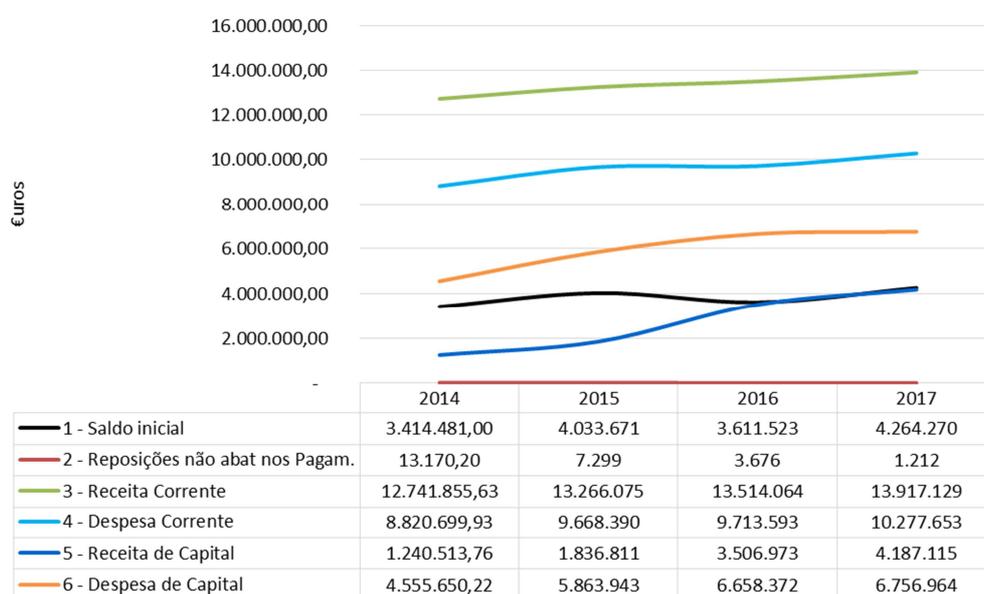
As Despesas Correntes sofreram um acréscimo de 5,81% (+ 564.059,51€) e as Despesas de Capital um aumento de 1,48% (+98.591,45€), mantendo-se a tendência verificada no exercício económico 2016.

No quadriénio de 2014/2017, as receitas cobradas e as despesas pagas tiveram a evolução que se encontra expressa no quadro e gráfico seguinte.

**Quadro nº 26 - Evolução e taxas de execução da receita e da despesa municipal**

( unidade monetária : €uros)

RUBRICAS	PREVISÃO/EXECUÇÃO ( %s)												VARIACÃO DA EXECUÇÃO NO QUADRIÉNIO (2014/2017)%
	2014		2015		2016		2017		2014	2015	2016	2017	
	Previsão	Execução	Previsão	Execução	Previsão	Execução	Previsão	Execução					
1 - Saldo inicial	3 414 481	3 414 481	4 033 671	4 033 671	3 611 523	3 611 523	4 264 270	4 264 270	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	n.a.
2 - Reposições não abat nos Pagam.	50 000	13 170	50 000	7 299	50 000	3 676	30 000	1 212	26,34%	14,60%	7,35%	4,04%	-22,3%
3 - Receita Corrente	12 750 235	12 741 856	13 326 278	13 266 075	13 477 453	13 514 064	13 698 351	13 917 129	99,93%	99,55%	100,27%	101,60%	1,7%
4 - Despesa Corrente	11 146 359	8 820 700	11 408 134	9 668 390	11 265 882	9 713 593	11 979 919	10 277 653	79,14%	84,75%	86,22%	85,79%	6,7%
5 - Receita de Capital	3 719 765	1 240 514	3 276 820	1 836 811	3 368 667	3 506 973	4 778 049	4 187 115	33,35%	56,05%	104,11%	87,63%	54,3%
6 - Despesa de Capital	8 788 122	4 555 650	9 278 634	5 863 943	9 241 760	6 658 372	10 790 752	6 756 964	51,84%	63,20%	72,05%	62,62%	10,8%
7 - Receita Total (1+2+3+5)	19 934 481	17 410 021	20 686 769	19 143 856	20 507 642	20 636 236	22 770 670	22 369 727	87,34%	92,54%	100,63%	98,24%	10,9%
8 - Despesa Total (4+6)	19 934 481	13 376 350	20 686 769	15 532 333	20 507 642	16 371 965	22 770 670	17 034 616	67,10%	75,08%	79,83%	74,81%	7,71%

**Gráfico nº 16 - Variação das Receitas e Despesas 2014/2017**


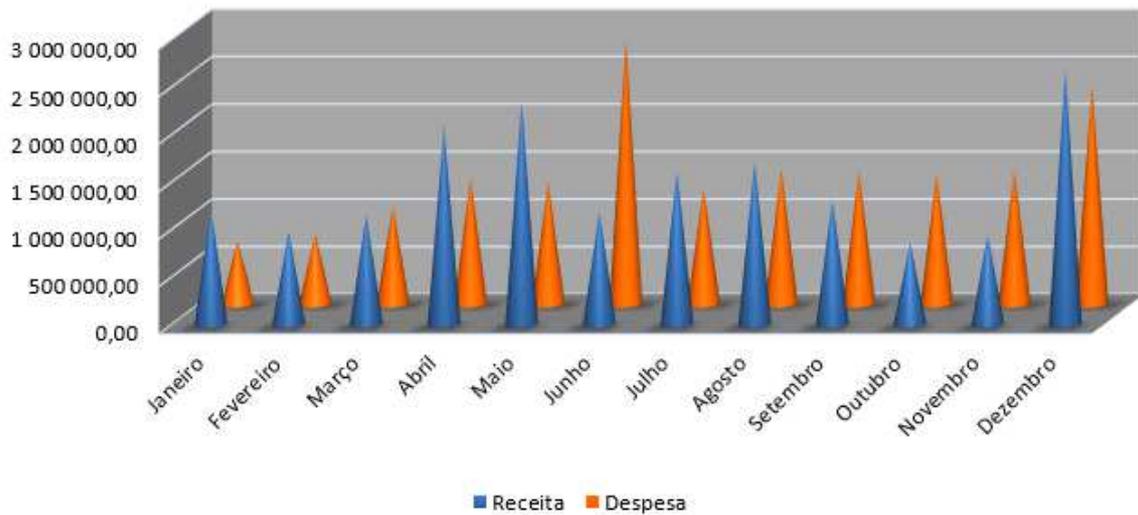
O grau de execução orçamental da receita total disponível apresentou em 2017 uma taxa de execução da receita na ordem dos 98,24%. Embora tenha ocorrido uma diminuição da taxa de execução da receita municipal, que em 2016 foi de 100,63%, a evolução da receita corrente é bastante positiva e estável, rondando as taxas de execução dos 100% de execução. Estes dados demonstram a preocupação na elaboração de orçamentos municipais mais realistas e prudentes.

O quadro seguinte permite analisar a evolução da receita e da despesa ao longo do ano (por mês).

**Quadro nº 27 - Distribuição da Despesa e Receita ao longo dos meses de 2017** (unidade monetária : Euros)

Mês	Receita				Despesa		
	Corrente	Capital	Outras Rec.	Total	Corrente	Capital	Total
Saldo Gerência Anterior			4.264.270,20	<b>4.264.270,20</b>			
Janeiro	1.091.098,71	124.991,04	0,00	<b>1.216.089,75</b>	622.955,42	43.437,99	<b>666.393,41</b>
Fevereiro	874.012,41	100.537,17	910,00	<b>975.459,58</b>	570.376,50	171.516,18	<b>741.892,68</b>
Março	906.045,13	243.757,59	38,80	<b>1.149.841,52</b>	807.526,96	227.074,55	<b>1.034.601,51</b>
Abril	1.029.248,31	1.058.327,40	20,00	<b>2.087.595,71</b>	738.119,31	597.412,05	<b>1.335.531,36</b>
Maio	2.090.866,59	254.953,74	20,00	<b>2.345.840,33</b>	936.300,80	355.751,16	<b>1.292.051,96</b>
Junho	963.519,04	221.267,74	105,69	<b>1.184.892,47</b>	1.431.196,33	1.370.320,31	<b>2.801.516,64</b>
Julho	794.966,14	825.910,78	20,00	<b>1.620.896,92</b>	819.157,84	404.770,31	<b>1.223.928,15</b>
Agosto	1.658.617,23	50.884,34	0,00	<b>1.709.501,57</b>	857.613,75	569.348,51	<b>1.426.962,26</b>
Setembro	1.266.343,47	48.597,00	0,00	<b>1.314.940,47</b>	832.349,51	575.812,92	<b>1.408.162,43</b>
Outubro	746.168,96	110.721,59	0,00	<b>856.890,55</b>	733.207,52	636.654,97	<b>1.369.862,49</b>
Novembro	850.507,30	94.624,75	0,00	<b>945.132,05</b>	828.048,61	588.998,21	<b>1.417.046,82</b>
Dezembro	1.645.735,93	1.052.542,27	97,61	<b>2.698.375,81</b>	1.100.800,18	1.215.866,49	<b>2.316.666,67</b>
	<b>13.917.129,22</b>	<b>4.187.115,41</b>	<b>1.212,10</b>	<b>22.369.726,93</b>	<b>10.277.652,73</b>	<b>6.756.963,65</b>	<b>17.034.616,38</b>

**Gráfico nº17 - Evolução Mensal das Receitas e Despesas 2017 (excluindo Saldo de Gerência Transitado)**



Destacam-se, na receita, os meses de maio, julho, agosto, setembro e dezembro

- maio – IMI = 1.238.556,84€
- julho – Vendas de Bens de Investimento= 412.776,00€
- agosto – IMI= 326.083,26€ + Derrama= 464.391,40€
- setembro – Derrama = 476.898,27€
- dezembro - IMI =678.190,12€

### 5.1.3. Relação Entre Receita e Despesa

#### ► Saldo de gerência

No quadro seguinte apresenta-se a evolução dos recebimentos e pagamentos nos seus principais agregados de 2014 a 2017.

**Quadro nº 28 - Recebimentos, Pagamentos e Saldos Orçamentais**
*( unidade monetária : Euros)*

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL (VERTENTE CAIXA)	2014	2015	2016	2017
<b>RECEITAS</b>				
Receitas Correntes	12 741 855,63	13 266 075,04	13 514 064,05	13 917 129,22
Receitas de Capital	1 240 513,76	1 836 810,83	3 506 973,33	4 187 115,41
Reposições Abatidas nos Pagamentos	13 170,20	7 299,40	3 675,62	1 212,10
Saldo da Gerência Anterior	3 414 481,24	4 033 670,68	3 611 522,62	4 264 270,20
<b>Total Recebimentos (Ano)</b>	<b>13 995 539,59</b>	<b>15 110 185,27</b>	<b>17 024 713,00</b>	<b>18 105 456,73</b>
<b>Total Recebimentos</b>	<b>17 410 020,83</b>	<b>19 143 855,95</b>	<b>20 636 235,62</b>	<b>22 369 726,93</b>
<b>DESPESAS</b>				
Despesas Correntes	8 820 699,93	9 668 389,87	9 713 593,22	10 277 652,73
Despesas de Capital	4 555 650,22	5 863 943,46	6 658 372,20	6 756 963,65
<b>Total Pagamentos</b>	<b>13 376 350,15</b>	<b>15 532 333,33</b>	<b>16 371 965,42</b>	<b>17 034 616,38</b>
<b>SALDOS ORÇAMENTAIS</b>				
<b>Saldo Corrente</b> (Receitas Correntes + Despesas Correntes)	3 921 155,70	3 597 685,17	3 800 470,83	3 639 476,49
<b>Saldo de Capital</b> (Receitas de Capital + Despesas de Capital)	(3 315 136,46)	(4 027 132,63)	(3 151 398,87)	(2 569 848,24)
<b>Saldo do Exercício</b> (Saldo Corrente+Saldo de Capital+ Reposições não Abatidas nos Pag.tos)	619 189,44	(422 148,06)	652 747,58	1 070 840,35
Encargos Não Pagos*	239 774,08	48 272,59	125 720,78	90 740,59
Encargos transitados de anos anteriores	301 910,93	239 774,08	48 272,59	125 720,78
<b>Saldo Real do Exercício</b> ( Saldo do exercício - Encargos não Pagos + Encargos transitados de exercícios anteriores)	681 326,29	(230 646,57)	575 299,39	1 105 820,54
<b>Saldo Orçamental da Gerência</b> ( Saldo Inicial da Gerência/Saldo a Gerência anterior +Saldo do Exercício)	<b>4 033 670,68</b>	<b>3 611 522,62</b>	<b>4 264 270,20</b>	<b>5 335 110,55</b>

\* corresponde à diferença entre o valor faturado e o valor pago - Posição do Orçamento da Despesa

Da análise do quadro supra, verificamos que ao longo do último quadriénio, o Município de Estarreja, tem registado saldos de tesouraria positivos sendo que o saldo da gerência 2017, o qual transita para o exercício seguinte (ano 2018) totaliza um global de 5.335.110,55€, significando, um acréscimo de poupança em relação ao saldo de gerência de 2016 no valor de 1.070.840,35€ (+25,11%).

De referir, que o Saldo do Exercício (receitas expurgadas do efeitos do saldo de gerência transitado do exercício anterior) regista um valor positivo, (+) 1.070.840,35€ significando que o valor das receitas arrecadadas no próprio ano são superiores às despesas pagas no ano.

O indicador Saldo Real do Exercício incorpora encargos não pagos no exercício, sendo que este saldo tem conhecido uma trajetória um pouco diferente do saldo de gerência, dada a dívida a transitar para o ano seguinte e a dívida transitada de anos anteriores. O saldo real do exercício foi positivo no ano 2017, no valor de 1.105.820,54€, representando um aumento de 530.521,15€ relativamente ao registado em 2016.

### ► Evolução dos Fluxos Monetários (operações orçamentais)

A análise que se segue pretende avaliar as fontes de financiamento e a evolução da variação de ativos numa ótica orçamental que, durante os últimos quatro anos, tiveram reflexos no saldo final da conta de gerência. O objetivo é relacionar a evolução das despesas e receitas efetivas e confrontá-las com o desenvolvimento quer do saldo corrente do exercício (receita corrente – despesa corrente), quer do de capital (receita de capital – despesas de capital), aferindo em que medida contribuem para financiar a gerência do exercício seguinte.

A Evolução dos Fluxos Financeiro do último quadriênio evidencia significativas poupanças corrente brutas que rondam os 3M€ e os 4M€, que resultam de anos seguidos com receitas correntes cobradas acima das despesas correntes pagas, destacando-se no presente exercício económico o expressivo acréscimo registado nesta componente.

#### Quadro nº 29 – Evolução dos Fluxos Financeiros

( unidade monetária : €uros)

	2014			2015			2016			2017		
	Receita Cobrada	Despesa Paga	Diferença									
Saldo da Gerência Anterior	3 414 481,24		3 414 481,24	4 033 670,68		4 033 670,68	3 611 522,62		3 611 522,62	4 264 270,20		4 264 270,20
Corrente	12 741 855,63	8 820 699,93	3 921 155,70	13 266 075,04	9 668 389,87	3 597 685,17	13 514 064,05	9 713 593,22	3 800 470,83	13 917 129,22	10 277 652,73	3 639 476,49
Capital	1 240 513,76	4 555 650,22	-3 315 136,46	1 836 810,83	5 863 943,46	-4 027 132,63	3 506 973,33	6 658 372,20	-3 151 398,87	4 187 115,41	6 756 963,65	-2 569 848,24
Outras	13 170,20		13 170,20	7 299,40		7 299,40	3 675,62		3 675,62	1 212,10		1 212,10
<b>TOTAL .....</b>	<b>17 410 020,83</b>	<b>13 376 350,15</b>	<b>4 033 670,68</b>	<b>19 143 855,95</b>	<b>15 532 333,33</b>	<b>3 611 522,62</b>	<b>20 636 235,62</b>	<b>16 371 965,42</b>	<b>4 264 270,20</b>	<b>22 369 726,93</b>	<b>17 034 616,38</b>	<b>5 335 110,55</b>

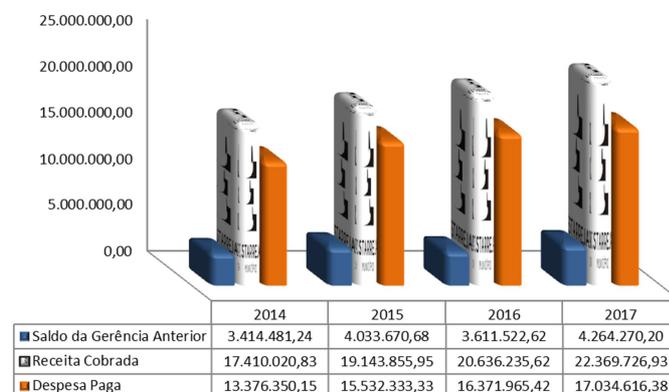
Em 2017, a receita corrente cobrada ascendeu a 13.917.129,22€ e a despesa paga situou-se nos 10.277.652,73€, refletindo uma considerável poupança corrente bruta de 3.639.476,49€, que sustentou não só *deficit* alcançado na componente de capital, uma vez que a receita cobrada é inferior à despesa paga, mas também libertou fluxos monetários para a gerência seguinte, apresentando-se uma vez mais como principal fonte de financiamento do investimento. Comportamento inverso é assegurado pelas rubricas de natureza de capital, uma vez que a receita cobrada é sempre inferior à despesa paga, apresentando-se sempre com variações negativas que só serão combatidas recorrendo à poupança corrente realizada no exercício e ao saldo da gerência anterior.

Relativamente à componente de capital, observa-se que a receita cobrada tem sido inferior à despesa paga, motivando sucessivos saldos negativos de capital, sustentados pela poupança corrente bruta e pelo saldo da gerência anterior. No exercício de 2017, importa realçar que o saldo negativo de capital foi totalmente absorvido pela poupança corrente

Neste exercício, o total da receita cobrada bruta atingiu 22.369.726,93 € e a despesa total paga 17.034.616,38€ gerando um **saldo para a gerência seguinte** de 5.335.110,55€, superior ao transitado da gerência de 2016, em cerca de 25,11%, que representa em termos absolutos um acréscimo de 1.070.840,35€.

O próximo gráfico ilustra a evolução destes fluxos nos últimos quatro anos:

**Gráfico nº 18 - Evolução dos Fluxos Financeiros**

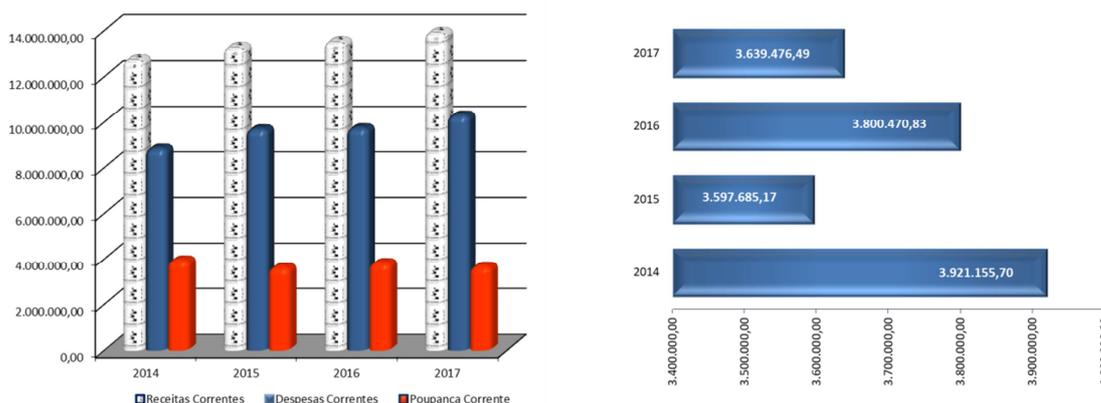


► **Poupança Corrente**

A poupança corrente cifrou-se em de 3.639.476,49€ traduzida no rácio financeiro de expressão da atividade municipal Receitas Correntes/Despesas Correntes, que regista o resultado de 135,41%, apresentando-se garantido o princípio do equilíbrio orçamental (vidé al. e) do ponto 3.1.1 do POCAL), segundo o qual *“o orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes”*.

A evolução da poupança corrente do exercício ao longo do último quadriénio permite verificar o bom desempenho financeiro do Município com uma significativa libertação de meios para aplicar em investimento e amortização da dívida de médio e longo prazo.

**Gráficos nº 19 e 20 – Evolução da Poupança Corrente**



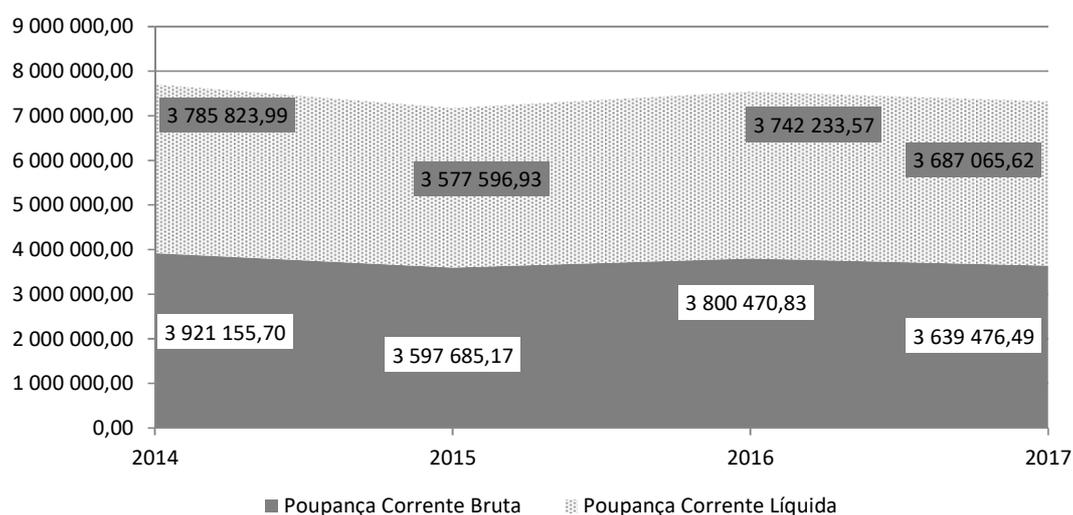
Todavia, o conceito de poupança corrente não pode ser descontextualizado nem das dívidas correntes transitadas, nem das receitas correntes liquidadas e não cobradas do exercício, pelo que importa avaliar simultaneamente a designada Poupança Líquida Corrente do Exercício, que compreende estas duas variáveis.

A poupança corrente acrescida dos movimentos das dívidas correntes transitadas e a transitar bem como a receita corrente liquidada e não cobrada no exercício, permite-nos obter uma poupança corrente do exercício que, em 2017, é de 3.687.065,62€.

**Quadro nº 30 – Poupança Líquida Corrente**
*( unidade monetária : €uros)*

Designação	2014	2015	2016	2017
Receita Corrente Executada	12 741 855,63	13 266 075,04	13 514 064,05	13 917 129,22
Despesa Corrente Executada	8 820 699,93	9 668 389,87	9 713 593,22	10 277 652,73
<b>Poupança Corrente Executada</b>	<b>3 921 155,70</b>	<b>3 597 685,17</b>	<b>3 800 470,83</b>	<b>3 639 476,49</b>
Dívida Corrente Transitada da Gerência anterior	174 358,29	234 400,69	38 814,66	117 611,78
Dívida Corrente Transitada para Gerência seguinte	234 400,69	38 814,66	117 611,78	90 740,59
Receita Corrente Liquidada e não cobrada da gerência anterior	1 149 066,21	1 073 776,90	858 102,63	878 662,49
Receita Corrente Liquidada e não cobrada para a gerência seguinte	1 073 776,90	858 102,63	878 662,49	899 380,43
<b>Poupança Corrente do Exercício</b>	<b>3 785 823,99</b>	<b>3 577 596,93</b>	<b>3 742 233,57</b>	<b>3 687 065,62</b>

De assinalar que no cálculo da poupança líquida apenas foram consideradas as receitas correntes liquidadas e não cobradas no próprio exercício, pelo que tais receitas estão deduzidas do montante transitado da gerência anterior.

**Gráficos nº 21 – Evolução da Poupança Líquida Corrente**

**► Equilíbrio Orçamental**

No que respeita ao cumprimento da regra do equilíbrio orçamental consagrada no Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, estabelece que os orçamentos preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas e que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

De referir, que o cumprimento da referida regra de equilíbrio orçamental deve ser garantido, relativamente a cada ano económico, no momento, da elaboração do orçamento, das respetivas modificações e em termos de execução orçamental.

As condições impostas legalmente, funcionam como forma de contenção do *deficit* orçamental e de formação da poupança corrente, tendo em vista a sua aplicação na despesa de investimento.

Para aferir o cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental nas diferentes fases do ciclo orçamental, apresenta-se o quadro seguinte:

**Quadro nº 31**

<b>PRINCÍPIO EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL</b>				
<b>ANO 2017</b>				
		<b>Dotação Inicial</b>	<b>Dotação Final</b>	<b>Execução Orçamental</b>
(1)	Receita Corrente	13 698 351,00	13 698 351,00	13 917 129,22
(2)	Despesa Corrente	11 106 620,00	11 979 918,61	10 277 652,73
(3)=(1)-(2)	<b>Poupança Corrente</b>	<b>2 591 731,00</b>	<b>1 718 432,39</b>	<b>3 639 476,49</b>
(4)	Amortizações Médias Empréstimos M/LI	1 142 678,96	1 142 678,96	1 142 678,96
(5)=(3)-(4)		<b>1 449 052,04</b>	<b>575 753,43</b>	<b>2 496 797,53</b>

Conclui-se da análise do quadro supra que o município cumpriu integralmente o princípio do equilíbrio orçamental, verificando-se uma cobertura das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo pela poupança corrente, culminando, em matéria de execução orçamental, com a libertação de 2.496.797,53€ para financiamento de investimento.

#### ➤ **Equilíbrio Orçamento em sentido substancial**

O **Princípio do Equilíbrio em Sentido Substancial** pode ser analisado numa ótica de *Execução Autónoma do Ano*, em que se avalia a taxa de cobertura das despesas orçamentais realizadas e pagas no ano pelas receitas disponíveis do ano ou, pode ser analisado numa ótica de *Execução Global* através da taxa de cobertura das despesas orçamentais totais (pagas e a transitar para o ano seguinte) pelas receitas disponíveis no ano.

Neste pressuposto, apresenta-se o seguinte quadro que pretende demonstrar o grau de execução daquele Princípio.

**Quadro nº 32 – Equilíbrio Orçamental em Sentido Substancial**

( unidade monetária : Euros)

CONTROLO DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL EM SENTIDO SUBSTANCIAL				
	2014	2015	2016	2017
<b>Receita Cobrada</b>	<b>13 995 540</b>	<b>15 110 185</b>	<b>17 024 713</b>	<b>18 105 457</b>
Corrente	12 741 856	13 266 075	13 514 064	13 917 129
Capital	1 240 514	1 836 811	3 506 973	4 187 115
Outras Receitas	13 170	7 299	3 676	1 212
<b>Despesa Paga</b>	<b>13 376 350</b>	<b>15 532 333</b>	<b>16 371 965</b>	<b>17 034 616</b>
Corrente	8 820 700	9 668 390	9 713 593	10 277 653
Capital	4 555 650	5 863 943	6 658 372	6 756 964
<b>Saldo Transitado de Operações Orçamentais</b>	<b>3 414 481</b>	<b>4 033 671</b>	<b>3 611 523</b>	<b>4 264 270</b>
<b>Divida Transitada ( Outras dividas a 3ºs de Curto Prazo)- Balancete de terceiros</b>				
Da Gerência Anterior	1 745 566	1 857 725	1 627 783	1 445 969
Para a Gerência Seguinte	1 857 725	1 627 783	1 445 969	1 653 130
<b>Equilíbrio Orçamental Substancial (Execução Autônoma do ano)</b>	<b>103,76%</b>	<b>98,74%</b>	<b>105,15%</b>	<b>105,01%</b>
<b>Equilíbrio Orçamental Substancial (Execução Global do ano)</b>	<b>114,28%</b>	<b>111,56%</b>	<b>115,82%</b>	<b>119,70%</b>

Da análise do quadro acima, é possível concluir que no ano 2017 o Princípio do Equilíbrio Orçamental em Sentido Substancial **foi integralmente cumprido**, quer no que toca à execução autónoma do ano (105,01%) quer no que toca à execução global do ano 119,70%).

#### 5.1.4. Movimentos de Tesouraria

Na sequência de recomendação do Tribunal de Contas e, apesar do instituído no ponto 7.6 do POCAL, o movimento das cauções quando em dinheiro está inserido no “Mapa de Fluxos de Caixa” por estas serem objeto de tratamento contabilístico no sistema de contabilidade patrimonial, e estarem devidamente refletidas no saldo das dotações não orçamentais, bem como na conta de disponibilidades constante do balanço da autarquia.

Atendendo ao exposto, no “Mapa das Contas de Ordem” só estão refletidas as cauções e depósitos de garantia que revestem a forma de seguro caução, garantia bancária ou outra forma análoga titulada por um documento.

##### ➤ Fluxos de Caixa

O **mapa de fluxos de caixa** efetua uma discriminação dos recebimentos e pagamentos respeitantes à execução orçamental, segmentando-a em corrente e capital e assim como das operações não orçamentais (operações de tesouraria e cauções em dinheiro), neste documento são demonstrados, os respetivos saldos, da gerência anterior e para a gerência seguinte, desagregados de acordo com a sua origem.

As operações de tesouraria (incluindo cauções em dinheiro) são operações de entrada e saída de fundos sem implicações orçamentais que os serviços autárquicos efetuem para terceiros, sendo apenas objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial.

O quadro infra apresenta, de forma resumida, todos os movimentos dos fluxos de caixa ocorridos no exercício de 2017.

**Quadro nº 33 – Mapa Fluxos de Caixa - RESUMO**

( unidade monetária : €uros)

RECEBIMENTOS / ENTRADA DE FUNDOS			PAGAMENTOS / SAÍDA DE FUNDOS		
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		4 764 780,29	DESPESAS ORÇAMENTAIS		17 034 616,38
Da Conta de Execução Orçamental	4 264 270,20		Correntes	10 277 652,73	
Da Conta de Operações Tesouraria	500 510,09		Capital	6 756 963,65	
RECEITAS ORÇAMENTAIS		18 105 456,73	OPERAÇÕES DE TESOURARIA		975 210,32
Correntes	13 917 129,22		SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE		6 111 314,41
Capital	4 187 115,41		Da Conta Execução Orçamental	5 335 110,55	
Outras	1 212,10		Da Conta Oper. Tesouraria	776 203,86	
OPERAÇÕES DE TESOURARIA		1 250 904,09	TOTAL		24 121 141,11
TOTAL		24 121 141,11	TOTAL		24 121 141,11

Da avaliação dos movimentos financeiros ocorridos na gerência de 2017 pode-se concluir que:

- ♦ as entradas de fundos ascenderam a 19.356.360,82€, sendo 18.105.456,73€ provenientes de receitas orçamentais e 1.250.904,09€ a operações de tesouraria (dotações não orçamentais).
- ♦ Por sua vez, as saídas de fundos somaram 18.009.826,70€, dos quais 17.034.616,38€ resultam de despesas orçamentais (correntes e de capital) e o remanescente de despesas não orçamentais: 975.210,32€ procedentes de operações de tesouraria.
- ♦ Deste balanceamento entre entradas e saídas de fundos e o saldo transitado do ano anterior resulta como saldo final da gerência do ano de 2017, um total de 6.111.314,41€, sendo 5.335.110,55 € decorrentes da execução orçamental, 776.203,86€ de operações de tesouraria.

**Quadro nº34 - Resumo Fluxos de Caixa**

( unidade monetária : €uros)

Designação	Operações Orçamentais	Operações de Tesouraria	Total
(1) Saldo Transitado de 2016	4.264.270,20	500.510,09	4.764.780,29
(2) Receitas Arrecadadas	18.105.456,73	1.250.904,09	19.356.360,82
(3) Despesas Pagas	17.034.616,38	975.210,32	18.009.826,70
<b>Saldo Transitar para 2018 (1)+(2)-(3)</b>	<b>5.335.110,55</b>	<b>776.203,86</b>	<b>6.111.314,41</b>

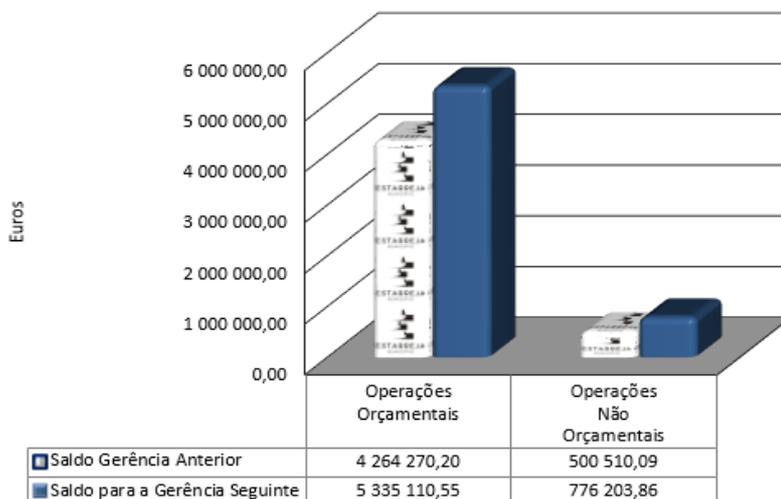
Da análise dos movimentos financeiros ocorridos no ano 2017 verifica-se que a receita global cobrada foi superior à despesa global paga em 1.346.534,12€. No entanto, se a este valor se acrescentar o saldo inicial de 4.764.780,29€, obtemos o saldo final da gerência a transitar para o exercício económico seguinte no valor global de 6.111.314,41€.

Conclui-se pois, que o valor das importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria, acrescido dos correspondentes saldos da gerência anterior, permite obter o valor do saldo a transitar para a gerência seguinte.

Este saldo final da gerência do ano 2017 do Mapa de Fluxos de Caixa corresponde ao valor das disponibilidades em balanço, o qual totaliza 6.111.314,41€, dos quais 5.335.110,55€ respeita a saldo de gerência decorrente da execução orçamental e 776.203,86€ a saldo de operações de tesouraria (operações extra-orçamentais).

O saldo orçamental positivo de €5.335.110,55€ corresponde a 29,47% da receita orçamental total.

**Gráficos nº22 – Comparação entre o saldo da Gerência Anterior e o Saldo de Gerência seguinte no Resumo de Fluxos de Caixa**



No âmbito das **Operações Não Orçamentais**, as operações de tesouraria são as cobranças que os serviços do Município da Estarreja realizaram para entidades terceiras (ex: ADSE, CGA, IGFSS, AT, Sindicatos, ATAM, ATAL, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e outros) ou seja, são operações de entrada e saída de fundos à margem do orçamento, sendo apenas objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial, e as cauções em dinheiro resultam de operações que não produzem alterações no património da entidade, mas representam possibilidade de futuras alterações.

Da análise dos dados do quadro apresentado abaixo, verifica-se que no exercício de 2017 os fluxos financeiros de entradas em cofre e destinados a outras entidades situaram-se nos 1.250.904,09€ €, enquanto os movimentos de saída perfizeram o montante de 975.210,32 €. A maior parte destes movimentos são de natureza fiscal destinados a ser entregues ao Estado, designadamente em matéria de retenção de impostos sobre rendimento e contribuições para a Segurança Social, assim, o tempo que permanecem nos cofres da autarquia é reduzido uma vez cumpridos os prazos de entrega legalmente impostos.

As cauções em dinheiro assumem uma maior importância no total das operações não orçamentais, consequência dos saldos que transitaram de gerências anteriores.

**Quadro nº 35 – Mapa de Operações de Tesouraria (Dotações Não Orçamentais) –RESUMO**

DESIGNAÇÃO DAS CONTAS	Saldo da Gerência Anterior		Movimento Anual		Saldo para a Gerência Seguinte	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
<b>21</b> CLIENTES/CONTRIBUENTES/UTENTES		<b>32.123,56</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>32.123,56</b>
<b>21.7</b> Clientes e Utentes C/ Cauções		<b>32.123,56</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>32.123,56</b>
21.7.1 Cauções de água		31.664,41	0,00	0,00		31.664,41
21.7.2 Preparos para processos licenciamento sanitários		459,15	0,00	0,00		459,15
<b>24</b> ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS		<b>57.736,87</b>	<b>840.947,55</b>	<b>842.818,07</b>		<b>59.607,39</b>
<b>24.2</b> Retenção de impostos sobre rendimentos		<b>32.116,36</b>	<b>402.952,18</b>	<b>401.264,67</b>		<b>30.428,85</b>
24.2.1 Trabalho dependente		28.632,00	370.564,00	370.505,00		28.573,00
24.2.2 Rendimentos Profissionais		2.806,36	27.726,18	26.775,67		1.855,85
24.2.6 IRS - Sobretaxa Extraordinária		678,00	4.662,00	3.984,00		0,00
<b>24.4</b> Restantes impostos		<b>0,00</b>	<b>201,18</b>	<b>207,79</b>		<b>6,61</b>
24.4.1 Imposto de selo		0,00	201,18	207,79		6,61
<b>24.5</b> Contribuições para a Segurança Social		<b>24.164,13</b>	<b>406.700,66</b>	<b>408.708,53</b>		<b>26.172,00</b>
24.5.1 Caixa Geral de Aposentações		19.624,41	254.857,00	254.232,04		18.999,45
24.5.2 Segurança Social		4.539,72	58.916,54	61.546,87		7.170,05
24.5.3 Assistência na doença dos funcionários públicos			92.927,12	92.929,62		2,50
<b>24.6</b> Participação de EOEP em multas e Coimas		<b>3,50</b>	<b>3,50</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
24.6.1 Participação em Multas e Coimas - GNR Avanca		3,50	3,50	0,00		0,00
<b>24.9</b> Outras Contribuições		<b>1.452,88</b>	<b>31.090,03</b>	<b>32.637,08</b>		<b>2.999,93</b>
24.9.1 Multas e Coimas		0,00	0,00	0,00		0,00
24.9.9 Outras		1.452,88	31.090,03	32.637,08		2.999,93
<b>26</b> OUTROS DEVEDORES E CREDORES		<b>410.649,66</b>	<b>134.262,77</b>	<b>408.086,02</b>		<b>684.472,91</b>
<b>26.1</b> Fornecedores de Imobilizado		<b>27.373,29</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>27.373,29</b>
26.1.2 Fornecedores de Imobilizado c/ garantias		27.373,29	0,00	0,00		27.373,29
<b>26.2</b> Pessoal		<b>19.586,85</b>	<b>0,00</b>	<b>1.199,08</b>		<b>20.785,93</b>
26.2.9 Outras operações com o pessoal		19.586,85	0,00	1.199,08		20.785,93
<b>26.3</b> Sindicatos		<b>487,42</b>	<b>6.393,77</b>	<b>5.906,35</b>		<b>0,00</b>
<b>26.8</b> Devedores e Credores diversos		<b>363.202,10</b>	<b>127.869,00</b>	<b>400.980,59</b>		<b>636.313,69</b>
26.8.7 Devedores e Credores Diversos - OT		363.202,10	127.869,00	400.980,59		636.313,69
26.8.8 Devedores e Credores Diversos - Outros		0,00	0,00	0,00		0,00
<b>TOTAL .....</b>		<b>500.510,09</b>	<b>975.210,32</b>	<b>1.250.904,09</b>		<b>776.203,86</b>

Apesar da sua natureza não orçamental, estes fluxos de entrada e a saída de fundos, tal como nas operações de carácter orçamental, são sempre documentados, respetivamente por guia de recebimento e ordem de pagamento.

➤ **Contas de Ordem**

As contas de ordem têm por finalidade contabilizar factos ou circunstâncias que não produzem modificações no património da autarquia, mas que representam possibilidades de futuras alterações ao mesmo, anotando-se, contudo, que apenas se faz referência à movimentação de garantias e cauções tituladas por papel, uma vez que as garantias prestadas em numerário, estão vertidas no mapa de operações não orçamentais anteriormente referido, por terem dado origem a registos na contabilidade patrimonial.

O quadro apresentado infra reflete os movimentos ocorridos nas contas de ordem, durante o ano em análise.

**Quadro nº 36 – Resumo das Contas de Ordem**

RECEBIMENTOS / ENTRADA DE FUNDOS			PAGAMENTOS / SAÍDA DE FUNDOS		
Saldo da Gerência Anterior		2 252 407,60	Garantias e Cauções Accionadas		0,00
			Garantias e Cauções Devolvidas		411 175,94
Garantias e cauções	2 038 175,09		Receita Virtual Cobrada	718,20	
Recibos para cobrança	214 232,51		Receita Virtual Anulada	840,40	1 558,60
Garantias e Cauções Prestadas		213 962,91			
Receita Virtual Liquidada		3 436,52	Saldo para a Gerência Seguinte		2 057 072,49
			Garantias e Cauções	1 840 962,06	
			Recibos para cobrança	216 110,43	
<b>TOTAL</b>		<b>2 469 807,03</b>	<b>TOTAL</b>		<b>2 469 807,03</b>
		=====			=====

No início do ano de 2017, a autarquia detinha o valor de 214.232,51€ respeitante a recibos para cobrança (receita virtual), a que acresceu durante o ano o montante de 3.436,52€. No entanto, 718,20€ foram transformados em receita efetiva e foram anulados 840,40€, pelo que transitam para 2018 um valor de débitos ao tesoureiro que totaliza o montante de 216.110,43€.

Por outro lado, para 2018 transita um valor de fundos caucionados na ordem dos 1.840.962,06€ resultante de um saldo inicial de 2.038.175,09€, a que deduziram da libertação de cauções em 411.175,94€, tendo sido prestadas no ano 2017, 213.962,91€ de cauções.

## 5.2. ANÁLISE DA RECEITA.

### 5.2.1. Execução Orçamental da Receita

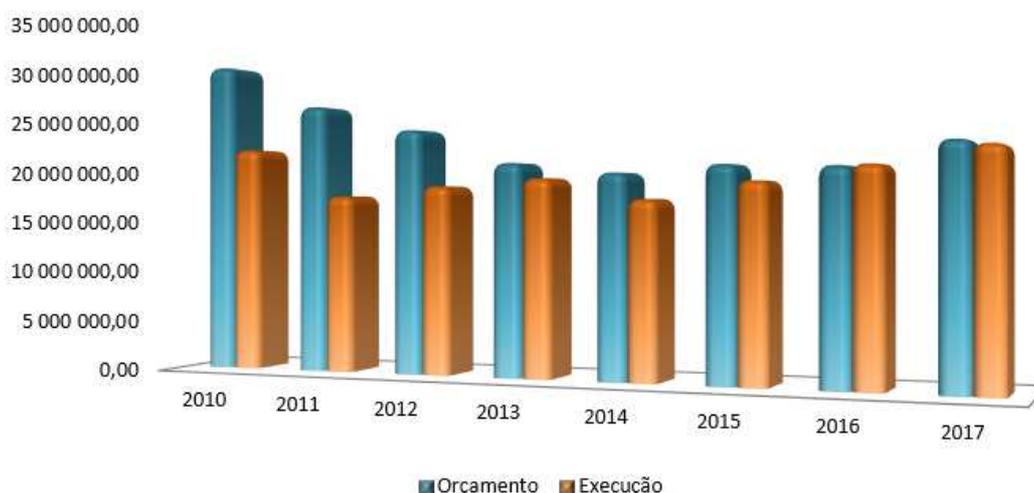
A análise da execução do orçamento da receita revela um significativo aumento dos valores absolutos arrecadados em 2017, no seguimento do que se verificou no último exercício. Esse acréscimo ascendeu a uma receita de 22.369.726,93€, que equivale a uma taxa de execução do orçamento da receita de 98,24 p.p..

**Quadro nº 37 – Evolução do Orçamento da Receita e sua Execução**

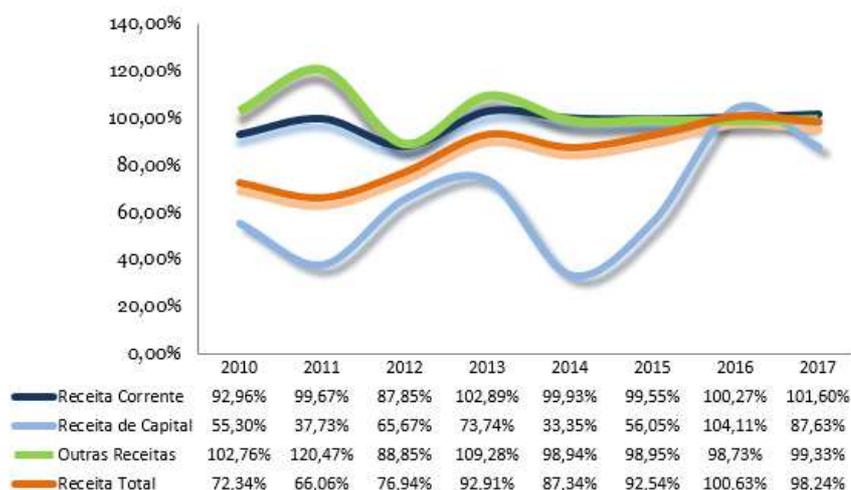
( unidade monetária: Euros)

ORÇAMENTO DA RECEITA	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Orçamento	31 005 976,00	26 755 740,00	24 263 263,86	20 918 854,60	19 934 481,24	20 686 768,75	20 507 642,23	22 770 670,28
Execução	22 430 658,00	17 673 550,00	18 668 190,12	19 436 603,69	17 410 020,83	19 143 855,95	20 636 235,62	22 369 726,93
%	<b>72,34%</b>	<b>66,06%</b>	<b>76,94%</b>	<b>92,91%</b>	<b>87,34%</b>	<b>92,54%</b>	<b>100,63%</b>	<b>98,24%</b>

**Gráficos nº 23 – Evolução do Orçamento da Receita e sua Execução**



**Gráfico nº 24 - Evolução das Taxas de Execução da Receita**



De realçar, que desde 2013 os orçamentos municipais se têm demonstrado mais realistas, registando-se taxas de execução da receita total acima dos 85%.

**Quadro nº38 - Execução das Receitas**

( unidade monetária : €uros )

Capítulos	Previsão		Valor da Execução (c)	Desvio		
	Inicial (a)	Final (b)		Valor (c)-(b)	Exec % (c)/(a)	Exec % (c)/(b)
<b>Receitas Correntes</b>	<b>13 698 351,00</b>	<b>13 698 351,00</b>	<b>13 917 129,22</b>	<b>218 778,22</b>	<b>101,60%</b>	<b>101,60%</b>
Impostos Directos	4 244 100,00	4 244 100,00	4 466 122,69	222 022,69	105,23%	105,23%
Imposto municipal sobre Imóveis	2 515 000,00	2 515 000,00	2 467 821,58	-47 178,42	98,12%	98,12%
Imposto Único de Circulação	550 000,00	550 000,00	596 037,32	46 037,32	108,37%	108,37%
Imposto municipal s/ transmissões onerosas	394 100,00	394 100,00	410 767,98	16 667,98	104,23%	104,23%
Derrama	783 500,00	783 500,00	991 495,81	207 995,81	126,55%	126,55%
Impostos abolidos	1 000,00	1 000,00	0,00	-1 000,00	0,00%	0,00%
Impostos Directos Diversos	500,00	500,00	0,00	-500,00	0,00%	0,00%
Impostos Indirectos	650 600,00	650 600,00	458 934,92	-191 665,08	70,54%	70,54%
Taxas, Multas e Outras Penal.	140 400,00	140 400,00	190 436,79	50 036,79	135,64%	135,64%
Rendimentos de Propriedade	622 500,00	622 500,00	584 672,03	-37 827,97	93,92%	93,92%
Transferências Correntes	6 748 051,00	6 748 051,00	6 750 915,47	2 864,47	100,04%	100,04%
Venda de Bens e Serviços Correntes	1 233 600,00	1 233 600,00	1 199 897,54	-33 702,46	97,27%	97,27%
Outras Receitas Correntes	59 100,00	59 100,00	266 149,78	207 049,78	450,34%	450,34%
<b>Receitas de Capital</b>	<b>3 271 649,00</b>	<b>4 778 049,08</b>	<b>4 187 115,41</b>	<b>-590 933,67</b>	<b>87,63%</b>	<b>87,63%</b>
Venda de Bens de Investimento	869 500,00	1 607 800,00	1 034 715,50	-573 084,50	119,00%	64,36%
Transferências de Capital	2 389 167,00	2 389 167,00	2 347 048,82	-42 118,18	98,24%	98,24%
Passivos Financeiros	500,00	768 600,08	754 624,64	-13 975,44	150924,93%	98,18%
Emp. Contraídos a M/L Prazo	500,00	768 600,08	754 624,64	-13 975,44	150924,93%	98,18%
Outras Receitas de Capital	12 482,00	12 482,00	50 726,45	38 244,45	406,40%	406,40%
<b>Outras Receitas</b>	<b>30 000,00</b>	<b>30 000,00</b>	<b>1 212,10</b>	<b>-28 787,90</b>	<b>4,04%</b>	<b>4,04%</b>
Reposições Não Abatidas nos Pagam.	30 000,00	30 000,00	1 212,10	-28 787,90	4,04%	4,04%
<b>Saldo da Gerência Anterior</b>		<b>4 264 270,20</b>	<b>4 264 270,20</b>	<b>0,00</b>		
Na Posse do Serviço.		4 264 270,20	4 264 270,20	0,00		
<b>Total da receita</b>	<b>17 000 000,00</b>	<b>22 770 670,28</b>	<b>22 369 726,93</b>	<b>-400 943,35</b>	<b>131,59%</b>	<b>98,24%</b>

Com base no quadro supra, comparando o valor orçado das Receitas Totais (22.770.670,28€), com o efetivamente arrecadado (22.369.726,93€) no ano económico em análise, obtém-se uma taxa de execução a nível das receitas de 98,24 %, ou seja, o valor da cobrança efetiva foi inferior ao previsto em € 400.943,35.

Relativamente às Receitas Correntes, verificou-se que o valor da totalidade das receitas efetivamente cobradas, é praticamente idêntico ao valor das orçadas, correspondendo a uma taxa de execução do orçamento das receitas correntes de 101,60%, com um desvio positivo de apenas 218.778,22€.

Para esta taxa de execução da receita corrente, importa destacar o desempenho das Outras Receitas Correntes (+350,34 p.p.), das Taxas, Multas e Outras Penalidades (+35,64 p.p.), da Derrama (+26,55 p.p.), e do Imposto Municipal sobre Transmissões (+4,230 p.p.). Das rubricas que tiveram um desempenho desfavorável, destaque para os Impostos Indiretos (-29,46 p.p.), os Rendimentos de Propriedade (-6,08%) e o IMI (-1,88 p.p.).

No geral as Receitas de Capital cobradas foram inferiores às orçadas, em 590.933,67€, correspondendo a uma taxa de execução de 87,63%.

O detalhe das receitas de capital, mostra o fraco desempenho face às previsões das Transferências de Capital (-1,76 p.p.) e da Venda de Bens de Investimento (-35,64 p.p.). No que se refere ao primeiro tipo de receita, esta situação está diretamente relacionada com os acertos verificados no encerramento das candidaturas financiadas pelo QREN e correspondente correção do financiamento. Por outro lado, as Outras Receitas de Capital (+306,40 p.p.) tiveram uma taxa de execução superior à previsão.

No que se refere às Reposições Não Abatidas nos Pagamentos das Outras Receitas, verificou-se que as receitas cobradas foram inferiores às orçadas, em 28.787,90€, correspondendo a uma taxa de execução de 4,04%.

### 5.2.2. Estrutura e Evolução da Receita

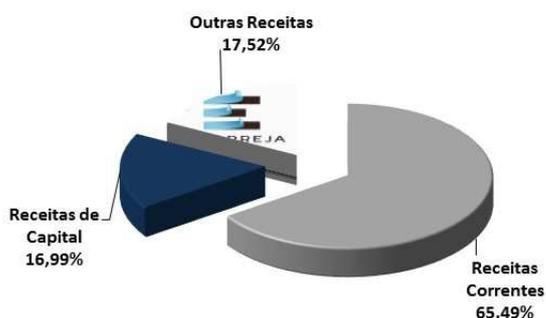
Com base nos valores descritos no quadro nº38 e atendendo à estrutura primária das receitas, verifica-se que no exercício económico de 2017, o Município de Estarreja arrecadou 13.917.129,22€ de Receitas Correntes, 4.187.115,41€ de Receitas de Capital e 4.265.482,30€ de Outras Receitas, perfazendo um total de 22.369.726,93€ de Receitas Municipais. Relativamente ao ano anterior, verifica-se um acréscimo de receitas arrecadadas de 8,40%.

**Quadro nº 39 - Evolução da Receita (2016/2017)**

( unidade monetária : Euros)

	2016	2017	%	Desvio	Tx Cresc.
Receitas Correntes	13 514 064,05	13 917 129,22	62,21%	403 065,17	2,98%
Receitas de Capital	3 506 973,33	4 187 115,41	18,72%	680 142,08	19,39%
Outras Receitas	3 615 198,24	4 265 482,30	19,07%	650 284,06	17,99%
<b>Receitas Totais</b>	<b>20 636 235,62</b>	<b>22 369 726,93</b>	<b>100,00%</b>	<b>1 733 491,31</b>	<b>8,40%</b>

**Gráfico nº 25 - Estrutura Interna das Receitas 2017**



Constata-se que 62,21% das Receitas Totais são relativas a Receitas de natureza corrente, as Receitas de Capital representam 18,72%, enquanto as Outras Receitas correspondem a 19,07% das Receitas Totais arrecadadas pelo município no ano de 2017.

Comparativamente com o ano 2016 verifica-se que as Receitas de Capital aumentaram cerca de 19,39%, tendo as Receitas Correntes registado um aumento ligeiro de 2,98%. Quanto às Outras Receitas, podemos confirmar que as mesmas cresceram 17,99%, justificado especialmente pela incorporação do saldo de gerência anterior que registou um significativo acréscimo de 25,11%.

Verifica-se até 2009 um crescimento da receita total do Município de Estarreja, com uma ligeira diminuição em 2010 e o agravamento desta queda em 2011. No entanto, durante os anos de 2012 e 2013 esta tendência foi corrigida, tendo-se conseguido registar um novo aumento das receitas. Porém

estes bons indícios de recuperação foram interrompidos durante 2014, verificando-se desde 2015 uma nova subida, com o regresso a um valor semelhante ao arrecadado em 2009.

Importa referir que em 2017 as autarquias locais começaram a sentir os efeitos da retoma económica, contrariando a aplicação dos Pactos de Estabilidade e Crescimento que penalizaram economicamente este Município, ao receber um valor ligeiramente superior (€216.910,00) de fundos provenientes do Orçamento de Estado, comparativamente a 2016. Em 2017 atinge-se valores próximos dos recebidos em 2019.

**Gráfico nº 26 – Evolução das Receitas (2005-2017)**



Em termos globais, a taxa de execução das Receitas Totais apresenta um acréscimo de cerca de 8,40 pontos percentuais, relativamente ao verificado no ano anterior. No entanto, se optarmos, por decompor a Receita nos seus principais itens – Receitas Correntes e Receitas de Capital – podemos constatar que o seu desempenho foi parcialmente semelhante quando comparada com o ano anterior. Enquanto as receitas correntes apresentaram uma execução ligeiramente superior à do ano 2016 em 2,98 p.p., as receitas de capital assistiram a um significativo acréscimo, representando um aumento de 19,39 p.p., mesmo passando de uma taxa de execução de 104,11% em 2016, para 87,63% em 2017.

**Quadro nº40 - Execução Homóloga da Receita**

( unidade monetária : Euros)

Capítulos	2016				2017				Δ Exec 2016/2017	Tx Cresc.to
	Dotada	Cobrada	Desvio em Valor Absoluto	% de Execução	Dotada	Cobrada	Desvio em Valor Absoluto	% de Execução		
<b>Recetas Correntes</b>	<b>13 477 453,00</b>	<b>13 514 064,05</b>	<b>36 611,05</b>	<b>100,27%</b>	<b>13 698 351,00</b>	<b>13 917 129,22</b>	<b>218 778,22</b>	<b>101,60%</b>	<b>403 065,17</b>	<b>2,98%</b>
Impostos Directos	4 033 000,00	4 409 060,41	376 060,41	109,32%	4 244 100,00	4 466 122,69	222 022,69	105,23%	57 062,28	1,29%
Imposto municipal sobre Imóveis	2 640 000,00	2 377 821,56	-262 178,44	90,07%	2 515 000,00	2 467 821,58	-47 178,42	98,12%	90 000,02	3,78%
Imposto Único Circulação	560 500,00	557 602,15	-2 897,85	99,48%	550 000,00	596 037,32	46 037,32	108,37%	38 435,17	6,89%
Imposto municipal s/ transmissões onerosas	256 000,00	560 395,68	304 395,68	218,90%	394 100,00	410 767,98	16 667,98	104,23%	-149 627,70	-26,70%
Derrama	575 000,00	913 241,02	338 241,02	158,82%	783 500,00	991 495,81	207 995,81	126,55%	78 254,79	8,57%
Impostos abolidos	1 000,00	0,00	-1 000,00	0,00%	1 000,00	0,00	-1 000,00	0,00%	0,00	n.a.
Impostos Directos Diversos	500,00	0,00	-500,00	0,00%	500,00	0,00	-500,00	0,00%	0,00	n.a.
Impostos Indirectos	739 000,00	581 554,28	-157 445,72	78,69%	650 600,00	458 934,92	-191 665,08	70,54%	-122 619,36	-21,08%
Taxas, Multas e Outras Penal.	144 400,00	122 515,85	-21 884,15	84,84%	140 400,00	190 436,79	50 036,79	135,64%	67 920,94	55,44%
Rendimentos de Propriedade	672 500,00	632 785,26	-39 714,74	94,09%	622 500,00	584 672,03	-37 827,97	93,92%	-48 113,23	-7,60%
Transferências Correntes	6 646 553,00	6 578 039,33	-68 513,67	98,97%	6 748 051,00	6 750 915,47	2 864,47	100,04%	172 876,14	2,63%
Venda de Bens e Serviços Correntes	1 169 000,00	1 111 163,02	-57 836,98	95,05%	1 233 600,00	1 199 897,54	-33 702,46	97,27%	88 734,52	7,99%
Outras Recetas Correntes	73 000,00	78 945,90	5 945,90	108,15%	59 100,00	266 149,78	207 049,78	450,34%	187 203,88	237,13%
<b>Recetas de Capital</b>	<b>3 368 666,61</b>	<b>3 506 973,33</b>	<b>138 306,72</b>	<b>104,11%</b>	<b>4 778 049,08</b>	<b>4 187 115,41</b>	<b>-590 933,67</b>	<b>87,63%</b>	<b>680 142,08</b>	<b>19,39%</b>
Venda de Bens de Investimento	1 250 636,61	2 243 622,29	992 985,68	179,40%	1 607 800,00	1 034 715,50	-573 084,50	64,36%	-1 208 906,79	-53,88%
Transferências de Capital	1 970 259,00	1 134 726,04	-835 532,96	57,59%	2 389 167,00	2 347 048,82	-42 118,18	98,24%	1 212 322,78	106,84%
Passivos Financeiros	500,00	0,00	-500,00	0,00%	768 600,08	754 624,64	-13 975,44	98,18%	754 624,64	n.a.
Emp. Contraídas a M/L Prazo	500,00	0,00	-500,00	0,00%	768 600,08	754 624,64	-13 975,44	98,18%	754 624,64	n.a.
Outras Recetas de Capital	147 271,00	128 625,00	-18 646,00	87,34%	12 482,00	50 726,45	38 244,45	406,40%	-77 898,55	-60,56%
<b>Outras Recetas</b>	<b>3 661 522,62</b>	<b>3 615 198,24</b>	<b>-46 324,38</b>	<b>98,73%</b>	<b>4 294 270,20</b>	<b>4 265 482,30</b>	<b>-28 787,90</b>	<b>99,33%</b>	<b>650 284,06</b>	<b>17,99%</b>
Reposições Não Abatidas nos Pagam.	50 000,00	3 675,62	-46 324,38	7,35%	30 000,00	1 212,10	-28 787,90	4,04%	-2 463,52	-67,02%
Saldo da Gerência Anterior	3 611 522,62	3 611 522,62	0,00	100,00%	4 264 270,20	4 264 270,20	0,00	100,00%	652 747,58	18,07%
<b>Total da receita</b>	<b>20 507 642,23</b>	<b>20 636 235,62</b>	<b>128 593,39</b>	<b>100,63%</b>	<b>22 770 670,28</b>	<b>22 369 726,93</b>	<b>-400 943,35</b>	<b>98,24%</b>	<b>1733 491,31</b>	<b>8,40%</b>

A decomposição dos agregados da receita, mostra que os **Impostos Directos** registaram uma subida de 1,29% traduzindo um aumento de arrecadação de receita face a 2016 de 57.062,28€, e que são reflexo da quebra registada no Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas (-26,70 p.p.), mas que foi compensada pelo crescimento registado na Derrama (+8,57 p.p.) e no Imposto municipal Sobre Imóveis (+3,78 p.p.).

No que concerne ao capítulo de **Impostos Indirectos** constata-se uma diminuição de 21,08 p.p. com relevo para o fraco desempenho da rubrica Loteamentos e Obras (-50,70 p.p.).

O capítulo de **Taxas, Multas e Outras Penalidades**, que traduzem na generalidade as operações com os particulares, conheceu um acréscimo significativo (+55,44 p.p.).

Os **Rendimentos de Propriedade** conheceram uma óbvia descida (-7,60 p.p.) justificada essencialmente pela quebra na distribuição de dividendos da ADRA, ERSUC e Lusitânia Gás, bem como pela diminuição de remunerações de produtos bancários, reflexo da diminuição das taxas de juros de aplicações financeiras.

As **Transferências Correntes** apresentaram um aumento de 2,63 p.p., com uma variação em termos absolutos no valor de +172.876,14€, que resulta essencialmente do acréscimo das transferências do Orçamento de Estado.

Relativamente às **Vendas de Bens e Serviços Correntes**, cuja evolução homóloga aponta para um acréscimo de 7,99 p.p., é o reflexo do aumento significativo das receitas com Serviços Desportivos.

Passando para as recetas de capital, começamos pela análise da rubrica de **Venda de Bens de Investimento** que apresenta um desempenho negativo quando comparado com o valor registado no ano anterior, com uma diminuição significativa de 53,88 p.p., justificada com a descida do valor arrecadado com a venda de terrenos.

O capítulo das **Transferências de Capital** sofreu um acréscimo de 106,84 p.p. por via da maior execução financeira de projetos Portugal 2020 e encerramento de projetos QREN, permitiu arrecadar um valor de 1.555.653,83€ referente a comparticipação comunitária.

As receitas arrecadadas na rubrica **Passivos Financeiros** foram uma consequência da opção de realização de uma operação de substituição de dívida, no âmbito do anterior empréstimo contratado para financiar diversos projetos previstos no PPI 2010, tendo resultado na contração de um novo empréstimo que ascende a € 768.100,08, e do qual foi utilizada uma verba de € 754.624,64.

As receitas arrecadadas na rubrica **Outras Receitas de Capital** tiveram como origem a reversão a favor do Município de parte de cauções efetuadas e revisões de preços negativas em diversas empreitadas.

Pela análise do quadro apresentado abaixo, constata-se que os capítulos Transferências Correntes e de Capital, representam a principal força de financiamento do Município com 40,67 p.p., seguido dos Impostos Diretos com 19,97 p.p., das Venda de Bens e Serviços Correntes com 5,36 p.p. e da Venda de Bens de Investimento com 4,63% p.p. .

As Transferências – Correntes e Capital – têm um peso importante na estrutura da Receita, com uma clara vantagem das correntes, mostrando uma certa dependência que a autarquia tem perante os Fundos Municipais (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Direta e Variável no IRS). De salientar que a importância destes Fundos Municipais se revela cada vez maior nas transferências correntes.

**Quadro nº 41 - Estrutura da Receita executada em 2017**

( unidade monetária : Euros)

Receitas Correntes				Receitas de Capital				Outras Receitas			
Designação	Valor	%/RCor	% TOTAL	Designação	Valor	%/Rcap	% TOTAL	Designação	Valor	%/ORec	% TOTAL
Impostos Directos	4 466 122,69	32,09%	19,97%	Venda de Bens de Investimento	1 034 715,50	24,71%	4,63%	Outras Receitas	4 265 482,30	100,00%	19,07%
Imposto municipal sobre imóveis	2 467 821,58	17,73%	11,03%	Transferências de Capital	2 347 048,82	56,05%	10,49%	Reposições não abatidas nos pa	1 212,10	0,03%	0,01%
Imposto Único de Circulação	596 037,32	4,28%	2,66%	F.E.F.	583 167,00	13,93%	2,61%	Saldo da Gêrencia Anterior	4 264 270,20	99,97%	19,06%
Imposto munic s/ transm. onerosas	410 767,98	2,95%	1,84%	Outras	1 763 881,82	42,13%	7,89%				
Derrama	991 495,81	7,12%	4,43%	Passivos Financeiros	754 624,64	18,02%	3,37%				
Impostos abolidos	0,00	0,00%	0,00%	Emp. Contraídos a M/L Prazo	754 624,64	18,02%	3,37%				
Impostos Directos Diversos	0,00	0,00%	0,00%	Outras Receitas de Capital	50 726,45	1,21%	0,23%				
Impostos Indirectos	458 934,92	3,30%	2,05%								
Taxas, Multas e Outras Penal.	190 436,79	1,37%	0,85%								
Rendimentos de Propriedade	584 672,03	4,20%	2,61%								
Transferências Correntes	6 750 915,47	48,51%	30,18%								
F.E.F.+ F.S.M.+ P.F.IRS	6 347 050,00	45,61%	28,37%								
Outras	403 865,47	2,90%	1,81%								
Venda de Bens e Serviços Correntes	1 199 897,54	8,62%	5,36%								
Venda de Bens	7 949,61	0,06%	0,04%								
Prestações de Serviços	1 156 989,40	8,31%	5,17%								
Rendas e Alugueres	34 958,53	0,25%	0,16%								
Outras Receitas Correntes	266 149,78	1,91%	1,19%								
<b>Totais de Receitas Correntes</b>	<b>13 917 129,22</b>	<b>100,00%</b>	<b>62,21%</b>	<b>Totais de Receitas de Capital</b>	<b>4 187 115,41</b>	<b>100,00%</b>	<b>18,72%</b>	<b>Totais de Outras Receitas</b>	<b>4 265 482,30</b>	<b>100,00%</b>	<b>19,07%</b>
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>				<b>22 369 726,93</b>							

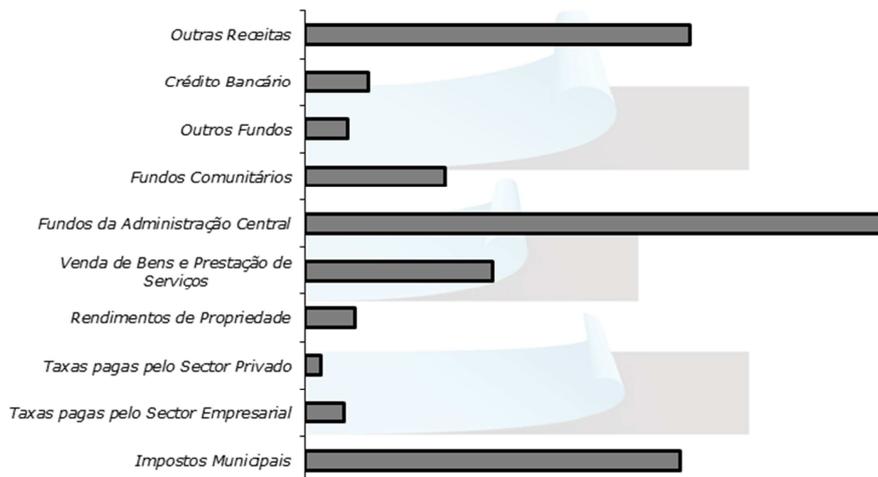
Os fundos oriundos da cobrança de Impostos Diretos, detêm um peso significativo no cômputo geral das receitas angariadas no ano de 2017, representando 32,09% das Receitas Correntes e 19,97% das Receitas Totais.

A repartição das receitas globais angariadas no ano 2017 podem ser vistas de outra forma conforme o descrito no gráfico e quadro apresentado de seguida.

**Quadro nº 42– Repartição das Receitas** ( unid: Euros)

Repartição das Receitas	Valor	%
Impostos Municipais	4 466 122,69	19,97%
Taxas pagas pelo Sector Empresarial	458 934,92	2,05%
Taxas pagas pelo Sector Privado	190 436,79	0,85%
Rendimentos de Propriedade	584 672,03	2,61%
Venda de Bens e Prestação de Serviços	2 234 613,04	9,99%
Fundos da Administração Central	6 930 217,00	30,98%
Fundos Comunitários	1 662 404,19	7,43%
Outros Fundos	505 343,10	2,26%
Crédito Bancário	754 624,64	3,37%
Outras Receitas	4 582 358,53	20,48%
<b>Total da receita</b>	<b>22 369 726,93</b>	<b>100,00%</b>

**Gráfico nº27 - Repartição das Receitas**



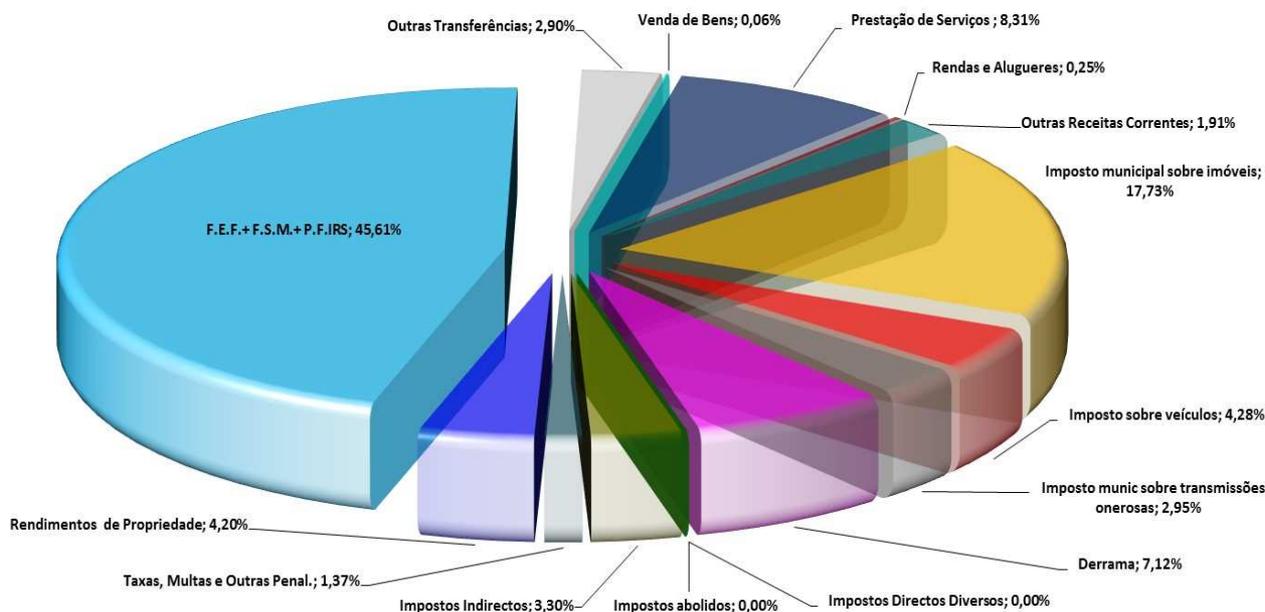
### 5.2.3. Análise das Receitas Correntes

A repartição das receitas de natureza corrente arrecadas pelo município no ano 2017, encontra-se descrita no gráfico nº 28.

Da análise do gráfico seguinte, destacam-se as receitas provenientes do Orçamento de Estado (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Variável no IRS) que constituem 47,85% das Receitas Correntes. De destacar igualmente o somatório dos Impostos Diretos (Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), Imposto Sobre Veículos, Imposto Municipal de sobre Transmissões Onerosas (IMT) e Derrama), que representam 29,76% das Receitas Correntes.

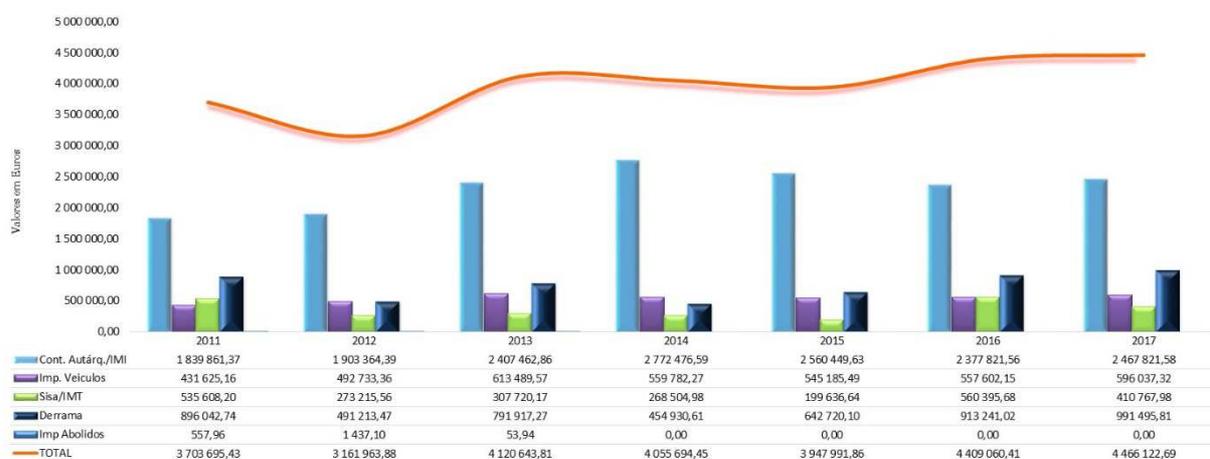
A venda de bens e serviços correntes merece igualmente uma referência, pois conforme se pode verificar, apresenta um peso de 8,11% do total das Receitas Correntes.

**Gráfico nº 28 - Repartição das Receitas Correntes (2017)**



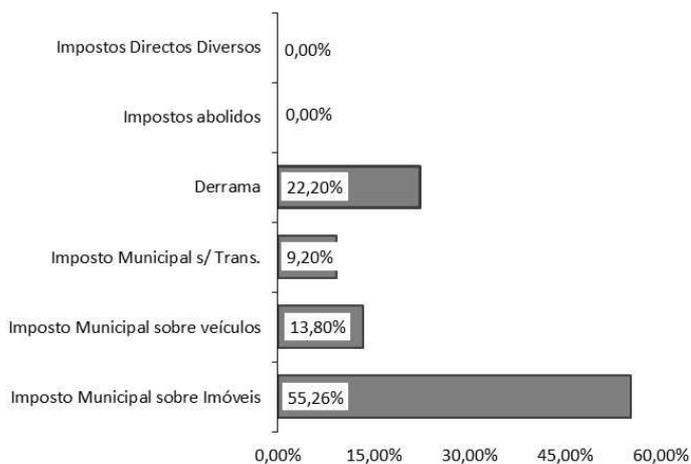
► **Impostos Diretos**

**Gráfico nº29 – Evolução dos Impostos Diretos (2011-2017)**



Das Receitas Fiscais arrecadadas pelo Município de Estarreja, em 2017, 4.466.122,69€ correspondem a Impostos Diretos, representando 19,97 % das Receitas Totais, verificando-se um aumento de 1,29% relativamente a 2016.

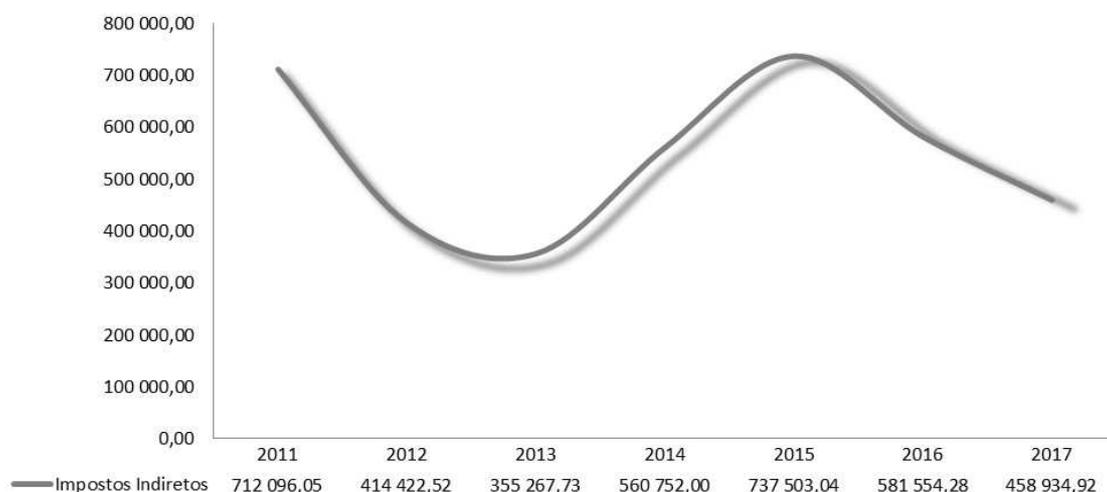
**Gráfico nº 30 – Distribuição dos Impostos Diretos (Ano 2017)**



No contexto desta rubrica o Imposto Municipal sobre Imóveis é responsável por 55,26% do total dos impostos arrecadados em 2017, seguindo-se a Derrama com 22,20%.

► **Impostos Indiretos**

Esta Receita Corrente engloba receitas que recaem exclusivamente sobre o setor produtivo, incidindo sobre a produção, venda, a compra ou utilização dos bens e serviços. Consideram-se ainda nesta rubrica as receitas que revistam taxas, licenças, emolumentos e outras semelhantes, pagas por unidades industriais.

**Gráfico nº 31 – Impostos Indiretos no período 2011-2017**


Neste contexto sobressai a receita proveniente da rubrica Ocupação da Via Pública (64,44%), seguindo-se-lhe por ordem de importância a receita auferida por conta de Loteamentos e Obras, responsável por 15,00% desta rubrica em 2017.

**Quadro nº 43 - Desagregação dos Impostos Indiretos**

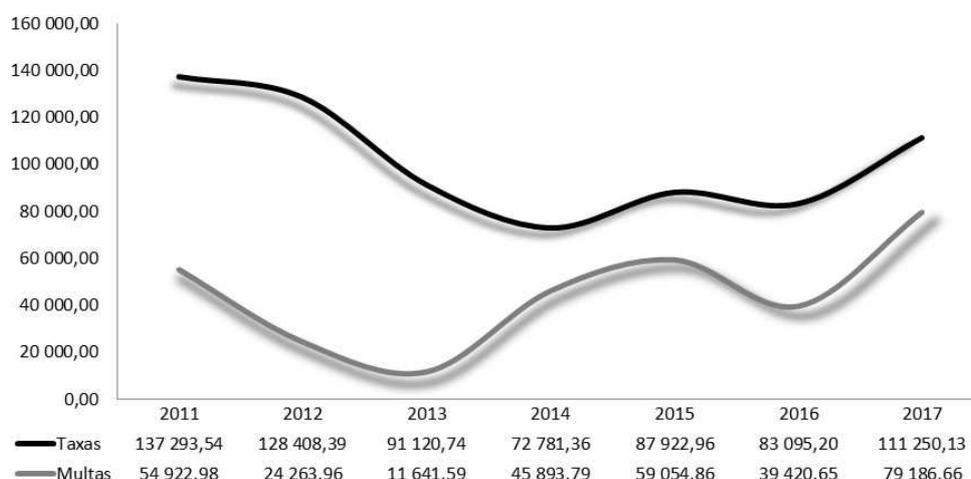
( unidade monetária : Euros)

Designação	2017		2016		Tx Cresc
	Valor	%	Valor	%	
<b>Impostos Indirectos Específicos das Autarquias</b>					
Mercados e Feiras	62 698,05	13,66%	114 695,10	19,72%	-45,34%
Loteamentos e Obras	68 819,02	15,00%	139 603,67	24,01%	-50,70%
Ocupação da Via Pública	295 741,09	64,44%	290 997,71	50,04%	1,63%
Publicidade	5 350,36	1,17%	6 183,11	1,06%	-13,47%
Saneamento	0,00	0,00%	0,00	0,00%	n.a.
Outros	26 326,40	5,74%	30 074,69	5,17%	-12,46%
<i>Taxas Municipal de Direito de passagem</i>	0,15	0,00%	0,68	0,00%	-77,94%
<i>Outros</i>	26 326,25	5,74%	30 074,01	5,17%	-12,46%
<b>TOTAL</b>	<b>458 934,92</b>	<b>100,00%</b>	<b>581 554,28</b>	<b>100,00%</b>	<b>-21,08%</b>

No ano económico de 2017, os impostos indiretos (receitas provenientes da cobrança de taxas, emolumentos, licenças e outras semelhantes pelo facto de serem pagas pelo sector produtivo) totalizaram 458.934,92€, apresentando um decréscimo de 21,08 p.p., correspondendo em termos absolutos a uma diminuição de €122.619,36 relativamente ao verificado em 2016.

 > **Taxas, Multas e Outras Penalidades**

No referente à receita proveniente de Taxas e Multas municipais estas representam 0,85% da Receita Total em 2017, contrastando com os 2,18% em 2009.

**Gráfico nº32 – Evolução das Taxas, Multas e Outras Penalidades no período 2011-2017**

**Quadro nº 44 - Desagregação das Taxas, Multas e O. Penalidades**

( unidade monetária : €uros)

Designação	2017		2016		Tx Cresc %
	Valor	%	Valor	%	
<b>Taxas Específicas das Autarquias</b>					
Mercados e Feiras	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Loteamentos e Obras	90 602,60	47,58%	66 115,98	53,97%	37,04%
Ocupação da Via Pública	9 833,21	5,16%	7 703,48	6,29%	27,65%
Caça, Uso e Porte de Armas	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saneamento	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Outros	10 814,32	5,68%	9 275,74	7,57%	16,59%
<i>Taxas de Depósito da Ficha Técn. Habitação</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
<i>Outros</i>	10 814,32	5,68%	9 275,74	7,57%	16,59%
<b>SUBTOTAL</b>	<b>111 250,13</b>	<b>58,42%</b>	<b>83 095,20</b>	<b>67,82%</b>	<b>33,88%</b>
<b>Multas e Outras Penalidades</b>					
Juros de Mora	65 202,80	34,24%	3 445,70	2,81%	1792,29%
Juros Compensatórios	2 965,06	1,56%	15 168,78	12,38%	-80,45%
Coimas e penalidades por contra-ordenaçã	10 066,56	5,29%	20 211,60	16,50%	-50,19%
Multas e penalidades diversas	952,24	0,50%	594,57	0,49%	60,16%
<b>SUBTOTAL</b>	<b>79 186,66</b>	<b>41,58%</b>	<b>39 420,65</b>	<b>32,18%</b>	<b>100,88%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>190 436,79</b>	<b>100,00%</b>	<b>122 515,85</b>	<b>100,00%</b>	<b>55,44%</b>

### Taxas

A cobrança de taxas relativas a serviços prestados pela Autarquia a particulares rendeu 111.250,13€, que representa um aumento de 33,88%, comparativamente com 2016, sendo os loteamentos de obras (47,58%) a principal fonte deste tipo de recursos.

A cobrança destas taxas representa 0,80% das Receitas Correntes e 0,50% das Receitas Totais.

### Multas e Outras Penalidades

A efetivação de sanções pecuniárias produziu, no exercício de 2017, 79.186,66€, traduzindo um significativo acréscimo de 100,88% em relação ao valor verificado no ano anterior. Estas receitas punitivas e compensatórias representam 0,35% das Receitas Totais e 0,57% das Receitas Correntes.

### ► Rendimentos de Propriedade

As receitas provenientes de rendimentos de ativos financeiros (depósitos bancários, títulos e empréstimos concedidos), terrenos e de ativos incorpóreos (direitos de autor, patentes e outros), representam 2,61% das Receitas Totais e 4,20% das Receitas Correntes.

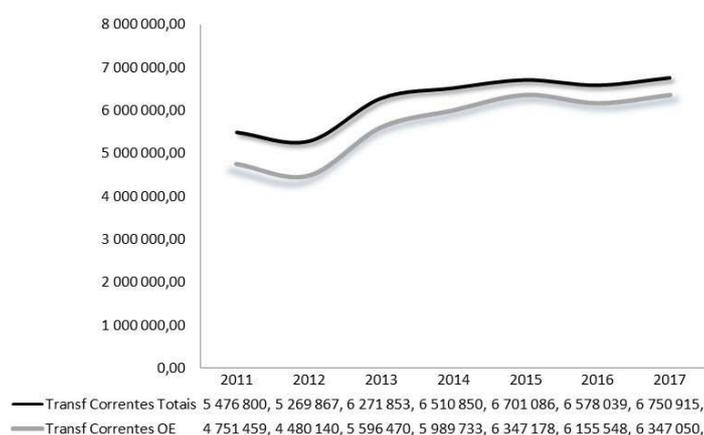
**Quadro nº 45 - Desagregação dos Rendimentos de Propriedade**
*( unidade monetária : €uros)*

Designação	2017		2016		Tx Cresc %
	Valor	%	Valor	%	
Juros	11 805,69	2,02%	37 071,21	5,86%	-68,15%
<i>Bancos e outras Inst.Financeiras</i>	11 805,69	2,02%	37 071,21	5,86%	-68,15%
<i>Companhias de Seguros</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
<i>Outros</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Dividendos e outras participações em lucros	79 762,57	13,64%	106 797,15	16,88%	-25,31%
<i>Empresas municipais e intermunicipais</i>	79 762,57	13,64%	106 797,15	16,88%	-25,31%
<i>Empresas privadas</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
<i>Outras</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Rendas	493 103,77	84,34%	488 916,90	77,26%	0,86%
<i>Edifícios</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
<i>Bens de Domínio Público</i>	493 103,77	84,34%	488 916,90	77,26%	0,86%
<i>Outras</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>584 672,03</b>	<b>100,00%</b>	<b>632 785,26</b>	<b>100,00%</b>	<b>-7,60%</b>

Os rendimentos de propriedade obtidos, neste ano económico, dizem respeito essencialmente, à remuneração de depósitos detidos por esta entidade em Instituições de Crédito, aos rendimentos resultantes da distribuição de dividendos em participações de capital detidas pela Autarquia em outras empresas e sistemas multimunicipais (nomeadamente, nas empresas ADRA, ERSUC e Lusitânia Gás) e à renda de concessão com a empresa EDP.

### ► Transferências Correntes

As Transferências Correntes compreendem os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas correntes ou sem afetação pré-estabelecida, representando 48,51% do valor da receita corrente, auferida em 2017. Os fundos consignados ao Município pelas Transferências Correntes globalizaram, em 2017, os 6.750.915,47€, representando 30,18% das Receitas Totais arrecadadas.

**Gráfico nº33 – Evolução das Transferências Correntes no período 2011-2017**


No enquadramento legal das Finanças Locais expresso pela Lei nº 73/2013 de 3 de Setembro, a repartição de recursos públicos entre o Estado e os Municípios (verba inscrita no Orçamento de Estado e transferida para os municípios) subdivide-se nos seguintes fundos: **Fundo de Equilíbrio Financeiro**, **Fundo Social Municipal** e **Participação Direta e Variável no IRS**.

**Gráfico nº 34 – Repartição de recursos públicos entre o Estado e a autarquia**  
- evolução no período 2011-2017



No seu conjunto, estas verbas transferidas diretamente do Orçamento do Estado para o Município de Estarreja contribuíram com cerca de 94,02% do resultado apresentado pelas Transferências Correntes, tendo existido um aumento de 191.502,00€ comparativamente com o ano anterior.

**Quadro nº 46- Desagregação das Transferências Correntes**

(unidade monetária : Euros)

Designação	2017		2016		Tx Cresc%
	Valor	%	Valor	%	
<b>Sociedades e Quase Soc. Não Financeiras</b>	<b>1 000,00</b>	<b>0,01%</b>	<b>100,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>n.a.</b>
Públicas	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Outras	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Privadas	1 000,00	0,01%	100,00	0,00%	900,00%
<b>Sociedades Financeiras</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
Bancos e Outras Instituições Financeiras	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
<b>Administração Central</b>	<b>6 749 915,47</b>	<b>99,99%</b>	<b>6 577 939,33</b>	<b>100,00%</b>	<b>2,61%</b>
Estado	6 643 165,11	98,40%	6 574 798,73	99,95%	1,04%
Fundo Equilíbrio Financeiro	5 248 499,00	77,74%	5 019 828,00	76,31%	4,56%
Fundo Social Municipal	502 936,00	7,45%	502 936,00	7,65%	0,00%
Participação Fixa no IRS	595 615,00	8,82%	632 784,00	9,62%	-5,87%
Outras	296 115,11	4,39%	419 250,73	6,37%	-29,37%
Estado- Participação comunitária	106 750,36	1,58%	3 140,60	0,05%	3299,04%
<b>Famílias</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
<b>Resto do Mundo</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>6 750 915,47</b>	<b>100,00%</b>	<b>6 578 039,33</b>	<b>100,00%</b>	<b>2,63%</b>

De forma discriminada, no quadro seguinte identifica-se a origem das receitas de transferências correntes da Administração Central /Outras.

**Quadro nº 47- Transferências Correntes da Adm. Central / Outras**

(unid monetária.: Euros)

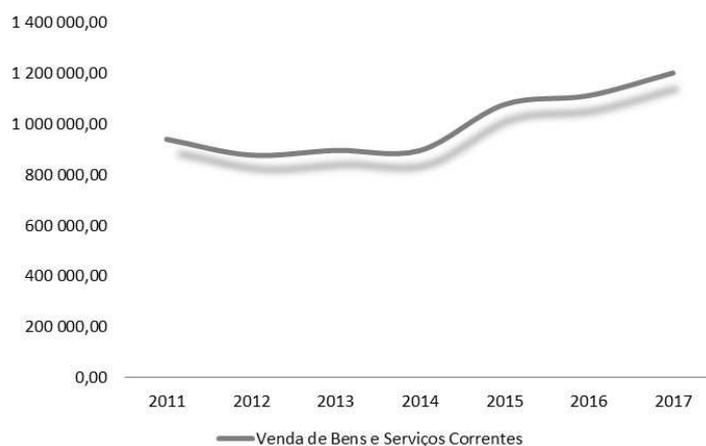
Transferências Correntes - Administração Central / Administração Local / Outras		
Designação	2016	2017
<b>Acordo de Colaboração - Expansão da Rede Nacional de Educação Pré-Escolar</b> Lei nº5/97 de 10 de Fevereiro e nº4 do artigo 32º do DL 147/97 de 11/06	102 540,71	82 417,10
<b>Centro de Emprego de Aveiro -Inst de Emprego e Formação Profissional</b>		
Programas Ocupacionais para Trabalhadores Desempregados	7 800,76	21 591,13
Gabinete de Inserção Profissional	4 527,58	11 379,42
Estágios Profissionais	0,00	9 125,22
<b>Instituto de Mobilidade e Transportes, IP</b>		
Financiamento previsto na Portaria 434/2016 - Apoio de Ações de Capacitação/Estudos - RJSPTP	11 948,00	0,00
<b>Direção Geral das Autarquias Locais</b>		
Subsidio para Gabinete Técnico Florestal	30 757,86	13 937,14
<b>Direcção Regional de Educação do Centro</b>		
Comparticipação - Auxiliares de Acção Educativa	118 643,83	78 724,03
Contrato-Programa - Fornecimento de Refeições Escolares Al.1ºCiclo	29 761,78	10 180,54
Comparticipação nas Actividades de Enriquecimento Curricular	91 771,13	58 552,43
<b>Instituto de Desenvolvimento Social</b>		
Protocolo de Colaboração para a Comissão de Protecção de Crianças Menores	21 499,08	10 208,10
<b>Participação dos Municípios nos Impostos do Estado - Fundos Municipais</b>		
Fundo de Equilibrio Financeiro	5 019 828,00	5 248 499,00
Fundo Social Municipal	502 936,00	502 936,00
Participação Fixa no IRS	632 784,00	595 615,00
<b>Estado- Participação Comunitária em Projectos Co-Financiados</b>		
PORTUGAL 2020 - PEPAL	1 111,50	2 511,16
QREN - MaisCentro - RUCI - Observatório Ecocidade	2 029,10	0,00
Programa Erasmus+Juventude em Acção/KA1--Mobilidade para a Aprendizagem-Projeto:"Youth Inclusive	0,00	98 359,20
Projeto:"Tools for a more Inclusive, Participative and Sustainable European Union" (TIPS4EU)/Código	0,00	5 880,00
<b>Diversos - Familias e Donativos</b>		
Diversos - Familias e Donativos	100,00	1 000,00
<b>TOTAL .....</b>	<b>6 578 039,33</b>	<b>6 750 915,47</b>

Especificamente, as transferências correntes encontram-se descritas no Documento de Prestação de Contas **“Transferências Correntes – Receita”** (Anexo às Demonstrações Financeiras).

➤ **Venda de Bens e Prestações de Serviços Correntes**

A venda de bens e prestação de serviços correntes rendeu à autarquia 1.199.897,54€, mais 88.734,52€ que a receita arrecadada no ano anterior, ou seja, verificou-se um acréscimo de cerca de 7,99% deste tipo de receitas, justificado em grande parte pelo aumento significativo das receitas da sub-rubrica Serviços Desportivos.

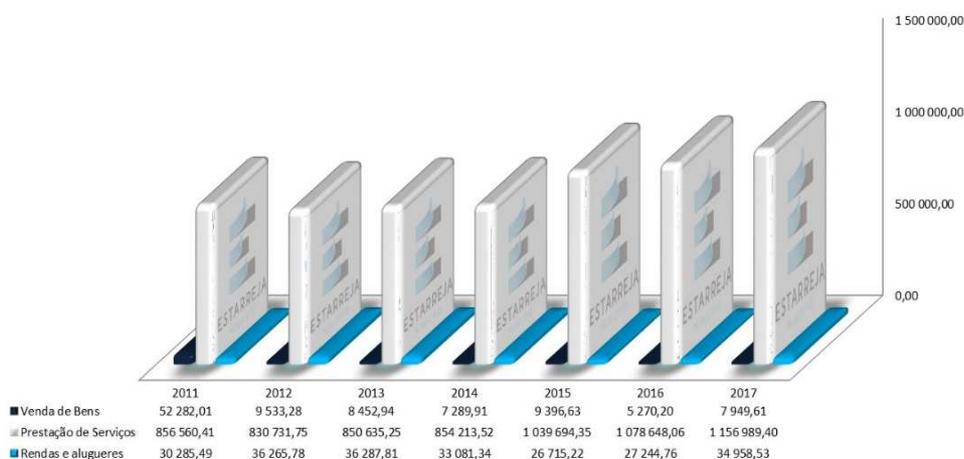
**Gráfico nº35 – Evolução da Venda de Bens e Serviços Correntes**



A Venda de Bens e Prestação de Serviços Correntes responde por 5,36% do total da receita de 2017, registando-se a continuidade da tendência de ligeiro aumento verificada ao longo dos últimos anos e com maior incidência desde 2010/2011, que teve como justificação para uma queda tão abrupta a redução na cobrança de receitas como a prestação de serviços associados a Saneamento e distribuição de água, explicadas pela concessão à ADRA de toda a gestão e exploração do sistema da rede pública de águas (água potável, bruta e residuais).

**Quadro nº 48 -Desagregação da Venda de Bens e Prest. Serv. Correntes** (unid. monetária:€uros)

Designação	2017		2016		Tx Cresc %
	Valor	%	Valor	%	
<b>Venda de Bens</b>	<b>7 949,61</b>	<b>0,66%</b>	<b>5 270,20</b>	<b>0,47%</b>	<b>50,84%</b>
Publicações e Impressos	16,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Bens Inutilizados	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Desperdícios, Resíduos e Refugos	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Produtos Acabados e Intermédios	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Outros	7 933,61	0,66%	5 270,20	0,47%	50,54%
<b>Prestação de Serviços</b>	<b>1 156 989,40</b>	<b>96,42%</b>	<b>1 078 648,06</b>	<b>97,07%</b>	<b>7,26%</b>
Aluguer de Espaços e Equipamentos	79 091,46	6,59%	89 326,39	8,04%	-11,46%
Alimentação e Alojamento	114 387,25	9,53%	101 874,11	9,17%	12,28%
<i>Refeições Escolares</i>	94 175,83	7,85%	90 596,81	8,15%	3,95%
<i>Outros</i>	20 211,42	1,68%	11 277,30	1,01%	79,22%
Serviços Sociais, Recreativos, Culturais e Desportivos	427 351,28	35,62%	352 763,82	31,75%	21,14%
<i>Serviços Recreativos</i>	5 004,50	0,42%	5 347,75	0,48%	-6,42%
<i>Serviços Culturais</i>	65 659,10	5,47%	77 033,86	6,93%	-14,77%
<i>Serviços Desportivos</i>	356 687,68	29,73%	270 382,21	24,33%	31,92%
Serviços Específicos das Autarquias	536 159,41	44,68%	534 683,74	48,12%	0,28%
<i>Saneamento</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
<i>Resíduos Sólidos</i>	420 229,06	35,02%	413 508,74	37,21%	1,63%
<i>Transportes Escolares</i>	64 740,99	5,40%	54 195,33	4,88%	19,46%
<i>Trabalho por conta de particulares</i>	775,79	0,06%	1 079,34	0,10%	-28,12%
<i>Mercados e Feiras</i>	6 180,75	0,52%	96,49	0,01%	6305,59%
<i>Distribuição de Água</i>	20,55	0,00%	24,37	0,00%	-15,68%
<i>Parques de Estacionamento</i>	2 663,44	0,22%	13 596,29	1,22%	-80,41%
<i>Outros</i>	41 548,83	3,46%	52 183,18	4,70%	-20,38%
Rendas e Alugueres	34 958,53	2,91%	27 244,76	2,45%	28,31%
<i>Habitação Social</i>	17 059,86	1,42%	14 753,00	1,33%	15,64%
<i>Edifícios</i>	17 898,67	1,49%	12 491,76	1,12%	43,28%
<b>TOTAL</b>	<b>1 199 897,54</b>	<b>100,00%</b>	<b>1 111 163,02</b>	<b>100,00%</b>	<b>7,99%</b>

**Gráfico nº36 – Evolução da Venda de Bens e Serviços Correntes**


No âmbito da Venda de Serviços a receita proveniente da Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos, representa 35,02% do total deste tipo de receita auferida, seguida da venda de Serviços Desportivos com 29,73%.

► **Outras Receitas Correntes**

A rubrica Outras Receitas Correntes rendeu à autarquia 266.149,78€, mais 187.203,88€ que a receita arrecadada no ano anterior, ou seja, verificou-se um acréscimo de cerca de 237,13% deste tipo de receitas, representando 1,19% das Receitas Totais e 1,91% das Receitas Correntes.

**Quadro nº 49 - Desagregação de Outras Receitas Correntes**

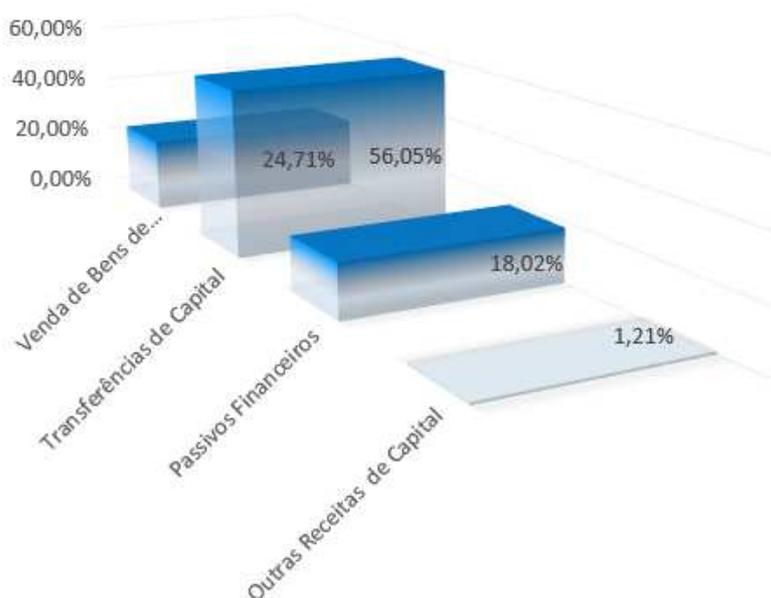
( unidade monetária : €uros)

Designação	2017		2016		Tx Cresc %
	Valor	%	Valor	%	
Indemnizações - deterioração, roubo e extravio	67,71	0,03%	9,99	5,40%	577,78%
Indemnizações - estragos provocados por outrém	7 919,81	2,98%	6 570,85	7,61%	20,53%
IVA-Reembolsado	124 654,51	46,84%	0,00	0,00%	n.a.
IVA-Inversão do Sujeito Passivo	112 928,15	42,43%	59 647,63	63,80%	89,33%
Diversas	20 579,60	7,73%	12 717,43	23,19%	61,82%
<b>TOTAL</b>	<b>266 149,78</b>	<b>100,00%</b>	<b>78 945,90</b>	<b>100,00%</b>	<b>237,13%</b>

### 5.2.4. Análise das Receitas de Capital

A repartição das receitas de natureza capital arrecadas pelo município, no ano 2017, encontra-se descrita no gráfico seguinte.

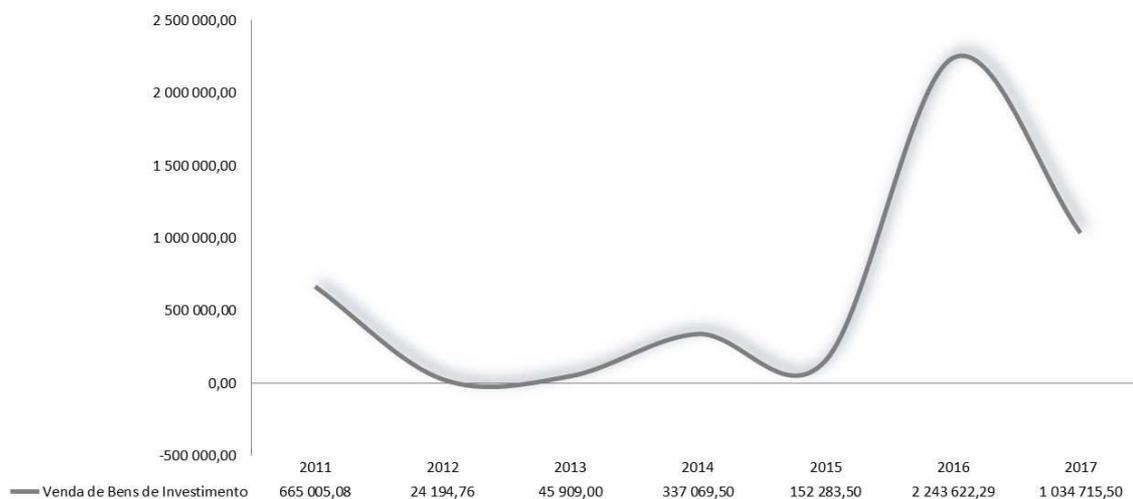
**Gráfico nº37 – Repartição das Receitas de Capital 2017**



#### ➤ Venda de Bens de Investimento

A receita proveniente da venda de bens de investimento tem mantido algumas oscilações em virtude da venda de terrenos.

**Gráfico nº38 – Evolução da Venda de Bens de Investimento (2011-2017)**



De referir, que a quebra verificada na venda de terrenos atingiu o montante de 1.027.715,50€, tendo como principal justificação para a diminuição (-54,17%) desta rúbrica.

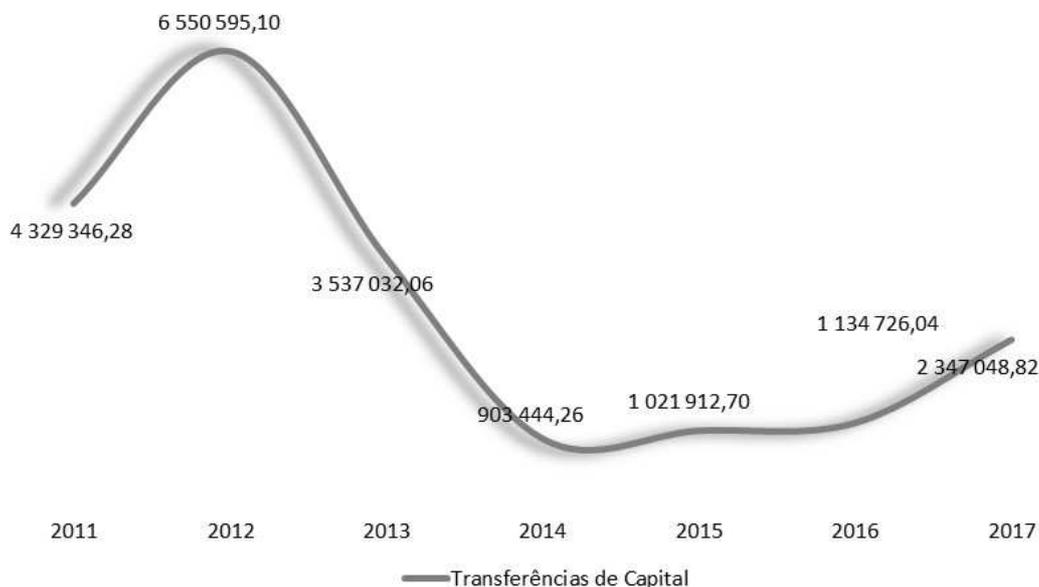
**Quadro nº 50 – Evolução rubrica de Venda de Bens de Investimento** ( unidade monetária : €uros)

Designação	2017		2016		Tx Cresc %
	Valor	%	Valor	%	
Terrenos e recursos naturais	1 027 715,50	99,32%	2 242 471,29	99,95%	-54,17%
Habitacões	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Edifícios	7 000,00	0,68%	0,00	0,00%	n.a.
Equipamento de transporte	0,00	0,00%	1 151,00	0,05%	-100,00%
Maquinaria e Equipamento	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Outros	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>1 034 715,50</b>	<b>100,00%</b>	<b>2 243 622,29</b>	<b>100,00%</b>	<b>-53,88%</b>

► **Transferências de Capital**

As Transferências de Capital, em conjunto com as Transferências Correntes, representam um importante apoio financeiro da Autarquia Local.

**Gráfico nº 39 – Evolução das Transferências de Capital (2011-2017)**

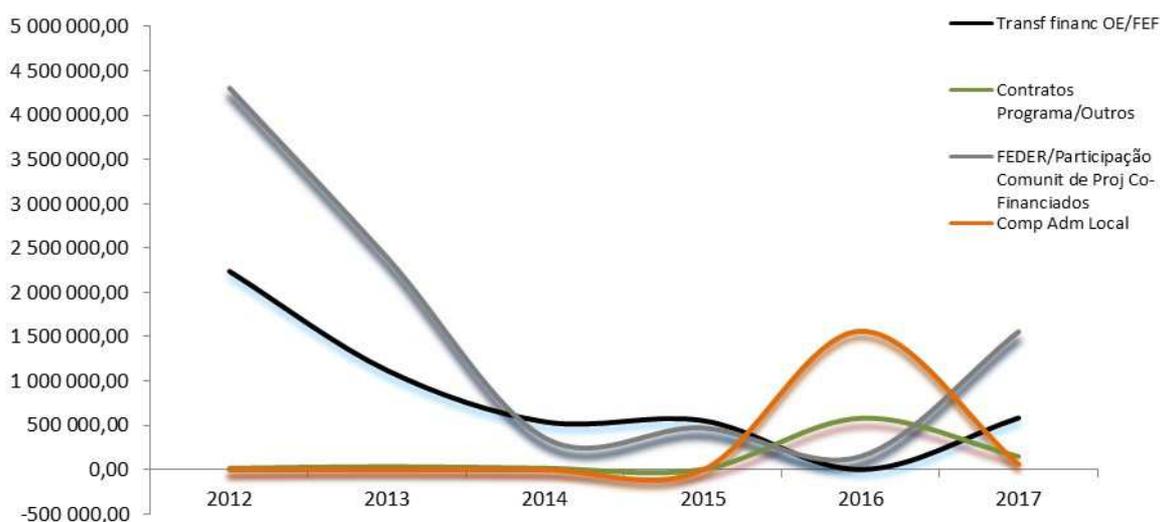


As Transferências de Capital compreendem os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas de capital.

Nota-se um significativo acréscimo de 106,84% nas receitas provenientes de Transferências de Capital, depois da gigantesca diminuição na ordem dos 74,46% verificados em 2014.

No ano de 2017, entraram nos cofres do município €2.347.048,82 de fundos relativos a verbas transferidas de orçamentos de outras entidades (Administração Central, Administração Local, Comunidade Europeia, empresas e outras), sendo 24,85% desses fundos, originários da verba inscrita no Orçamento de Estado destinada, propriamente, ao município de Estarreja ao abrigo do Fundo de Equilíbrio Financeiro, sendo este constituído em partes iguais pelo Fundo Geral Municipal e Fundo de Coesão Municipal.

**Gráfico nº 40 – Evolução das Transferências de Capital por rubrica (2011-2017)**



Em relação ao total das transferências obtidas do Orçamento de Estado verificou-se um aumento de 3,23% em relação ao transferido em 2016. Relacionando com o valor transferido em 2009 temos uma redução que ascende a 7,73%.

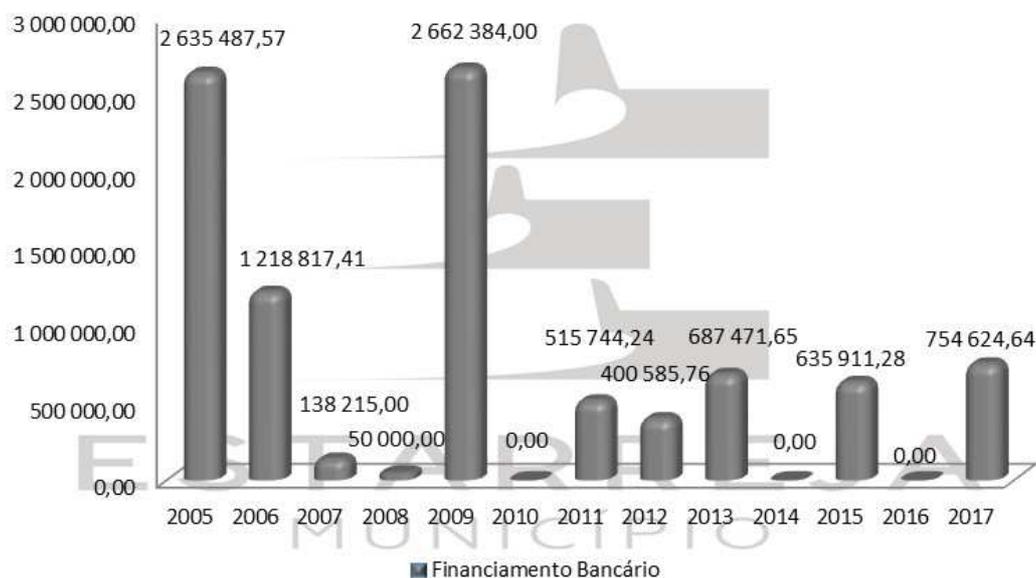
**Quadro nº 51 – Transferências provenientes do Orçamento de Estado** (unid. monetária : €uros)

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Transferências Correntes OE	4 751 459,00	4 480 140,00	5 596 470,00	5 989 733,54	6 347 178,00	6 155 548,00	6 347 050,00
Transferências de Capital OE	2 374 320,00	2 232 660,00	1 116 330,00	538 452,00	552 651,00	557 759,00	583 167,00
<b>TOTAL Transferências do OE</b>	<b>7 125 779,00</b>	<b>6 712 800,00</b>	<b>6 712 800,00</b>	<b>6 528 185,54</b>	<b>6 899 829,00</b>	<b>6 713 307,00</b>	<b>6 930 217,00</b>

### ► Passivos Financeiros

Genericamente o recurso a financiamento bancário, tem vindo a ser significativamente condicionado por conta das restrições introduzidas a partir de 2002, designadamente nas sucessivas leis de Orçamento de Estado.

**Gráfico nº 41 – Financiamento Bancário (total)**



No entanto a autarquia fruto da capacidade de endividamento disponível, durante o período de 2005 a 2017 o Município recorreu a este tipo de receita, tendo uma tendência oscilante durante o período em análise. Já em 2009, recorreu financiamento bancário de médio e longo prazo de €2.662.384,00 no âmbito do PREDE - Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado.

Nos anos de 2011 e 2012, o Município de Estarreja recorreu a crédito bancário no valor de €916.330,00 referente à utilização de capital em período de diferimento do empréstimo excecionado afeto a investimentos inscritos no PPI 2010.

As receitas arrecadadas (€ 687.471,65) nesta rubrica em 2013, dizem respeito à utilização de capital do empréstimo afeto aos investimentos previstos no Plano Plurianual de Investimentos de 2012.

Face à hipótese prevista na Lei de Orçamento de Estado para 2015, foi possível realizar uma operação de substituição de dívida do último empréstimo contraído que ascendia a 687.471,65€, com um spread de 6,75%. Com esta possibilidade, contraiu-se um novo empréstimo de 635.911,28€ para amortização do anterior, com uma taxa de spread de 1,75%. Tendo em consideração a significativa diferença entre o spread anterior e o novo spread contratado, existirão ganhos expressivos (superiores a 150.000,00€ de juros num período de 9 anos) para o Município de Estarreja.

Tendo em consideração que a Lei de Orçamento de Estado para 2016 continuava a prever a possibilidade de realizar uma operação de substituição de dívida, o Município avançou com uma nova operação que ascende a 768.100,08€, para amortização do empréstimo afeto aos investimentos inscritos no PPI 2010. No entanto, dado que a obtenção do visto prévio do tribunal de Contas, sofreu um ligeiro atraso face ao previsto, ainda foi necessário amortizar uma prestação adicional do empréstimo a substituir. Assim, o valor utilizado para liquidação do montante em dívida foi de 754.624,64€.

### ► Outras Receitas de Capital

Em 2017, as receitas arrecadadas na rubrica Outras Receitas de Capital, representaram 0,23% das Receitas Totais e 1,21% das Receitas de Capital, tendo como única origem a sub-rúbrica indemnizações, que respeita a reversões a favor do Município de parte de cauções efetuadas e revisões de preços negativas em diversas empreitadas.

No que respeita à retribuição inicial da empresa “Águas da Região de Aveiro – Serviços de Águas da Região de Aveiro, S.A.” (AdRA) o Município de Estarreja recebeu 128.625,00€ em 2016, que correspondem ao remanescente que se encontrava em falta, perfazendo a quantia total de 7.114.260,38€.

#### Quadro nº 52 – Desagregação das Outras Receitas de Capital

Designação	2017	2016		2015		2014		2013		2012		2011		2010		2009	
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	%
Indemnizações	50 726,45	0,00	26 703,35	0,00	4 858,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6 359,00	0,39%		
Águas Região de Aveiro (Retribuição Inicial)	0,00	128 625,00	0,00	0,00	1 188 768,92	871 609,26	0,00	3 283 504,78	1 641 752,42	99,61%							
<b>TOTAL</b>	<b>50 726,45</b>	<b>128 625,00</b>	<b>26 703,35</b>	<b>0,00</b>	<b>1 193 627,00</b>	<b>871 609,26</b>	<b>0,00</b>	<b>3 283 504,78</b>	<b>1 648 111,42</b>	<b>100,00%</b>							

### 5.3. ANÁLISE DA DESPESA.

No contexto atual os governos locais são responsáveis pela produção de variadíssimos serviços públicos da maior importância para as populações que vão desde a educação, desporto, cultura, ação social, ordenamento territorial, desenvolvimento regional, procurando que estes mesmos serviços orientados para os cidadãos sejam prestados com qualidade, transparência e eficiência.

Atentos os desafios que presentemente se colocam à administração pública em geral, exige-se hoje às Autarquias maiores níveis de eficiência, isto é, que prestem um serviço de qualidade a menor custo, exigindo-lhes um esforço no controlo da despesa pública municipal, nomeadamente ao nível das despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências e subsídios atribuídos, de forma a permitir libertar recursos para realizar investimento.

No âmbito deste capítulo, procede-se a uma análise da despesa sob a perspetiva económica, identificando-se, por um lado, o destino privilegiado das despesas correntes ou de capital e por outro, a sua natureza, despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências etc. Neste sentido, será efetuada uma avaliação da execução orçamental da despesa em termos de pagamento, assim como da despesa faturada e comprometida.

#### 5.3.1. Execução Orçamental da Despesa

Neste capítulo, procede-se a uma avaliação da execução orçamental da despesa em termos de pagamento, assim como da despesa comprometida e a despesa faturada, decompondo esta última em faturação transitada e nova faturação.

Numa primeira instância vamos avaliar a execução da despesa numa ótica de caixa, ou seja de despesa paga.

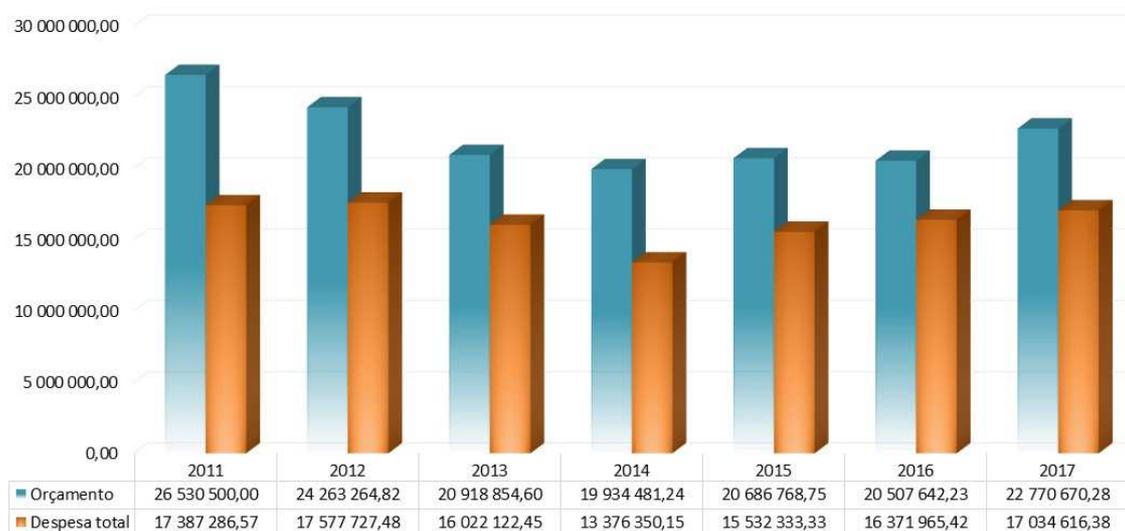
O mapa de controlo orçamental da despesa reporta um nível de despesa paga de 17.034.616,38€, que corresponde a uma taxa de execução da despesa de 74,81%.

**Quadro nº53 – Evolução do Orçamento da Despesa e sua Execução**

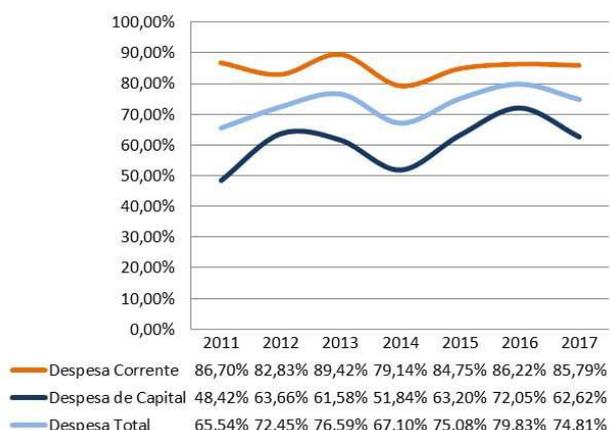
(unid. monetária : Euros)

ORÇAMENTO DA DESPESA	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Orçamento	26.530.500,00	24.263.264,82	20.918.854,60	19.934.481,24	20.686.768,75	20.507.642,23	22.770.670,28
Despesa total	17.387.286,57	17.577.727,48	16.022.122,45	13.376.350,15	15.532.333,33	16.371.965,42	17.034.616,38
%	65,54%	72,45%	76,59%	67,10%	75,08%	79,83%	74,81%

**Gráfico nº 42 – Evolução do Orçamento da Despesa e sua Execução**



**Gráfico nº 43 – Evolução das taxas de execução**



Do montante orçamentado (corrigido) para 2017, 22.770.670,28€, a título de despesa foi executado e pago o montante de 17.034.616,38€, sendo 10.277.652,73€ de natureza corrente e 6.756.963,65€ no segmento de capital, o que corresponde a taxas de execução orçamental de 85,79% e 62,62%, respetivamente.

A análise do quadro abaixo permite-nos avaliar a despesa sob a perspetiva económica, e apenas de execução a nível de pagamentos, identificando-se, por um lado, o destino privilegiado das despesas – correntes e capital - e, por outro, a sua natureza - despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências, encargos financeiros, investimento, etc.

**Quadro nº 54 – Execução da Despesa Paga**

(unid. monetária : €uros)

Económica	Previsão		Valor da Execução		Desvio	
	Inicial	Final / Corrigida (a) (b)	DESPESA PAGA (c)	Valor (b) (c)-	Exec % (c)/(a)	Exec % (c)/(b)
<b>Despesas Correntes</b>	<b>11.106.620,00</b>	<b>11.979.918,61</b>	<b>10.277.652,73</b>	<b>-1.702.265,88</b>	<b>92,54%</b>	<b>85,79%</b>
Despesas com Pessoal	4.518.800,00	4.412.078,01	4.252.238,76	-159.839,25	94,10%	96,38%
Aquisição de Bens e Serviços Correntes	5.361.850,00	6.097.213,60	4.761.691,80	-1.335.521,80	88,81%	78,10%
Encargos correntes da dívida	78.500,00	68.250,00	27.737,26	-40.512,74	35,33%	40,64%
Transferências Correntes	986.900,00	1.138.273,00	988.024,06	-150.248,94	100,11%	86,80%
Outras Despesas Correntes	160.570,00	264.104,00	247.960,85	-16.143,15	154,43%	93,89%
<b>Despesas de Capital</b>	<b>5.893.380,00</b>	<b>10.790.751,67</b>	<b>6.756.963,65</b>	<b>-4.033.788,02</b>	<b>114,65%</b>	<b>62,62%</b>
Aquisição de Bens de Investimento	3.905.042,00	6.773.113,59	3.358.549,57	-3.414.564,02	86,01%	49,59%
Transferências de Capital	815.255,00	2.060.805,00	1.474.074,07	-586.730,93	180,81%	71,53%
Activos Financeiros	108.583,00	109.583,00	107.583,00	-2.000,00	99,08%	98,17%
Passivos Financeiros	1.058.500,00	1.827.850,08	1.798.426,77	-29.423,31	169,90%	98,39%
Outras Despesas de Capital	6.000,00	19.400,00	18.330,24	-1.069,76	305,50%	94,49%
<b>DESPESAS TOTAIS</b>	<b>17.000.000,00</b>	<b>22.770.670,28</b>	<b>17.034.616,38</b>	<b>-5.736.053,90</b>	<b>100,20%</b>	<b>74,81%</b>

Com base no quadro acima, comparando o valor orçado (corrigido) das Despesas Totais (22.770.670,28€), com o efetivamente realizado (17.034.616,38€) no ano económico em análise, obtém-se uma taxa de execução a nível das despesas de 74,81%, ou seja, o valor efetivo da despesa realizada foi inferior ao previsto em (-) 5.736.063,90€.

No lado da despesa é importante referir que a execução em análise, se reporta à relação entre Despesa Paga e Despesa Orçada, quando em rigor o que deveria ser comparado, para avaliar a fiabilidade da Elaboração do Orçamento, era a relação entre compromissos assumidos no exercício e a despesa orçada, cujo grau de execução da despesa atinge os 83,74%, traduzindo por inerência baixos desvios e uma performance de execução notoriamente superior, tendo atingido os 19.067.915,55€. De referir, que a execução da despesa realizada/faturada foi de 75,21%.

**Quadro nº55 – Execução da Despesa 2017 nas suas diferentes fases**

(unid. monetária : €uros)

Capítulos	Previsão (a)	Comprometida (b)	Facturada (c)	Paga (d)	Desp Factur (c)/(a)	Desp.Paga (d)/(a)	Desp.Comp (b)/(a)
<b>Despesas Correntes</b>	<b>11.979.918,61</b>	<b>11.316.375,70</b>	<b>10.337.904,08</b>	<b>10.277.652,73</b>	<b>86,29%</b>	<b>85,79%</b>	<b>94,46%</b>
Pessoal	4.412.078,01	4.332.312,62	4.303.442,90	4.252.238,76	97,54%	96,38%	98,19%
Aquisição de Bens e Serviços	6.097.213,60	5.646.570,20	4.770.638,21	4.761.691,80	78,24%	78,10%	92,61%
Juros e Outros Encargos Financeirc	68.250,00	27.737,26	27.737,26	27.737,26	40,64%	40,64%	40,64%
Transferências Correntes	1.138.273,00	1.060.823,87	988.024,06	988.024,06	86,80%	86,80%	93,20%
Outras Despesas Correntes	264.104,00	248.931,75	248.061,65	247.960,85	93,93%	93,89%	94,26%
<b>Despesas de Capital</b>	<b>10.790.751,67</b>	<b>7.751.539,85</b>	<b>6.787.452,89</b>	<b>6.756.963,65</b>	<b>62,90%</b>	<b>62,62%</b>	<b>71,84%</b>
Investimentos	6.773.113,59	4.218.642,28	3.389.038,81	3.358.549,57	50,04%	49,59%	62,29%
Transferências de Capital	2.060.805,00	1.608.557,56	1.474.074,07	1.474.074,07	71,53%	71,53%	78,05%
Activos Financeiros	109.583,00	107.583,00	107.583,00	107.583,00	0,00%	0,00%	0,00%
Passivos Financeiros	1.827.850,08	1.798.426,77	1.798.426,77	1.798.426,77	98,39%	98,39%	98,39%
Outras Despesas de Capital	19.400,00	18.330,24	18.330,24	18.330,24	94,49%	94,49%	94,49%
<b>DESPESAS TOTAIS</b>	<b>22.770.670,28</b>	<b>19.067.915,55</b>	<b>17.125.356,97</b>	<b>17.034.616,38</b>	<b>75,21%</b>	<b>74,81%</b>	<b>83,74%</b>

### 5.3.2. Estrutura e Evolução da Despesa Global

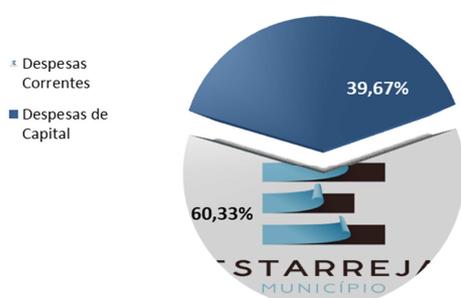
#### ► Estrutura da Despesa

Ao analisar a despesa paga, justifica-se uma apreciação da estrutura em termos de despesas correntes e de capital e a sua variação no último quadriénio (2014,2015, 2016 e 2017)

**Quadro nº 56 – Despesa Corrente e de Capital**

(unid. monetária : €uros)

Descrição	2014	2015	2016	2017					Tx Exec.	Tx Crec.
				Dotação	Cabiment.	Comprom.	Faturado	Execução		
Despesas Correntes	8.820.699,93	9.668.389,87	9.713.593,22	11.979.918,61	11.369.950,66	11.316.375,70	10.337.904,08	10.277.652,73	85,79%	5,81%
Despesas de Capital	4.555.650,22	5.863.943,46	6.658.372,20	10.790.751,67	7.907.407,47	7.751.539,85	6.787.452,89	6.756.963,65	62,62%	1,48%
<b>Despesas Totais</b>	<b>13.376.350,15</b>	<b>15.532.333,33</b>	<b>16.371.965,42</b>	<b>22.770.670,28</b>	<b>19.277.358,13</b>	<b>19.067.915,55</b>	<b>17.125.356,97</b>	<b>17.034.616,38</b>	<b>74,81%</b>	<b>4,27%</b>

**Gráfico nº 44 e Gráfico nº 45 - Repartição das Despesas 2017**


As **despesas correntes** de 2017, representando **60,33%** das despesas municipais, totalizaram **10.277.652,73€**, o que corresponde uma execução de **85,79%**. A prevalência deste conjunto resulta do seu caráter fixo e de natureza legal e contratual – pessoal, instalação e funcionamento dos serviços e pagamento dos juros da dívida pública – em linha com a rigidez destas despesas e em contraponto com a variabilidade da generalidade das **despesas de capital**, as quais em 2017 representaram **39,67%** das despesas totais, atingindo os **6.756.963,65€**, e que estão dependentes da respetiva capacidade orçamental, dependem sobretudo das opções tomadas no âmbito do Plano Plurianual de Investimentos e da capacidade de execução física dos projetos.

Ainda no âmbito da análise da estrutura geral da despesa, insere-se um quadro representativo da despesa comprometida, faturada, paga e prevista durante o exercício económico de 2017.

**Quadro nº 57 – Diferentes fases da despesa por classificação económica**

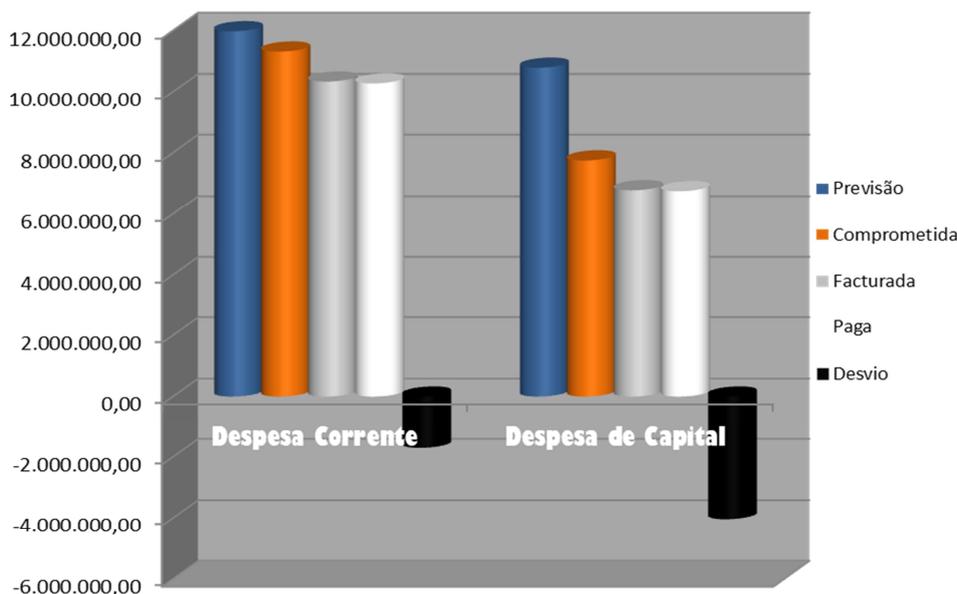
(unid. monetária : €uros)

DESPESAS	Despesa Orçada 1	Despesa Comprometida 2	Despesa Faturada 3	Despesa Paga 4	Desvio 5=4-1	Taxa de Execução 6=4/1	Realizada e Não Paga 7=3-4	Compromissos por Pagar 8=2-4
01 Despesa com Pessoal	4 412 078,01	4 332 312,62	4 303 442,90	4 252 238,76	-159 839,25	96,38%	51 204,14	80 073,86
02 Aquisição de Bens e Serv. Correntes	6 097 213,60	5 646 570,20	4 770 638,21	4 761 691,80	-1 335 521,80	78,10%	8 946,41	884 878,40
Aquisição de Bens	1 143 304,64	994 422,66	732 946,98	732 946,98	-410 357,66	64,11%	0,00	261 475,68
Aquisição de Serviços	4 953 908,96	4 652 147,54	4 037 691,23	4 028 744,82	-925 164,14	81,32%	8 946,41	623 402,72
03 Encargos Correntes de Dívida	68 250,00	27 737,26	27 737,26	27 737,26	-40 512,74	40,64%	0,00	0,00
04 Transferências Correntes	1 138 273,00	1 060 823,87	988 024,06	988 024,06	-150 248,94	86,80%	0,00	72 799,81
06 Outras Despesas Correntes	264 104,00	248 931,75	248 061,65	247 960,85	-16 143,15	93,89%	100,80	970,90
<b>Despesas Correntes</b>	<b>11 979 918,61</b>	<b>11 316 375,70</b>	<b>10 337 904,08</b>	<b>10 277 652,73</b>	<b>-1 702 265,88</b>	<b>85,79%</b>	<b>60 251,35</b>	<b>1 038 722,97</b>
07 Aquisição de Bens de Capital	6 773 113,59	4 218 642,28	3 389 038,81	3 358 549,57	-3 414 564,02	49,59%	30 489,24	860 092,71
08 Transferências de Capital	2 060 805,00	1 608 557,56	1 474 074,07	1 474 074,07	-586 730,93	71,53%	0,00	134 483,49
09 Activos Financeiros	109 583,00	107 583,00	107 583,00	107 583,00	-2 000,00	98,17%	0,00	0,00
10 Passivos Financeiros	1 827 850,08	1 798 426,77	1 798 426,77	1 798 426,77	-29 423,31	98,39%	0,00	0,00
11 Outras Despesas de Capital	19 400,00	18 330,24	18 330,24	18 330,24	-1 069,76	94,49%	0,00	0,00
<b>Despesas de Capital</b>	<b>10 790 751,67</b>	<b>7 751 539,85</b>	<b>6 787 452,89</b>	<b>6 756 963,65</b>	<b>-4 033 788,02</b>	<b>62,62%</b>	<b>30 489,24</b>	<b>994 576,20</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>22 770 670,28</b>	<b>19 067 915,55</b>	<b>17 125 356,97</b>	<b>17 034 616,38</b>	<b>-5 736 053,90</b>	<b>74,81%</b>	<b>90 740,59</b>	<b>2 033 299,17</b>

No ano 2017, a despesa global comprometida, situou-se nos 19.067.915,55€, a despesa faturada em 17.125.356,97€ e a despesa paga em 17.034.616,38€, transitando para o ano seguinte uma dívida de 90.740,59€ e compromissos por pagar no valor de 2.033.299,17€ (irão onerar o orçamento do ano 2018).

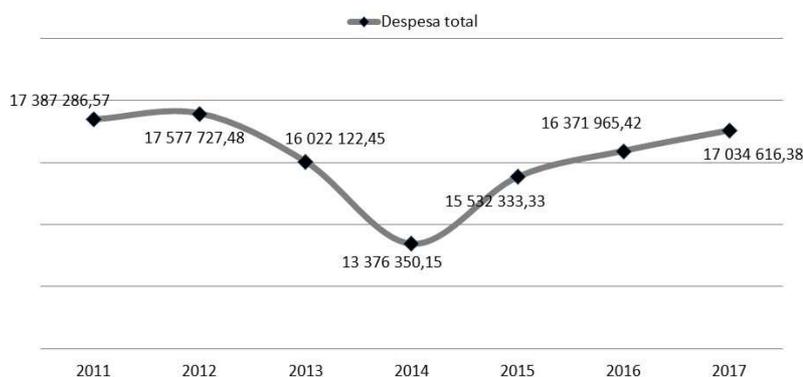
O próximo gráfico evidencia a despesa prevista, realizada e paga assim como o desvio, no que respeita a despesas correntes e de capital.

**Gráfico nº 46 - Composição da Despesa 2017 - nas suas diferentes fases**

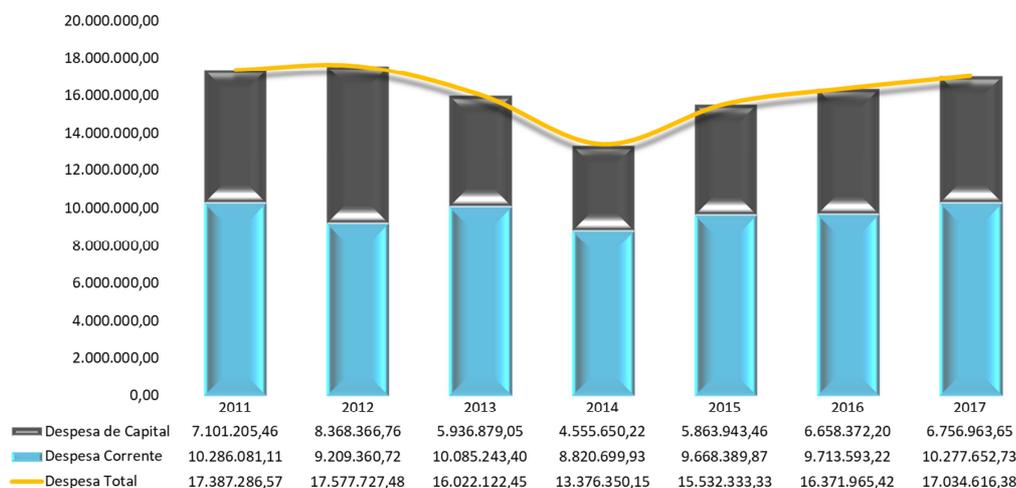


► **Evolução da Despesa Global**

**Gráfico nº 47- Evolução da Despesa Paga**



A Despesa Total aumentou 4,05% face a 2016, influenciado tanto pelo aumento da despesa corrente em (+) 5,81%, bem como com o acréscimo registado ao nível das despesas de capital de (+) 1,48% (ver quadro nº 58)

**Gráfico nº48 – Evolução das Despesas 2011-2017**

**Análise meramente caixa \_ Despesa Paga**

Numa perspetiva de Pagamentos (esforço financeiro), temos o seguinte quadro comparativo entre os exercícios económicos 2016 e 2017:

**Quadro nº 58 - Execução da Despesa Paga 2016-2017**

(unid. monetária : €uros)

Capítulos	2016				2017				Variação 2016/2017	Tx de Cresci.to
	Dotada	Executada	Desvio Valor Absoluto	Taxa de Execução	Dotada	Executada	Desvio Valor Absoluto	Taxa de Execução		
<b>Despesas Correntes</b>	<b>11.265.882,00</b>	<b>9.713.593,22</b>	<b>-1.552.288,78</b>	<b>86,22%</b>	<b>11.979.918,61</b>	<b>10.277.652,73</b>	<b>-1.702.265,88</b>	<b>85,79%</b>	<b>564.059,51</b>	<b>5,81%</b>
Despesas com Pessoal	4.462.390,00	4.217.493,40	-244.896,60	94,51%	4.412.078,01	4.252.238,76	-159.839,25	96,38%	34.745,36	0,82%
Aquisição de Bens e Serv Correntes	5.386.365,00	4.277.657,90	-1.108.707,10	79,42%	6.097.213,60	4.761.691,80	-1.335.521,80	78,10%	484.033,90	11,32%
Encargos correntes da dívida	77.892,00	41.013,48	-36.878,52	52,65%	68.250,00	27.737,26	-40.512,74	40,64%	-13.276,22	-32,37%
Transferências Correntes	1.121.575,00	982.439,51	-139.135,49	87,59%	1.138.273,00	988.024,06	-150.248,94	86,80%	5.584,55	0,57%
Outras Despesas Correntes	217.660,00	194.988,93	-22.671,07	89,58%	264.104,00	247.960,85	-16.143,15	93,89%	52.971,92	27,17%
<b>Despesas de Capital</b>	<b>9.241.760,23</b>	<b>6.658.372,20</b>	<b>-2.583.388,03</b>	<b>72,05%</b>	<b>10.790.751,67</b>	<b>6.756.963,65</b>	<b>-4.033.788,02</b>	<b>62,62%</b>	<b>98.591,45</b>	<b>1,48%</b>
Aquisição de Bens de Investimento	6.268.485,23	3.992.923,88	-2.275.561,35	63,70%	6.773.113,59	3.358.549,57	-3.414.564,02	49,59%	-634.374,31	-15,89%
Transferências de Capital	1.538.067,00	1.264.325,69	-273.741,31	82,20%	2.060.805,00	1.474.074,07	-586.730,93	71,53%	209.748,38	16,59%
Activos Financeiros	237.208,00	236.208,00	-1.000,00	99,58%	109.583,00	107.583,00	-2.000,00	98,17%	-128.625,00	n.a.
Passivos Financeiros	1.059.000,00	1.057.397,88	-1.602,12	99,85%	1.827.850,08	1.798.426,77	-29.423,31	98,39%	741.028,89	70,08%
Outras Despesas de Capital	139.000,00	107.516,75	-31.483,25	77,35%	19.400,00	18.330,24	-1.069,76	94,49%	-89.186,51	n.a.
<b>Total da Despesa</b>	<b>20.507.642,23</b>	<b>16.371.965,42</b>	<b>-4.135.676,81</b>	<b>79,83%</b>	<b>22.770.670,28</b>	<b>17.034.616,38</b>	<b>-5.736.053,90</b>	<b>74,81%</b>	<b>662.650,96</b>	<b>4,05%</b>

Assinala-se um decréscimo, da taxa de execução das despesas orçadas para 2017, de cerca de (-) 5,02 p.p. em relação ao apurado no exercício 2016.

A taxa de execução das despesas correntes conheceu um decréscimo de 0,43 p.p. sendo que a das despesas de capital conheceu uma diminuição de 9,43 p.p.

O montante pago em 2017 (17.034.616,38€) foi superior ao de 2016 (16.371.965,42€), constatando-se, em 2017, um aumento da despesa global paga no valor de (+) 662.650,96€ (4,05%) relativamente ao registado no ano anterior e atingindo-se um grau de execução de despesas de 74,81%.

Anote-se que, sob o ponto de vista financeiro, o maior esforço de pagamento foi canalizado para as despesas de carácter corrente, ao atingirem 60,33% do total geral da despesa paga, onde se destacam os pagamentos imputáveis às rubricas de despesas com pessoal e aquisição de bens e serviços, enquanto o esforço de pagamento das despesas de capital, foi menor, ao assumir 39,67%.

Constata-se que as despesas **correntes** aumentaram 5,81% (em termos absolutos 564.059,51€) e as **despesas de capital** aumentaram 1,48% (em termos absolutos 98.591,45€), em relação aos valores registados no exercício económico anterior.

### Análise ao nível mais real\_ **Despesa Comprometida e Faturada**

#### DESPESA COMPROMETIDA

**Quadro nº 59- Execução da Despesa Comprometida 2016-2017**

(unid. monetária : €uros)

Designação	COMPROMISSOS ASSUMIDOS		Variação 2016/2017	Tx de Crescimento
	2017	2016		
01 Despesa com Pessoal	4 332 312,62	4 252 899,99	79 412,63	1,87%
02 Aquisição Bens e Serviços Corrente:	5 646 570,20	4 974 543,34	672 026,86	13,51%
03 Encargos Correntes de Dívida	27 737,26	41 013,48	-13 276,22	-32,37%
04 Transferências Correntes	1 060 823,87	1 045 149,83	15 674,04	1,50%
06 Outras Despesas Correntes	248 931,75	195 913,83	53 017,92	27,06%
<b>Despesas Correntes</b>	<b>11 316 375,70</b>	<b>10 509 520,47</b>	<b>806 855,23</b>	<b>7,68%</b>
07 Aquisição de Bens de Capital	4 218 642,28	5 009 815,05	-791 172,77	-15,79%
08 Transferências de Capital	1 608 557,56	1 297 544,69	311 012,87	23,97%
09 Activos Financeiros	107 583,00	236 208,00	-128 625,00	n.a.
10 Passivos Financeiros	1 798 426,77	1 057 397,88	741 028,89	70,08%
11 Outras Despesas de Capital	18 330,24	117 542,85	-99 212,61	n.a.
<b>Despesas de Capital</b>	<b>7 751 539,85</b>	<b>7 718 508,47</b>	<b>33 031,38</b>	<b>0,43%</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>19 067 915,55</b>	<b>18 228 028,94</b>	<b>839 886,61</b>	<b>4,61%</b>

O volume de compromissos assumidos em 2017, conheceu um acréscimo relativamente ao registado no ano anterior, tendo a despesa comprometida aumentado 4,61% (839.886,61€) relativamente ao registado no ano 2016, globalizando uma despesa comprometida de 19.067.915,55€.

#### DESPESA FATURADA

Avaliando a execução orçamental não apenas numa perspetiva de pagamentos, mas complementando com uma análise da despesa faturada, pode-se aferir a verdadeira dinâmica sobre a realização despesa.

**Quadro nº 60 - Evolução da Despesa faturada e Paga 2016-2017**

(unidade monetária : €uros)

Capítulos	DESPEZA 2017 vs 2016							Variação 2016/2017 Faturada/Nova	Paga 2017	Não Paga 2017
	2016			2017						
	Faturada Total	Faturada Transitada de 2015	Faturada Nova	Faturada Total	Faturada Transitada de 2016	Faturada Nova				
<b>Despesas Correntes</b>	<b>9 998 131,91</b>	<b>406 868,16</b>	<b>9 591 263,75</b>	<b>10 337 904,08</b>	<b>284 538,69</b>	<b>10 053 365,39</b>	<b>462 101,64</b>	<b>10 277 652,73</b>	<b>60 251,35</b>	
Pessoal	4 217 493,40	3 095,00	4 214 398,40	4 303 442,90	0,00	4 303 442,90	89 044,50	4 252 238,76	51 204,14	
Aquisição de Bens e Serviços	4 527 960,16	399 986,06	4 127 974,10	4 770 638,21	250 302,26	4 520 335,95	392 361,85	4 761 691,80	8 946,41	
Juros e Outros Encargos Financeiro	41 013,48	0,00	41 013,48	27 737,26	0,00	27 737,26	-13 276,22	27 737,26	0,00	
Transferências Correntes	1 016 208,26	3 719,10	1 012 489,16	988 024,06	33 768,75	954 255,31	-58 233,85	988 024,06	0,00	
Outras Despesas Correntes	195 456,61	68,00	195 388,61	248 061,65	467,68	247 593,97	52 205,36	247 960,85	100,80	
<b>Despesas de Capital</b>	<b>6 672 042,75</b>	<b>37 827,00</b>	<b>6 634 215,75</b>	<b>6 787 452,89</b>	<b>13 670,55</b>	<b>6 773 782,34</b>	<b>139 566,59</b>	<b>6 756 963,65</b>	<b>30 489,24</b>	
Investimentos	3 998 485,43	37 827,00	3 960 658,43	3 389 038,81	5 561,55	3 383 477,26	-577 181,17	3 358 549,57	30 489,24	
Transferências de Capital	1 272 434,69	0,00	1 272 434,69	1 474 074,07	8 109,00	1 465 965,07	193 530,38	1 474 074,07	0,00	
Activos Financeiros	236 208,00	0,00	236 208,00	107 583,00	0,00	107 583,00	-128 625,00	107 583,00	0,00	
Passivos Financeiros	1 057 397,88	0,00	1 057 397,88	1 798 426,77	0,00	1 798 426,77	741 028,89	1 798 426,77	0,00	
Outras Despesas de Capital	107 516,75	0,00	107 516,75	18 330,24	0,00	18 330,24	-89 186,51	18 330,24	0,00	
<b>DESPEAS TOTAIS</b>	<b>16 670 174,66</b>	<b>444 695,16</b>	<b>16 225 479,50</b>	<b>17 125 356,97</b>	<b>298 209,24</b>	<b>16 827 147,73</b>	<b>601 668,23</b>	<b>17 034 616,38</b>	<b>90 740,59</b>	

A despesa total faturada neste exercício económico ascendeu a 17.125.356,97€, dos quais 298.209,24€ respeitam a faturação transitada do ano anterior, registando assim, face ao período homólogo, um acréscimo global de (+) 455.182,31€ (+2,73%).

Em termos de despesa paga, o ano económico de 2017 exhibe o montante de 17.034.616,38€, apresentando um acréscimo de (+) 4,05%, em termos absolutos corresponde a (+) 662.650,96€, comparativamente com o ano anterior, revelando uma excelente taxa de execução obtida nos pagamentos (*relação entre despesa paga e despesa faturada*), ao assumir no período em análise 99,47%, apurando-se um total de despesa faturada/realizada por pagar de 90.740,59€, correspondendo a faturação que transita para o exercício económico seguinte.

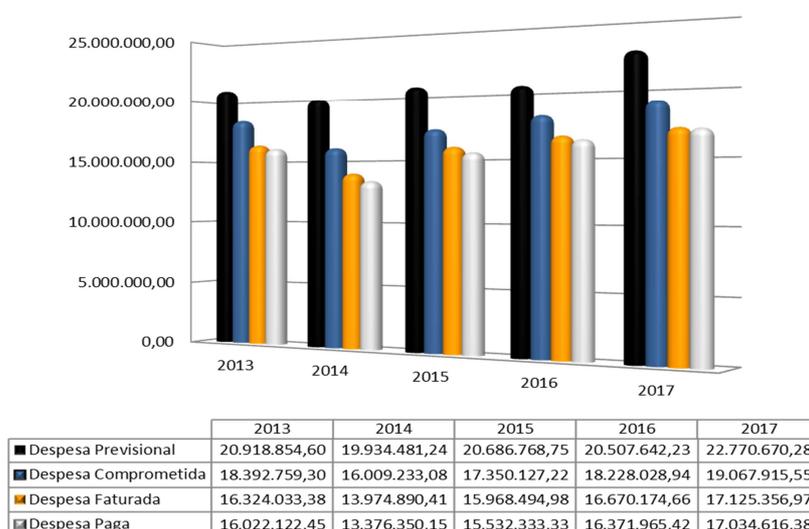
O valor de nova despesa faturada em 2017 é de 16.827.147,73€, observando-se um acréscimo de (+) 3,71%, que em termos absolutos se traduziu num aumento de (+) 601.668,23€.

De notar que, a nova despesa faturada, em termos de despesas correntes, sofreu um acréscimo de (+) 4,82% (462.101,64€), devido fundamentalmente aos acréscimos registados nas rubricas de aquisição de bens e serviços.

Relativamente às despesas de capital, o acréscimo de (+) 139.566,59€, que em termos percentuais situou-se em (+) 2,10%, sendo perceptível o contributo dos agrupamentos “Passivos Financeiros” e “Transferências de Capital”.

Resumidamente e tendo presente as diferentes óticas e análise da despesa temos a seguinte evolução:

**Gráfico nº 49 - Evolução das Despesas nas suas diferentes fases**



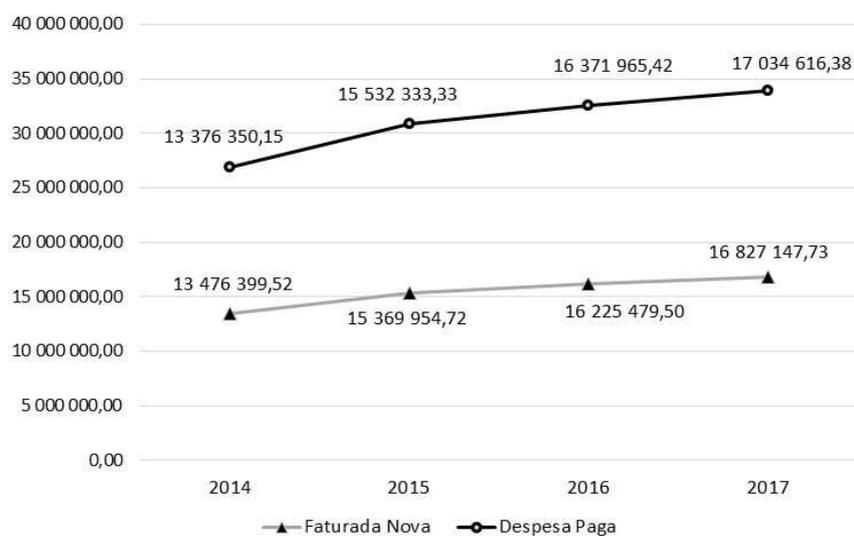
De salientar, quase a junção das linhas representantes da despesa faturada/realizada e da despesa paga, nos anos 2015, 2016 e 2017, traduzindo redução de dívida (despesa faturada não paga) transitada para exercícios seguintes.

**Quadro nº61 - Evolução da Despesa 2014-2017**

(unid. monetária : Euros)

Designação	2014	2015	2016	2017
<b>Despesa Prevista (a)</b>	19 934 481,24	20 686 768,75	20 507 642,23	22 770 670,28
<b>Compromissos do Exercício (b)</b>	16 009 233,08	17 350 127,22	18 228 028,94	19 067 915,55
<b>Despesa Realizada por pagar</b>	598 540,26	444 695,16	298 209,24	90 740,59
<b>Despesa Paga do Exercício ( c)</b>	12 877 859,36	14 933 793,07	15 927 270,26	16 736 407,14
<b>Despesa Paga por conta do Exercício anterior (d)</b>	498 490,79	598 540,26	444 695,16	298 209,24
<b>Compromissos a pagar em exercícios futuros €</b>	2 632 882,93	1 817 793,89	1 856 063,52	2 033 299,17
<b>Faturado no ano (f)</b>	13 476 399,52	15 369 954,72	16 225 479,50	16 827 147,73
<b>Total faturado no ano (h)</b>	13 974 890,41	15 968 494,98	16 670 174,66	17 125 356,97
<b>Grau de Execução da despesa comprometida (b/a) -%</b>	80,31%	83,87%	88,88%	83,74%
<b>Grau de Execução da despesa paga do faturado(c+d)/h -%</b>	95,72%	97,27%	98,21%	99,47%

Ao analisar a variação da despesa nova faturada e despesa paga, justifica-se uma apreciação da sua evolução, representada no gráfico nº50:

**Gráfico nº 50 - Evolução das Despesa Faturada Nova e Despesa Paga**


► **Desagregação da Despesa Global**

O quadro seguinte demonstra com mais detalhe a execução das rubricas orçamentais de despesa:

**Quadro nº 62 - Evolução da Despesa por rubricas económicas**

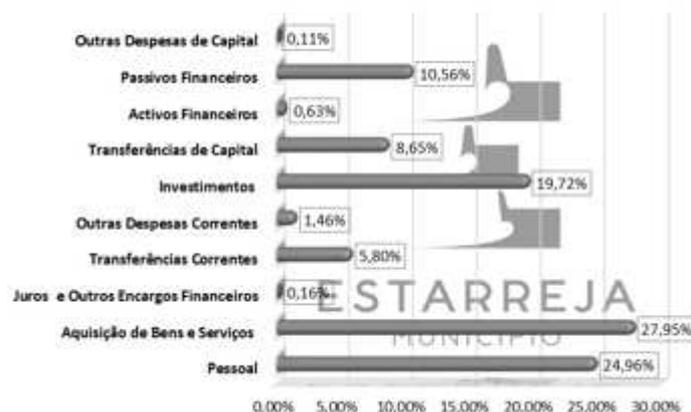
(unid. monetária : Euros)

DESPEAS CORRENTES				DESPEAS DE CAPITAL			
Designação	Valor	%/DCor	% TOTAL	Designação	Valor	%/Dcap	% TOTAL
Despesas com Pessoal	4 252 238,76	41,37%	24,96%	Investimentos	3 358 549,57	49,71%	19,72%
Aquisição de Bens e Serviços	4 761 691,80	46,33%	27,95%	Terrenos	169 460,00	2,51%	0,99%
Aquisição de Bens	732 946,98	7,13%	4,30%	Habitações	0,00	0,00%	0,00%
Aquisição de Serviços	4 028 744,82	39,20%	23,65%	Edifícios	1 797 102,45	26,60%	10,55%
Juros e Outros Encargos	27 737,26	0,27%	0,16%	Construções Diversas	281 466,86	4,17%	1,65%
Juros da Dívida Pública	27 638,13	0,27%	0,16%	Equipamento de Transporte	13 524,74	0,20%	0,08%
Juros de Locação Financeira	0,00	0,00%	0,00%	Equipamento Informático	42 006,91	0,62%	0,25%
Outros juros	99,13	0,00%	0,00%	Software Informático	38 482,49	0,57%	0,23%
Transferências Correntes	988 024,06	9,61%	5,80%	Equipamento Administrativo	27 703,62	0,41%	0,16%
Administrações públicas	320 961,43	3,12%	1,88%	Equipamento Básico	143 044,36	2,12%	0,84%
Administrações privadas	570 044,33	5,55%	3,35%	Ferramentas e Utensílios	4 106,15	0,06%	0,02%
Famílias	97 018,30	0,94%	0,57%	Artigos e Objectos de Valor	1 526,55	0,02%	0,01%
Outras Despesas Correntes	247 960,85	2,41%	1,46%	Imobilizações Incorpóreas	551,04	0,01%	0,00%
				Outros Investimentos	70 470,19	1,04%	0,41%
				Locação Financeira - Mat.Transp	0,00	0,00%	0,00%
				Bens de Domínio Público	769 104,21	11,38%	4,51%
				Transferências de Capital	1 474 074,07	21,82%	8,65%
				Administrações públicas	868 917,32	12,86%	5,10%
				Administrações privadas	575 509,76	8,52%	3,38%
				Famílias	29 646,99	0,44%	0,17%
				Activos Financeiros	107 583,00	1,59%	0,63%
				Passivos Financeiros	1 798 426,77	26,62%	10,56%
				Amort. Emp. Contraídos a M/L Prazo	1 798 426,77	26,62%	10,56%
				Outras Despesas de Capital	18 330,24	0,27%	0,11%
<b>Totais de Despesas Correntes</b>	<b>10 277 652,73</b>	<b>100,00%</b>	<b>60,33%</b>	<b>Totais de Despesas de Capital</b>	<b>6 756 963,65</b>	<b>100,00%</b>	<b>39,67%</b>
<b>Totais de Despesas</b>							<b>17 034 616,38</b>

O contributo mais elevado para a totalidade das despesas pagas são as Aquisição de Bens e Serviços Correntes (27,95%) seguindo-se as Despesas com Pessoal (24,96%) e de seguida a Aquisição de Bens de Capital (19,72%).

As transferências correntes e de capital, que têm a ver com participações do Município em investimentos intermunicipais, com transferências para freguesias e para diversas coletividades culturais, desportivas, recreativas e de solidariedade do concelho, continuam a deter um peso significativo na execução orçamental desta autarquia, representando, no ano económico de 2017, 14,45% das Despesas Totais.

**Gráfico nº 51 – Desagregação Despesa 2017**



Os encargos com a amortização de capital de empréstimos de longo prazo contraídos pela autarquia corresponderam a 26,62% das Despesas de Capital e 10,56% das Despesas Totais.

### 5.3.3. Análise da Despesas Correntes

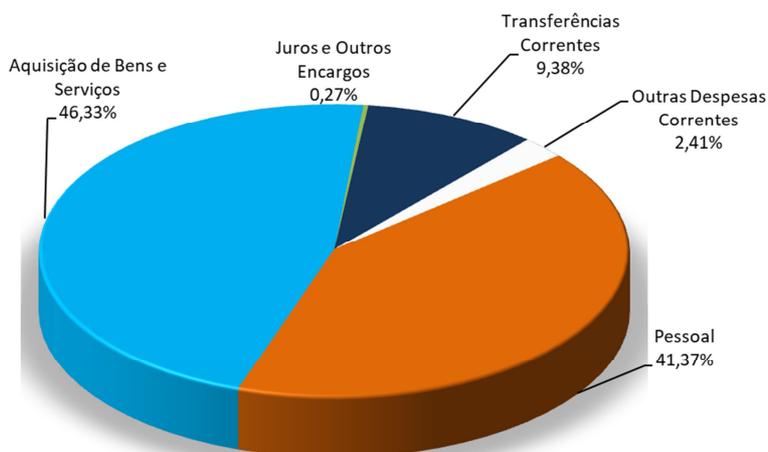
A Despesa Corrente apresenta no período em análise, por rubrica da despesa, a seguinte evolução:

**Quadro nº 63 - Evolução das Despesas Correntes**

(unid. monetária : €uros)

Descrição	2014	2015	2016	2017					Crescimento		
				Dotação	Cabiment.	Comprom.	Faturado	Execução	Tx Exec	Valor	%
Pessoal	4.382.188,70	4.208.946,93	4.217.493,40	4.412.078,01	4.333.542,62	4.332.312,62	4.303.442,90	4.252.238,76	96,38%	34.745,36	0,79%
Aquisição de Bens e Serviços	3.347.627,00	4.368.353,09	4.277.657,90	6.097.213,60	5.698.915,16	5.646.570,20	4.770.638,21	4.761.691,80	78,10%	484.033,90	14,46%
Juros e Outros Encargos	101.900,16	84.278,80	41.013,48	68.250,00	27.737,26	27.737,26	27.737,26	27.737,26	40,64%	-13.276,22	-13,03%
Transferências Correntes	845.355,32	943.838,26	982.439,51	1.138.273,00	1.060.823,87	1.060.823,87	988.024,06	988.024,06	86,80%	5.584,55	0,66%
Outras Despesas Correntes	143.628,75	62.972,79	194.988,93	264.104,00	248.931,75	248.931,75	248.061,65	247.960,85	93,89%	52.971,92	36,88%
<b>Total</b>	<b>8.820.699,93</b>	<b>9.668.389,87</b>	<b>9.713.593,22</b>	<b>11.979.918,61</b>	<b>11.369.950,66</b>	<b>11.316.375,70</b>	<b>10.337.904,08</b>	<b>10.277.652,73</b>	<b>85,79%</b>	<b>564.059,51</b>	<b>5,83%</b>

**Gráfico nº 52 – Peso de cada uma das rubricas no total das Despesas Correntes (%) - 2017**



As despesas correntes constituem praticamente as despesas de funcionamento dos serviços que se traduzem na obtenção de serviços ou bens de consumo corrente, objeto de uma utilização final. Dentro deste tipo de despesas, e ao nível das despesas correntes globais pagas no 2017, a Aquisição de Bens e Serviços assume-se como o grupo de despesas com maior expressão dentro das Despesas Correntes, obtendo um peso de 46,33% seguido de imediato pelas Despesas com Pessoal com 41,37%.

As despesas de funcionamento retratam o montante de encargos fixos e obrigatórios suportados pelo organismo municipal, agrupando as despesas com pessoal, com aquisição de bens e serviços e outras despesas correntes, tendo no ano 2017 atingido os 9.322.142,76€, em termos de faturação, correspondendo a nova despesa faturada a 9.071.372,82€, dado ter transitado do ano anterior dívida no valor de 250.769,94€, sendo a grande maioria (99%) das despesas transitadas pertença do agrupamento “Aquisição de Bens e Serviços”.

**Quadro nº 64 - Faturação Despesas Correntes -2016/2017**

(unid. monetária : €uros)

Capítulos	2016						2017					
	Despesa Faturada			Peso na nova Despesa Faturada			Despesa Faturada			Peso na nova Despesa Faturada		
	Transitada (a)	Nova (b)	Total (a)+(b)	%Desp Func	%Desp Corrente - DO ANO	%Desp Total	Transitada (d)	Nova (e)	Total (d)+e	%Desp Func	%Desp Corrente - DO ANO	%Desp Total
Pessoal	3.095,00	4.214.398,40	4.217.493,40	49,36%	43,94%	25,97%	0,00	4.303.442,90	4.303.442,90	47,44%	42,81%	25,57%
Aquisição de Bens e Serviços	399.986,06	4.127.974,10	4.527.960,16	48,35%	43,04%	25,44%	250.302,26	4.520.335,95	4.770.638,21	49,83%	44,96%	26,86%
Outras Despesas Correntes	68,00	195.388,61	195.456,61	2,29%	2,04%	1,20%	467,68	247.593,97	248.061,65	2,73%	2,46%	1,47%
<b>Despesas de Funcionamento</b>	<b>403.149,06</b>	<b>8.537.761,11</b>	<b>8.940.910,17</b>	<b>100,00%</b>	<b>89,02%</b>	<b>52,62%</b>	<b>250.769,94</b>	<b>9.071.372,82</b>	<b>9.322.142,76</b>	<b>100,00%</b>	<b>90,23%</b>	<b>53,91%</b>
<b>Despesas Correntes</b>	<b>406.868,16</b>	<b>9.591.263,75</b>	<b>9.998.131,91</b>	<b>100,00%</b>	<b>59,11%</b>	<b>284.538,69</b>	<b>10.053.365,39</b>	<b>10.337.904,08</b>	<b>100,00%</b>	<b>59,74%</b>	<b>100,00%</b>	<b>59,74%</b>
<b>Despesas Totais</b>	<b>444.695,16</b>	<b>16.225.479,50</b>	<b>16.670.174,66</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>298.209,24</b>	<b>16.827.147,73</b>	<b>17.125.356,97</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

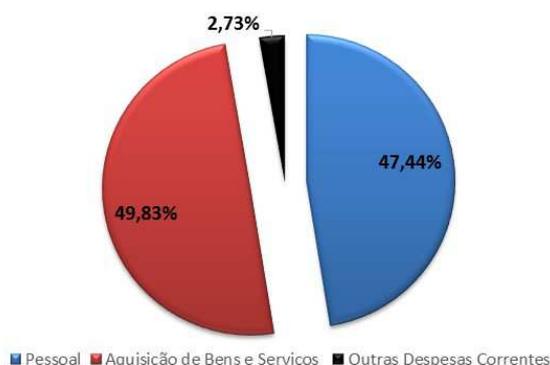
**Gráfico nº 53 – Despesas de Funcionamento 2016/2017**



No ano de 2017 as despesas de funcionamento, no que respeita à nova despesa faturada, atingiram o montante de 9.071.372,82€, verificando-se um decréscimo de (+) 6,25% em relação ao ano anterior.

Avaliando as despesas de funcionamento no seu cômputo geral, afere-se que neste exercício económico, a rubrica de despesas com Pessoal constitui uma componente bastante expressiva dos encargos de funcionamento, representando cerca de 47,44%, e as rubricas de Aquisição de Bens e Serviços representam 49,83%, sendo de salientar o acréscimo registado neste último agrupamento de despesas, dado o aumento da faturação do próprio ano.

**Gráfico nº 54 – Peso das Despesas de Funcionamento – ano 2017**



Saliente-se que as despesas de funcionamento espelham um volume bastante significativo de encargos obrigatórios do Município, ao estarem associados às competências que lhe são intrínsecas, motivos que justificam o seu peso muito expressivo, quer no total das despesas correntes, quer no conjunto geral da despesa, ao representarem 90,23% e 53,91% respetivamente.

### ► Despesa com Pessoal

Na globalidade das despesas correntes da Autarquia, uma das rubricas de maior peso é a de despesas com pessoal, representando cerca de 47,44% das despesas de funcionamento, 42,81% das despesas correntes em cerca de 25,57 % das despesas totais, em termos da despesa faturada.

As despesas com pessoal englobam as remunerações certas e permanentes com os membros dos órgãos autárquicos, com o pessoal dos quadros, contratado a termo, em regime de tarefa ou avença e em qualquer outra situação. Compreende também outras despesas correlacionadas com o pessoal designadamente, deslocações e ajudas de custo, trabalho extraordinário e em regime de turnos, abono para falhas, subsídio de refeição, alimentação, alojamento e abonos diversos. Inclui ainda, outro tipo de prestações sociais diretas, designadamente, subsídio familiar a crianças e jovens, pensões, seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais, despesas de saúde e as despesas que a autarquia local, como entidade patronal, suporta com o regime de segurança social dos seus funcionários.

Da apreciação do quadro seguinte, conclui-se que as despesas com pessoal no exercício de 2017 totalizaram 4.252.238,76 €, assinalando um acréscimo de (+) 34.745,36€ face a 2016, (+) 0,82%.

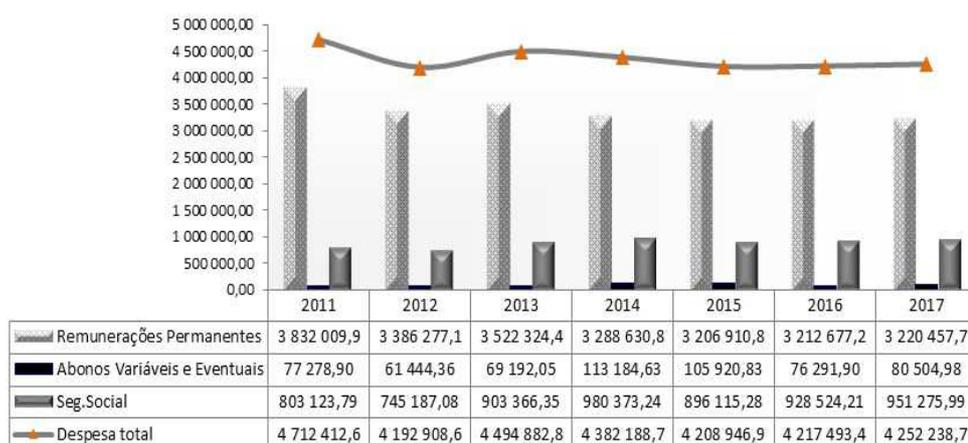
**Quadro nº65 - Despesas com Pessoal (2014-2017)**

(unid. monetária : €uros)

Descrição	2014	2015	2016	2017	Peso %	Crescimento 2016/2017	
						Valor	%
Membros de Órgãos Autárquicos	122 755,96	121 950,36	128 663,17	135 864,78	3,20%	7 201,61	5,60%
Pessoal do Quadro	2 185 091,49	2 159 183,87	2 131 103,74	2 134 206,19	50,19%	3 102,45	0,15%
Pessoal Contratado a Termo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	n.a.
Pessoal em Regime de Tarefa/ Avença	241 648,80	197 365,26	229 263,06	216 286,59	5,09%	-12 976,47	-5,66%
Pessoal em Qualquer Outra Situação	51 048,68	72 968,17	83 477,62	81 749,77	1,92%	-1 727,85	-2,07%
Subsídio de Refeição	191 979,19	195 416,55	185 787,70	197 860,84	4,65%	12 073,14	6,50%
Subsídio de Férias e de Natal	432 114,32	404 569,96	399 153,74	399 904,61	9,40%	750,87	0,19%
Outras Remunerações	63 992,39	55 456,65	55 228,26	54 585,01	1,28%	-643,25	-1,16%
<b>TOTAL REMUNERAÇÕES CERTAS</b>	<b>3 288 630,83</b>	<b>3 206 910,82</b>	<b>3 212 677,29</b>	<b>3 220 457,79</b>	<b>75,74%</b>	<b>7 780,50</b>	<b>0,24%</b>
Horas Extraordinárias	35 110,75	69 231,25	42 820,33	49 238,41	1,16%	6 418,08	14,99%
Abono para falhas	5 676,34	5 513,33	5 095,41	5 138,89	0,12%	43,48	0,85%
Outros Abonos	72 397,54	31 176,25	28 376,16	26 127,68	0,61%	-2 248,48	-7,92%
<b>TOTAL ABONOS VARIÁVEIS / EVENTUAIS</b>	<b>113 184,63</b>	<b>105 920,83</b>	<b>76 291,90</b>	<b>80 504,98</b>	<b>1,89%</b>	<b>4 213,08</b>	<b>5,52%</b>
Encargos com Saúde (ADSE)	245 015,32	147 680,36	180 175,89	206 948,74	4,87%	26 772,85	14,86%
Caixa Geral de Aposentações	543 086,91	557 531,03	544 040,58	551 638,04	12,97%	7 597,46	1,40%
Segurança Social -Reg Geral	140 044,63	143 403,35	139 434,02	132 839,62	3,12%	-6 594,40	-4,73%
Outras Prestações Sociais (*)	32 994,79	28 493,33	35 062,48	29 733,80	0,70%	-5 328,68	-15,20%
Seguros com Pessoal	19 231,59	19 007,21	29 811,24	30 115,79	0,71%	304,55	1,02%
<b>TOTAL CONTRIBUIÇÕES SOCIAS</b>	<b>980 373,24</b>	<b>896 115,28</b>	<b>928 524,21</b>	<b>951 275,99</b>	<b>22,37%</b>	<b>22 751,78</b>	<b>2,45%</b>
<b>TOTAL DESPESAS COM PESSOAL</b>	<b>4 382 188,70</b>	<b>4 208 946,93</b>	<b>4 217 493,40</b>	<b>4 252 238,76</b>	<b>100,00%</b>	<b>34 745,36</b>	<b>0,82%</b>

De salientar, o acréscimo verificado ao nível dos Encargos com a saúde em 2017 face a 2016 (+) 26.772,85€ que contribui fortemente para o aumento global das despesas com pessoal.

Por forma a termos uma visão da evolução das despesas de pessoal desde 2011, apresenta-se o seguinte gráfico:

**Gráfico nº 55 – Evolução das despesas com pessoal nas suas componentes**


O grupo mais representativo corresponde a **remunerações certas e permanentes** (vencimento mensal, subsídios de férias e Natal e despesas de representação) dos eleitos locais, funcionários, agentes e prestadores de serviços do município, cabendo-lhes o valor global de 3.220.457,79€. Segue-se o grupo referente a **contribuições e encargos patronais com a segurança social** (subsídios e prestações familiares, assistência na saúde, caixa geral de aposentações, regime geral de segurança social e em termos de seguros com pessoal) que totalizou 951.275,99€. O remanescente, no valor de 80.504,98€, reflete o conjunto de **abonos variáveis e eventuais**, tais como horas extraordinárias, ajudas de custo, abonos para falhas e senhas de presença da Assembleia e Câmara Municipais.

A rubrica de **Remunerações Certas e Permanentes**, representam 75,74% das Despesas com Pessoal, evidenciando um acréscimo relativamente ao ano 2016 de (+) 0,24% (7.780,50€), sendo que dentro deste agrupamento temos rubricas com tendências de crescimento diferentes.

#### Rubricas com acréscimos face a 2016

- » O acréscimo das Despesas com horas extraordinárias no valor de (+) 6.418,08€;
- » O aumento das Despesas com Encargos com a saúde no valor de (+) 26.772,85€
- » O aumento das Despesas com Remunerações de Membros de Órgãos Autárquicos no valor de (+) 7.201,61€;

#### Rubricas com decréscimos face a 2016

- » Diminuição das Despesas com Pessoal em Regime de Contrato de Tarefa e Avença no valor de (-) 12.976,47€;
- » A redução dos encargos com Remuneração por Doença, Maternidade e Paternidade que perfazem (-) 6.400,82€.

Os **Abonos Variáveis e Eventuais**, afiguram 1,89% das despesas com pessoal, apresentando em relação ao exercício de 2016, um acréscimo de (+) 5,52% (+ 4.213,08€).

A **Segurança Social**, consome 22,37% das Despesas com Pessoal, registando em relação ao exercício de 2016, um aumento de (+) 2,45%, correspondendo em termos absolutos um aumento de (+)22.751,78€, sendo de realçar o aumento com despesas pagas ao nível dos encargos de saúde.

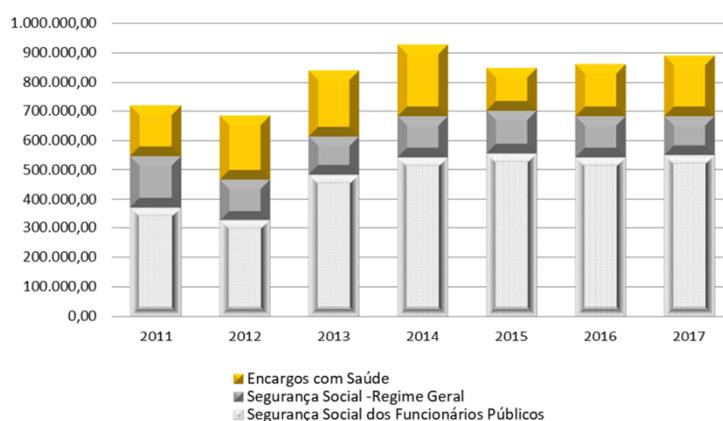
De referir, que pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (LOE2014), mais especificamente no seu artigo 81º, procedeu-se a alteração do artigo 6º do Estatuto da Aposentação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro, alterando a taxa de desconto para a Caixa Geral de Aposentação, IP (CGA,IP), por parte das entidades empregadoras da administração pública, de 20% para 23,75%, sendo esta que vigorou a partir de 2015.

Em termos de encargos com o pessoal suportados pela entidade patronal, os valores apurados encontram-se resumidos no quadro seguinte:

**Quadro nº 66**

(unid. monetária : €uros)

Contribuições para a Segurança Social				
Ano	Assistência na Doença dos Funcionários Públicos	Segurança Social dos Funcionários Públicos	Segurança Social - Regime Geral	Encargos de saúde
2011	0,00	374.999,88	174.380,80	169.818,46
2012	0,00	328.143,42	140.853,77	216.748,85
2013	0,00	486.055,36	127.150,12	228.662,83
2014	0,00	543.086,91	140.044,63	245.015,32
2015	0,00	557.531,03	143.403,35	147.680,36
2016	0,00	544.040,58	139.434,02	180.175,89
2017	0,00	551.638,04	132.839,62	206.948,74

**Gráfico nº 56 – Evolução das Contribuições Sociais**


### ► Aquisição de Bens e Serviços Correntes

No agrupamento de aquisição de bens e serviços estão registadas as despesas realizadas com a aquisição de bens de consumo, inventariáveis ou não, mas não caracterizáveis como bens de capital, bem como as despesas realizadas com a aquisição de serviços a terceiros.

Face à estrutura apresentada por este agrupamento, primeiro é realizada uma apreciação geral, para posteriormente efetuar-se uma análise mais detalhada de cada uma das suas componentes.

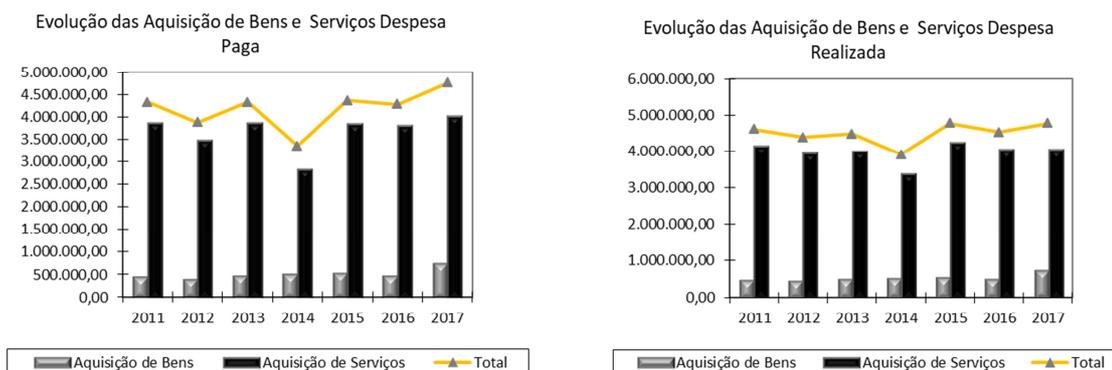
**Quadro nº67 – Evolução da Despesa – Aquisição de bens e serviços correntes**

Designação	2014	2015	2016	Valor	2017		
					Desvio /Variação	Tx Cresc. 2017/2016	Peso
<b>Despesa Realizada (Facturada)</b>							
Aquisição de Bens	532 898,31	536 494,38	505 508,70	732 946,98	227 438,28	44,99%	15,36%
Aquisição de Serviços	3 378 480,17	4 231 844,77	4 022 451,46	4 037 691,23	15 239,77	0,38%	84,64%
<b>Total.....</b>	<b>3 911 378,48</b>	<b>4 768 339,15</b>	<b>4 527 960,16</b>	<b>4 770 638,21</b>	<b>242 678,05</b>	<b>5,36%</b>	<b>100,00%</b>
<b>Despesas Paga</b>							
Aquisição de Bens	508 190,53	517 673,04	468 114,59	732 946,98	264 832,39	56,57%	15,39%
Aquisição de Serviços	2 839 436,47	3 850 680,05	3 809 543,31	4 028 744,82	219 201,51	5,75%	84,61%
<b>Total.....</b>	<b>3 347 627,00</b>	<b>4 368 353,09</b>	<b>4 277 657,90</b>	<b>4 761 691,80</b>	<b>484 033,90</b>	<b>11,32%</b>	<b>100,00%</b>

A rubrica “Aquisição de bens e serviços”, em termos de despesa total paga representou 46,33% da despesa corrente e 27,95% da despesa total. Os gastos neste âmbito aumentaram cerca 14,46%, em relação a 2016. Neste âmbito, a maior relevância nos gastos foi assumida pela aquisição de serviços. Do montante total pago (4.761.691,80€), cerca de 15% corresponderam a despesa em aquisição de bens (combustíveis, gás, matérias primas, material de transporte, etc) e 84,61% corresponderam a despesa para aquisição de serviços (refeições escolares, AEC’s, transportes escolares, segurança e limpeza de edifícios, comunicações, etc.).

Seguidamente apresentam-se alguns quadros e gráficos elucidativos da evolução das despesas faturadas e pagas em aquisição de bens e serviços.

Ao analisar a evolução da despesa realizada e da despesa paga referente a aquisição de bens e serviços nos últimos anos (2011-2017), encontra-se expressa nos gráficos seguintes.

**Gráficos nº 57 e 58**


No ano de 2017, a nova despesa faturada em matéria de Aquisição de Bens e Serviços totalizou o montante de 4.520.335,95€, assumindo um acréscimo de (+) 392.361,85€ em relação ao exercício anterior, (+) 9,50%, e uma taxa de execução da despesa realizada de 78,24% e de pagamentos de 78,10%.

O aumento constatado, neste agrupamento de despesa (nova faturação), resulta da variação ocorrida nas suas duas componentes, (+) 42,92% da aquisição de bens e (+) 5,04% da aquisição de serviços, sendo a rubrica dos bens, com um aumento de (+) 208.868,51 €, que pela sua materialidade mais contribui para o resultado final deste agrupamento.

**Quadro nº 68 - Despesas com Aquisição Bens e Serviços (2017)**

(unid. monetária : Euros)

Capítulos	2016	2017										Desp Fact Nova Tx Variação
	Despesa Faturada	Despesa Faturada				Despesa Paga	Taxa de Execução	Peso na nova Despesa Faturada				
	Nova (a)	Dotações Finais (b)	Transitada (c)	Nova (d)	Total e=(c)+(d)	Desp Paga (f)	Desp Faturada h=e/(b)	%Desp Func (g)=(f)/(b)	%Desp Corrente - DO ANO 90,23%	%Desp Total 53,91%		
Aquisição de Bens	486 687,36	1 143 304,64	37 394,11	695 552,87	732 946,98	732 946,98	64,11%	64,11%	7,67%	6,92%	4,13%	42,92%
Aquisição de Serviços	3 641 286,74	4 953 908,96	212 908,15	3 824 783,08	4 037 691,23	4 028 744,82	81,32%	81,51%	42,16%	38,04%	22,73%	5,04%
<b>Aquisição de Bens e Serviços</b>	<b>4 127 974,10</b>	<b>6 097 213,60</b>	<b>250 302,26</b>	<b>4 520 335,95</b>	<b>4 770 638,21</b>	<b>4 761 691,80</b>	<b>78,10%</b>	<b>78,24%</b>	<b>49,83%</b>	<b>44,96%</b>	<b>26,86%</b>	<b>9,50%</b>
DESPESAS DE FUNCIONAMENTO	8 537 761,11	10 773 404,61	250 769,94	9 071 372,82	9 322 142,76	9 261 891,41	85,97%	86,53%	100,00%	90,23%	53,91%	6,25%
DESPESAS CORRENTES	9 591 263,75	11 979 918,61	284 538,69	10 053 365,39	10 337 904,08	10 277 652,73	85,79%	86,29%		100,00%	59,74%	4,82%
DESPESAS TOTAIS	16 225 479,50	22 770 670,28	298 209,24	16 827 147,73	17 125 356,97	17 034 616,73	74,81%	75,21%			100,00%	3,71%

Conforme se depreende da informação contida no quadro acima, a nova Despesa Faturada de aquisição de bens e serviços representa 49,83% das despesas de funcionamento e 44,96% do total das despesas correntes, destacando-se a rubrica dos serviços com a maior preponderância na totalidade das despesas de funcionamento, ao exibir um peso de 42,16%, contra os 7,67% da rubrica de bens.

Posteriormente apresenta-se uma apreciação individualizada da rubrica dos Bens e dos Serviços, dada a importância destas componentes no cômputo global da despesa faturada nova.

De seguida, apresenta-se uma apreciação com mais detalhe de cada uma das rubricas.

**AQUISIÇÃO DE BENS**

No ano 2017, a despesa faturada de aquisição de bens totalizou 732.946,98€, tendo sido paga a totalidade do valor faturado, pelo que não transita qualquer valor para o ano 2018 respeitante a despesa não paga nestas rúbricas.

Em termos de faturação total a despesa de 2017 conheceu um decréscimo de 44,99% (+227.438,38€), no entanto importa análise do comportamento das suas componentes, faturação transitada de exercícios anteriores e despesa faturada no próprio ano (faturação nova). Assim, temos que a despesa transitada de anos anteriores conheceu um acréscimo de (+) 98,68% (+ 18.572,77€).

**Quadro nº 69 - Aquisição de Bens Correntes**

	2016			Despesa Paga	2017			Despesa Paga	Variação (fatura nova)	Tx Cresc.	%no Total Aq Bens
	Transitada	Nova	Total		Transitada	Nova	Total				
	a			b	c	d=b+c		f=c-a	g = [(c-a)/a]	h=c/Total c	
<b>AQUISIÇÃO DE BENS</b>											
Matérias primas e subsidiárias	2 689,24	53 470,20	56 159,44	55 711,10	448,34	32 779,48	33 227,82	33 227,82	-20 690,72	-38,70%	4,71%
Combustíveis e Lubrificantes	1 170,66	151 997,16	153 167,82	140 482,59	12 685,23	144 870,53	157 555,76	157 555,76	-7 126,63	-4,69%	20,83%
Gasolina	0,00	8 239,40	8 239,40	8 239,40	0,00	5 844,63	5 844,63	5 844,63	-2 394,77	-29,06%	0,84%
Gasóleo	0,00	81 028,64	81 028,64	81 028,64	0,00	89 465,46	89 465,46	89 465,46	8 436,82	10,41%	12,86%
Outros	1 170,66	62 729,12	63 899,78	51 214,55	12 685,23	49 560,44	62 245,67	62 245,67	-13 168,68	-20,99%	7,13%
Limpeza e Higiene	514,98	10 055,58	10 570,56	6 850,79	3 719,77	9 178,81	12 898,58	12 898,58	-876,77	-8,72%	1,32%
Alimentação - Refeições Confeccionadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	170 296,35	170 296,35	170 296,35	170 296,35	n.a.	24,48%
Vestuário e Artigos Pessoais	818,69	19 431,14	20 249,83	11 830,91	8 418,92	6 103,40	14 522,32	14 522,32	-13 327,74	-68,59%	0,88%
Material de Escritório	2 319,60	18 583,46	20 903,06	19 772,18	1 130,88	19 212,45	20 343,33	20 343,33	628,99	3,38%	2,76%
Produtos Químicos e Farmacêuticos	423,12	15 695,78	16 118,90	15 708,94	409,96	14 054,61	14 464,57	14 464,57	-1 641,17	-10,46%	2,02%
Material de Transporte - Peças	1 582,99	15 544,36	17 127,35	14 270,07	2 857,28	8 375,21	11 232,49	11 232,49	-7 169,15	-46,12%	1,20%
Outro material - Peças	2 666,43	12 128,23	14 794,66	14 442,04	352,62	9 972,86	10 325,48	10 325,48	-2 155,37	-17,77%	1,43%
Prémios, Condecorações e Ofertas	2 828,19	121 172,19	124 000,38	117 856,88	6 143,50	186 898,14	193 041,64	193 041,64	65 725,95	54,24%	26,87%
Mercadorias para venda	0,00	1 559,41	1 559,41	1 559,41	0,00	4 652,08	4 652,08	4 652,08	3 092,67	198,32%	0,67%
Ferramentas e Utensílios	0,00	2 973,91	2 973,91	2 973,91	0,00	6 501,85	6 501,85	6 501,85	3 527,94	118,63%	0,93%
Livros e Documentação Técnica	22,41	267,51	289,92	289,92	0,00	425,87	425,87	425,87	158,36	59,20%	0,06%
Artigos Honoríficos e de Decoração	0,00	2 329,57	2 329,57	2 329,57	0,00	0,00	0,00	0,00	-2 329,57	-100,00%	0,00%
Material de Educação, Cultura e Recr	1 673,21	9 069,00	10 742,21	10 742,21	0,00	14 792,54	14 792,54	14 792,54	5 723,54	63,11%	2,13%
Outros Bens	2 111,82	52 409,86	54 521,68	53 294,07	1 227,61	67 438,69	68 666,30	68 666,30	15 028,83	28,68%	9,70%
<b>Total</b>	<b>18 821,34</b>	<b>486 687,36</b>	<b>505 508,70</b>	<b>468 114,59</b>	<b>37 394,11</b>	<b>695 552,87</b>	<b>732 946,98</b>	<b>732 946,98</b>	<b>208 865,51</b>	<b>42,92%</b>	<b>100,00%</b>

Neste exercício económico o valor da nova despesa faturada com a *aquisição de bens* importou em 695.552,87 € e a despesa paga totalizou 732.946,98€, revelando um acréscimo da nova despesa faturada de (+) 42,92% (+208.865,51€).

O aumento na nova despesa faturada com a aquisição de bens, no montante de (+) 208.865,51 €, resulta de um acréscimo generalizado em todas as rubricas, com especial destaque para a nova rubrica de *alimentação – refeições* confeccionadas que apresenta um valor de 170.296,35€ bem como a rubrica de *Prémios, Condecoração e ofertas* onde se pode verificar um aumento de (+) 65.725,95€ de faturação nova relativamente ao ano anterior.

A contribuir também para o cenário de acréscimo deste agrupamento de despesa, temos o aumento registada nas rubricas de *matérias-primas e subsidiárias* com um acréscimo de (+) 20.690,72€, de *outros combustíveis e lubrificantes* com um aumento de (+) 13.168,68€.

## AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

Este agrupamento respeita a despesas com a aquisição de serviços a terceiros por parte da autarquia, acolhendo, designadamente, as despesas relativas aos encargos das instalações, iluminação pública, vigilância e segurança, transportes e comunicações, locação de bens, representação municipal, seguros, estudos pareceres e projetos, consultadoria, outros trabalhos especializados e encargos de cobrança de receitas.

Inclui igualmente as despesas com publicidade e os salários de pessoal que, sendo recrutado para trabalhos esporádicos ou sazonais, sem qualquer expectativa de continuidade, não reúne os requisitos para ser considerado pessoal do quadro ou pessoal em qualquer outra situação.

Nesta rubrica são ainda inscritos os pagamentos de emolumentos pelo visto das contas de gerência e contratos e os encargos resultantes de inscrição de funcionários em cursos de especialização e aperfeiçoamento.

No ano 2017, a despesa faturada de aquisição de serviços correntes totalizou 4.037.691,23€, tendo sido paga 4.028.744,82€, sendo que transita para o ano 2018 o valor de 8.946,41€ de despesa não paga.

**Quadro nº 70 - Aquisição de Serviços Correntes**

	2016				2017				Variação (fatura nova) f=c-a	Tx Cresc. g=((c-a)/a)	%no Total h=c/Total c
	Despesa Faturada			Despesa Paga	Despesa Faturada			Despesa Paga e			
	Transitada	Nova a	Total		Transitada b	Nova c	Total d=b+c				
<b>AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS</b>											
Encargos de Instalações	47 667,98	447 520,40	495 188,38	443 036,64	52 151,74	402 647,52	454 799,26	454 638,16	-44 872,88	-10,03%	10,53%
Limpeza e Higiene	7 148,17	70 989,54	78 137,71	65 282,28	12 855,43	78 971,11	91 826,54	88 028,89	7 981,57	11,24%	2,06%
Conservação de Bens	7 670,78	120 802,92	128 473,70	113 774,21	14 699,49	68 887,15	83 586,64	83 586,64	-51 915,77	-42,98%	1,80%
Locação de Edifícios	161,40	0,00	161,40	161,40	0,00	162,16	162,16	162,16	162,16	n.a.	0,00%
Locação de Material de Informática	1 964,04	17 605,22	19 569,26	19 569,26	0,00	17 573,01	17 573,01	17 573,01	-32,21	-0,18%	0,46%
Locação de Outros Bens	3 321,00	113 618,26	116 939,26	114 591,68	2 347,58	194 792,22	197 139,80	197 139,80	81 173,96	71,44%	5,09%
Comunicações	4 459,26	53 047,07	57 506,33	56 354,57	1 151,76	58 978,36	60 130,12	60 130,12	5 931,29	11,18%	1,54%
Transportes	4 778,25	199 476,72	204 254,97	200 821,57	3 433,40	213 685,77	217 119,17	217 119,17	14 209,05	7,12%	5,59%
Representação dos Serviços	0,00	4 453,45	4 453,45	4 453,45	0,00	849,80	849,80	849,80	-3 603,65	-80,92%	0,02%
Seguros	580,10	42 895,80	43 475,90	43 475,90	0,00	49 301,82	49 301,82	49 301,82	6 406,02	14,93%	1,29%
Deslocações e Estadas	10 026,05	35 098,39	45 124,44	43 540,67	1 583,77	87 292,20	88 875,97	88 875,97	52 193,81	148,71%	2,28%
Estudos, projectos, pareceres e consultador	4 932,30	170 177,11	175 109,41	173 375,11	1 734,30	155 653,76	157 388,06	157 388,06	-14 523,35	-8,53%	4,07%
Formação	0,00	14 553,65	14 553,65	14 397,65	156,00	10 654,70	10 810,70	10 810,70	-3 898,95	-26,79%	0,28%
Seminários, Exposições e Similares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34,70	34,70	34,70	34,70	n.a.	0,00%
Publicidade	2 401,69	72 828,97	75 230,66	74 463,20	767,46	104 314,90	105 082,36	105 082,36	31 485,93	43,23%	2,73%
Vigilância e Segurança	1 763,34	34 817,32	36 580,66	31 475,36	5 105,30	57 442,28	62 547,58	62 547,58	22 624,96	64,98%	1,50%
Assistência Técnica	13 343,95	86 168,57	99 512,52	80 985,53	18 526,99	71 305,16	89 832,15	89 832,15	-14 863,41	-17,25%	1,86%
Outros Trabalhos Especializados	96 979,59	1 367 767,39	1 464 746,98	1 425 437,69	39 309,29	1 451 657,96	1 490 967,25	1 490 967,25	83 890,57	6,13%	37,95%
Serviços Recolha / Tratamento de RSU	40 619,43	477 962,10	518 581,53	518 581,53	0,00	569 396,37	569 396,37	569 396,37	91 434,27	19,13%	14,89%
Serviços de Alimentação	38 939,43	169 294,90	208 234,33	197 957,75	10 276,58	6 441,37	16 717,95	16 717,95	-162 853,53	-96,20%	0,17%
Serviços de Limpeza Urbana	7 646,75	10 913,67	18 560,42	16 109,19	2 451,23	9 170,29	11 621,52	11 621,52	-1 743,38	-15,97%	0,24%
Serviços de Tratamento de Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	n.a.	0,00%
Diversos	9 773,98	709 596,72	719 370,70	692 789,22	26 581,48	866 649,93	893 231,41	893 231,41	157 053,21	22,13%	22,66%
Encargos de Cobrança de Receitas	0,00	90 995,92	90 995,92	90 995,92	0,00	90 026,55	90 026,55	90 026,55	-969,37	-1,07%	2,35%
Outros Serviços	173 966,82	698 470,04	872 436,86	813 351,22	59 085,64	710 551,95	769 637,59	764 649,93	12 081,91	1,73%	18,58%
Emolumentos	0,00	25 254,17	25 254,17	25 106,17	148,00	21 582,12	21 730,12	21 730,12	-3 672,05	-14,54%	0,56%
Publicações	0,00	8 977,85	8 977,85	8 596,02	381,83	8 363,55	8 745,38	8 745,38	-614,30	-6,84%	0,22%
Electricidade - Iluminação Pública	173 899,17	630 974,54	804 873,71	746 991,08	57 882,63	663 245,02	721 127,65	716 139,99	32 270,48	5,11%	17,34%
Diversos Serviços	67,65	33 263,48	33 331,13	32 657,95	673,18	17 361,26	18 034,44	18 034,44	-15 902,22	-47,81%	0,45%
<b>Total</b>	<b>381 164,72</b>	<b>3 641 286,74</b>	<b>4 022 451,46</b>	<b>3 809 543,31</b>	<b>212 908,15</b>	<b>3 824 783,08</b>	<b>4 037 691,23</b>	<b>4 028 744,82</b>	<b>183 496,34</b>	<b>5,04%</b>	<b>100,00%</b>

Com comportamento semelhante ao verificado no agrupamento de aquisição de bens correntes, a nova despesa faturada com *aquisição de serviços* ao totalizar 3.824.783,08 €, apresenta no exercício de 2017 um acréscimo de (+) 5,04%, (+) 183.496,34 €, não obstante da diminuição evidenciada em algumas das suas componentes, tendo sido acompanhada por um volume de despesa paga de 4.028.744,82 €, o que demonstra o elevado nível de execução de pagamentos de 99,78%.

Subjacente ao aumento constatado nesta rubrica, releva-se a influência exercida pelas variações ocorridas nas rubricas de *locação de outros bens*, com uma variação em termos de despesa faturada nova de (+) 81.173,96€, de *transportes* com acréscimo de (+) 14.209,05€, de *deslocações e estadas* com um aumento de faturação nova de (+) 52.193,81€; de *publicidade* com (+) 31.485,93€; de *vigilância e segurança*, com (+) 22.694,96€; de *serviço recolha/tratamento RSU* com (+) 91.434,27€; de *diversos trabalhos especializados* com (+) 157.053,21€ e *Iluminação Pública* com um acréscimo de (+) 32.270,48€.

Na linha de tendência de anos anteriores, as rubricas que assumem o maior peso no total da aquisição de serviços são, designadamente:

- ❖ os “Outros Trabalhos Especializados”, com um peso de 37,95%, assumindo o valor de 1.451.657,96€, estando aqui interpostas atividades que se destacam como, o tratamento de

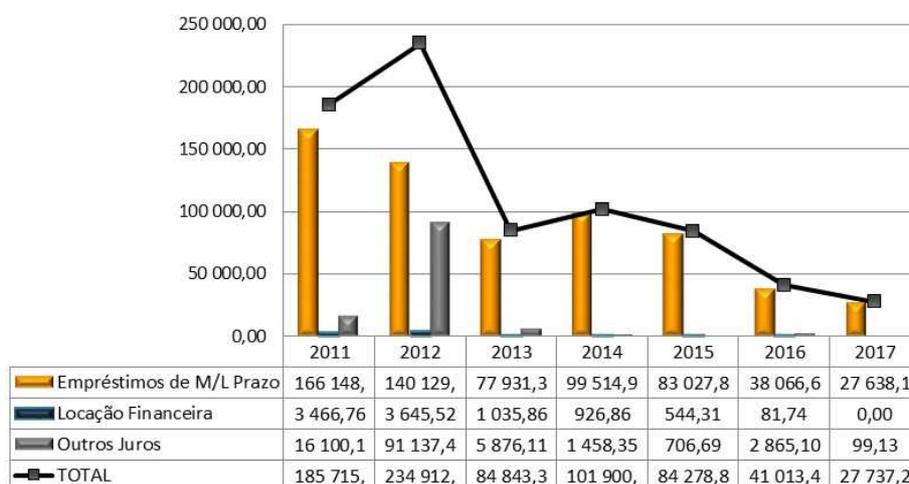
resíduos sólidos urbanos, a aquisição de serviços de organização e produção de eventos culturais, desportivos e educativos ( AEC's e CAF's);

- ❖ os “diversos serviços especializados”, com um peso de 22,66% que representam 866.649,93€;
- ❖ a “Iluminação Pública”, que em termos absolutos atingiu a quantia de 663.245,02€, revelando um peso de cerca de 17,34%;
- ❖ os “Encargos de Instalações”, com o valor de 402.647,52 € e um peso de 10,53%.

#### ➤ Encargos Correntes da Dívida

Os juros suportados correspondem 0,27% das Despesas Correntes e 0,16% das Despesas Totais.

**Gráfico nº 59 – Juros e Outros Encargos**



Na rubrica Encargos Correntes da Dívida encontram-se, também, contabilizados os juros resultantes do financiamento de algumas aquisições de edifícios, equipamento básico e de transporte através de locação financeira e juros de mora por atrasos em pagamentos a terceiros.

#### ➤ Transferências Correntes

Ao abrigo das suas competências, que se reportam em vários domínios que vão desde a educação, ação social, desporto, património e cultura, o Município conferiu ao longo deste exercício económico determinados subsídios a organismos e entidades, com intenção de financiar as suas despesas correntes, demonstrando um claro intervencionismo no processo de desenvolvimento urbano com a finalidade de proporcionar condições de desenvolvimento dos setores cultural, desportivo, educacional e de ação social.

Esta cooperação financeira entre o Município, organismos e entidades representa uma importante fonte de despesa autárquica, responsáveis em 2017 por 5,80% do total da despesa paga, revelando o acentuado intervencionismo do Município no processo de desenvolvimento com o objetivo de propiciar condições de incremento aos setores cultural, desportivo, educacional e de ação social.

No agrupamento das **Transferências Correntes** são contabilizadas as importâncias a entregar a quaisquer organismos ou entidades para financiar despesas correntes, sem que tal implique, por parte das unidades receptoras, qualquer contraprestação direta para com a autarquia local. Nesta rubrica são registadas os fluxos que se destinaram a apoiar o funcionamento de diversas instituições que desenvolvem atividades com interesse municipal, assim como: transferências para Instituições Sem Fins Lucrativos, destacando-se os apoios concedidos no âmbito das atividades desportivas, culturais, humanitárias, sociais e de ação social escolar. É, também, nesta rubrica que se inscrevem as transferências para as freguesias (no âmbito dos acordos de execução e contratos inter-administrativos celebrados de delegação de competências) e para os agrupamentos escolares e/ou outras entidades com as quais o município tenha celebrado acordos de colaboração no âmbito da educação (refeições escolares, atividades de apoio à família, etc.). O montante total pago a este título ascendeu a 988.024,06€ (+0,57% do que em 2016).

**Quadro nº 71 – Transferências Correntes (Despesa)**

Designação	2014	2015	2016	2017	variação 2016/2017	Tx Cresc	%Peso
Administração Central	75 660,20	114 181,73	86 292,29	52 726,86	-33 565,43	-38,90%	5,3%
Administração Local	268 906,42	255 083,29	255 383,03	268 234,57	12 851,54	5,03%	27,1%
Municípios	0,00	9 581,61	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,0%
Freguesias	231 311,54	235 591,35	255 170,30	263 450,30	8 280,00	3,24%	26,7%
Associações de Municípios	37 594,88	9 910,33	212,73	4 784,27	4 571,54	2148,99%	0,5%
Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,0%
Instituições sem fins lucrativo	429 969,88	489 035,78	520 029,85	570 044,33	50 014,48	9,62%	57,7%
Famílias	70 818,82	85 537,16	120 734,34	97 018,30	-23 716,04	-19,64%	9,8%
<b>TOTAL</b>	<b>845 355,32</b>	<b>943 837,96</b>	<b>982 439,51</b>	<b>988 024,06</b>	<b>5 584,55</b>	<b>0,57%</b>	<b>100,0%</b>
<b>Varição - valor</b>	-101 032,16	98 482,64	38 601,55	5 584,55			
<b>Varição - %</b>	-10,68%	11,65%	4,09%	0,57%			

**Gráfico nº 60 – Desagregação Transferências Correntes**


No cômputo geral deste agregado económico o maior peso centra-se nos apoios concedidos às *Instituições Sem Fins Lucrativos* (57,7% e um montante de 570.044,30€), seguindo-se as verbas transferidas para as *Juntas de Freguesia* (que atingem 263.450,30€, representando 26,7%) e, por último, as transferências para as *famílias* que, ao totalizarem 97.018,30€, assumem 9,8% do total deste agregado.

As transferências atribuídas a famílias/particulares dizem respeito, fundamentalmente a auxílios económicos atribuídos às diversas escolas de ensino básico do concelho no âmbito do Programa de Desenvolvimento e Expansão da Rede Pré-Escolar e a despesas assumidas pela Câmara na concretização do Programa Ocupacional para Trabalhadores de comprovada Carência Económica.

Finaliza-se a apreciação desta matéria com a apresentação do quadro abaixo, que ilustra a distribuição das *transferências correntes* atribuídos.

**Quadro nº 72 – Distribuição Transferências Correntes (Despesa)**

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2017
<b>Administração Central</b>	<b>52 726,86</b>
Transferências Agrupamentos de Escolas ( Refeições, Despesas de Transportes e outras	52 726,86
<b>Administração Local -FREGUESIAS</b>	<b>263 450,30</b>
Acordo de Execução - Limpeza e Vias Espaços Públicos; Manutenção Espaços Verdes	259 250,30
Contratos Interadministrativos - Polo de Leitura de Pardilhó	4 200,00
<b>Administração Local -ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS</b>	<b>4 784,27</b>
Comparticipação - Elaboração Planos Municipais Segurança Rodoviária	2 784,27
Comparticipação - Aveiro Região Biciçleta	2 000,00
<b>INSTITUIÇÕES EM FINS LUCRATIVOS</b>	<b>570 044,33</b>
Equipa de Intervenção Permanente /Bombeiros Voluntários Estarreja	30 180,05
Manutenção de Espaços Verdes - Ass.Moradores Urbanização Póvoa Baixo	9 000,00
CEDÊNCIA DE VIATURAS E APOIO A DESPESAS DE TRANSPORTE	4 467,84
APOIO AO ASSOCIATIVISMO E AGENTES DESPORTIVOS	
<b>Apoio a Eventos Desportivos</b>	
Grande Prémio de Atletismo- Centro Recreativo de Estarreja	7 500,00
Torneio Internacional de Ginástica Rítmica	500,00
<b>Apoio ao Associativismo Desportivo</b>	<b>191 101,35</b>
<b>Cedência de Infraestruturas Desportivas</b>	<b>20 840,83</b>
<b>Manutenção de Relvados</b>	<b>26 400,00</b>
APOIO A ATIVIDADES CULTURAIS E RECREATIVAS	
<b>Apoio ao Associativismo Cultural e Recreativo</b>	<b>71 226,25</b>
<b>Apoio a Eventos Culturais</b>	
Protocolo de Parceria - Carnaval 2017- Associação Carnaval de Estarreja	65 360,00
Protocolo de Parceria - Carnaval 2018 - Associação Carnaval de Estarreja	25 000,00
Trofeu Samba- Associação Carnaval de Estarreja	12 000,00
15.º Festival Samba/2017- ACRES Vai Quem Quer	4 877,44
Carnaval Infantil	19 123,00
Festas de Santo António	14 310,00
Festival de Cinema de Avanca- Cine Clube de Avanca	23 500,00
APOIO AÇÃO SOCIAL	24 657,57
<b>APOIO Serviços Sociais e Culturais dos Trabalhadores da CME</b>	<b>20 000,00</b>
<b>FAMÍLIAS</b>	<b>97 018,30</b>
Contrato Emprego Inserção + Estágios Profissionais	34 610,21
Projecto "Estarreja Compartilha"	13 461,86
Programa de Bolsas de Estudo do Ensino Superior	19 250,00
Subsídio de Transporte Escolar	944,65
Apoio Vacinação Infantil	2 917,36
Apoio Arrendamento Habitacional	23 380,15
Cartão Sénior Municipal	2 454,07
<b>TOTAL</b>	<b>988 024,06</b>

## &gt; Outras Despesas Correntes

**Quadro nº 73 – Outras Despesas Correntes**

Designação	2014	2015	2016	2017		Tx Cresc
	Valor	Valor	Valor	Valor	%	
<b>Diversas</b>	<b>40 359,30</b>	<b>11 506,26</b>	<b>30 549,09</b>	<b>36 649,46</b>	<b>14,78%</b>	<b>19,97%</b>
Impostos e Taxas	40 359,30	11 506,26	30 549,09	36 649,46	14,78%	19,97%
<b>Outras</b>	<b>103 269,45</b>	<b>51 466,53</b>	<b>164 439,84</b>	<b>211 311,39</b>	<b>85,22%</b>	<b>28,50%</b>
Restituições	98 316,22	16 383,85	50 781,88	34 544,39	13,93%	-31,97%
IVA Pago	0,00	0,00	75 692,65	140 954,90	56,85%	86,22%
Serviços Bancários	2 491,92	2 106,63	2 352,75	3 598,07	1,45%	52,93%
Quotizações		29 548,00	29 289,35	30 076,78	12,13%	2,69%
Diversas	2 461,31	3 428,05	6 323,21	2 137,25	0,86%	-66,20%
<b>TOTAL.....</b>	<b>143 628,75</b>	<b>62 972,79</b>	<b>194 988,93</b>	<b>247 960,85</b>	<b>100,00%</b>	<b>27,17%</b>

O total de despesas consideradas como residuais, não classificáveis nas outras rubricas económicas, ascendeu no exercício de 2017 aos 247.960,85€. No ano económico de 2017, denota-se um acréscimo desta rubrica económica de despesas, na ordem dos 27,17%, correspondendo a um aumento de 52.971,92€.

Inerente ao incremento constatado nesta rubrica, releva-se a influência exercida pelas variações ocorridas nas diferentes componentes da mesma, destacando a rubrica *IVA pago* (140.954,90€), com uma variação de (+) 65.262,25€ relativamente ao ano anterior, cerca de 86%. Para este aumento, contribuiu fortemente o IVA pago resultante da Inversão de Sujeito Passivo operada aquando da contabilização das faturas respeitantes a várias empreitadas de obras públicas, com especial destaque para o IVA autoliquidado da Obra “Reabilitação do Mercado Municipal de Estarreja” que representou em 2017 o valor de 86.658,38€.

Relativamente ao incremento registado na rubrica *imposta e taxas* (+19.042,83), é de salientar o aumento com pagamento de taxas de justiça associados a processos judiciais em curso.

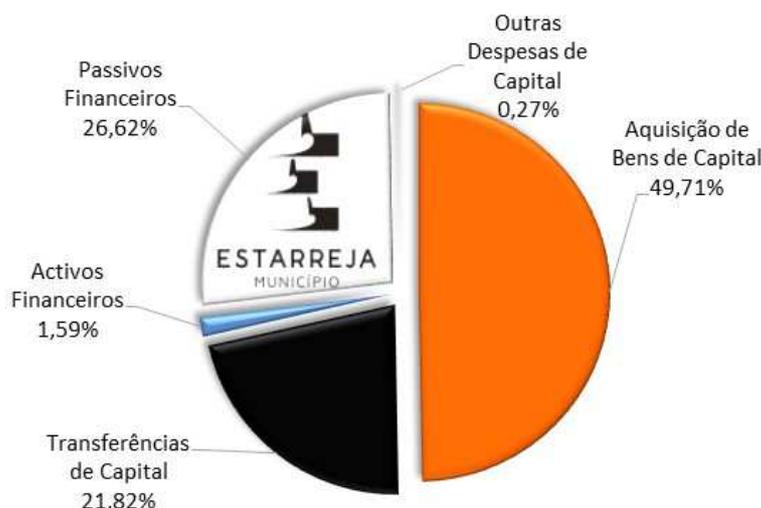
O valor das restituições (+ 34.544,39€) conheceu uma significativa diminuição decorrente da redução de restituições associadas a impostos municipais processados no ano 2017, essencialmente relacionados com a cobrança do imposto Municipal de Imóveis (IMI).

### 5.3.4. Análise da Despesas de Capital

As despesas de capital pagas totalizam 6.756.963,65€, registando-se um desvio positivo, em termos absolutos, de 98.591,45€ em relação ao ano anterior, traduzindo um acréscimo de 1,48%.

A repartição das despesas de capital efetuada pelo município, no ano 2017, encontra-se descrita no gráfico apresentado de seguida:

**Gráfico nº 61 – Desagregação das Despesas de Capital (2017)**



A Despesa de Capital apresenta no período em análise, por rubrica da despesa, a seguinte evolução:

**Quadro nº 74 – Evolução das Despesas de Capital**

(unidade monetária : €uros)

Descrição	2014	2015	2016	2017					Crescimento		
				Dotação	Cabiment.	Comprom.	Faturado	Execução	Tx Exec	Valor	%
Aquisição de Bens de Capital	2 744 606,41	3 132 430,84	3 992 923,88	6 773 113,59	4 374 509,90	4 218 642,28	3 389 038,81	3 358 549,57	49,59%	-634 374,31	-15,89%
Transferências de Capital	627 206,85	920 757,23	1 264 325,69	2 060 805,00	1 608 557,56	1 608 557,56	1 474 074,07	1 474 074,07	71,53%	209 748,38	16,59%
Activos Financeiros	0,00	107 583,00	236 208,00	109 583,00	107 583,00	107 583,00	107 583,00	107 583,00	98,17%	-128 625,00	-54,45%
Passivos Financeiros	1 183 836,96	1 692 049,23	1 057 397,88	1 827 850,08	1 798 426,77	1 798 426,77	1 798 426,77	1 798 426,77	98,39%	741 028,89	70,08%
Outras Despesas de Capital	0,00	11 123,16	107 516,75	19 400,00	18 330,24	18 330,24	18 330,24	18 330,24	94,49%	-89 186,51	-82,95%
<b>TOTAL</b>	<b>4 555 650,22</b>	<b>5 863 943,46</b>	<b>6 658 372,20</b>	<b>10 790 751,67</b>	<b>7 907 407,47</b>	<b>7 751 539,85</b>	<b>6 787 452,89</b>	<b>6 756 963,65</b>	<b>62,62%</b>	<b>98 591,45</b>	<b>1,48%</b>

#### ► Investimento Global

O investimento global do município é caracterizado nas suas diferentes vertentes pelo Investimento Direto, Transferências de Capital (Investimento Indireto) e Ativos Financeiros.

Nas despesas de investimento incluem-se os projetos previstos no Plano Plurianual de Investimentos, refletindo investimentos diretos do Município, e as transferências para investimentos de outras administrações (freguesias, IPSS e outras associações)

No próximo quadro podemos observar a desagregação do investimento global e a sua evolução nos últimos 4 anos, assim como o peso de cada uma das rubricas no total da despesa.

**Quadro nº 75- Evolução Investimento Global- Pago**

(unidade monetária : Euros)

Capítulos	2014	2015	2016	2017	%Desp Total	Tx Cresc
Aquisição de Bens de Capital	2 744 606,41	3 132 430,84	3 992 923,88	3 358 549,57	67,98%	-15,89%
Transferências de Capital	627 206,85	920 757,23	1 264 325,69	1 474 074,07	29,84%	16,59%
Ativos Financeiros	0,00	107 583,00	236 208,00	107 583,00	2,18%	-54,45%
<b>TOTAL</b>	<b>3 371 813,26</b>	<b>4 160 771,07</b>	<b>5 493 457,57</b>	<b>4 940 206,64</b>	<b>100,00%</b>	<b>-10,07%</b>

**Quadro nº 76 - Evolução Investimento Global- Faturado**

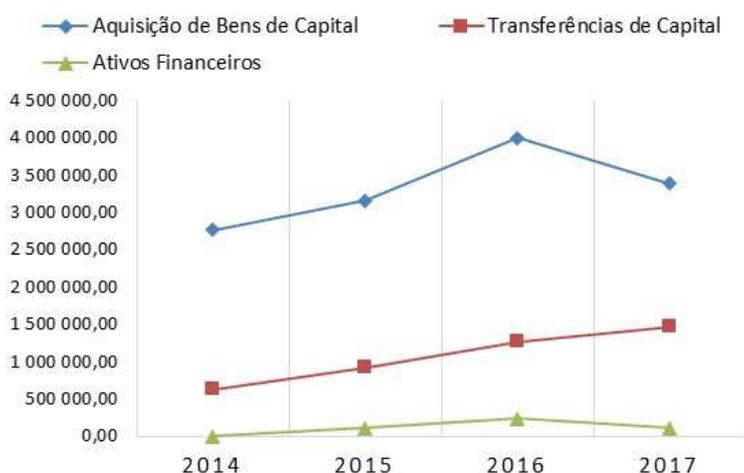
(unidade monetária : Euros)

Capítulos	2014	2015	2016	2017	%Desp Total	Tx Cresc
Aquisição de Bens de Capital	2 767 079,30	3 161 724,23	3 998 485,43	3 389 038,81	68,18%	-15,24%
Transferências de Capital	627 206,85	920 757,23	1 272 434,69	1 474 074,07	29,66%	15,85%
Ativos Financeiros	0,00	107 583,00	236 208,00	107 583,00	2,16%	-54,45%
<b>TOTAL</b>	<b>3 394 286,15</b>	<b>4 190 064,46</b>	<b>5 507 128,12</b>	<b>4 970 695,88</b>	<b>100,00%</b>	<b>-9,74%</b>

As despesas de investimento, na vertente de pagamentos, totalizaram, no ano 2017, um valor de 4.940.206,64€, apresentando uma variação de - 10,07% (-553.250,93€), relativamente ao período homólogo anterior. O índice de realização deste tipo de despesas está normalmente correlacionado com a angariação de participações financeiras externas. Para a estrutura global da despesa, as despesas de investimento representam 28,54%.

Numa perspetiva de despesa realizada/faturada as despesas de investimento totalizaram, no ano 2017, 4.970.695,88€, transitando para o ano 2017, faturas no valor de apenas 30.489,24€. Relativamente ao exercício económico anterior assistiu-se uma diminuição de 9,74% nas despesas de investimento faturadas.

No gráfico seguinte, procura-se demonstrar a evolução das rubricas mencionadas nos últimos 4 anos ao nível do investimento.

**Gráfico nº 62 – Evolução do Investimento Global**


**Quadro nº 77 – Investimento Global**

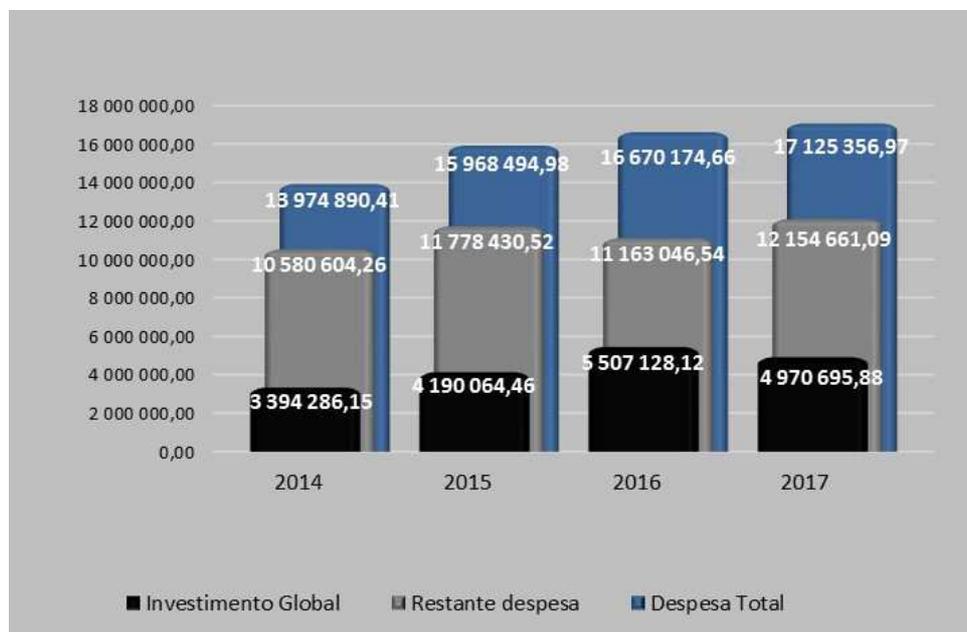
( unidade monetária : €uros)

Capítulos	2016						2017					
	Despesa Facturada			Peso na nova Despesa Faturada			Despesa Facturada			Peso na nova Despesa Faturada		
	Transitada (a)	Nova (b)	Total (a)+(b)	%Invest Global	%Desp Corrente - DO ANO	%Desp Total	Transitada (d)	Nova e	Total (d)+e	%Invest Global	%Desp Corrente - DO ANO	%Desp Total
Aquisição de Bens de Capital	37 827,00	3 960 658,43	3 998 485,43	75,52%	72,42%	24,41%	5 561,55	3 383 477,26	3 389 038,81	69,51%	49,95%	20,11%
Transferências de Capital	0,00	1 272 434,69	1 272 434,69	24,26%	23,27%	7,84%	8 109,00	1 465 965,07	1 474 074,07	30,12%	21,64%	8,71%
Activos Financeiros	0,00	236 208,00	236 208,00	4,50%	4,32%	1,46%	0,00	107 583,00	107 583,00	2,21%	1,59%	0,64%
<b>Investimento Global</b>	<b>37 827,00</b>	<b>5 244 216,28</b>	<b>5 282 043,28</b>	<b>100,00%</b>	<b>95,88%</b>	<b>32,32%</b>	<b>13 670,55</b>	<b>4 867 772,57</b>	<b>4 881 443,12</b>	<b>100,00%</b>	<b>71,86%</b>	<b>28,93%</b>
<b>Despesas de Capital</b>	<b>37 827,00</b>	<b>5 469 301,12</b>	<b>5 507 128,12</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>33,71%</b>	<b>13 670,55</b>	<b>6 773 782,34</b>	<b>6 787 452,89</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>40,26%</b>
<b>Despesas Totais</b>	<b>444 695,16</b>	<b>16 225 479,50</b>	<b>16 670 174,66</b>				<b>298 209,24</b>	<b>16 827 147,73</b>	<b>17 125 356,97</b>			<b>100,00%</b>

O Investimento Global que em 2017 comportou 28,93% do total da despesa nova faturada atingiu um valor de 4.867.772,57€, refletindo uma diminuição de (-) 7,18% -376.443,71€, essencialmente influenciada pela variação registada na aquisição de bens de capital (-) 14,57%, traduzindo uma diminuição em termos absolutos de 577.181,17€. No que toca a rubrica transferências de capital, segunda maior componente do investimento global, observa-se um aumento de 15,21% (+193.530,38€).

O investimento em Ativos Financeiros, incorpora a realização do Capital Social do Fundo de Apoio Municipal (FAM) do ano 2017 no valor de 107.583,00€.

Os gráficos seguintes apresentam a evolução destas componentes nos últimos 4 exercícios:

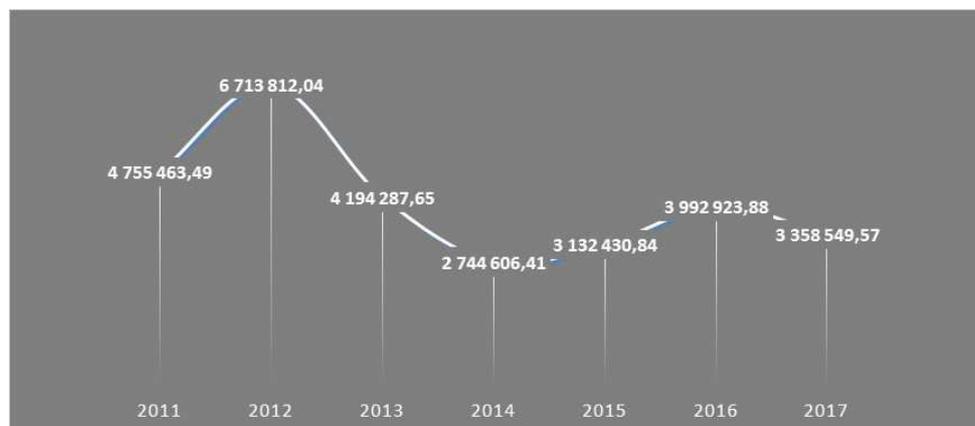
**Gráfico nº 63 – Investimento Global**


## INVESTIMENTO DIRETO

Com o objetivo de aumentar o capital fixo, quer por meio de aquisição a terceiros, quer por produção própria, é realizado investimento direto que engloba a aquisição ou produção de bens duráveis e de melhorias ou modificações que visam aumentar o período de duração desses bens ou a sua produtividade.

Este tipo de investimento totalizou, em 2017, valores em termos de pagamento de 3.358.549,57€, traduzindo-se num decréscimo de 15,89% e apresentando uma taxa de execução de 49,59%.

**Gráfico nº 64 – Evolução das Despesas com Investimento Direto**



No entanto, as despesas de Investimento Direto continuam a ocupar um lugar de destaque no cômputo geral dos gastos realizados, representando 49,71% das Despesas de Capital e 19,72% das Despesas Totais.

**Quadro nº 78 – Estrutura do Investimento**

Designação	2016		Dotações Finais (c)	Fact transitada (d)	2017			Taxa de Execução			Taxa de Variação	Taxa de Variação
	Despesa Realizada (a)	Pago (b)			Facturação Nova (e)	Faturada Total	Pago (f)	Faturada [(d)+(e)]/(c)	(f)/[(d)+(e)]	Pago (f)/(c)	Pago	Facturado
TERRENOS	588 716,31	588 716,31	1 148 608,62	0,00	169 460,00	169 460,00	169 460,00	14,75%	100,00%	14,75%	-71,22%	-71,22%
HABITAÇÕES	175 000,00	175 000,00	71 954,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	n.a.	0,00%	n.a.	n.a.
EDIFÍCIOS	213 725,34	213 725,34	2 224 480,00	0,00	1 797 102,45	1 797 102,45	1 797 102,45	80,79%	100,00%	80,79%	740,85%	740,85%
CONSTRUÇÕES DIVERSAS	54 876,75	54 876,75	430 300,00	0,00	281 466,86	281 466,86	281 466,86	65,41%	100,00%	65,41%	412,91%	412,91%
MATERIAL DE TRANSPORTE	283 607,31	283 607,31	63 500,00	0,00	13 524,74	13 524,74	13 524,74	21,30%	100,00%	21,30%	-95,23%	-95,23%
EQUIPAMENTO INFORMÁTICO	28 986,98	28 986,98	116 470,20	0,00	42 006,91	42 006,91	42 006,91	36,07%	100,00%	36,07%	44,92%	44,92%
SOFTWARE INFORMÁTICO	11 676,03	11 676,03	80 650,00	0,00	45 216,74	45 216,74	38 482,49	56,07%	85,11%	47,72%	229,59%	287,26%
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	76 325,50	75 894,03	129 600,00	431,47	51 027,14	51 458,61	27 703,62	39,71%	53,84%	21,38%	-63,50%	-32,58%
EQUIPAMENTO BÁSICO	531 319,29	526 189,21	428 250,00	5 130,08	137 914,28	143 044,36	143 044,36	33,40%	100,00%	33,40%	-72,82%	-73,08%
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	4 984,19	4 984,19	17 000,00	0,00	4 106,15	4 106,15	4 106,15	24,15%	100,00%	24,15%	-17,62%	-17,62%
ARTIGOS E OBJECTOS DE VALOR	0,00	0,00	3 000,00	0,00	1 526,55	1 526,55	1 526,55	50,89%	n.a.	50,89%	0,00%	0,00%
INVESTIMENTOS INCORPÓREOS	0,00	0,00	18 300,00	0,00	551,04	551,04	551,04	3,01%	n.a.	3,01%	n.a.	n.a.
OUTROS INVESTIMENTOS	46 587,87	46 587,87	111 900,00	0,00	70 470,19	70 470,19	70 470,19	62,98%	100,00%	62,98%	51,26%	51,26%
LOCAÇÃO FINANCEIRA	9 907,25	9 907,25	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	#DIV/0!	0,00%	-100,00%	-100,00%
BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	1 972 772,61	1 972 772,61	1 928 600,31	0,00	769 104,21	769 104,21	769 104,21	39,88%	100,00%	39,88%	-61,01%	-61,01%
<b>TOTAL.....</b>	<b>3 998 485,43</b>	<b>3 992 923,88</b>	<b>6 773 113,59</b>	<b>5 561,55</b>	<b>3 383 477,26</b>	<b>3 389 038,81</b>	<b>3 358 549,57</b>	<b>50,04%</b>	<b>99,10%</b>	<b>49,59%</b>	<b>-15,89%</b>	<b>-15,24%</b>

### ► Transferências de Capital

A atribuição de verbas, pertencentes ao rendimento de capital do município, a outras entidades, sem qualquer contrapartida, totalizou 1.474.074,07€, traduzindo um aumento de 16,59% (209.748,38€), em relação ao verificado no anterior exercício económico.

**Quadro nº 79 – Transferências de Capital (Despesa)**

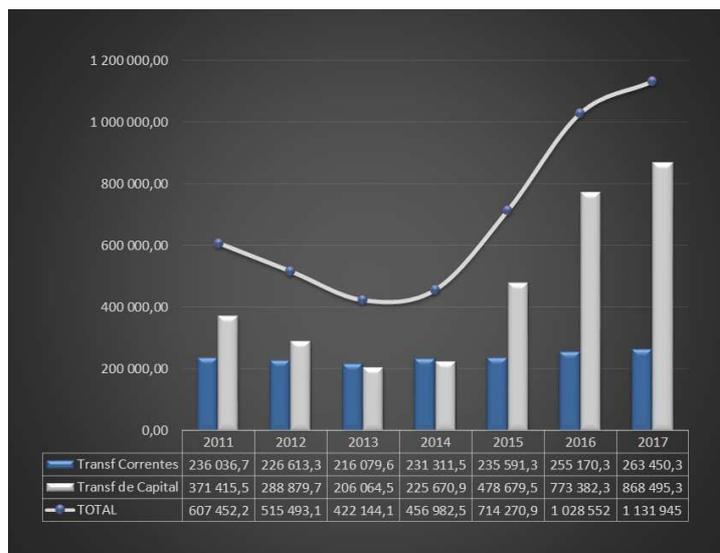
Designação	2014	2015	2016	2017		Variação	
				valor	Peso%	valor	%
Administrações públicas	253 533,93	483 679,57	773 382,35	868 917,32	58,95%	95 534,97	12,35%
Fundos e serviços autónomos	0,00	5 000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Administração autárquica	253 533,93	478 679,57	773 382,35	868 917,32	58,95%	95 534,97	12,35%
Administrações privadas	373 672,92	437 077,66	490 943,34	605 156,75	41,05%	114 213,41	23,26%
Instituições particulares	335 672,92	412 129,39	458 975,49	575 509,76	39,04%	116 534,27	25,39%
Famílias	38 000,00	24 948,27	31 967,85	29 646,99	2,01%	-2 320,86	-7,26%
<b>TOTAL.....</b>	<b>627 206,85</b>	<b>920 757,23</b>	<b>1 264 325,69</b>	<b>1 474 074,07</b>	<b>100,00%</b>	<b>209 748,38</b>	<b>16,59%</b>

O valor registado na rubrica Transferências de Capital – Administração Autárquica encontra-se subdividido em Freguesias cujas transferências ascenderam a 868.917,32€.

Na sub-rubrica “Famílias”, registaram-se as comparticipações financeiras atribuídas pelo município a familiares no âmbito do Programa Casa Melhor, que tem por objetivo melhorar as condições de habitação das famílias mais carenciadas.

#### ANALISE GLOBAL \_TRANSFERÊNCIAS/FREGUESIAS

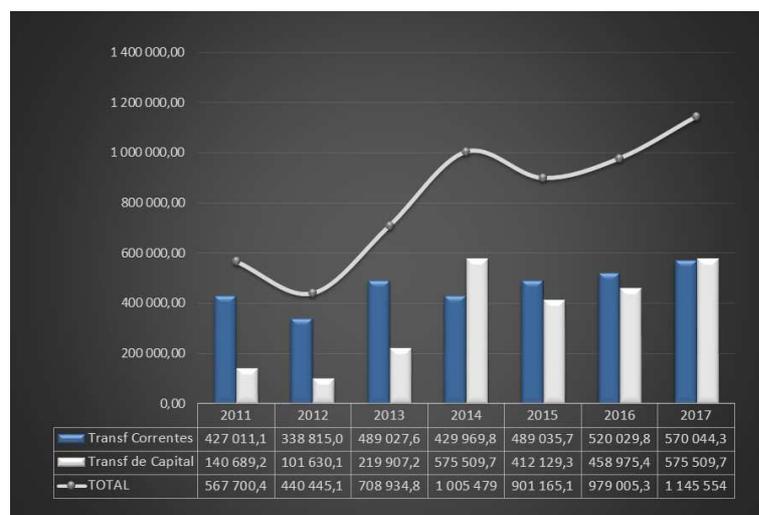
**Gráfico nº 65 – Evolução das Transferências para as Freguesias (Correntes e Capital)**



Do montante total das transferências (correntes e capital – 2.462.098,13€), cerca de 45,97% (1.131.945,64€) destinaram-se a transferências para as freguesias, no âmbito dos acordos de execução e contratos inter-administrativos celebrados de delegação de competências.

#### ANALISE GLOBAL \_TRANSFERÊNCIAS/INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS

**Gráfico nº 66 – Evolução das Transferências para Instituições Sem Fins Lucrativos (Correntes e Capital)**

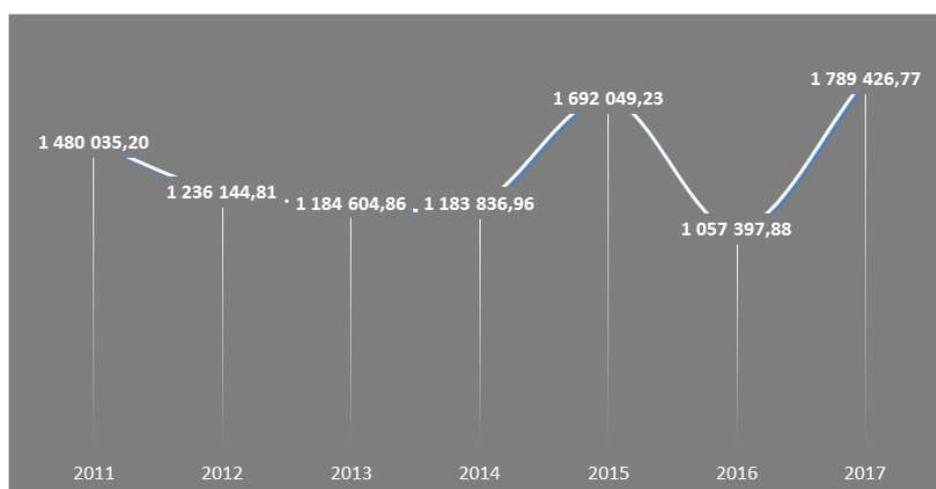


Do montante total das transferências (correntes e capital – 2.462.098,13€), cerca de 46,53% (1.145.554,09€) destinaram-se Instituições Sem Fins Lucrativos, nas quais se incluem as associações apoiadas no âmbito dos diversos Programas de Apoio ao Associativismo. Os apoios concedidos a título de transferências resultam de uma política de intervenção municipal com objetivo de promover e apoiar o desenvolvimento cultural, desportivo e social.

### ► Passivos Financeiros

Durante o ano económico de 2017, os encargos suportados com o reembolso de capital de empréstimos de médio e longo prazo contraídos pela autarquia junto de Instituições de Crédito totalizou 1.789.426,77€. Este aumento nas amortizações de empréstimos deveu-se essencialmente á amortização total (754.624,64€) de empréstimo afeto a investimentos inscritos no PPI 2010 através de contratação e utilização de operação de financiamento para substituição de dívida realizada no âmbito da LOE 2016 e visada pelo Tribunal de contas em 2017.

**Gráfico nº 67 – Evolução dos Passivos financeiros**



### 5.3.5. Análise da Despesa na Ótica das Grandes Opções do Plano

A Grandes Opções do Plano traduz-se num instrumento político, corporizando uma sistematização de objetivos e de programas coordenados de ação para os concretizar.

As Grandes Opções do Plano integram a estrutura do planeamento económico e social do Município, e fundamentam a orientação estratégica da política de desenvolvimento económica e social, suportada em dois documentos distintos, o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Plano de Atividades Municipais (PAM).

O **Plano Plurianual de Investimentos**, de horizonte móvel de quatro anos, inclui todos os projetos e ações, que implicam despesas de investimento, a realizar no âmbito dos objetivos da autarquia local e explicita a respetiva previsão de despesa.

A execução anual do Plano Plurianual de Investimentos, encontra-se expressa no Documento de Prestação de Contas – “**Execução do Plano Plurianual de Investimentos**”, apresentando a execução deste documento previsional no ano de 2017, destacando o nível de execução financeira anual e global.

O nível de execução financeira (em termos de pagamentos efetuados) do PPI, no exercício económico de 2017, é de 62,53%.

O **Plano de Atividades Municipais**, inclui projetos e ações de índole corrente a realizar durante um dado ano.

A execução do PAM, encontra-se expressa no Documento de Prestação de Contas - “**Execução do Plano de Atividades Municipais**”, apresentando em 2017 uma execução de 85,81%.

Resumidamente, a execução das Grandes Opções do Plano de 2017, em termos da classificação funcional, é apresentada nos quadros seguintes.

**Quadro nº 80 – Execução do PPI 2017**

(unidade monetária : Euros)

Código	Classificação Funcional	PPI 2017					Exec. Financeira Anual (%)	Exec. Financeira Global (%)	
		Montante Previsto			Montante Executado				
		Ano	Anos Seguintes	Total	Anos Anteriores	Ano			Total
<b>1</b>	<b>FUNÇÕES GERAIS</b>	<b>737.820,20</b>	<b>833.500,00</b>	<b>1.571.320,20</b>	<b>1.058.535,07</b>	<b>198.114,65</b>	<b>1.256.649,72</b>	<b>26,85%</b>	<b>47,78%</b>
1.1.	Serviços Gerais de Administração Pública	721.020,20	833.500,00	1.554.520,20	1.050.350,01	191.546,45	1.241.896,46	26,57%	47,68%
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	721.020,20	833.500,00	1.554.520,20	1.050.350,01	191.546,45	1.241.896,46	26,57%	47,68%
1.2.	Segurança e Ordem Públicas	16.800,00	0,00	16.800,00	8.185,06	6.568,20	14.753,26	39,10%	59,05%
1.2.1.	PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	16.800,00	0,00	16.800,00	8.185,06	6.568,20	14.753,26	39,10%	59,05%
<b>2</b>	<b>FUNÇÕES SOCIAIS</b>	<b>2.739.107,77</b>	<b>7.671.367,00</b>	<b>10.410.474,77</b>	<b>4.678.147,84</b>	<b>1.436.141,90</b>	<b>6.114.289,74</b>	<b>52,43%</b>	<b>40,52%</b>
2.1.	Educação	83.930,00	360.500,00	444.430,00	47.475,01	19.225,79	66.700,80	22,91%	13,56%
2.1.1.	ENSINO NÃO SUPERIOR	83.930,00	360.500,00	444.430,00	47.475,01	19.225,79	66.700,80	0,23	13,56%
2.2.	Saúde	326.000,00	150.000,00	476.000,00	150.000,00	121.157,71	271.157,71	37,16%	43,32%
2.2.1.	SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE	326.000,00	150.000,00	476.000,00	150.000,00	121.157,71	271.157,71	37,16%	43,32%
2.3.	Segurança e Acção Sociais	173.285,00	202.262,00	375.547,00	207.687,35	108.816,31	316.503,66	62,80%	54,27%
2.3.2.	ACÇÃO SOCIAL	173.285,00	202.262,00	375.547,00	207.687,35	108.816,31	316.503,66	62,80%	54,27%
2.4.	Habituação e Serviços Colectivos	1.186.122,77	4.554.275,00	5.740.397,77	2.202.466,49	545.608,18	2.748.074,67	46,00%	34,60%
2.4.1.	HABITAÇÃO	200.354,46	318.200,00	518.554,46	158.954,73	58.840,00	217.794,73	29,37%	32,15%
2.4.2.	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	188.360,00	2.194.000,00	2.382.360,00	693.343,60	42.619,28	735.962,88	22,63%	23,93%
2.4.3.	SANAMENTO	300.800,00	100.000,00	400.800,00	122.369,72	276.818,85	399.188,57	92,03%	76,30%
2.4.5.	RESÍDUOS SÓLIDOS	37.500,00	870.000,00	907.500,00	197.138,25	0,00	197.138,25	0,00%	17,85%
2.4.6.	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	459.108,31	1.072.075,00	1.531.183,31	1.030.660,19	167.330,05	1.197.990,24	36,45%	46,76%
2.5.	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	969.770,00	2.404.330,00	3.374.100,00	2.070.518,99	641.333,91	2.711.852,90	66,13%	49,81%
2.5.1.	CULTURA	209.850,00	1.430.000,00	1.639.850,00	793.229,51	127.469,61	920.699,12	60,74%	37,84%
2.5.2.	DESPORTO, RECREIO E LAZER	742.420,00	974.330,00	1.716.750,00	1.272.887,27	513.864,30	1.786.751,57	69,21%	59,76%
2.5.3.	OUTRAS ACTIVIDADES CÍVICAS E RELIGIOSAS	17.500,00	0,00	17.500,00	4.402,21	0,00	4.402,21	0,00%	20,10%
<b>3</b>	<b>FUNÇÕES ECONÓMICAS</b>	<b>5.350.940,62</b>	<b>18.762.220,35</b>	<b>24.113.160,97</b>	<b>5.443.247,77</b>	<b>3.190.372,09</b>	<b>8.633.619,86</b>	<b>59,62%</b>	<b>29,21%</b>
3.2.	Indústria e Energia	1.324.108,62	8.311.520,35	9.635.628,97	2.429.777,34	184.972,14	2.614.749,48	13,97%	21,67%
3.2.1.	INDÚSTRIA	1.273.008,62	8.161.520,35	9.434.528,97	2.402.855,66	180.783,67	2.583.639,33	14,20%	21,83%
3.2.2.	ENERGIA	51.100,00	150.000,00	201.100,00	26.921,68	4.188,47	31.110,15	8,20%	13,64%
3.3.	Transportes e Comunicações	2.313.832,00	10.450.700,00	12.764.532,00	2.604.342,50	1.362.327,69	3.966.670,19	58,88%	25,81%
3.3.1.	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	2.313.832,00	10.450.700,00	12.764.532,00	2.604.342,50	1.362.327,69	3.966.670,19	58,88%	25,81%
3.4.	Comércio e Turismo	1.713.000,00	0,00	1.713.000,00	409.127,93	1.643.072,26	2.052.200,19	95,92%	96,70%
3.4.1.	MERCADOS E FEIRAS	1.713.000,00	0,00	1.713.000,00	409.127,93	1.643.072,26	2.052.200,19	95,92%	96,70%
<b>4</b>	<b>OUTRAS FUNÇÕES</b>	<b>1.935.433,08</b>	<b>3.687.915,00</b>	<b>5.623.348,08</b>	<b>2.964.613,11</b>	<b>1.906.009,77</b>	<b>4.870.622,88</b>	<b>98,48%</b>	<b>56,71%</b>
4.1.	Operações de Dívida Autárquica	1.935.433,08	3.687.915,00	5.623.348,08	2.964.613,11	1.906.009,77	4.870.622,88	98,48%	56,71%
4.1.2.	PASSIVOS FINANCEIROS	1.827.850,08	3.150.000,00	4.977.850,08	2.749.447,11	1.798.426,77	4.547.873,88	0,98	58,85%
4.1.3.	ATIVOS FINANCEIROS	107.583,00	537.915,00	645.498,00	215.166,00	107.583,00	322.749,00	1,00	37,50%
<b>TOTAL</b>		<b>10.763.301,67</b>	<b>30.955.002,35</b>	<b>41.718.304,02</b>	<b>14.144.543,79</b>	<b>6.730.638,41</b>	<b>20.875.182,20</b>	<b>62,53%</b>	<b>37,37%</b>

**Quadro nº 81 – Execução do PAM 2017**

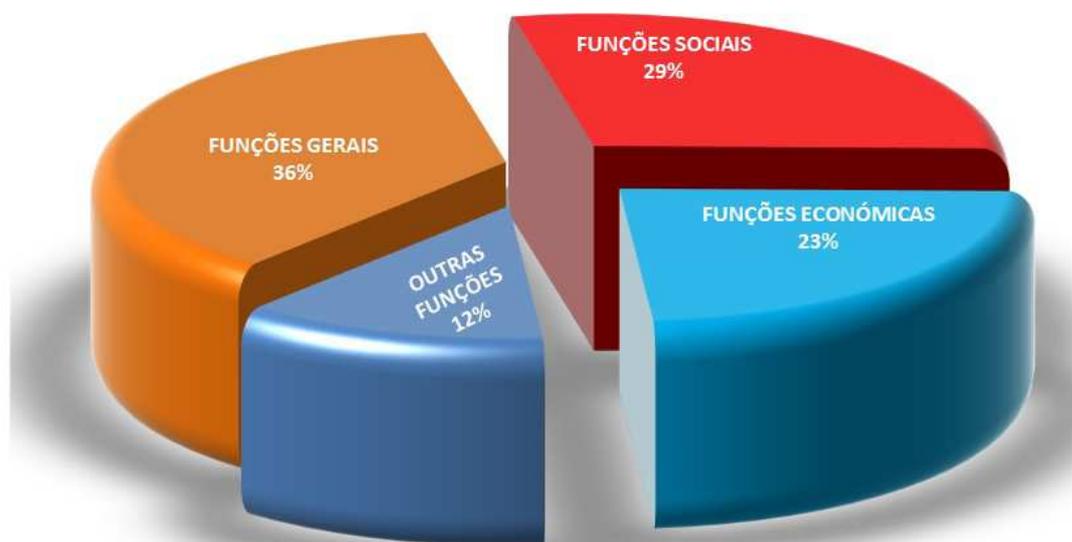
(unidade monetária : Euros)

Código	Classificação Funcional	PAM 2017					Exec. Financeira Anual (%)	Exec. Financeira Global (%)	
		Montante Previsto			Montante Executado				
		Ano	Anos Seguintes	Total	Anos Anteriores	Ano			Total
<b>1</b>	<b>FUNÇÕES GERAIS</b>	<b>6.505.954,30</b>	<b>19.471.790,00</b>	<b>25.977.744,30</b>	<b>4.138.128,14</b>	<b>5.863.243,04</b>	<b>10.001.371,18</b>	<b>90,12%</b>	<b>33,21%</b>
1.1.	Serviços Gerais de Administração Pública	6.411.454,30	19.158.790,00	25.570.244,30	3.962.930,68	5.791.810,61	9.754.741,29	90,34%	33,03%
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	6.411.454,30	19.158.790,00	25.570.244,30	3.962.930,68	5.791.810,61	9.754.741,29	90,34%	33,03%
1.2.	Segurança e Ordem Públicas	94.500,00	313.000,00	407.500,00	175.197,46	71.432,43	246.629,89	75,59%	42,33%
1.2.1.	PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	94.500,00	313.000,00	407.500,00	175.197,46	71.432,43	246.629,89	75,59%	42,33%
<b>2</b>	<b>FUNÇÕES SOCIAIS</b>	<b>4.331.114,31</b>	<b>9.428.850,00</b>	<b>13.759.964,31</b>	<b>4.920.696,05</b>	<b>3.435.644,00</b>	<b>8.356.340,05</b>	<b>79,32%</b>	<b>44,73%</b>
2.1.	Educação	969.760,00	2.710.250,00	3.680.010,00	1.279.884,60	697.034,27	2.276.918,87	71,88%	43,29%
2.1.1.	ENSINO NÃO SUPERIOR	316.370,00	916.500,00	1.232.870,00	41.072,81	210.839,53	251.912,34	66,64%	19,77%
2.1.2.	SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO	653.390,00	1.793.750,00	2.447.140,00	1.538.811,79	486.194,74	2.025.006,53	74,41%	50,80%
2.3.	Segurança e Acção Sociais	163.610,00	721.800,00	885.410,00	288.088,98	123.996,59	412.085,57	75,79%	35,12%
2.3.2.	ACÇÃO SOCIAL	163.610,00	721.800,00	885.410,00	288.088,98	123.996,59	412.085,57	75,79%	35,12%
2.4.	Habituação e Serviços Colectivos	921.409,38	2.938.950,00	3.860.359,38	1.945.664,69	789.764,84	2.735.429,53	85,71%	47,11%
2.4.2.	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	9.050,00	15.500,00	24.550,00	5.770,69	2.673,46	8.444,15	29,54%	27,85%
2.4.5.	RESÍDUOS SÓLIDOS	630.750,00	1.881.000,00	2.511.750,00	1.573.815,90	580.997,80	2.154.813,70	92,11%	52,74%
2.4.6.	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	281.609,38	1.042.450,00	1.324.059,38	366.078,10	206.093,58	572.171,68	73,18%	33,85%
2.5.	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	2.276.334,93	3.057.850,00	5.334.184,93	1.107.057,78	1.824.848,30	2.931.906,08	80,17%	45,52%
2.5.1.	CULTURA	1.096.586,19	1.061.850,00	2.158.436,19	190.131,62	921.125,35	1.111.256,97	83,85%	47,28%
2.5.2.	DESPORTO, RECREIO E LAZER	1.080.248,74	1.979.500,00	3.059.748,74	901.292,21	848.629,49	1.749.921,70	78,56%	44,18%
2.5.3.	OUTRAS ACTIVIDADES CÍVICAS E RELIGIOSAS	97.500,00	16.500,00	114.000,00	15.633,95	55.093,46	70.727,41	56,51%	54,56%
<b>3</b>	<b>FUNÇÕES ECONÓMICAS</b>	<b>906.800,00</b>	<b>2.400.750,00</b>	<b>3.307.550,00</b>	<b>1.975.258,49</b>	<b>782.293,67</b>	<b>2.757.552,16</b>	<b>86,27%</b>	<b>52,20%</b>
3.2.	Indústria e Energia	885.650,00	2.234.250,00	3.119.900,00	1.973.105,99	769.162,23	2.742.268,22	86,85%	53,84%
3.2.1.	INDÚSTRIA	67.150,00	166.250,00	233.400,00	127.030,87	49.567,58	176.598,45	73,82%	49,00%
3.2.2.	ENERGIA	818.500,00	2.068.000,00	2.886.500,00	1.846.075,12	719.594,65	2.565.669,77	87,92%	54,21%
3.3.	Transportes e Comunicações	18.200,00	45.000,00	63.200,00	2.152,50	13.131,44	15.283,94	72,15%	23,39%
3.3.1.	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	18.200,00	45.000,00	63.200,00	2.152,50	13.131,44	15.283,94	72,15%	23,39%
3.4.	Comércio e Turismo	2.950,00	121.500,00	124.450,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
3.4.2.	TURISMO	2.950,00	121.500,00	124.450,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
<b>4</b>	<b>OUTRAS FUNÇÕES</b>	<b>263.500,00</b>	<b>799.750,00</b>	<b>1.063.250,00</b>	<b>515.226,56</b>	<b>222.797,26</b>	<b>738.023,82</b>	<b>84,55%</b>	<b>46,76%</b>
4.1.	Operações de Dívida Autárquica	68.500,00	214.750,00	283.250,00	124.852,23	27.797,26	152.649,49	40,58%	37,40%
4.1.2.	PASSIVOS FINANCEIROS	68.500,00	214.750,00	283.250,00	124.852,23	27.797,26	152.649,49	40,58%	37,40%
4.2.	Transferências entre Administrações	195.000,00	585.000,00	780.000,00	390.374,33	195.000,00	585.374,33	100,00%	50,02%
4.2.3.	TRANSFERÊNCIAS ENTIDADES ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA	195.000,00	585.000,00	780.000,00	390.374,33	195.000,00	585.374,33	100,00%	50,02%
<b>TOTAL</b>		<b>12.007.368,61</b>	<b>32.101.140,00</b>	<b>44.108.508,61</b>	<b>11.549.309,24</b>	<b>10.303.977,97</b>	<b>21.853.287,21</b>	<b>85,81%</b>	<b>39,26%</b>

**Quadro nº 82 – Execução das GOP's 2017**

( unidade monetária : €uros)

		GOP 2017								
Código	Classificação Funcional	Montante Previsto			Montante Executado			Exec. Financeira Anual (%)	Exec. Financeira Global (%)	
		Ano	Anos Seguintes	Total	Anos Anteriores	Ano	Total			
<b>1</b>	<b>FUNÇÕES GERAIS</b>	<b>7.243.774,50</b>	<b>20.305.290,00</b>	<b>27.549.064,50</b>	<b>5.196.663,21</b>	<b>6.061.357,69</b>	<b>11.258.020,90</b>	<b>83,68%</b>	<b>34,38%</b>	
1.1.	Serviços Gerais de Administração Pública	7.132.474,50	19.992.290,00	27.124.764,50	5.013.280,69	5.983.357,06	10.996.637,75	83,89%	34,22%	
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	7.132.474,50	19.992.290,00	27.124.764,50	5.013.280,69	5.983.357,06	10.996.637,75	83,89%	34,22%	
1.2.	Segurança e Ordem Públicas	111.300,00	313.000,00	424.300,00	183.382,52	78.000,63	261.383,15	70,08%	43,01%	
1.2.1.	PROTECÇÃO CIVIL LUTA CONTRA INCÊNDIOS	111.300,00	313.000,00	424.300,00	183.382,52	78.000,63	261.383,15	70,08%	43,01%	
<b>2</b>	<b>FUNÇÕES SOCIAIS</b>	<b>7.070.222,08</b>	<b>17.100.217,00</b>	<b>24.170.439,08</b>	<b>9.598.843,89</b>	<b>4.871.785,90</b>	<b>14.470.629,79</b>	<b>68,91%</b>	<b>42,85%</b>	
2.1.	Educação	1.053.690,00	3.070.750,00	4.124.440,00	1.627.359,61	716.260,06	2.343.619,67	67,98%	40,75%	
2.1.1.	ENSINO NÃO SUPERIOR	400.300,00	1.277.000,00	1.677.300,00	88.547,82	230.065,32	318.613,14	57%	18,04%	
2.1.2.	SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO	653.390,00	1.793.750,00	2.447.140,00	1.538.811,79	486.194,74	2.025.006,53	74%	50,80%	
2.2.	Saúde	326.000,00	150.000,00	476.000,00	150.000,00	121.157,71	271.157,71	37,16%	43,32%	
2.2.1.	SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE	326.000,00	150.000,00	476.000,00	150.000,00	121.157,71	271.157,71	37,16%	43,32%	
2.3.	Segurança e Acção Sociais	336.895,00	924.062,00	1.260.957,00	495.776,33	232.812,90	728.589,23	69,11%	41,47%	
2.3.2.	ACÇÃO SOCIAL	336.895,00	924.062,00	1.260.957,00	495.776,33	232.812,90	728.589,23	69,11%	41,47%	
2.4.	Habituação e Serviços Colectivos	2.107.532,15	7.493.225,00	9.600.757,15	4.148.131,18	1.335.373,02	5.483.504,20	63,36%	39,88%	
2.4.1.	HABITAÇÃO	200.354,46	318.200,00	518.554,46	158.954,73	58.840,00	217.794,73	29,37%	32,15%	
2.4.2.	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	197.410,00	2.209.500,00	2.406.910,00	699.114,29	45.292,74	744.407,03	22,94%	23,97%	
2.4.3.	SANEAMENTO	300.800,00	100.000,00	400.800,00	122.369,72	276.818,85	399.188,57	92,03%	76,30%	
2.4.5.	RESÍDUOS SÓLIDOS	668.250,00	2.751.000,00	3.419.250,00	1.770.954,15	580.997,80	2.351.951,95	86,94%	45,32%	
2.4.6.	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	740.717,69	2.114.525,00	2.855.242,69	1.396.738,29	373.423,63	1.770.161,92	50,41%	41,63%	
2.5.	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	3.246.104,93	5.462.180,00	8.708.284,93	3.177.576,77	2.466.182,21	5.643.758,98	75,97%	47,48%	
2.5.1.	CULTURA	1.308.436,19	2.491.850,00	3.800.286,19	983.361,13	1.048.594,96	2.031.956,09	80,14%	42,48%	
2.5.2.	DESPORTO , RECREIO E LAZER	1.822.668,74	2.953.830,00	4.776.498,74	2.174.179,48	1.362.493,79	3.536.673,27	74,75%	50,88%	
2.5.3.	OUTRAS ACTIVIDADES CÍVICAS E RELIGIOSAS	115.000,00	16.500,00	131.500,00	20.036,16	55.093,46	75.129,62	47,91%	49,58%	
<b>3</b>	<b>FUNÇÕES ECONÓMICAS</b>	<b>6.257.740,62</b>	<b>21.162.970,35</b>	<b>27.420.710,97</b>	<b>7.418.506,26</b>	<b>3.972.665,76</b>	<b>11.391.172,02</b>	<b>63,48%</b>	<b>32,70%</b>	
3.2.	Indústria e Energia	2.209.758,62	10.545.770,35	12.755.528,97	4.402.883,33	954.134,37	5.357.017,70	43,18%	31,22%	
3.2.1.	INDÚSTRIA	1.340.158,62	8.327.770,35	9.667.928,97	2.529.886,53	230.351,25	2.760.237,78	17,19%	22,63%	
3.2.2.	ENERGIA	869.600,00	2.218.000,00	3.087.600,00	1.872.996,80	723.783,12	2.596.779,92	83,23%	52,35%	
3.3.	Transportes e Comunicações	2.332.032,00	10.495.700,00	12.827.732,00	2.606.495,00	1.375.459,13	3.981.954,13	58,98%	25,80%	
3.3.1.	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	2.332.032,00	10.495.700,00	12.827.732,00	2.606.495,00	1.375.459,13	3.981.954,13	58,98%	25,80%	
3.4.	Comércio e Turismo	1.715.950,00	121.500,00	1.837.450,00	409.127,93	1.643.072,26	2.052.200,19	95,75%	91,35%	
3.4.1.	MERCADOS E FEIRAS	1.713.000,00	0,00	1.713.000,00	409.127,93	1.643.072,26	2.052.200,19	95,92%	96,70%	
3.4.2.	TURISMO	2.950,00	121.500,00	124.450,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
<b>4</b>	<b>OUTRAS FUNÇÕES</b>	<b>2.198.933,08</b>	<b>4.487.665,00</b>	<b>6.686.598,08</b>	<b>3.479.839,67</b>	<b>2.128.807,03</b>	<b>5.608.646,70</b>	<b>96,81%</b>	<b>55,17%</b>	
4.1.	Operações de Dívida Autárquica	2.003.933,08	3.902.665,00	5.906.598,08	3.089.465,34	1.933.807,03	5.023.272,37	96,50%	55,84%	
4.1.2.	PASSIVOS FINANCEIROS	1.896.350,08	3.364.750,00	5.261.100,08	2.874.299,34	1.826.224,03	4.700.523,37	0,96	57,78%	
4.1.3.	ATIVOS FINANCEIROS	107.583,00	537.915,00	645.498,00	215.166,00	107.583,00	322.749,00	1,00	37,50%	
4.2.	Transferências entre Administrações	195.000,00	585.000,00	780.000,00	390.374,33	195.000,00	585.374,33	100,00%	50,02%	
4.2.3.	TRANSFERÊNCIAS ENTIDADES ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA	195.000,00	585.000,00	780.000,00	390.374,33	195.000,00	585.374,33	100,00%	50,02%	
<b>TOTAL</b>		<b>22.770.670,28</b>	<b>63.056.142,35</b>	<b>85.826.812,63</b>	<b>25.693.853,03</b>	<b>17.034.616,38</b>	<b>42.728.469,41</b>	<b>74,81%</b>	<b>38,31%</b>	

**Gráfico nº 68 – GOP – Repartição por funções (%)**


**Quadro nº 83 – Estrutura das GOP's 2017**

( unidade monetária : €uros)

Código	Classificação Funcional	GOP 2017					
		PPI		PAM		Total	
		Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %
<b>1</b>	<b>FUNÇÕES GERAIS</b>	<b>198.114,65</b>	<b>2,94%</b>	<b>5.863.243,04</b>	<b>56,90%</b>	<b>6.061.357,69</b>	<b>35,58%</b>
1.1.	Serviços Gerais de Administração Pública	191.546,45	2,85%	5.791.810,61	56,21%	5.983.357,06	35,12%
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	191.546,45	2,85%	5.791.810,61	56,21%	5.983.357,06	35,12%
1.2.	Segurança e Ordem Públicas	6.568,20	0,10%	71.432,43	0,69%	78.000,63	0,46%
1.2.1.	PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	6.568,20	0,10%	71.432,43	0,69%	78.000,63	0,46%
<b>2</b>	<b>FUNÇÕES SOCIAIS</b>	<b>1.436.141,90</b>	<b>21,34%</b>	<b>3.435.644,00</b>	<b>33,34%</b>	<b>4.871.785,90</b>	<b>28,60%</b>
2.1.	Educação	19.225,79	0,29%	697.034,27	6,76%	716.260,06	4,20%
2.1.1.	ENSINO NÃO SUPERIOR	19.225,79	0,29%	210.839,53	2,05%	230.065,32	1,35%
2.1.2.	SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO	0,00	0,00%	486.194,74	4,72%	486.194,74	2,85%
2.2.	Saúde	121.157,71	1,80%	0,00	0,00%	121.157,71	0,71%
2.2.1.	SERVIÇOS INDIVÍDUAIS DE SAÚDE	121.157,71	1,80%	0,00	0,00%	121.157,71	0,71%
2.3.	Segurança e Acção Sociais	108.816,31	1,62%	123.996,59	1,20%	232.812,90	1,37%
2.3.2.	ACÇÃO SOCIAL	108.816,31	1,62%	123.996,59	1,20%	232.812,90	1,37%
2.4.	Habituação e Serviços Colectivos	545.608,18	8,11%	789.764,84	7,66%	1.335.373,02	7,84%
2.4.1.	HABITAÇÃO	58.840,00	0,87%	0,00	0,00%	58.840,00	0,35%
2.4.2.	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	42.619,28	0,63%	2.673,46	0,03%	45.292,74	0,27%
2.4.3.	SANEAMENTO	276.818,85	4,11%	0,00	0,00%	276.818,85	1,63%
2.4.5.	RESÍDUOS SÓLIDOS	0,00	0,00%	580.997,80	5,64%	580.997,80	3,41%
2.4.6.	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA	167.330,05	2,49%	206.093,58	2,00%	373.423,63	2,19%
2.5.	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	641.333,91	9,53%	1.824.848,30	17,71%	2.466.182,21	14,48%
2.5.1.	CULTURA	127.469,61	1,89%	921.125,35	8,94%	1.048.594,96	6,16%
2.5.2.	DESPORTO , RECREIO E LAZER	513.864,30	7,63%	848.629,49	8,24%	1.362.493,79	8,00%
2.5.3.	OUTRAS ACTIVIDADES CÍVICAS E RELIGIOSAS	0,00	0,00%	55.093,46	0,53%	55.093,46	0,32%
<b>3</b>	<b>FUNÇÕES ECONÓMICAS</b>	<b>3.190.372,09</b>	<b>47,40%</b>	<b>782.293,67</b>	<b>7,59%</b>	<b>3.972.665,76</b>	<b>23,32%</b>
3.1.	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
3.1.2.	DEFESA DA FLORESTA	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
3.2.	Indústria e Energia	184.972,14	2,75%	769.162,23	7,46%	954.134,37	5,60%
3.2.1.	INDUSTRIA	180.783,67	2,69%	49.567,58	0,48%	230.351,25	1,35%
3.2.2.	ENERGIA	4.188,47	0,06%	719.594,65	6,98%	723.783,12	4,25%
3.3.	Transportes e Comunicações	1.362.327,69	20,24%	0,00	0,00%	1.362.327,69	8,00%
3.3.1.	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	1.362.327,69	20,24%	13.131,44	0,13%	1.375.459,13	8,07%
3.4.	Comércio e Turismo	1.643.072,26	24,41%	0,00	0,00%	1.643.072,26	9,65%
3.4.1.	MERCADOS E FEIRAS	1.643.072,26	24,41%	0,00	0,00%	1.643.072,26	9,65%
3.4.2.	TURISMO	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
<b>4</b>	<b>OUTRAS FUNÇÕES</b>	<b>1.906.009,77</b>	<b>28,32%</b>	<b>222.797,26</b>	<b>2,16%</b>	<b>2.128.807,03</b>	<b>12,50%</b>
4.1.	Operações de Dívida Autárquica	0,00	0,00%	27.797,26	0,27%	27.797,26	0,16%
4.1.2.	PASSIVOS FINANCEIROS	1.798.426,77	26,72%	27.797,26	0,27%	1.826.224,03	10,72%
4.1.3.	ATIVOS FINANCEIROS	107.583,00	1,60%	0,00	0,00%	107.583,00	0,63%
4.2.	Transferências entre Administrações	0,00	0,00%	195.000,00	1,89%	195.000,00	1,14%
4.2.3.	TRANSFERÊNCIAS ENTIDADES ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQ	0,00	0,00%	195.000,00	1,89%	195.000,00	1,14%
<b>TOTAL</b>		<b>6.730.638,41</b>	<b>100,00%</b>	<b>10.303.977,97</b>	<b>100,00%</b>	<b>17.034.616,38</b>	<b>100,00%</b>

## 6. ANÁLISE DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO

### 6.1. ENQUADRAMENTO

O RFALEI (Lei das Finanças Locais - Lei nº 73/2013 de 3 de setembro), em 1 de janeiro de 2014, veio a estabelecer um novo conceito de endividamento municipal, que é a **dívida total** de operações orçamentais.

No apuramento da **dívida total** de operações orçamentais do município, inclui-se os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais (nº 2 do artº 52º da referida LFL).

O limite da dívida total de cada município é o previsto no artigo 52º do referido RFALEI, limite esse que apenas tem em consideração o passivo dos municípios, incluindo a dívida das entidades do setor empresarial municipal, deixando de contar com efeito de algumas rubricas do ativo (disponibilidades e direitos a receber), ao contrário do que acontecia com o conceito de Endividamento Líquido.

Segundo o art.52º do RFALEI, o valor da dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, **não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.**

De referir que ao nível do endividamento, alarga-se o perímetro das entidades relevantes para os limites legais de endividamento do município, passando a estar aqui abrangidas todas as entidades, independentemente da sua natureza, em que o município participe ou sobre as quais detenha poderes de controlo.

Assim, para efeitos de apuramento do montante da dívida total relevante para o limite de cada município, nos termos do nº1 do artº 54º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, são relevantes as seguintes entidades:

- a) Os serviços municipalizados e intermunicipalizados;
- b) As entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais;
- c) As empresas locais e participadas;
- d) As cooperativas e as fundações, proporcional à participação, direta ou indireta, do município;
- e) As entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique, de acordo com o n.º 4 do artigo 75.º, o controlo ou presunção de controlo por parte do município, pelo montante total.

Permanece ainda com particular relevância no contexto global da gestão da dívida, o controlo da dívida de curto prazo e dos respetivos atrasos de pagamento do município, por força da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro (republicada pela Lei nº22/2015, de 17 de março), designada como a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), e das imposições constantes na Lei do Orçamento de Estado para 2017, e respetivas normas de execução orçamental.

Refira-se ainda que, por efeito do não cumprimento dos limites específicos de endividamento definidos, prevê a Lei de Estabilidade Orçamental, que a Lei do Orçamento de Estado pode determinar a redução na proporção do incumprimento, das transferências a efetuar para as autarquias locais.

Considerando o exposto, justifica-se uma análise do endividamento em duas partes distintas, mas complementares:

Na primeira parte desenvolve-se uma apreciação circunstanciada à evolução do endividamento do município, suportada no seu balanço individual e desconsiderando a influência das entidades participadas pelo Município, em conformidade com os dados constantes nas peças contabilísticas anexas ao presente documento.

Refira-se que em primeira linha é feita uma abordagem generalizada à evolução dessa dívida global, após a qual se segue uma avaliação individualizada de cada uma das suas componentes, ao nível de curto e de médio e longo prazo, sempre centrada nos valores das operações orçamentais retratados na contabilidade patrimonial.

Na segunda parte procede-se ao apuramento do endividamento numa ótica de grupo municipal, de acordo com o novo conceito previsto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI), que é o da dívida total de operações orçamentais do município incluindo os efeitos do endividamento das entidades por si participadas, na proporção da sua participação, atentos determinados requisitos.

## 6.2. DÍVIDA TOTAL

O quadro que se segue retrata sinteticamente o desenvolvimento da dívida global do município durante o último quadriénio, diferenciando-a apenas no que toca à componente de curto e médio e longo prazo.

**Quadro nº 84 – Dívida do Município 2014-2017**

( unidade monetária : €uros)

	31/dez/2014	31/dez/2015	31/dez/2016	31/dez/2017	Peso	Crescimento	
						Valor	%
<b>Dívida de Médio e Longo Prazo</b>	<b>11 121 800,00</b>	<b>9 945 524,03</b>	<b>8 772 488,48</b>	<b>7 621 103,35</b>	<b>75,83%</b>	<b>-1 151 385,13</b>	<b>-13,12%</b>
Fornecedores Conta Corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	n.a.
Fonecedores de Imobilizado	20 609,87	8 054,67	0,00	0,00	0,00%	0,00	n.a.
FAM - Exigível após 2018	645 497,39	537 914,39	430 331,39	322 748,39	3,21%	-107 583,00	-25,00%
Empréstimos de M/L Prazo	8 342 408,28	7 286 270,33	6 228 872,45	5 185 070,32	51,59%	-1 043 802,13	-16,76%
Outros Credores (SIMRIA)	2 053 787,79	2 053 787,79	2 053 787,79	2 053 787,79	20,43%	0,00	0,00%
Outros Credores (Cauções)	59 496,67	59 496,85	59 496,85	59 496,85	0,59%	0,00	0,00%
<b>Dívida de Curto Prazo</b>	<b>2 056 593,80</b>	<b>2 042 340,35</b>	<b>1 946 479,34</b>	<b>2 429 333,48</b>	<b>24,17%</b>	<b>482 854,14</b>	<b>24,81%</b>
Fornecedores Conta Corrente	159 764,35	16 040,59	59 341,14	4 987,66	0,05%	-54 353,48	-91,59%
Fornecedores C/C - Fact. em Recepção e Conf.	498 082,12	390 827,67	191 554,84	384 416,55	3,82%	192 861,71	100,68%
Fornecedores de Imobilizado	1 126,90	8 789,45	0,00	0,00	0,00%	0,00	n.a.
Fornecedores de Imobilizado - Fact em Recepção e Conf.	18 438,56	29 037,55	5 287,51	124 904,04	1,24%	119 616,53	2262,25%
Estado e Outros Entes Públicos	114 141,70	121 180,53	119 799,25	115 336,57	1,15%	-4 462,68	-3,73%
Outros Credores	279 362,42	428 290,81	556 837,60	795 029,66	7,91%	238 192,06	42,78%
Adiantamento por Conta de Vendas	985 677,75	1 048 173,75	1 013 659,00	1 004 659,00	10,00%	-9 000,00	-0,89%
<b>TOTAL</b>	<b>13 178 393,80</b>	<b>11 987 864,38</b>	<b>10 718 967,82</b>	<b>10 050 436,83</b>	<b>100,00%</b>	<b>-668 530,99</b>	<b>-6,24%</b>

Em 31 de Dezembro de 2017 a dívida global do Município de Estarreja totaliza 10.050.436,83€, deste valor respeita a natureza de médio e longo prazo 75,83% e 24,81% de curto prazo.

A **dívida global do município** a 31 de dezembro de 2017, no valor de 10.050.436,83€, regista, assim, menos (-) **668.530,99 €** que no final de 2016, evidenciando um decréscimo de (-) 6,24%.

A redução da dívida de médio e longo cifrou-se em (-) 1.151.385,13€ ( Δ -13,12%), completando no final do exercício económico a quantia 7.621.103,35€.

A divida de curto prazo totaliza no final de 2017 o valor de 2.429.333,48€, sofrendo um acréscimo de +24,81%% face ao exercício transato, correspondendo em termos absolutos a um aumento de (+) 482.854,14€.

Nota Explicativa publicada, no final de março de 2015, pelo Subgrupo de Apoio Técnico na Aplicação do POCAL (SATAPOCAL), veio recomendar que o valor da subscrição por parte dos Municípios deveria ser reconhecido contabilisticamente no ativo e no passivo no exercício de 2014, tendo o Município de Estarreja reconhecido devidamente a subscrição desta participação financeira pelo seu valor nominal.

No que se refere à subscrição do **Fundo de Apoio Municipal**, realça-se que esta operação resulta de uma imposição legal, designadamente a entrada em vigor da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, que aprovou o regime jurídico da recuperação financeira municipal (RJRFM) e determina a obrigatoriedade de todos os municípios, sem exceção, contribuírem para este fundo.

O regime de recuperação financeira municipal tem em conta as especificidades de cada município e baseia-se no princípio de repartição do esforço entre os municípios, os seus credores e o Estado e na prevalência de soluções encontradas por mútuo acordo entre o município, os credores municipais e o FAM.

O capital social do FAM é representado por unidades de participação a subscrever e realizar pelo Estado e pelos municípios (art. 17º, n.º 1, do RJRFM), consubstanciando assim um ativo e investimento financeiros.

O n.º 1 do artigo 17.º do RJRFM estipula que o capital social do FAM é de 650.000.000 €, sendo que o n.º 2 dispõe que a contribuição dos municípios é de 50% desse valor, ou seja, 325.000.000 €.

Nos termos do n.º 3 do supra mencionado artigo onde está prevista a fórmula de cálculo para apurar a contribuição de cada município, o montante imputável ao Município de Estarreja é de **753.080,39€**.

De acordo com o previsto no n.º 1 do art.º 19.º a realização do capital será efetuada em 7 anos, tendo tido início em 2015, em duas prestações anuais a realizar nos meses de junho e dezembro, pelo que a subscrição dos 753.080,39€ a favor do Município de Estarreja será realizada mediante um pagamento anual de 107.583,00€ até 2020 e de 107.582,39€ em 2021, tendo já ocorrido até ao período em análise o pagamento de seis tranches (semestrais) no montante total de 322.749,00€, estando ainda em divida 430.331,39€.

Do exposto resulta inequívoco que o aumento do endividamento decorrente da obrigatoriedade de realizar este investimento financeiro, que à data de 31 de dezembro de 2017 soma 430.331,39€, resulta de factos supervenientes à regular gestão municipal.

Salienta-se ainda que no Orçamento do Estado para 2015 se previu que o montante referente à contribuição de cada município para o Fundo de Apoio Municipal não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

De referir, que o valor a liquidar em 2018, igual ao liquidado em 2017, é reconhecido no curto prazo e incluído na rubrica “Outros Credores” com o valor de 107.583,00€.

Expurgando o valor da contribuição do Município de Estarreja para o FAM a divida global desta autarquia passaria a ser de **9.727.688,44€**.

Chama-se atenção, que de acordo com Orçamento de Estado para 2018 – Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro - foi alterado o artigo 19.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, através da qual a subscrição do capital social do FAM foi alterada por redução dos montantes anuais a realizar pelo Estado e pelos municípios, sendo que o capital subscrito pelo Município de Estarreja foi reduzido de 753.080,39 € para 484.123,50€.

No entanto pelo facto de as notas de crédito relativas àquela redução terem sido emitidas pelo FAM já em 2018 e no âmbito do procedimento de circularização de saldos efetuado pelo FAM o Município ter indicado os saldos existentes antes da redução, o Município de Estarreja decidiu reconhecer a redução da participação somente no exercício de 2018, sendo que o efeito no balanço de 2017, no montante de 268.956,89 euros, implicaria a redução dos investimentos financeiros do ativo e das dívidas a pagar de curto e médio e longo prazo.

Retomando a análise do quadro nº 84, podemos concluir que 51,59% da dívida municipal resulta de empréstimos de médio e longo prazo, correspondendo estes a 68,04% da dívida de natureza de médio e longo prazo.

De salientar, que ao nível da dívida de curto prazo os Fornecedores de Imobilizado (*incluindo Faturas em receção e conferência*) conheceram um acréscimo, no valor 119.616,53€, tendo os Fornecedores Conta Corrente (*incluindo Faturas em receção e conferência*) conhecido igualmente um acréscimo no valor de 138.508,23€ ( Δ 55,21%).

**Quadro nº 85 – Evolução da dívida total (2012 - 2017)**

( unidade monetária : €uros)

Designação	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Dívida de Médio e Longo Prazo	12 236 220,34	11 698 243,09	11 121 800,00	9 945 524,03	8 772 488,48	7 621 103,35
Dívida de Curto Prazo	2 855 581,92	1 849 029,87	2 056 593,80	2 042 340,35	1 946 479,34	2 429 333,48
<b>DÍVIDA TOTAL</b>	<b>15 091 802,26</b>	<b>13 547 272,96</b>	<b>13 178 393,80</b>	<b>11 987 864,38</b>	<b>10 718 967,82</b>	<b>10 050 436,83</b>
<b>Taxa de crescimento da Dívida</b>						
Médio e Longo Prazo	-6,83%	-4,40%	-4,93%	-10,58%	-11,79%	-13,12%
Curto Prazo	-40,31%	-35,25%	11,23%	-0,69%	-4,69%	24,81%
<b>TOTAL</b>	<b>-15,77%</b>	<b>-10,23%</b>	<b>-2,72%</b>	<b>-9,03%</b>	<b>-10,58%</b>	<b>-6,24%</b>

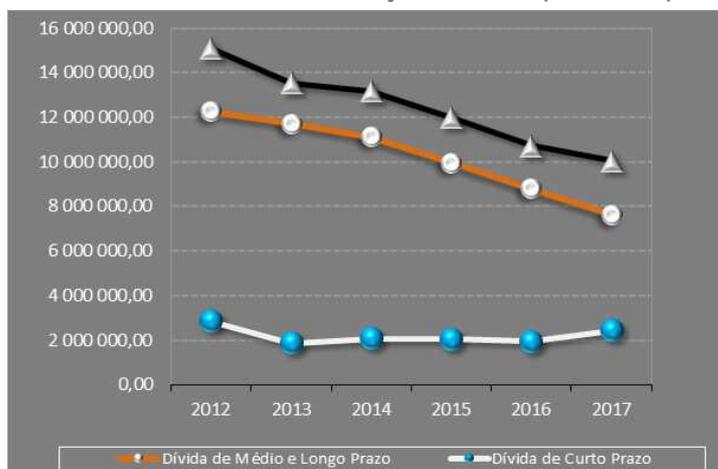
Tendo em conta a evolução dos dados retratados no Quadro 85, os níveis de endividamento anual do município têm vindo a diminuir de forma sistemática e contínua ao longo do período 2012-2017, sustentados num ritmo de reduções anuais a rondar o 1M€ a 3M€ , num contexto de apertada gestão de disponibilidades, principalmente, considerando a conjuntura macroeconómica dos últimos, que originou quebras de receita significativas.

Com efeito, em forte contexto de contenção de despesa e disciplina financeira, o total da dívida individual municipal entre 2012 e 2017 sofreu uma diminuição de (-) 5.041.365,43€ (*de 15.091.802,26€ para 10.050.436,83 €*), o que comprova que em devido tempo o município soube adequar o seu orçamento à realidade que se antevia, promovendo designadamente um grande esforço de contenção e de racionalização das suas despesas.

No último quadriénio (2014-2017) a dívida global diminuiu 23,70%, significando em termos absolutos a uma redução de (-) 3.127.956,97€.

Para melhor dimensionar o comportamento da dívida global do município de 2012 a 2017, apresenta-se o seguinte gráfico:

**Gráfico nº 69 – Evolução da Dívida (2012-2017)**



Da apreciação geral conclui-se, que ao longo dos últimos anos a diminuição do passivo e o controle do endividamento municipal tem sido um dos objetivos essenciais prosseguidos pelo município.

### 6.3. DÍVIDA DE CURTO PRAZO

A componente do endividamento de curto prazo incorpora a dívida proveniente dos fornecedores c/c e de imobilizado, dos credores de transferências para as autarquias locais, dos credores por investimentos financeiros, do Estado e de Outros Credores diversos, cuja evolução dos últimos anos se retrata no gráfico infra, seguinte.

**Gráfico nº 70 – Evolução da Dívida de curto-prazo (2012-2017)**



#### ➤ Pagamento em Atraso

No âmbito da análise da dívida de curto prazo, e por força das profundas alterações legislativas impostas pelas sucessivas Leis do Orçamento de Estado, e respetivas normas de execução orçamental,

bem como, pela entrada em vigor da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro (republicada pela Lei nº22/2015, de 17 de março), designada como a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), o controlo da dívida de curto prazo e dos respetivos atrasos de pagamento passam a assumir particular relevância no contexto global gestão da dívida.

Quanto aos **pagamentos em atraso** (valores em dívida a fornecedores a mais de 90 dias para além da data de vencimento), manteve-se a situação de inexistência de pagamentos em atraso.

### ► Prazo Médio de Pagamentos

Genericamente, o prazo médio de pagamento representa o tempo médio que uma entidade leva a pagar aos seus fornecedores pelas aquisições de bens e serviços que já se encontram faturadas.

Pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de Abril, publicado no Diário da Republica n.º 71, 2.ª Série Parte C, foi adaptado o indicador de prazo médio de pagamentos a fornecedores (PMP) que passou a basear-se na seguinte fórmula, para efeitos de cálculo, reporte e monitorização pela Tutela (DGAL):

$$PMP = \frac{\frac{\sum_{t-3}^t DF}{4}}{\sum_{t-3}^t A} \times 365$$

Em que:

**t** - Trimestre

**DF** – Corresponde ao valor da dívida de curto prazo a fornecedores observado no final de um trimestre;

**A** – Corresponde às aquisições de bens e serviços efetuadas no trimestre, independentemente de já terem sido liquidadas.

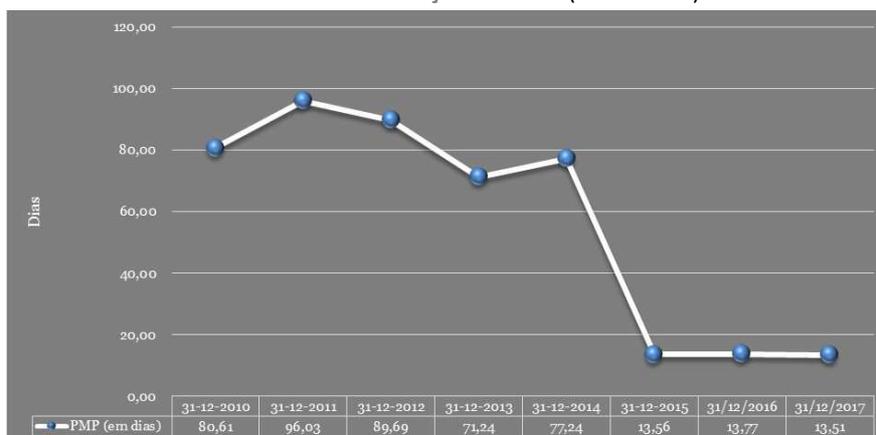
Da qual resulta a seguinte evolução do PMP:

#### Quadro nº 86 – Evolução do PMP \_ DGAL

Dados/ Datas de Referência	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2012	31-12-2013	31-12-2014	31-12-2015	31/12/2016	31/12/2017
<b>Dívidas de Fornecedores (DF)</b> (4 trimestres - de t a t-3)	24 007 768,86	19 745 773,33	19 488 646,60	13 544 226,02	8 906 156,08	1 663 638,90	1 756 030,00	2 094 720,00
<b>Aquisições de bens e Serviços (A)</b> (4 trimestres - de t a t-3)	27 177 791,39	18 762 057,45	19 828 350,99	17 347 765,20	10 522 083,14	11 198 456,74	11 639 964,00	14 145 922,00
<b>PMP (em dias)</b>	<b>80,61</b>	<b>96,03</b>	<b>89,69</b>	<b>71,24</b>	<b>77,24</b>	<b>13,56</b>	<b>13,77</b>	<b>13,51</b>
<b>PMP em meses</b>	<b>2,69</b>	<b>3,20</b>	<b>2,99</b>	<b>2,37</b>	<b>2,57</b>	<b>0,45</b>	<b>0,46</b>	<b>0,45</b>

O prazo médio de pagamentos (PMP) do Município de Estarreja apurado à data de 31 de dezembro de 2017 é de 13,51 dias.

**Gráfico nº 71 – Evolução do PMP (2010-2017)**



#### 6.4. DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO

A análise feita neste âmbito é centrada na evolução da dívida de médio e longo prazo contratualizada em anteriores gerências, diferenciando-se os empréstimos consoante a sua natureza, apenas em função do fim a que se destinam, uma vez que ao abrigo do novo enquadramento legal aplicável em matéria de endividamento autárquico, toda a tipologia de empréstimos de médio e longo prazo passa a relevar para efeitos do apuramento do valor global da dívida individual do município, contrariamente ao que era estabelecido pelas anteriores leis das finanças locais, o que determina que se dispense a terminologia até então aplicável neste tipo de relato quanto à sua diferenciação em “releva” ou “não releva” para a capacidade de endividamento municipal.

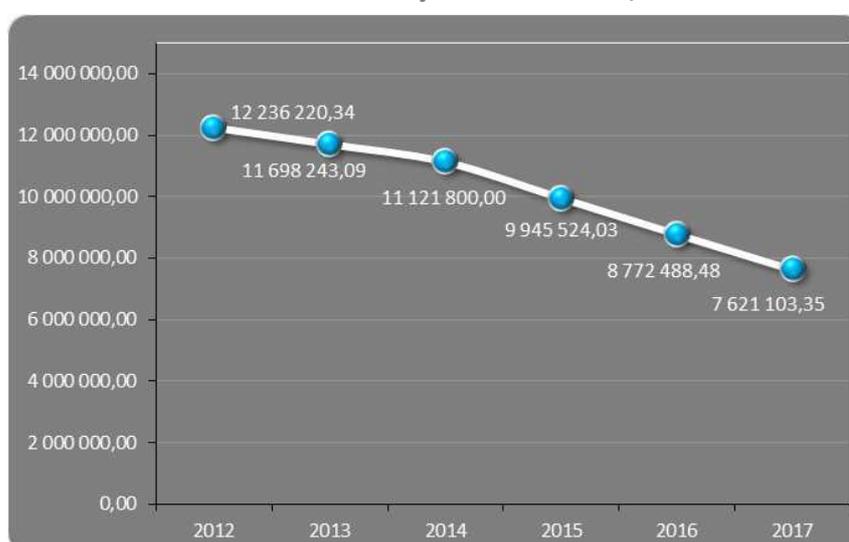
No quadro seguinte, apresenta-se a evolução da dívida de médio e longo prazo nos últimos seis anos:

**Quadro nº 87 – Estrutura da Dívida de M/L Prazo (2012 e 2017)**

( unidade monetária : €uros)

	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	10 023 378,45	9 526 245,24	8 342 408,28	7 286 270,33	6 228 872,45	5 185 070,32
Outras dívidas de Médio e Longo Prazo	2 212 841,89	2 171 997,85	2 779 391,72	2 659 253,70	2 543 616,03	2 436 033,03
Fonecedores de Imobilizado	99 407,25	58 531,06	20 609,87	8 054,67	0,00	0,00
FAM - Exigível após 2018	0,00	0,00	645 497,39	537 914,39	430 331,39	322 748,39
Outros Credores	2 113 434,64	2 113 466,79	2 113 284,46	2 113 284,64	2 113 284,64	2 113 284,64
<b>TOTAL Dívida de M/L Prazo</b>	<b>12 236 220,34</b>	<b>11 698 243,09</b>	<b>11 121 800,00</b>	<b>9 945 524,03</b>	<b>8 772 488,48</b>	<b>7 621 103,35</b>

**Gráfico nº 72 – Evolução da Dívida de M/L**



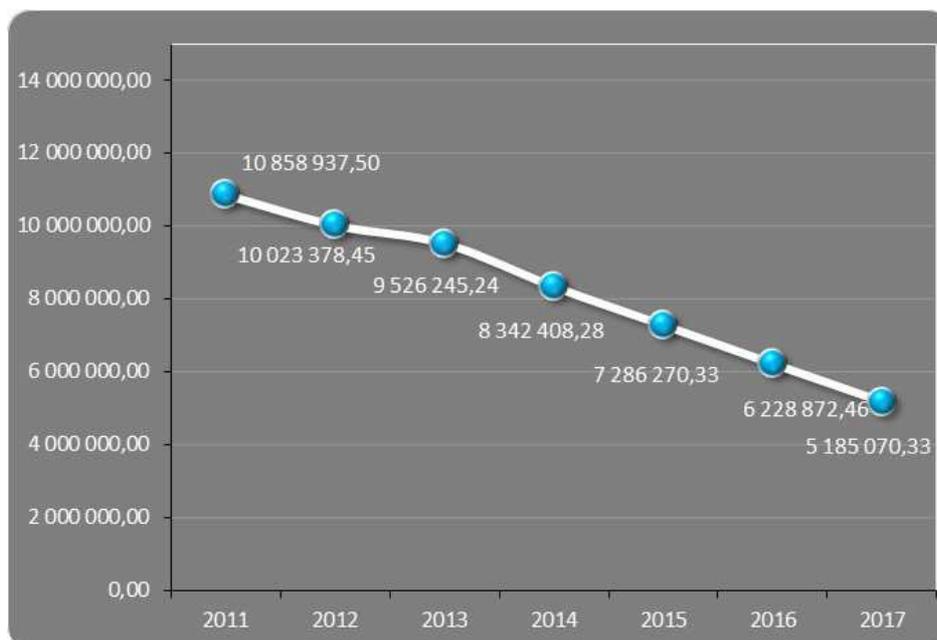
Promovendo uma análise geral à evolução destes passivos, os dados presentes no Quadro 87 demonstram que desde 2012 e até ao final de 2017 há uma tendência clara de diminuição da dívida de médio e longo prazo, independentemente da finalidade dos empréstimos bancários contraídos, sendo notório que ano após ano aumentaram os níveis de redução, recaindo o maior peso sobre os empréstimos destinados a finalidades diversas.

Relativamente aos demais empréstimos, atento o cumprimento do serviço de dívida negociado, no cômputo global da diminuição obtida continua a predominar o contributo das amortizações efetuadas por conta dos empréstimos que relevam para fins diversos. No quadro e gráfico seguinte temos a evolução da stock da dívida com empréstimos de médio e longo prazo.

**Quadro nº 88 – Evolução do Stock da Dívida**

( unidade monetária : €uros)

	2012	2013	2014	2015	2016	2017
(1) Dívida no início do período	10 858 937,50	10 023 378,45	9 526 245,24	8 342 408,28	7 286 270,33	6 228 872,46
(2) Empréstimos contraídos e utilizados no período	400 585,76	687 471,65	0,00	635 911,28	0,00	754 624,64
(3) Juros Capitalizados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(4) Amortizações do Período	1 236 144,81	1 184 604,86	1 183 836,96	1 692 049,23	1 057 397,87	1 798 426,77
<b>Dívida no Final do Período (1+2+3-4)</b>	<b>10 023 378,45</b>	<b>9 526 245,24</b>	<b>8 342 408,28</b>	<b>7 286 270,33</b>	<b>6 228 872,46</b>	<b>5 185 070,33</b>
<b>Taxa de crescimento da Dívida %</b>	<b>-7,69%</b>	<b>-4,96%</b>	<b>-12,43%</b>	<b>-12,66%</b>	<b>-14,51%</b>	<b>-16,76%</b>
<b>Taxa de crescimento da Dívida ( valor)</b>	<b>-835 559,05</b>	<b>-497 133,21</b>	<b>-1 183 836,96</b>	<b>-1 056 137,95</b>	<b>-1 057 397,87</b>	<b>-1 043 802,13</b>

**Gráfico nº 73 – Evolução do stock da dívida**


Do observado no quadro supra verifica-se tem havido um esforço do município para reduzir o endividamento de médio e longo prazo, diminuindo o valor em dívida em termos de empréstimos de médio e longo prazo, focalizando a atuação na amortização dessa dívida.

No ano 2017, procurou-se manter o cenário em vigor no final do ano 2016, uma vez que se conseguiu reduzir a dívida de médio e longo prazo de origem bancária com uma redução 16,76%.

## 6.5. SERVIÇO DE DÍVIDA

O quadro seguinte apresenta a evolução do serviço de dívida de 2012 a 2017, considerando unicamente os montantes de juros e amortizações de empréstimos contratualizados pela autarquia.

**Quadro nº 89 - Evolução do Serviço de Dívida ( 2012 - 2017)**

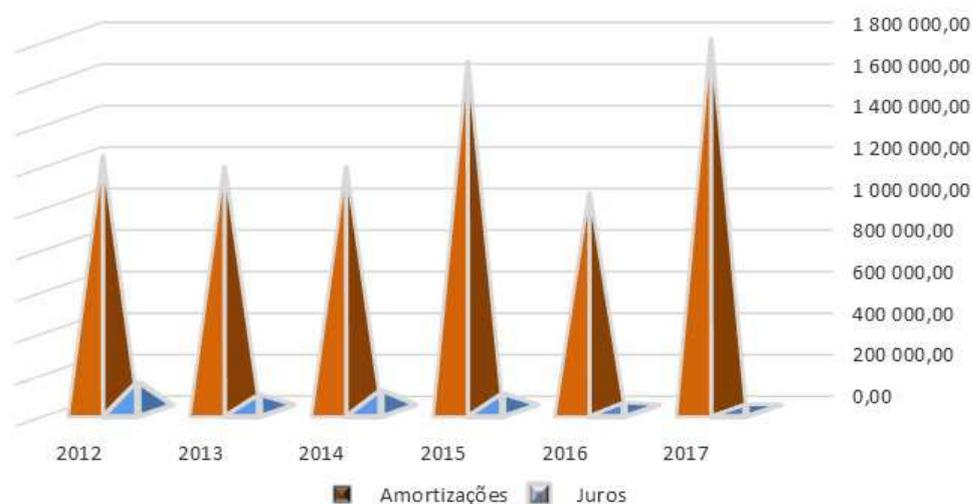
( unidade monetária : €uros)

	2012	2013	2014	2015	2016	2017
<b>Total do Serviço de Dívida</b>	<b>1 376 274,04</b>	<b>1 262 540,21</b>	<b>1 283 351,91</b>	<b>1 775 077,03</b>	<b>1 095 464,51</b>	<b>1 826 064,90</b>
Amortizações	1 236 144,81	1 184 604,86	1 183 836,96	1 692 049,23	1 057 397,87	1 798 426,77
Juros	140 129,23	77 935,35	99 514,95	83 027,80	38 066,64	27 638,13
<b>Taxa de crescimento do Serviço da Dívida</b>	<b>-16,40%</b>	<b>-8,26%</b>	<b>1,65%</b>	<b>38,32%</b>	<b>-38,29%</b>	<b>66,69%</b>
Amortizações	-16,48%	-4,17%	-0,06%	42,93%	-37,51%	70,08%
Juros	-15,7%	-44,4%	27,7%	-16,6%	-54,2%	-27,4%

O serviço de dívida no ano 2017 apresentou um aumento significativo (730.600,39€) devido fundamentalmente á amortização/liquidação antecipada do empréstimo “Financiamento de Diversos Investimentos no PPI de 2010” no valor de 768.100,08€, com a contração de novo financiamento por operação de substituição de dívida ao abrigo do art.63º do LOE 2016.

No peso do Serviço de Dívida prevalece o volume das amortizações que representa cerca de 98,48% do seu valor global. O Gráfico seguinte ilustra bem esta cadência.

**Gráfico nº 74- Evolução do Serviço de Dívida**



## 6.6. COMPOSIÇÃO DA CAPITAL BANCÁRIO EM DÍVIDA NO FIM DA GERÊNCIA

Apresenta-se de seguida, um quadro resumo dos empréstimos existentes à data de 31 de dezembro de 2014, 31 de dezembro de 2015, 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2017, para uma visão mais detalhada da estrutura do endividamento de médio e longo prazo.

**Quadro nº 90 - Composição do Capital Bancário**

(unidade monetária : Euros)

	Capital em Dívida em 31/12/2014	Capital em Dívida em 31/12/2015	Capital em Dívida em 31/12/2016	Capital em Dívida em 31/12/2017	
	Montante	Montante	Montante	Montante	% do total
Construção Arrendamento Social-INH	224 879,42	180 524,35	135 784,01	90 745,53	1,75%
Diversos Investimentos - PA 1998	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Saneamento Básico - PA 2000	1 538 571,91	1 282 471,56	1 025 977,24	769 482,92	14,84%
Parque Industrial - PA 2000	2 124 879,32	1 888 781,64	1 652 683,96	1 416 586,28	27,32%
Medida 1.7. do PORCentro - Praça Município	192 565,41	169 910,65	147 255,89	124 601,13	2,40%
Medida 1.7. do PORCentro - URBCOM	89 928,09	79 936,08	69 944,07	59 952,06	1,16%
Diversos Investimentos - PPI 2004	458 793,84	415 099,20	371 404,56	327 709,92	6,32%
Diversos Investimentos - PPI 2005	496 319,80	449 511,65	402 242,31	354 919,67	6,85%
PPI/2005 - Largo Sto Amaro e Centro C Pardilhó	46 640,82	42 585,10	38 529,38	34 473,66	0,66%
Parque Industrial - PPI/2006	620 138,91	567 361,13	514 583,36	461 805,58	8,91%
Parque Desportivo Municipal	27 856,91	23 894,84	19 913,27	15 930,63	0,31%
PREDE_Entidade Bancária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
PREDE_Estado	958 458,60	745 467,80	532 477,00	319 486,20	6,16%
Diversos Investimentos 2010 Financiados QREN	875 903,60	822 001,84	768 100,08	0,00	0,00%
Diversos Investimentos - PPI 2012	687 471,65	0,00	0,00	0,00	0,00%
Operação de Substituição de Dívida-2015	0,00	618 724,49	549 977,33	481 230,17	9,28%
Operação de Substituição de Dívida-2016	0,00	0,00	0,00	728 146,58	14,04%
<b>Total da dívida de médio e longo prazo</b>	<b>8 342 408,28</b>	<b>7 286 270,33</b>	<b>6 228 872,46</b>	<b>5 185 070,33</b>	<b>100,00%</b>

No cômputo global da redução obtida, em face do cumprimento do serviço de dívida negociado para os diferentes empréstimos, prevalece o contributo das amortizações efetuadas por conta dos empréstimos contratualizados para finalidades diversas, em especial do empréstimo bancário contratado com a Caixa Geral de Depósitos para financiamento de Infraestruturas de Saneamento Básico – PPI 2000, no valor de 3.940.503,39 €, que conheceu uma redução de 256.494,32 no valor da dívida, e o empréstimo bancário adjudicado ao Banco BPI para financiamento do Parque Industrial 2000, no montante de 3.541.465,07 €, que determinou um corte adicional de 236.097,68 €.

Converge também para aquela redução a amortização de (-) 212.990,80€ do empréstimo contratado ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE), totalmente imputável ao Estado, cujo seu período de amortização iniciou a dezembro de 2014.

## 6.7. LIMITES À DÍVIDA

O novo regime financeiro das Autarquias Locais veio, no seu artigo 52.º, estabelecer um novo conceito no que concerne ao endividamento municipal, que é o de dívida total de operações orçamentais.

A dívida total de operações orçamentais será o valor relevante para efeitos de verificação do cumprimento do limite de endividamento estabelecido no referido artigo 52.º, bem como para aferir dos municípios que se encontram em situação de saneamento financeiro (vide art.º 58.º) e em situação de rutura financeira (vide art.º 61.º).

Segundo o art.52º do RFALEI, o valor da dívida total de operações orçamentais do município incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º (grupo municipal), **não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.** E, sempre que este limite não seja cumprido, deve ser reduzido, no exercício subsequente, pelo menos 10% do montante em excesso, até que o referido limite seja cumprido.

Por outro lado, se o referido limite for cumprido, pode aumentar 20% da margem disponível no início de cada exercício, o que claramente beneficia as autarquias locais em matéria de endividamento.

Este novo regime jurídico vem impor e reforçar a ideia que, em regra, todas as entidades constituídas e participadas por capitais municipais relevam para efeitos de endividamento municipal, cumpridos que sejam determinados requisitos, alargando assim de forma significativa o perímetro de entidades a considerar.

Nos casos em que seja ultrapassado o limite da dívida anteriormente referido, os municípios têm dois mecanismos de recuperação financeira – o saneamento financeiro e a recuperação financeira.

Assim, procedendo ao respetivo apuramento (quadro nº91), o limite de dívida total para o Município de Estarreja, no ano 2017 situa-se, nos **19.739.153,00€**.

**Quadro nº 91- Apuramento do Limite da Dívida Total -Ano 2017**

Descrição	2014	2015	2016
<b>Receita Corrente</b>	<b>12 698 512,51 €</b>	<b>13 265 729,44 €</b>	<b>13 514 064,05 €</b>
Total	39 478 306,00 €		
<b>Média dos 3 anos</b>			<b>13 159 435,33 €</b>
<b>Média dos 3 anos x 1,5</b>			<b>19 739 153,00 €</b>

O limite acima identificado foi calculado com base nas receitas discriminadas nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), e de acordo com a norma interpretativa da Direção Geral das Autarquias Locais.

Nos termos das disposições legais constantes no artigo 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, encontram-se identificados as tipologias e requisitos das entidades participadas pelo Município que relevam para o apuramento da dívida total de operações orçamentais da autarquia.

A contribuição de cada uma das entidades para a dívida do município – grupo municipal – será o valor apurado multiplicado pela participação do município na mesma.

Decorrente dos pressupostos anteriormente descritos, procede-se de seguida ao apuramento da dívida total de operações orçamentais do grupo Municipal.

De referir, que no apuramento da dívida total de operações orçamentais do município – grupo municipal – estão incluídas todas as dívidas a terceiros refletidas no balanço das entidades, deduzidas dos acréscimos e diferimentos e das operações não orçamentais, que mais não são do que cobranças e/ou retenções de valores que se efetua a favor de uma entidade externa, não constituindo por isso receita do município.

**CÁLCULO DA MARGEM al b) nº3 do ART.52.º do RFALEI**
**Quadro nº 92**

Rúbricas da dívida	31/dez/2016
<b>Dívida de Médio e Longo Prazo</b>	<b>8 772 488,48</b>
Outros credores (Simria)	2 053 787,79
FAM - Exigível após 2016	430 331,39
Empréstimos de M/L Prazo	6 228 872,45
Outros Credores (Cauções)	59 496,85
<b>Dívida de Curto Prazo</b>	<b>1 946 479,34</b>
Fornecedores Conta Corrente	59 341,14
Fornecedores - Fact. em Recepção e Conf.	191 554,84
Fornecedores de Imobilizado c/c	0,00
Fornecedores Imobilizado - Fact. em Recepção e Conf.	5 287,51
Estado e Outros Entes Públicos	119 799,25
Credores pela execução do orçamento	0,00
Outros Credores	556 837,60
Adiantamento por Conta de Vendas	1 013 659,00
<b>TOTAL (1)</b>	<b>10 718 967,82</b>
<b>A Abater (2)</b>	<b>1 038 424,48</b>
Operações de Tesouraria (Mapa de OT)	500 510,09
Dívida pela subscrição do FAM	537 914,39
<b>Dívida total do Município (3)=(1)-(2)</b>	<b>9 680 543,34</b>
<b>A Acrescer (4)</b>	<b>632 095,31</b>
Participação do ME na Dívida da CIRA	562 825,47
Participação do ME na Dívida da AMC	55 254,02
Participação do ME na Dívida da DESTAK	
Participação do ME na Dívida dos Matadouros da B.Litoral	13 640,69
Participação do ME na Dívida da ANMP	375,13
<b>Dívida total a considerar (5)=(3)+(4)</b>	<b>10 312 638,65</b>
<b>MARGEM DISPONÍVEL 2015 - al. B) do nº3 do art.º 52º da Lei nº73/2013, de 12/09</b>	
Média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores - (6)	<b>13 159 435,33</b>
Limite da dívida - (7) = A x 1,5 (Art. 52.º da LFL)	<b>19 739 153,00</b>
Margem disponível total 2017 (8) = (7)-(5)	<b>9 426 514,35</b>
Margem efetiva, de acordo com a alínea b) do nr. 3 do art. 52.º - 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios (9)=(8)*20%	<b>1 885 302,87</b>

**VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES E IMPOSIÇÕES LEGAIS DO ART.52.º DO RFALEI**
**Quadro nº 93**

Rúbricas da dívida	dez/16	dez/17
<b>DÍVIDA DO MUNICÍPIO (1)</b>	<b>10 718 967,82</b>	<b>10 050 436,83</b>
<b>A Abater (2)</b>		
Operações de Tesouraria (Mapa de OT)	500 510,09	776 203,86
Dívida pela subscrição do FAM	537 914,39	430 331,39
<b>Dívida total do Município (3)=(1)-(2)</b>	<b>9 680 543,34</b>	<b>8 843 901,58</b>
<b>Dívida das Entidades relevantes a imputar ao ME:</b>		
Participação do ME na Dívida da CIRA	562 825,47	544 368,39
Participação do ME na Dívida da AMC	55 254,02	1 888,13
Participação do ME na Dívida da DESTAK		32 488,08
Participação do ME na Dívida dos Municípios da Beira Litoral (Pa	13 640,69	13 640,69
Participação do ME na Dívida da ANMP	375,13	404,56
<b>Total - Entidades relevantes (4)</b>	<b>632 095,31</b>	<b>592 789,85</b>
<b>Dívida total a considerar (5) = (3) + (4)</b>	<b>10 312 638,65</b>	<b>9 436 691,43</b>
<b>Evolução da dívida total (6)</b>	<b>-</b>	<b>875 947,22</b>
<b>Limite Legal (7)</b>	<b>19 739 153,00</b>	
<b>Margem Absoluta (8)</b>	<b>9 426 514,35</b>	
<b>Margem disponível efetiva para aumento da Dívida Total (al b) do n.º 3 do art. 52º RFALEI (9)</b>	<b>1 885 302,87</b>	
<b>Margem disponível para utilização - Ano 2017 (10) = (6)-(9)</b>		<b>2 761 250,09</b>

Da análise dos resultados obtidos, verifica-se que a 31 de dezembro de 2017 a dívida total de operações orçamentais do município - grupo municipal – ascende a 9.436.691,43€, posicionando-se abaixo do limite legalmente imposto em (-) 10.302.461,57€.

Pelo Quadro 93 constata-se que o Município de Estarreja cumprindo o limite do nº 1 do art.52º do RFALEI, e perante o dispostos na alínea b) do nº3 do mesmo articulado, em 31 de dezembro de 2017 detinha uma margem disponível a utilizar em termos de endividamento (endividamento não tomado) de 2.761.250,09€.

### MECANISMOS DE ALERTA PRECOCE

O Município de Estarreja cumpre todos os limites previstos no art. 52º do RFALEI, não se encontrando enquadrado no nº1 do art.56º do dito diploma legal, ou seja, em alerta precoce uma vez que a dívida total a 31 de dezembro de 2017 não ultrapassa a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, ficando abaixo desse limite em 3.722.743,90€, conforme demonstrado em quadro seguinte.

#### Quadro nº 94 – Mecanismo de Alerta Precoce

	dez/17
Divida total a considerar (A)	9 436 691,43
Média da receita corrente líquida dos últimos 3 anos (B)	<b>13 159 435,33</b>
<b>ALERTA PRECOCE ( nº1 art.56º LFL) (B)-(A)</b>	<b>3 722 743,90</b>

*Sempre que, na informação reportada à DGAL, a dívida total prevista no artigo 52.º atinja ou ultrapasse a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, são informados os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais, bem como os presidentes dos órgãos executivo e deliberativo do município em causa, que informam os respetivos membros na primeira reunião ou sessão seguinte.*

## 7. ANÁLISE PATRIMONIAL

As informações apresentadas neste capítulo resultam da **Contabilidade Patrimonial ou Financeira**, sistema que tem por objetivo principal o registo das operações que modificam a constituição, quantitativa ou qualitativa do património do Município, determinado como o agregado de todos os seus bens, direitos e obrigações, e os custos e proveitos gerados pela atividade desenvolvida.

O **Balanço e Demonstração de Resultados** facultam a obtenção de informação da posição económico-financeira do Município, sua execução e evolução, para ulterior diagnóstico e tomada de decisões.

No presente relatório recorreu-se à para a obtenção de informação necessária à análise económica, centrada nos proveitos e custos, e de estrutura financeira.

Será de salientar, no entanto, as divergências, regra geral, existentes entre os valores relativos a Proveitos e Custos (Contabilidade Patrimonial ou Financeira) e de Receitas e Despesas (Contabilidade Orçamental) pela natureza diversa dos conceitos.

### 7.1. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

#### 7.1.1. Análise ao Balanço

O **Balanço** é a ferramenta contabilística, por excelência, de aferição da posição económica e financeira de uma entidade.

O **Balanço** apresenta a situação do património da autarquia à data de encerramento de um exercício, dando a conhecer o **Ativo**, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos (imobilizado, existências, dívidas de terceiros e disponibilidades), isto é, a sua estrutura económica, e o **Passivo e Capital Próprio**, que representam a estrutura financeira, ou seja, a origem de fundos undos próprios ou capitais alheios/passivo).

Da articulação destas duas partes é possível inferir acerca da capacidade da entidade para se autofinanciar e, por sua vez, da capacidade de manutenção da sua atividade de modo sustentável e equilibrado, cumprindo com as suas obrigações perante terceiros pontualmente

Para a analisar a evolução da situação patrimonial, importa proceder à comparação com o Balanço reportado a 31/12/2016, evidenciado em valores líquidos.

**Quadro nº 95 – Balanço**

Designação	2017		2016		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	
<b>Ativo</b>						
<b>Imobilizado</b>	<b>94 258 008,42</b>	<b>89,09%</b>	<b>94 613 919,35</b>	<b>91,63%</b>	<b>-355 910,93</b>	<b>-0,38%</b>
<i>Bens de Domínio Público</i>	34 152 425,38	32,28%	35 004 897,52	33,90%	-852 472,14	-2,44%
<i>Imobilizações Incorpóreas</i>	27 540,80	0,03%	30 108,54	0,03%	-2 567,74	-8,53%
<i>Imobilizações Corpóreas</i>	57 825 436,48	54,66%	57 325 969,14	55,52%	499 467,34	0,87%
<i>Investimentos Financeiros</i>	2 252 605,76	2,13%	2 252 944,15	2,18%	-338,39	-0,02%
<b>Circulante</b>	<b>11 542 066,44</b>	<b>10,91%</b>	<b>8 648 177,73</b>	<b>8,37%</b>	<b>2 893 888,71</b>	<b>33,46%</b>
<i>Existências</i>	167 667,46	0,16%	254 032,50	0,25%	-86 365,04	-34,00%
<i>Dívidas de Terceiros - Médio e Longo Prazo</i>	0,00	0,00%	2 053 787,79	1,99%	-2 053 787,79	-100,00%
<i>Dívidas de Terceiros - Curto Prazo</i>	479 961,65	0,45%	835 969,79	0,81%	-356 008,14	-42,59%
<i>Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa</i>	6 111 314,41	5,78%	4 764 780,29	4,61%	1 346 534,12	28,26%
<i>Acréscimos e Diferimentos</i>	4 783 122,92	4,52%	739 607,36	0,72%	4 043 515,56	546,71%
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>105 800 074,86</b>	<b>100,00%</b>	<b>103 262 097,08</b>	<b>100,00%</b>	<b>2 537 977,78</b>	<b>2,46%</b>
<b>Fundos Próprios e Passivo</b>						
<b>Fundos Próprios</b>	<b>60 620 901,00</b>	<b>57,30%</b>	<b>51 584 542,66</b>	<b>49,95%</b>	<b>9 036 358,34</b>	<b>17,52%</b>
<i>Património</i>	33 148 031,99	31,33%	32 696 426,75	31,66%	451 605,24	1,38%
<i>Reservas Legais</i>	1 190 539,37	1,13%	1 059 542,46	1,03%	130 996,91	12,36%
<i>Subsídios</i>	73 706,36	0,07%	34 656,00	0,03%	39 050,36	n.a
<i>Doações</i>	119 414,25	0,11%	118 028,25	0,11%	1 386,00	1,17%
<i>Resultados Transitados</i>	25 283 934,74	23,90%	15 055 950,98	14,58%	10 227 983,76	67,93%
<i>Resultado Líquido do Exercício</i>	805 274,29	0,76%	2 619 938,22	2,54%	-1 814 663,93	-69,26%
<b>Passivo</b>	<b>45 179 173,86</b>	<b>42,70%</b>	<b>51 677 554,42</b>	<b>50,05%</b>	<b>-6 498 380,56</b>	<b>-12,57%</b>
<i>Provisões para Riscos e Encargos</i>	564 629,03	0,53%	148 920,37	0,14%	415 708,66	0,00%
<i>Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo</i>	6 563 837,09	6,20%	7 714 515,69	7,47%	-1 150 678,60	-14,92%
<i>Dívidas a Terceiros - Curto Prazo</i>	3 486 599,74	3,30%	3 004 452,13	2,91%	482 147,61	16,05%
<i>Acréscimos e Diferimentos</i>	34 564 108,00	32,67%	40 809 666,23	39,52%	-6 245 558,23	-15,30%
<b>TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO</b>	<b>105 800 074,86</b>	<b>100,00%</b>	<b>103 262 097,08</b>	<b>100,00%</b>	<b>2 537 977,78</b>	<b>2,46%</b>

**► ANÁLISE GLOBAL**

Em resumo conclui-se que o Ativo Líquido Total a 31 de dezembro de 2017 atingiu o montante de 105.800.074,86€, assistindo-se a uma variação líquida de (+) 2.537.977,78€ relativamente ao comparável Ativo Líquido de 2016, sobretudo devido ao aumento depósitos em instituições financeiras e caixa (+) 1.346.534,12€ e do aumento da componente de Acréscimos e Diferimentos (Acréscimos de Proveitos) no valor de 4.043.515,56€ que anularam o efeito da diminuição operada no valor do imobilizado líquido (-355.910,93 €) e do decréscimo das dívidas de terceiros de curto prazo (-2.053.787,79€).

Em termos de estrutura, o imobilizado representa, em 2017, 89,09% do valor do ativo, tendo registado um decréscimo relativamente ao ano 2016, por oposição à variação do peso percentual do circulante, que passou de 8,37% para 10,91%.

Nos fundos próprios e passivo, é de realçar o aumento no valor de (+) 9.036.358,34€ dos fundos próprios, que traduz uma variação positiva de 17,52 % comparativamente ao ano anterior, tendo por oposição a variação negativa do Passivo no montante de (-) 6.498.380,56€ correspondendo em termos percentuais a (-) 12,57%.

Na diminuição do agregado do Passivo é de realçar o contributo da redução do valor das dívidas de médio e longo prazo (- 1.150.678,60€) e dos acréscimos e diferimentos (-6.245.558,23€).

Os fundos próprios representam assim, no final do ano 2017, 57,30% do valor global desta massa patrimonial e o passivo representa 42,70%. Importa referir que cerca de 76,50 % do valor do passivo, é constituído por provisões e acréscimos e diferimentos, que **não representam dívida municipal**.

Segue-se uma apreciação individualizada das principais rubricas de cada um dos membros do balanço.

#### ► ATIVO

O ativo agrega os bens e direitos do Município, englobando ainda os acréscimos de proveitos e os custos diferidos.

Os pontos seguintes remetem-nos para uma apreciação individualizada das principais rubricas de cada uma das componentes do ativo.

#### IMOBILIZADO

A preponderância do imobilizado na estrutura do ativo é evidenciada pela sua representatividade (próximo dos 90%) no âmbito desta massa patrimonial.

Nos pontos seguintes procede-se a uma análise mais detalhada das rubricas que compõem o imobilizado.

**Quadro n.º 96 – Variação do valor do Imobilizado Bruto** (unidade monetária: €uros)

Imobilizado Bruto	2017		2016		2015		2014		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	2017/2016	%
	<b>145 577 064,45</b>	<b>100,00%</b>	<b>141 294 291,08</b>	<b>100,00%</b>	<b>137 124 131,66</b>	<b>100,00%</b>	<b>133 669 338,69</b>	<b>100,00%</b>	<b>4 282 773,37</b>	<b>3,03%</b>
<i>Bens de Domínio Público</i>	68 437 308,12	47,01%	66 239 504,82	46,88%	64 306 060,35	46,90%	62 658 103,97	46,88%	2 197 803,30	3,32%
<i>Imobilizações Incorpóreas</i>	320 719,36	0,22%	320 719,36	0,23%	317 736,36	0,23%	314 087,20	0,23%	0,00	0,00%
<i>Imobilizações Corpóreas</i>	74 566 431,21	51,22%	72 481 106,75	51,30%	70 375 999,80	51,32%	68 572 812,37	51,30%	2 085 324,46	2,88%
<i>Investimentos Financeiros</i>	2 252 605,76	1,55%	2 252 960,15	1,59%	2 124 335,15	1,55%	2 124 335,15	1,59%	-354,39	-0,02%

O imobilizado bruto, sem o efeito das amortizações, reintegrações e provisões, tem verificado, entre os anos 2014 e 2017 uma tendência de aumento. Entre 2016 e 2017, verifica-se um incremento de 4.282.773,37€, sendo os grandes contributos positivos são provenientes dos bens de domínio público e das imobilizações corpóreas.

**Quadro n.º 97 - Variação do valor das Amortizações/Provisões acumuladas** (unidade monetária: €uros)

Amortizações/ Provisões Acumuladas	2017		2016		2015		2014		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	2017/2016	%
	<b>51 319 056,03</b>	<b>100,00%</b>	<b>46 680 371,73</b>	<b>100,00%</b>	<b>42 145 696,63</b>	<b>100,00%</b>	<b>37 969 244,62</b>	<b>100,00%</b>	<b>4 638 684,30</b>	<b>9,94%</b>
<i>Bens de Domínio Público</i>	34 284 882,74	66,81%	31 234 607,30	66,91%	27 979 021,94	66,39%	25 138 183,78	66,21%	3 050 275,44	9,77%
<i>Imobilizações Incorpóreas</i>	293 178,56	0,57%	290 610,82	0,62%	284 307,18	0,67%	275 972,08	0,73%	2 567,74	0,88%
<i>Imobilizações Corpóreas</i>	16 740 994,73	32,62%	15 155 137,61	32,47%	13 882 351,51	32,94%	12 555 072,76	33,07%	1 585 857,12	10,46%
<i>Investimentos Financeiros</i>	0,00	0,00%	16,00	0,00%	16,00	0,00%	16,00	0,00%	-16,00	-100,00%

**Quadro n.º 98 – Variação do valor do Imobilizado Líquido** (unidade monetária: €uros)

Imobilizado Líquido	2017		2016		2015		2014		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	2017/2016	%
	<b>94 258 008,42</b>	<b>100,00%</b>	<b>94 613 919,35</b>	<b>100,00%</b>	<b>94 978 435,03</b>	<b>100,00%</b>	<b>95 700 094,07</b>	<b>100,00%</b>	<b>-355 910,93</b>	<b>-0,38%</b>
<i>Bens de Domínio Público</i>	34 152 425,38	36,23%	35 004 897,52	37,00%	36 327 038,41	38,25%	37 519 920,19	39,21%	-852 472,14	-2,44%
<i>Imobilizações Incorpóreas</i>	27 540,80	0,03%	30 108,54	0,03%	33 429,18	0,04%	38 115,12	0,04%	-2 567,74	-8,53%
<i>Imobilizações Corpóreas</i>	57 825 436,48	61,35%	57 325 969,14	60,59%	56 493 648,29	59,48%	56 017 739,61	58,53%	499 467,34	0,87%
<i>Investimentos Financeiros</i>	2 252 605,76	2,39%	2 252 944,15	2,38%	2 124 319,15	2,24%	2 124 319,15	2,22%	-338,39	-0,02%

O imobilizado líquido apresenta uma variação negativa no montante de (-) 355.910,93 €, muito por força do efeito das amortizações do exercício, cujo montante (4.638.684,30€), expresso na demonstração de resultados de 2017, se mostrou superior ao valor do aumento do imobilizado bruto (4.282.773,37 €).

Na análise da evolução dos Bens de Domínio Público, é constatável uma diminuição do seu valor de (-) 852.472,14€, decorrente do facto de as amortizações regulares deste imobilizado mais do que compensarem os aumentos da rubrica, em termos brutos - vindos sobretudo de Outras Construções e Infraestruturas, contendo custos suportados designadamente com melhorias de arruamentos e viadutos do Município.

De acrescentar ainda que os aumentos no ativo bruto resultam essencialmente das aquisições de imobilizado efetuadas em 2017, bem como da incorporação de bens que não haviam sido considerados no balanço inicial. Por sua vez, as amortizações correspondem ao reconhecimento sistemático do custo (desgaste/desvalorização) dos ativos imobilizados, tendo em conta a respetiva vida útil esperada, de acordo com as taxas de amortização preconizadas pelo CIBE.

Complementarmente importa referir, no âmbito desta análise ao ativo imobilizado, a importância da correlação das amortizações do exercício com o reconhecimento dos proveitos inerentes ao financiamento dos bens adquiridos com o apoio de fundos comunitários ou no âmbito de contratos-programa celebrados com o Estado. Também este reconhecimento é sistemático ao longo da vida útil dos bens financiados. Neste âmbito, em 2017 foi reconhecido o montante de 1.566.246,00€ como proveitos do exercício relativos a esses apoios, que abatidos ao valor das amortizações do exercício, resultam num valor ajustado de 2.914.177,92€.

Em termos de estrutura, o imobilizado líquido apresenta-se muito semelhante aos anos anteriores.

**Gráfico n.º 75 – Estrutura do Imobilizado Líquido**



As imobilizações corpóreas, com uma representatividade de 61,35 % são a rubrica com maior relevância financeira no cômputo geral do imobilizado líquido. Conforme se pode observar no balanço, as imobilizações corpóreas integram os terrenos e recursos naturais, os edifícios e outras construções, os equipamentos básicos, administrativo e de transporte, e as ferramentas e utensílios.

A rubrica dos bens de domínio público, com uma representatividade de 36,23%, é maioritariamente composta por construções e infraestruturas diversas, destacando-se a rede viária municipal, parques e jardins e outras infraestruturas classificadas como bens de domínio público pelo CIBE.

## CIRCULANTE

O Ativo Circulante totaliza em 31 de dezembro de 2017 o montante de 11.542.066,44€, representando 10,91% do ativo líquido, sendo constituído pelas existências, dívidas de terceiros e disponibilidades, tendo nas duas últimas rubricas referidas a maior expressividade do seu valor total, à semelhança do verificado no ano 2016.

### Quadro n.º 99 – Ativo Circulante

( unidade monetária: €uros)

Designação	Ano 2017		Ano 2016		Ano 2015		Ano 2014		Variação	
<b>Circulante</b>	<b>11 542 066,44</b>	<b>100,00%</b>	<b>8 648 177,73</b>	<b>100,00%</b>	<b>8 281 064,79</b>	<b>100,00%</b>	<b>8 454 656,36</b>	<b>100,00%</b>	<b>2 893 888,71</b>	<b>33,46%</b>
Existências	167 667,46	1,45%	254 032,50	2,94%	245 786,14	2,97%	237 173,32	2,86%	-86 365,04	-34,00%
Dívidas de Terceiros	479 961,65	4,16%	2 889 757,58	33,41%	3 341 709,71	40,35%	3 539 204,25	42,74%	-2 409 795,93	-83,39%
Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa	6 111 314,41	52,95%	4 764 780,29	55,10%	4 026 079,97	48,62%	4 292 036,49	51,83%	1 346 534,12	28,26%
Acréscimos e Diferimentos	4 783 122,92	41,44%	739 607,36	8,55%	667 488,97	8,06%	386 242,30	4,66%	4 043 515,56	546,71%

Relativamente ao ano 2016, o Ativo Circulante regista um incremento de 33,46%, o que representa, em termos absolutos um aumento de 2.893.888,71 €. Esta variação resulta do acréscimo verificado nos depósitos em instituições financeiras e caixa (+28,26%) e nos Acréscimos e Diferimentos (+546,71%), este último acréscimo fruto de melhoria e aperfeiçoamento dos procedimentos contabilísticos associados à especialização de exercícios, nomeadamente no reconhecimento de impostos (IMI, derrama e IRS) cobrados em 2018 e referentes ao ano 2017.

Neste seguimento, foi alterada a política contabilística de reconhecimento de impostos municipais no estrito cumprimento do princípio da especialização dos exercícios, resultando por tal facto que as demonstrações financeiras passem a proporcionar informação mais fiável e relevante sobre os seus efeitos.

De realçar que o valor das disponibilidades inclui o saldo de operações de tesouraria, no valor de 776.203,86 €. Retirando o efeito destas operações, as disponibilidades que o Município de Estarreja pode utilizar para a realização de operações orçamentais é de 5.335.110,55€.

Gráfico n.º 76 – Evolução da Estrutura do Ativo Circulante



### ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS ATIVOS

Do cumprimento do princípio da especialização dos exercícios resulta a inclusão nas demonstrações financeiras, no ativo do balanço, das rubricas de Acréscimos de Proveitos e de Custos Diferidos, cuja apreciação se faz de seguida.

**Quadro n.º 100 – Acréscimos e Diferimentos Ativos**

Acréscimos de Proveitos	Saldo final
Renda de Concessão EDP, 4º Trimestre a receber em 2018	123 580,81
Impostos Municipais a receber	3 592 003,05
Outros Acréscimos de Proveitos ( serviços 2017 reconhecidos em 2018; parte da retribuição anual da ADRA, entre outros	1 031 263,16
<b>TOTAL .....</b>	<b>4 746 847,02</b>

O reconhecimento de acréscimos de proveitos apresenta, no final de 2017, o valor de 4.746.847,02€, repartidos conforme demonstrado no quadro supra.

### ➤ PASSIVO

Em 31/12/2017, o passivo do município (incluídos os acréscimos e diferimentos, no valor de 34.564.108,00 €) registou o valor de 45.179.173,86 €, o que traduz uma diminuição de -6.498.380,56 € (-12,57%), relativamente ao exercício de 2016.

Este decréscimo no valor do passivo resulta do efeito conjugado da redução das dívidas a terceiros de médio e longo prazo e dos acréscimos e diferimentos, estes últimos que, ainda assim, continuam a ser, à semelhança dos anos anteriores, a parcela com maior expressividade no total do passivo, representando 76,50% do seu total. Nas Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados, mais concretamente, na nota n.º 8.2.33, são apresentadas informações complementares acerca desta rubrica.

No que se refere às dívidas a terceiros, no quadro seguinte podemos observar a respetiva estrutura e variação.

**Quadro n.º 101 – Variação das dívidas a terceiros**

( unidade monetária: Euros)

Dívidas a terceiros	2017		2016		2015		Variação	
	10 050 436,83	100,00%	10 718 967,82	100,00%	11 987 864,38	100,00%	-668 530,99	-6,24%
<i>Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo</i>	6 563 837,09	65,31%	7 714 515,69	71,97%	8 878 543,32	74,06%	-1 150 678,60	-14,92%
<i>Dívidas a Terceiros - Curto Prazo</i>	3 486 599,74	34,69%	3 004 452,13	28,03%	3 109 321,06	25,94%	482 147,61	16,05%

No quadro acima verifica-se que as dívidas a terceiros de médio e longo prazo, que são constituídas pelo passivo exigível num prazo superior a um ano, diminuíram (-) 6,24% relativamente ao ano anterior.

De notar que todos os empréstimos bancários ou de outra natureza contratados pelo Município de Estarreja em anos anteriores são formalmente considerados como de médio e longo prazo. No entanto, no Balanço a 31/12/2017, o valor em dívida encontra-se desagregado entre a componente que será exigível durante o ano 2017 e nos anos seguintes - curto prazo e médio e longo prazo, respetivamente.

A dívida de curto prazo manteve-se praticamente ao mesmo nível do ano anterior.

Uma análise mais pormenorizada da dívida do Município consta de capítulo próprio inserido no presente relatório de gestão.

#### ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS PASSIVOS

O cumprimento do princípio da especialização dos exercícios determina o reconhecimento, do lado do passivo, de Acréscimos de Custos e de Proveitos Diferidos, cuja composição em 2017 se pode verificar no quadro seguinte.

**Quadro n.º 102 – Acréscimos e Diferimentos Ativos**

<b>Acréscimos e Custos Diferidos Passivos</b>	<b>Saldo final</b>
<b>Acréscimos de Custos</b>	<b>721 180,89</b>
Remunerações a liquidar - ano seguint	499 177,31
Juros de empréstimos a liquidar	4 121,83
Outros Acréscimos de Custos	217 881,75
<b>Proveitos Diferidos</b>	<b>33 842 927,11</b>
Subsídios para Investimentos	27 333 440,98
Retribuição Inicial da ADRA	6 174 750,00
Proveitos diferidos diversos	334 736,13
<b>TOTAL .....</b>	<b>34 564 108,00</b>

A especialização de custos e de proveitos de natureza passiva perfazem o total de 34.564.108,00€, distribuindo-se maioritariamente (97,91%) por Proveitos Diferidos, e em bastante menor dimensão por Acréscimos de Custos.

A parcela predominante de Acréscimos de Custos respeita a estimativa de remunerações a pagar em 2017 a título de férias e subsídio de férias. Os valores especializados atendem às obrigações que se constituem a 31 de dezembro de 2017.

Em Outros Acréscimos de Custos foram reconhecidos os custos imputáveis a 2017 referentes ao fornecimento de serviços externos de comunicações, eletricidade, gás, consumo de água e outros, no valor total de 217.881,75€, cuja fatura é datada do ano de 2018.

Do lado dos Proveitos Diferidos predomina o valor contabilizado em Subsídios para Investimentos, que representam cerca de 79,08% do total dos Acréscimos e Diferimentos de natureza passiva: respeitam às participações obtidas no âmbito de projetos cofinanciados, cujo reconhecimento do direito é contabilizado na medida dos pedidos de pagamento efetuados e cujos proveitos vão sendo reconhecidos em linha com as amortizações dos equipamentos que são objeto de financiamento.

#### ➤ **CAPITAL PRÓPRIO**

Verifica-se um aumento de 17,52% no valor dos Fundos Próprios relativamente ao exercício 2014, que pode ser apreciado no quadro seguinte:

**Quadro n.º 103 – Fundos Próprios**

( unidade monetária: €uros)

Fundos Próprios	2017		2016		Variação	
	<b>60 620 901,00</b>	<b>100,00%</b>	<b>51 584 542,66</b>	<b>100,00%</b>	<b>9 036 358,34</b>	<b>17,52%</b>
<i>Património</i>	33 148 031,99	54,68%	32 696 426,75	63,38%	451 605,24	1,38%
<i>Reservas Legais</i>	1 190 539,37	1,96%	1 059 542,46	2,05%	130 996,91	12,36%
<i>Subsídios</i>	73 706,36	0,12%	34 656,00	0,07%	39 050,36	112,68%
<i>Doações</i>	119 414,25	0,20%	118 028,25	0,23%	1 386,00	1,17%
<i>Resultados Transitados</i>	25 283 934,74	41,71%	15 055 950,98	29,19%	10 227 983,76	67,93%
<i>Resultado Líquido do Exercício</i>	805 274,29	1,33%	2 619 938,22	5,08%	-1 814 663,93	-69,26%

A justificação mais detalhada dos movimentos ocorridos no decurso do ano 2017 em cada uma das contas que compõe a classe 5 – Fundos Próprios, é remetida para as Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados, no ponto 8.2.28.

### 7.1.2. Análise da Demonstração de Resultados

A **Demonstração de Resultados** disponibiliza informação acerca da performance da entidade: dos custos e perdas incorridos com a prossecução da atividade autárquica no exercício em apreço, assim como dos proveitos e ganhos obtidos nos processos criadores de bens e serviços (públicos) consumidores desses gastos – e, inerentemente, da capacidade dos últimos para cobrir os primeiros na íntegra.

A análise da Demonstração de Resultados permite perceber o modo como o resultado do exercício económico foi gerado, tendo em conta o comportamento dos custos e proveitos.

Para melhor compreensão da evolução do desempenho do Município, o próximo quadro apresenta a estrutura da Demonstração de Resultados referente ao exercício económico de 2017 em comparação com o período homólogo de 2016, evidenciando as variações apuradas.

**Quadro nº104 - Demonstração de Resultados**

( unidade monetária: €uros)

Designação	2017		2016		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Custos e Perdas</b>						
Custo Mercadorias Vendidas e M. C. (CMVMC)	322 077,14	1,99%	292 091,25	1,99%	29 985,89	10,27%
Fornecimentos e Serviços Externos	4 587 748,61	28,35%	3 796 288,25	25,80%	791 460,36	20,85%
Custos com Pessoal	4 264 211,43	26,35%	4 233 122,40	28,77%	31 089,03	0,73%
Amortizações/ Provisões do Exercício	4 977 552,22	30,75%	4 568 684,53	31,05%	408 867,69	8,95%
Transferências /Sub Concedidos	994 471,26	6,14%	994 994,94	6,76%	-523,68	-0,05%
Outros Custos e Perdas Operacionais	70 951,32	0,44%	59 838,44	0,41%	11 112,88	18,57%
<b>Custos e Perdas Operacionais ( A )</b>	<b>15 217 011,98</b>	<b>94,02%</b>	<b>13 945 019,81</b>	<b>94,79%</b>	<b>1 271 992,17</b>	<b>9,12%</b>
Custos e Perdas Financeiras	31 195,18	0,19%	45 812,55	0,31%	-14 617,37	-31,91%
<b>Custos e Perdas Correntes( C )</b>	<b>15 248 207,16</b>	<b>94,21%</b>	<b>13 990 832,36</b>	<b>95,10%</b>	<b>1 257 374,80</b>	<b>8,99%</b>
Custos e Perdas Extraordinários	937 135,58	5,79%	721 311,63	4,90%	215 823,95	29,92%
<b>Total dos Custos e Perdas (E)</b>	<b>16 185 342,74</b>	<b>100,00%</b>	<b>14 712 143,99</b>	<b>100,00%</b>	<b>1 473 198,75</b>	<b>10,01%</b>
<b>Proveitos e Ganhos</b>						
Vendas e Prestações de Serviços	1 139 387,50	6,71%	1 048 109,66	6,05%	91 277,84	8,71%
Impostos e Taxas	5 042 268,49	29,68%	5 060 227,82	29,20%	-17 959,33	-0,35%
Proveitos Suplementares	11 603,79	0,07%	10 118,02	0,06%	1 485,77	14,68%
Transferências /Sub Obtidos	7 364 960,17	43,35%	7 123 849,41	41,10%	241 110,76	3,38%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	265 348,47	1,56%	280 877,89	1,62%	-15 529,42	-5,53%
<b>Proveitos e ganhos Operacionais (B)</b>	<b>13 823 568,42</b>	<b>81,36%</b>	<b>13 523 182,80</b>	<b>78,02%</b>	<b>300 385,62</b>	<b>2,22%</b>
Proveitos e Ganhos Financeiros	595 240,76	3,50%	709 429,71	4,09%	-114 188,95	-16,10%
<b>Proveitos e Ganhos Correntes ( D )</b>	<b>14 418 809,18</b>	<b>84,86%</b>	<b>14 232 612,51</b>	<b>82,12%</b>	<b>186 196,67</b>	<b>1,31%</b>
Proveitos e ganhos Extraordinários	2 571 807,85	15,14%	3 099 469,70	17,88%	-527 661,85	-17,02%
<b>Total dos Ganhos e Proveitos (F)</b>	<b>16 990 617,03</b>	<b>100,00%</b>	<b>17 332 082,21</b>	<b>100,00%</b>	<b>-341 465,18</b>	<b>-1,97%</b>
<b>Resultados Operacionais: (B-A)</b>	<b>-1 393 443,56</b>		<b>-421 837,01</b>		<b>-971 606,55</b>	
<b>Resultados Financeiros: (D-B) - (C-A)</b>	<b>564 045,58</b>		<b>663 617,16</b>		<b>-99 571,58</b>	
<b>Resultados Correntes: (D-C)</b>	<b>-829 397,98</b>		<b>241 780,15</b>		<b>-1 071 178,13</b>	
<b>Resultados Extraordinários:</b>	<b>1 634 672,27</b>		<b>2 378 158,07</b>		<b>-743 485,80</b>	
<b>Resultado Líquido do Exercício (F-E)</b>	<b>805 274,29</b>		<b>2 619 938,22</b>		<b>-1 814 663,93</b>	
<b>Total dos Custos e Perdas +RLE</b>	<b>16 990 617,03</b>		<b>17 332 082,21</b>		<b>-341 465,18</b>	

Numa primeira análise, destaca-se um aumento de 10,01 % nos custos e perdas do exercício, comparativamente ao ano 2016, o que representa um incremento de 1.473.198,75 €. Na sua grande maioria as rubricas de Custos e Perdas Operacionais registaram aumentos, comparativamente ao exercício anterior, sendo de destacar os aumentos verificados ao nível dos fornecimentos e serviços externos e das amortizações/ provisões do exercício

Quanto aos proveitos e ganhos do exercício, verificou-se uma diminuição de 1,91%, o que se traduz, em termos absolutos, no valor de 341.465,18 €.

Do atrás exposto e do quadro supra, constata-se desde logo que o Resultado Líquido apurado no exercício de 2017, positivo e no montante de 805.274,29 €.

A junção das variações registados dos proveitos gerados e dos custos efetuados ao nível da atividade operacional, do exercício da função financeira e dos fatos pontuais, reconhecidos quando obtidos ou incorridos de forma autónoma do seu recebimento ou pagamentos, tendo originado um Resultado Líquido do Exercício **positivo** mas menor do registado no exercício de 2016.

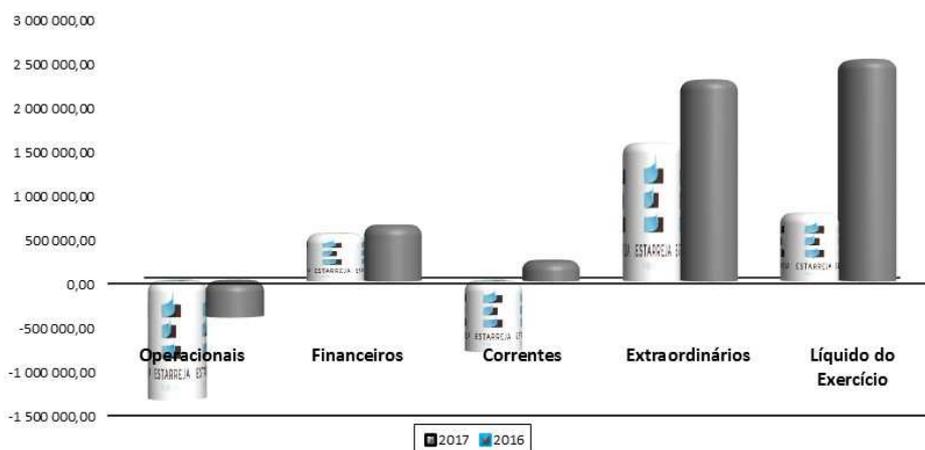
Conclui-se que a variação negativa dos Resultados Líquidos verificada entre 2016 e 2017 (1.814.663,93€ negativos) resulta de decréscimo da performance ao nível de todas as naturezas de resultados, sendo esta variação atribuível em (-) 971.606,55 € à atividade de natureza operacional, (-) 99.571,58 € à de natureza financeira e (-) 743.485,80 € à de natureza extraordinária.

➤ **Estrutura dos Resultados**

No exercício económico de 2017 o resultado líquido do exercício diminuiu (-)1.814.663,93€, comparativamente ao exercício anterior. Esta diminuição resultou, muito genericamente, do acréscimo do valor dos custos e perdas e por sua vez a diminuição do valor dos proveitos e ganhos.

O gráfico apresentado de seguida demonstra a evolução ao nível dos resultados verificada entre o ano 2016 e o ano 2017.

**Gráfico nº 77 – Evolução dos Resultados**

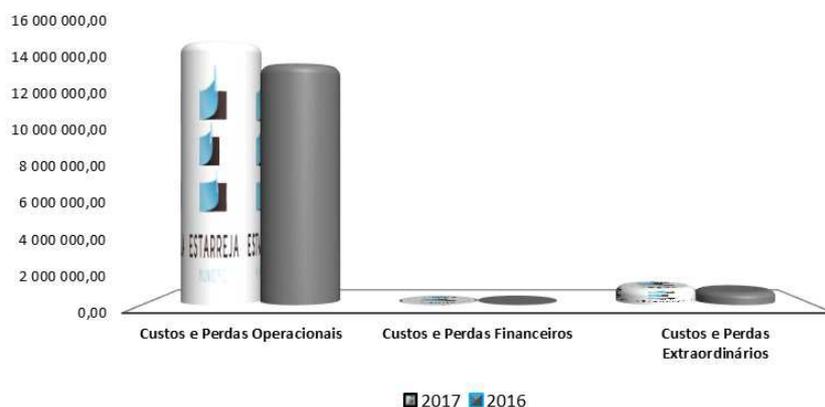


Nos pontos seguintes serão analisadas as causas para esta variação ocorrida ao nível do resultado líquido do exercício.

➤ **Estrutura dos Custos e Perdas**

Relativamente ao exercício anterior, o valor dos custos e perdas conheceu aumento de 1.473.198,75€.

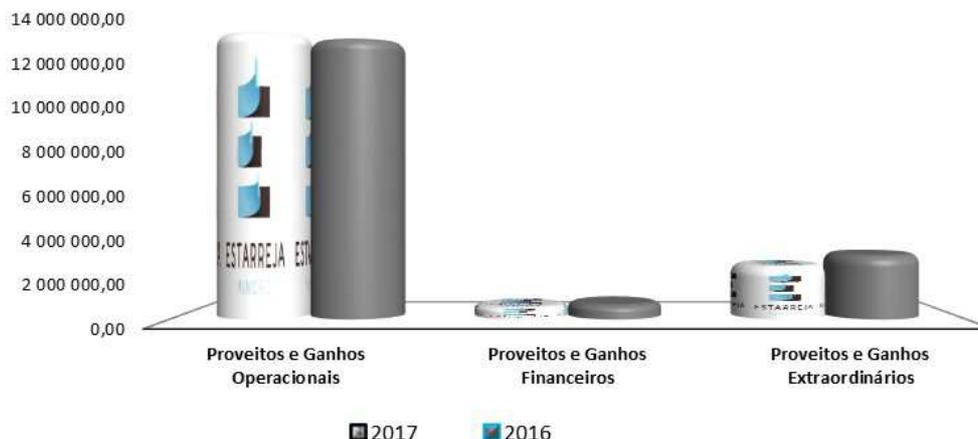
**Gráfico nº 78 – Estrutura de Custos e Perdas**



► **Estrutura dos Proveitos e Ganhos**

Os proveitos e ganhos obtidos no exercício económico de 2017 registaram uma diminuição de (-) 341.465,18€ relativamente ao ano anterior, o que representa um acréscimo de (-) 1,97%.

**Gráfico nº 79 – Estrutura dos Proveitos e Ganhos**



► **Resultados Operacionais – Proveitos e Ganhos Operacionais vs Custos e Perdas Operacionais**

A atividade regular da autarquia gera um conjunto de proveitos e de custos operacionais que, de forma recorrente se apresentam como os mais significativos no cômputo geral dos proveitos e custos por natureza, contribuindo decisivamente para o comportamento do resultado líquido do exercício.

Durante o ano 2017, os resultados operacionais foram inferiores aos do ano anterior, passando de (-) 421.837,01€ para (-) 1.393.443,56€. Esta variação, de (-) 971.606,55 € resulta do aumento de 1.271.992,17 € (+9,12%) relativamente a 2016, verificado ao nível dos custos e perdas operacionais, conjugado com o aumento de 300.385,62 € (+2,22%) operado ao nível dos proveitos e ganhos desta natureza.

Ainda sobre os resultados operacionais, importa realçar que as amortizações do exercício são contabilizadas como custos operacionais (em 2017, representaram 32,71% destes custos). No entanto, esta tipologia de custo está diretamente correlacionada com o valor do reconhecimento anual dos proveitos associados aos financiamentos/subsídios obtidos para a aquisição/construção de bens amortizáveis, que são tratados pelo POCAL como proveitos extraordinários.

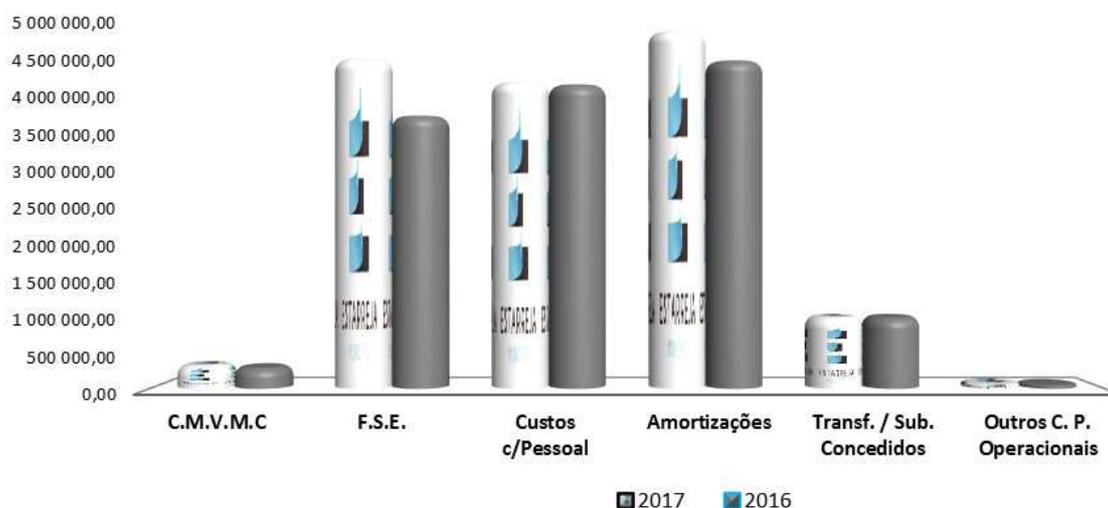
É esta a principal justificação para a existência de resultados operacionais negativos e resultados extraordinários positivos.

CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS

Os custos e perdas operacionais resultam da atividade regular da entidade na prossecução das suas atribuições e competências, destacando-se os custos com pessoal, fornecimentos e serviços externos (FSE), amortizações do exercício e transferências e subsídios correntes concedidos.

Em 2016 totalizaram 13.945.019,81 €, destacando-se as rubricas de amortizações do exercício, custos com pessoal e fornecimentos e serviços externos.

**Gráfico nº 80 – Estrutura dos Custos e Perdas Operacionais**



Comparando os custos operacionais nos exercícios económicos de 2017 e 2016, deparamo-nos com uma estrutura muito semelhante em termos de peso de cada uma das rubricas no cômputo total. De destacar a aumento do peso dos FSE, por oposição à diminuição do peso dos custos com pessoal e das amortizações do exercício.

Os custos com pessoal sofreram um aumento de (+) 31.089,03 € relativamente ao exercício anterior. No que se refere aos fornecimentos e serviços externos, o quadro seguinte evidencia a variação ocorrida nas rubricas que compõem esta componente dos custos operacionais:

**Quadro nº 105 – Fornecimentos e Serviços Externos**

( unidade monetária: €uros)

Rubricas de FSE	2017	2016	2015	Variação 2017/2016	
				Valor	%
<b>Subcontratos</b>	<b>1 009 475,67</b>	<b>853 790,23</b>	<b>1 170 764,14</b>	<b>155 685,44</b>	<b>18,23%</b>
Transportes escolares	196 730,41	173 736,33	190 252,82	22 994,08	13,24%
Serviço de Refeições da Cantina Municipal/Escolares	221 837,58	168 879,52	178 194,09	52 958,06	31,36%
Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos e limpeza urbana	589 923,68	501 073,58	521 272,73	88 850,10	17,73%
Serviços de educação	-	-	273 988,35	-	n.a
Aluguer de Equipamento	-	5 045,50	5 961,45	(5 045,50)	-100,00%
Outros	984,00	5 055,30	1 094,70	(4 071,30)	-80,54%
<b>Energia</b>	<b>1 098 723,02</b>	<b>936 477,59</b>	<b>976 986,96</b>	<b>162 245,43</b>	<b>17,33%</b>
Iluminação Pública	754 026,02	583 943,13	709 374,48	170 082,89	29,13%
Electricidade - Instalações	344 697,00	352 534,46	267 612,48	(7 837,46)	-2,22%
<b>Combustíveis</b>	<b>47 321,84</b>	<b>52 614,76</b>	<b>57 191,74</b>	<b>(5 292,92)</b>	<b>-10,06%</b>
<b>Água</b>	<b>91 305,77</b>	<b>94 523,12</b>	<b>80 397,23</b>	<b>(3 217,35)</b>	<b>-3,40%</b>
<b>Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido</b>	<b>940,07</b>	<b>2 666,67</b>	<b>707,40</b>	<b>(1 726,60)</b>	<b>-64,75%</b>
<b>Livros e documentação Técnica</b>	<b>418,75</b>	<b>233,40</b>	<b>288,54</b>	<b>185,35</b>	<b>79,41%</b>
<b>Material de Escritório</b>	<b>507,03</b>	<b>111,37</b>	<b>272,61</b>	<b>395,66</b>	<b>355,27%</b>
<b>Artigos para oferta</b>	<b>128 516,09</b>	<b>90 766,18</b>	<b>85 140,03</b>	<b>37 749,91</b>	<b>41,59%</b>
<b>Rendas e Alugueres</b>	<b>242 157,49</b>	<b>137 806,56</b>	<b>139 526,01</b>	<b>104 350,93</b>	<b>75,72%</b>
<b>Despesas de Representação</b>	<b>1 006,59</b>	<b>4 453,45</b>	<b>4 922,24</b>	<b>(3 446,86)</b>	<b>-77,40%</b>
<b>Comunicação</b>	<b>57 693,40</b>	<b>57 028,42</b>	<b>56 385,04</b>	<b>664,98</b>	<b>1,17%</b>
<b>Seguros</b>	<b>38 117,52</b>	<b>60 019,38</b>	<b>44 340,18</b>	<b>(21 901,86)</b>	<b>-36,49%</b>
<b>Transporte de Mercadorias</b>	<b>6,15</b>	<b>69,66</b>	-	<b>(63,51)</b>	<b>-91,17%</b>
<b>Deslocações e Estadas</b>	<b>103 869,02</b>	<b>45 212,38</b>	<b>57 025,66</b>	<b>58 656,64</b>	<b>129,74%</b>
<b>Honorários</b>	<b>88,57</b>	<b>24 086,79</b>	<b>2 296,51</b>	<b>(23 998,22)</b>	<b>-99,63%</b>
<b>Contencioso e Notariado</b>	<b>21 595,12</b>	<b>14 860,67</b>	<b>3 137,07</b>	<b>6 734,45</b>	<b>45,32%</b>
<b>Conservação e Reparação</b>	<b>183 740,49</b>	<b>227 090,99</b>	<b>226 345,72</b>	<b>(43 350,50)</b>	<b>-19,09%</b>
<b>Publicidade e propaganda</b>	<b>100 976,86</b>	<b>73 919,12</b>	<b>70 193,89</b>	<b>27 057,74</b>	<b>36,60%</b>
<b>Limpeza, higiene e conforto</b>	<b>86 425,98</b>	<b>74 780,10</b>	<b>66 058,27</b>	<b>11 645,88</b>	<b>15,57%</b>
<b>Vigilância e segurança</b>	<b>58 706,11</b>	<b>36 042,23</b>	<b>28 170,34</b>	<b>22 663,88</b>	<b>62,88%</b>
<b>Trabalhos especializados</b>	<b>1 092 982,42</b>	<b>851 588,89</b>	<b>456 367,30</b>	<b>241 393,53</b>	<b>28,35%</b>
Serviços Informáticos	15 964,99	1 950,35	19 877,08	14 014,64	718,57%
Trabalhos Gráficos/Fotográficos e Vídeo	9 119,83	8 871,20	16 772,36	248,63	2,80%
Análises Laboratoriais/Tratamento Água	2 658,95	3 839,70	3 273,89	(1 180,75)	-30,75%
Estudos e Consultadoria	156 390,07	142 002,12	148 053,68	14 387,95	10,13%
Produção/Actuação espectáculos	377 917,32	236 845,30	193 162,20	141 072,02	59,56%
Trabalhos Especializados Diversos	530 931,26	458 080,22	75 228,09	72 851,04	15,90%
<b>Vestuário , Calçado e Adereços</b>	<b>86,42</b>	<b>89,67</b>	-	<b>(3,25)</b>	<b>-3,62%</b>
<b>Encargos de cobrança</b>	<b>151 688,12</b>	<b>86 569,12</b>	<b>80 670,10</b>	<b>65 119,00</b>	<b>75,22%</b>
<b>Prémios e Condecorações</b>	<b>1 850,00</b>	<b>262,03</b>	-	<b>1 587,97</b>	<b>606,03%</b>
<b>Outros fornecimentos e serviços</b>	<b>69 550,11</b>	<b>71 225,47</b>	<b>86 536,80</b>	<b>(1 675,36)</b>	<b>-2,35%</b>
Aquisição/Assinatura de Jornais e Revistas	3 502,65	2 794,91	2 425,42	707,74	25,32%
Publicações Oficiais	9 103,03	8 977,85	6 675,24	125,18	1,39%
Emolumentos	27,00	10 433,50	27 263,14	(10 406,50)	-99,74%
Outros FSE-Diversos não especificados	56 917,43	49 019,21	50 173,00	7 898,22	16,11%
<b>Total</b>	<b>4 587 748,61</b>	<b>3 796 288,25</b>	<b>3 693 723,78</b>	<b>791 460,36</b>	<b>20,85%</b>

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (CMVMC) tem um peso de 1,99% no valor global dos custos e perdas operacionais, no entanto, apesar da reduzida expressividade a sua análise permite complementar a informação apresentado abaixo, nomeadamente no que se refere aos custos com combustíveis, material de escritório, material de limpeza, entre outros, que foram movimentados através do sistema de gestão de stocks.

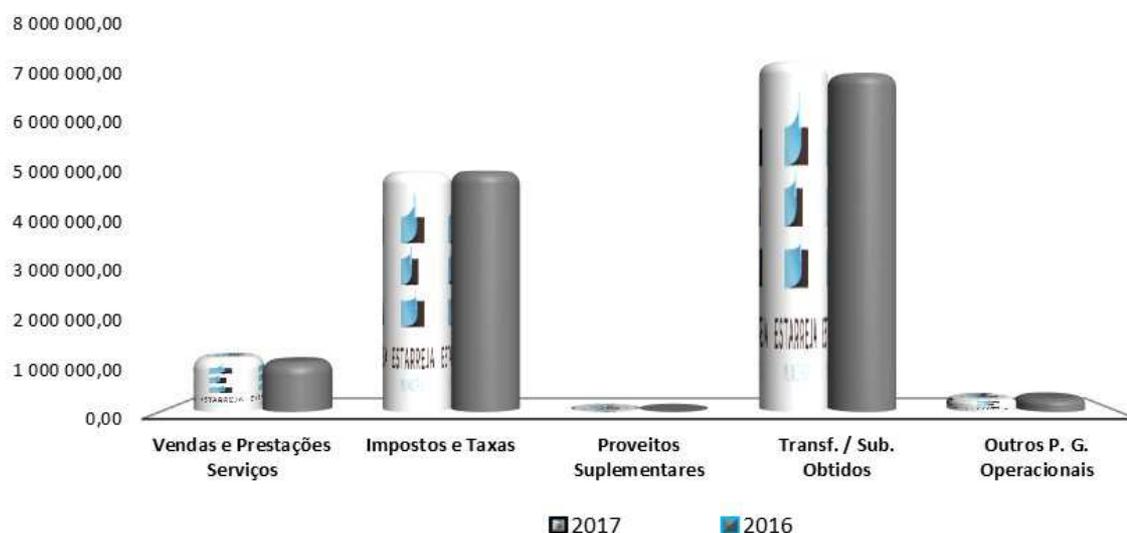
**Quadro nº 106 – CMVMC**

( unidade monetária: €uros)

	2017	2016	2015
<b>Mercadorias</b>	<b>5 421,41</b>	<b>3 012,87</b>	<b>11 380,65</b>
<b>Matérias Primas e Outros Materiais de Consumo</b>	<b>316 655,73</b>	<b>289 078,38</b>	<b>315 250,60</b>
<b>Matérias Primas</b>	<b>42 674,58</b>	<b>59 570,81</b>	<b>53 164,54</b>
<b>Combustíveis</b>	<b>108 804,10</b>	<b>91 899,22</b>	<b>125 246,93</b>
Gasóleo	89 005,51	81 028,23	95 613,03
Gasolina	5 844,04	8 235,16	9 910,36
Gas	13 208,78	1 243,16	17 688,66
Outros combustíveis e lubrificantes	745,77	1 392,67	2 034,88
<b>Materiais Diversos</b>	<b>165 177,05</b>	<b>137 502,31</b>	<b>136 839,13</b>
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	3 092,08	4 813,13	4 457,33
Material de Escritório	19 184,12	17 819,16	21 478,12
Material de Limpeza, higiene e conforto	30 096,27	27 720,14	21 465,64
Peças e acessórios para viaturas	10 713,93	17 338,38	16 417,05
Artigos para ofertas	59 252,81	32 312,78	34 899,80
Vestuário e Proteção Pessoal	14 812,15	10 522,84	14 183,26
Outros materiais	28 025,69	26 975,88	23 937,93
<b>Total do CMVMC</b>	<b>322 077,14</b>	<b>292 091,25</b>	<b>326 631,25</b>

### PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS

Os Proveitos e Ganhos Operacionais totalizaram, em 2017, 13.823.568,42€, revelando um aumento (+2,2%) relativamente ao exercício anterior.

**Gráfico nº 81 – Estrutura dos Proveitos e Ganhos Operacionais**


No ano 2017, à exceção dos impostos e taxas e outros proveitos operacionais, verificou-se um aumento no valor de todas as rubricas que compõem os proveitos e ganhos operacionais, destacando-se as transferências /Subsídios obtidos e as vendas e prestações de serviços.

De salientar que, no exercício de 2017 foi alterada a política contabilística de reconhecimento de impostos municipais (IMI, Derrama e Participação fixa no IRS), no estrito cumprimento do princípio da especialização dos exercícios, resultando por tal facto que as demonstrações financeiras passem a proporcionar informação mais fiável e relevante sobre os seus efeitos. Para concretizar esta alteração foi necessário desreconhecer por contrapartida de resultados transitados os valores dos impostos cobrados em 2017, uma vez que são referentes a 2016. O respetivo reconhecimento foi efetuado até final de 2016 no regime de caixa.

No que se refere aos impostos diretos, o aumento verificado resulta do aumento dos proveitos contabilizados relativos ao IUC, IMT e Derrama com uma variação positiva de 1,26%, sendo de salientar os aumentos significativos registados na Derrama e no IMT.

Os impostos indiretos conheceram um decréscimo no valor de 92.242,029€.

As vendas e prestações de serviços registaram um aumento de 8,71% relativamente ao exercício anterior, para o qual contribuiu de forma mais expressiva a variação positiva verificada nos serviços desportivos. O facto de ter sido o Município de Estarreja a liderar a organização do Garcicup 2017, implicou que as receitas e despesas inerentes à mesma fossem da responsabilidade da autarquia.

No que se refere às transferências e subsídios obtidos, que representam 43,35% dos proveitos obtidos em 2017, registou-se um aumento relativamente ao ano 2016, motivado essencialmente pelo aumento verificado nas transferências previstas no Orçamento de Estado.

**Quadro n.º 107 – Transferências e Subsídios Obtidos**

( unidade monetária: Euros)

Rubrica	2017	2016	2015	Variação 2017/2016	
				Valor	%
<b>Transferências Correntes</b>	<b>6 689 138,31</b>	<b>6 515 142,39</b>	<b>6 647 868,97</b>	<b>173 995,92</b>	<b>2,67%</b>
Fundo de Equilíbrio Financeiro	5 248 499,00	5 019 828,00	4 973 862,00	228 671,00	4,56%
Fundo Social Municipal	502 936,00	502 936,00	502 936,00	-	0,00%
Participação Fixa no IRS	537 349,00	632 784,00	870 380,00	(95 435,00)	-15,08%
Outras Transferências correntes das AP	400 354,31	359 594,39	300 690,97	40 759,92	11,33%
<b>Transferências de Capital</b>	<b>583 167,00</b>	<b>557 759,00</b>	<b>552 651,00</b>	<b>25 408,00</b>	<b>4,56%</b>
Fundo de Equilíbrio Financeiro	583 167,00	557 759,00	552 651,00	25 408,00	4,56%
<b>Transferências correntes da Adm. Autárquica</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>62 478,87</b>	<b>-</b>	<b>n.a</b>
Transferências correntes da Fundos e Serviços Autonomos	-	11 948,00	-	(11 948,00)	-100,00%
Transferências correntes da Famílias	-	36 047,55	-	(36 047,55)	-100,00%
Transferências correntes de empresas	90 143,70	100,00	11 692,49	90 043,70	90043,70%
Transferências correntes Outras	2 511,16	2 852,47	-	(341,31)	-11,97%
<b>Total</b>	<b>7 364 960,17</b>	<b>7 123 849,41</b>	<b>7 274 691,33</b>	<b>241 110,76</b>	<b>3,38%</b>

► **RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS** – Proveitos e Ganhos Extraordinários vs Custos e Perdas Extraordinários

Os Resultados Extraordinários de 2017 fixaram-se em 1.634.672,27€, traduzindo uma variação negativa, face a 2016, de – 743.485,80 .

Através do quadro n.º 108, procede-se à apresentação detalhada das rubricas que concorrem para a formação dos Resultados Extraordinários de 2017, comparando-as com as de 2016.

**Quadro n.º 108 - Resultados Extraordinários**

( unidade monetária: €uros)

Código das Contas	Custos e Perdas	2017	2016	2015	Variação 2017/2016	
					Valor	%
691	Transferências Capital Concedidas	785 953,42	589 915,71	541 211,95	196 037,71	33,23%
693	Perdas em existências	12,38	13 127,78	1 911,94	(13 115,40)	-99,91%
694	Perdas em Imobilizações	4 109,20	409,69	7 947,43	3 699,51	903,00%
695	Multas e Penalidades	-	2 051,92	-	(2 051,92)	-100,00%
696	Aumentos de Amortizações e Provisões	-	1 046,20	-	(1 046,20)	-100,00%
697	Correcções relativas a anos anteriores	133 091,00	81 392,37	39 181,51	51 698,63	63,52%
698	Outros Custos e Perdas Extraordinários	13 969,58	33 367,96	11 278,45	(19 398,38)	-58,13%
	<b>TOTAL</b>	<b>937 135,58</b>	<b>721 311,63</b>	<b>601 531,28</b>	<b>215 823,95</b>	<b>29,92%</b>
Código das Contas	Proveitos e Ganhos	2017	2016	2015	Valor	%
793	Ganhos em existências	349,48	56,39	2 166,38	293,09	519,76%
794	Ganhos em Imobilizações	791 466,38	1 823 768,98	9 407,41	(1 032 302,60)	-56,60%
795	Benefícios e Penalidades Contratuais	11 018,80	21 402,14	16 348,19	(10 383,34)	-48,52%
796	Reduções de Amortizações e Provisões	11 225,28	9 668,29	223 693,67	1 556,99	16,10%
797	Correcções relativas a exercícios anteriores	72 302,94	115 749,81	36 168,80	(43 446,87)	-37,54%
798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	1 685 444,97	1 128 824,09	1 080 739,51	556 620,88	49,31%
	<b>TOTAL</b>	<b>2 571 807,85</b>	<b>3 099 469,70</b>	<b>1 368 523,96</b>	<b>(527 661,85)</b>	<b>-17,02%</b>
	<b>Resultados Extraordinários</b>	<b>1 634 672,27</b>	<b>2 378 158,07</b>	<b>766 992,68</b>	<b>(743 485,80)</b>	<b>-31,26%</b>

Comparativamente ao exercício de 2016, de salientar os aumentos registados nas transferências de capital concedidas (freguesias e instituições em fins lucrativas) e igualmente o nível das correções relativas a anos anteriores.

No que se refere às transferências de capital concedidas, importa referir que em 2016 foi implementada metodologia para apuramento das verbas transferidas ao abrigo de contratos interadministrativos celebrados com as Freguesias, destinadas à construção/grandes reparações de bens pertencentes ao Município. Neste âmbito, a nível patrimonial, estas transferências não figuram como custos do exercício, passando a consubstanciar-se em património municipal (imobilizado).

O valor registado nos outros proveitos extraordinários resulta essencialmente do reconhecimento dos proveitos do exercício associados a bens adquiridos/construídos com recurso a apoios comunitários ou estatais. Na nota 8.2.33 das notas ao balanço e à demonstração de resultados, podemos encontrar informação mais detalhada sobre a contabilização inerente aos subsídios ao investimento.

➤ **RESULTADOS FINANCEIROS**

Os resultados financeiros, que se demonstraram a par dos Resultados Extraordinários decisivos para a formação do resultado líquido do exercício, apresentam-se com maior detalhe no ponto 8.2.31 das Notas ao Balanço e DR. Os resultados financeiros apresentaram em 2017 uma diminuição de 15%, passando de 663.617,16€ em 2016, para 564.045,58€ em 2017.

**Quadro n.º 109 – Resultados Financeiros**

( unidade monetária: €uros)

Código das Contas	Custos e Perdas Financeiros	2017	2016	2015	Variação 2016/2017	
					Valor	%
<b>681</b>	Juros Suportados	25 577,19	38 673,17	74 551,97	(13 095,98)	-33,86%
<b>688</b>	Outros Custos e Perdas Financeiras	5 617,99	7 139,38	7 059,87	(1 521,39)	-21,31%
	<b>TOTAL</b>	<b>31 195,18</b>	<b>45 812,55</b>	<b>81 611,84</b>	<b>(14 617,37)</b>	<b>-31,91%</b>
Código das Contas	Proveitos e Ganhos Financeiros	2017	2016	2015	Valor	%
<b>781</b>	Juros Obtidos	11 805,69	34 423,25	55 665,88	(22 617,56)	-65,70%
<b>783</b>	Rendimentos de Imóveis	494 323,24	489 445,36	487 331,52	4 877,88	1,00%
<b>784</b>	Rendimentos de Participações de Capital	79 762,57	106 797,15	55 865,15	(27 034,58)	-25,31%
<b>788</b>	Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	9 349,26	78 763,95	41 188,71	(69 414,69)	-88,13%
	<b>TOTAL</b>	<b>595 240,76</b>	<b>709 429,71</b>	<b>640 051,26</b>	<b>(114 188,95)</b>	<b>-16,10%</b>
	<b>Resultados Financeiros</b>	<b>564 045,58</b>	<b>663 617,16</b>	<b>558 439,42</b>	<b>(99 571,58)</b>	<b>-15,00%</b>

## 8. INDICADORES DE GESTÃO

### Quadro n.º 110 (A) – Indicadores de Gestão

INDICADORES	2014	2015	2016	2017	VARIACÃO (pontos percentuais)		OBSERVAÇÕES			
					2015/2017	2016/2017				
<b>GRAU DE COBERTURA DAS RECEITAS E DAS DESPESAS</b>										
Grau de cobertura das Receitas e das Despesas	1	Receta Total Disponível (incluindo saldo orçamental inicial) *100	121,31%	130,16%	126,05%	22 369 727	131,32%	1,16	5,27	Mede a capacidade das receitas totais cobrirem as despesas totais.
		Despesa Total Paga				17 034 616				
	2	Receta Corrente Cobrada *100	126,19%	144,45%	139,13%	13 917 129	135,41%	-9,04	-3,71	Mede a capacidade das receitas correntes cobradas cobrirem as despesas correntes pagas.
		Despesa Corrente Paga				10 277 653				
	3	Receta Corrente Cobrada *100	69,37%	91,04%	79,38%	13 917 129	76,87%	-14,18	-2,51	Mede o peso das receitas correntes nas receitas totais cobradas no exercício.
		Receta Total cobrada no ano (não incluindo saldo orçamental inicial)				18 105 457				
	4	Receta Próprias Cobradas *100	41,94%	46,93%	54,68%	8 251 656	45,58%	-1,35	-9,10	Mede o peso das receitas próprias nas receitas totais cobradas no exercício e, por isso, de algum modo a independência financeira na perspectiva orçamental.
		Receta Total cobrada no ano (não incluindo saldo orçamental inicial)				18 105 457				
	5	Despesa Corrente Paga *100	62,95%	65,94%	59,33%	10 277 653	60,33%	-5,61	1,00	Mede o peso das despesas correntes nas despesas totais pagas.
		Despesa Total Paga				17 034 616				
	6	Receta Total Disponível-Passivos Financeiros Cobrados *100	117,02%	130,16%	126,05%	21 615 102	126,89%	-3,27	0,84	Mede o grau de cobertura das despesas totais pelas receitas da autarquia que não são provenientes de empréstimos.
		Despesa Total Paga				17 034 616				
7	Recetas Próprias Cobradas *100	48,02%	49,10%	56,85%	8 251 656	48,44%	-0,66	-8,41	Mede o grau de cobertura das despesas totais pelas receitas próprias (ou seja, o valor total das receitas abatido das transferências recebidas e dos passivos financeiros) e controladas directamente pela autarquia.	
	Despesa Total Paga				17 034 616					
8	Fundos Municipais *100	41,90%	49,03%	42,46%	6 930 217	40,68%	-8,35	-1,77	Mede o grau de cobertura das despesas totais pelos fundos municipais.	
	Despesa Total Paga				17 034 616					
9	Transf da Administração Central *100	46,31%	52,79%	43,59%	6 749 915	39,62%	-13,17	-3,96	Mede o grau de cobertura da despesa total por receitas oriundas de transferências da Adm Central	
	Despesa Total Paga				17 034 616					
9	Receta Corrente Cobrada Localmente *100	14,57%	16,26%	15,43%	2 700 091	15,85%	-0,41	0,42	Mede o grau de cobertura da despesa total por receitas cobradas localmente pela autarquia (Recetas totais abatidas das transferências, dos passivos financeiros e das receitas próprias cobradas no exercício).	
	Despesa Total Paga				17 034 616					
11	Receta Corrente *100	140,56%	161,83%	155,51%	13 917 129	150,26%	-11,57	-5,25	Mede o grau de cobertura das despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços correntes e outras despesas correntes (despesas de funcionamento) pelas receitas provenientes desse mesmo funcionamento.	
	Despesas de Funcionamento				9 261 891					
12	Recetas de Capital *100	127,62%	36,79%	63,84%	4 187 115	84,76%	47,97	20,92	Mede o grau de cobertura das despesas com investimento direto, transferências de capital e ativos financeiros pelas receitas de capital	
	Despesas de Investimento				4 940 207					
<b>ESTRUTURA DA RECEITA</b>										
Estrutura da Receita	13	Recetas Próprias *100	39,58%	37,73%	45,11%	8 251 656	36,89%	-0,84	-8,22	Mede o peso das receitas próprias do município no total das receitas arrecadadas/disponíveis
		Receta Total Disponível				22 369 727				
	14	Recetas cobradas localmente *100	12,01%	12,49%	12,25%	2 700 091	12,07%	-0,42	-0,17	Mede o peso das receitas cobradas localmente pela autarquia nas receitas totais
		Receta Total Disponível				22 369 727				
	15	Impostos Diretos *100	21,20%	23,30%	21,37%	4 409 060	19,71%	-3,59	-1,66	Mede o peso das receitas provenientes de impostos diretos na Receita total
		Receta Total Disponível				22 369 727				
	16	Fundos Municipais *100	34,54%	37,67%	33,68%	6 930 217	30,98%	-6,69	-2,70	Mede o grau de cobertura das despesas totais pelas receitas da autarquia provenientes de empréstimos de terceiros.
		Receta Total Disponível				22 369 727				
	17	Transf Adm Central *100	38,18%	40,56%	34,58%	6 749 915	30,17%	-10,39	-4,40	Mede o peso das Transferências da Adm Central na receita total
	Receta Total Disponível				22 369 727					
18	Passivos Financeiros de empréstimos MLP Cobrados (Receta) *100	3,54%	0,00%	0,00%	754 625	3,37%	3,37	3,37	Mede a importância dos empréstimos de terceiros na receita total da autarquia	
	Receta Total Disponível				22 369 727					
19	Venda de Bens e serviços correntes e de Investimento *100	4,84%	7,07%	16,26%	2 234 613	9,99%	2,92	-6,27	Mede o peso da receita proveniente de venda de bens e serviços na receita total	
	Receta Total Disponível				22 369 727					
<b>ESTRUTURA DA DESPESA</b>										
Estrutura da Despesa	20	Despesa de Capital *100	37,05%	34,06%	40,67%	6 756 964	39,67%	5,61	-1,00	Mede o peso da despesa de capital na despesa total paga
		Despesa Total				17 034 616				
	21	Aquisição de bens de Capital *100	26,18%	20,52%	24,39%	3 358 550	19,72%	-0,80	-4,67	Mede o peso da despesa com investimento direto na despesa total paga
		Despesa Total				17 034 616				
	22	Transferências de Capital (despesa) *100	2,86%	4,69%	7,72%	1 474 074	8,65%	3,96	0,93	Mede o peso do investimento realizado através de transferências de capital para outras entidades na despesa total
		Despesa Total				17 034 616				
	23	Pessoal *100	28,05%	32,76%	25,76%	4 252 239	24,96%	-7,80	-0,80	Mede o peso da despesa com pessoal na despesa total paga
		Despesa Total				17 034 616				
	24	Pessoal:Remunerações Certas e Permanentes *100	21,98%	24,59%	19,62%	3 220 458	18,91%	-5,68	-0,72	Mede o peso com remunerações certas e permanentes na despesa total paga
		Despesa Total				17 034 616				
25	Aquisição de Bens e Serviços Correntes *100	27,01%	25,03%	26,13%	4 761 692	27,95%	2,93	1,83	Mede o peso da despesa com a aquisição de bens e serviços decorrentes da atividade da autarquia na despesa total	
	Despesa Total				17 034 616					

**Quadro n.º 110 (B) – Indicadores de Gestão**

INDICADORES	2014	2015	2016	2017	VARIAÇÃO (pontos percentuais)			OBSERVAÇÕES		
					2015/2017	2016/2017				
<b>ESTRUTURA DE SERVIÇO DE DÍVIDA E EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS</b>										
Estrutura de Serviço de Dívida e Empréstimos Bancários	26	Passivos Financeiros Cobrados (Receita) / Receita Total Disponível *100	3,54%	0,00%	0,00%	754 625 / 22 369 727	3,37%	3,37	3,37	Mede a importância dos empréstimos de terceiros na receita total da autarquia.
	27	Passivos Financeiros Cobrados (Receita) / Despesa Total Paga *100	4,29%	0,00%	0,00%	754 625 / 17 034 616	4,43%	4,43	4,43	Mede o grau de cobertura das despesas totais pelas receitas da autarquia provenientes de empréstimos de terceiros.
	28	Passivos Financeiros de empréstimos MLP Cobrados (Receita) / Investimento (PPI) *100	21,19%	0,00%	0,00%	754 625 / 6 730 638	0,00%	0,00	0,00	Mede o peso das receitas provenientes dos empréstimos de terceiros de médio e longo prazos no financiamento do investimento municipal municipal.
	29	Serviço da Dívida de Empréstimos de MLP / Despesa Total Paga *100	7,88%	9,59%	6,66%	1 826 065 / 17 034 616	10,72%	1,13	4,06	Mede o peso da despesa com os custos financeiros (juros+amortizações) dos empréstimos de médio e longo prazos na despesa total.
	30	Amortização de Empréstimos de MLP / Despesa Total Paga *100	7,39%	8,85%	6,46%	1 798 427 / 17 034 616	10,56%	1,71	4,10	Permite apurar o peso da amortização de empréstimos de médio e longo prazos no conjunto das despesas da autarquia local.
	31	Serviço da Dívida de Empréstimos de MLP / Receita Total Disponível *100	6,50%	7,37%	5,28%	1 826 065 / 22 369 727	8,16%	0,79	2,88	Mede o peso dos custos financeiros (juros + amortizações) decorrentes de empréstimos de médio e longo prazos na receita total da autarquia.
	32	Serviço da Dívida de Empréstimos de MLP / População	47	48	41	1 071 440 / 26 338	41	-7,37	-0,71	Permite apurar o custo do serviço da dívida de empréstimos de médio e longo prazos "per capita".
	<b>GRAU DE FINANCIAMENTO E DO INVESTIMENTO</b>									
Grau de Financiamento do Investimento	33	Fundos municipais de capital / Investimento (PPI) *100	25,06%	12,09%	8,51%	583 167 / 6 730 638	8,66%	-3,42	0,15	Mede o peso das receitas provenientes dos fundos municipais de capital no financiamento do investimento municipal
	34	Fundos municipais de capital / Aquisição de bens de Capital *100	25,06%	19,62%	13,97%	583 167 / 3 358 550	17,36%	-2,25	3,39	Mede o grau de cobertura das despesas com investimento pelas receitas provenientes dos fundos municipais de capital
	35	Venda de bens de investimento / Investimento (PPI) *100	1,03%	7,57%	34,25%	1 034 716 / 6 730 638	15,37%	7,81	-18,88	Mede o peso das receitas provenientes da venda de bens de investimento no financiamento investimento municipal
	36	Transferências correntes e de capital obtidas no âmbito da U.E. / Investimento (PPI) *100	53,63%	7,91%	8,81%	1 555 654 / 6 730 638	23,11%	15,20	14,31	Mede o peso das receitas provenientes das transferências comunitárias no financiamento do investimento municipal
<b>RELAÇÃO DOS FUNDOS MUNICIPAIS CORRENTES COM AS PRINCIPAIS COMPONENTES DA DESPESA</b>										
Relação dos fundos municipais Correntes com as principais componentes da despesa	37	Pessoal / Fundos Municipais Correntes *100	80,32%	72,80%	65,97%	4 252 239 / 6 347 050	67,00%	-5,80	1,03	Mede o grau de cobertura das despesas com pessoal pelas receitas provenientes dos Fundos municipais oriundos do OE
	38	Aquisição de bens e serviços correntes / Fundos Municipais Correntes *100	77,34%	55,61%	66,91%	4 761 692 / 6 347 050	75,02%	19,41	8,11	Mede o grau de cobertura das despesas com aquisição de bens e serviços correntes pelas receitas provenientes dos Fundos municipais oriundos do OE
<b>ESTRUTURA DA DÍVIDA MUNICIPAL/ COMPROMISSOS ASSUMIDOS /DESPESA PAGA</b>										
Estrutura da Dívida Municipal/ Compromissos Assumidos /Despesa Paga	39	Compromissos Assumidos para o Exercício / Despesas totais realizadas e facturadas (pagas e "outras dívidas a terceiros" que transitam a CP) *100	103,52%	105,09%	100,93%	19 067 916 / 18 687 746	102,03%	-3,05	1,10	Se < 100% significa que foi realizada e facturada despesa no exercício sem que, previamente, se efectuasse o respectivo compromisso. Caso contrário significa que foram assumidos compromissos em cada um dos exercícios que ainda não se encontram facturados e, como consequência, irão, num futuro próximo, agravar o valor do endividamento municipal.
	40	Despesa Total Paga / Compromissos Assumidos para o Exercício *100	87,11%	83,55%	89,82%	17 034 616 / 19 067 916	89,34%	5,78	-0,48	Permite apurar a relação entre as despesas pagas e os compromissos totais assumidos (quer se encontrarem facturados ou não) no mesmo exercício.
	41	Saldo Final Orçamental da Gerência / Outras dívidas a terceiros originariamente de CP (excepto OT) *100	195,61%	217,13%	252,73%	5 335 111 / 1 653 130	322,73%	105,60	70,00	Mede o grau de cobertura do saldo final gerência em relação às dívidas a fornecedores e empreiteiros, que têm sempre a natureza originária de curto prazo, não obstante poderem ter sido consideradas ao nível do MLP no balanço.
	42	Outras dívidas a terceiros originariamente de CP (excepto OT) / Despesas totais realizadas e facturadas (pagas e "outras dívidas a terceiros" que transitam no CP ou MLP) *100	9,82%	12,19%	8,01%	1 653 130 / 18 687 746	8,85%	-3,35	0,84	Peso da dívida comercial/administrativa, originariamente de curto prazo (excepto O.T.), nas despesas totais realizadas e facturadas (ou seja, as despesas pagas acrescidas da dívida administrativa/comercial, quer de CP, quer de MLP).
	43	Dívida Municipal em sentido lato / Despesa Total Paga *100	83,54%	90,96%	59,13%	9 274 234 / 17 034 616	54,44%	-36,52	-4,69	Somatório da dívida financeira (empréstimos e leasing) com a dívida administrativa/comercial (excepto O.T.) / Despesa total paga.
	44	Receita Total Disponível / Dívida Municipal em sentido lato *100	145,22%	143,09%	213,17%	22 369 727 / 9 274 234	241,20%	98,11	28,03	Receita total disponível / Somatório da dívida financeira (empréstimos e leasing) com a dívida administrativa/comercial (excepto O.T.).
	45	Receita Total Disponível - Passivos Financeiros Cobrados (receita) / Dívida Municipal em sentido lato *100	140,08%	143,09%	213,17%	21 615 102 / 9 274 234	233,07%	89,97	19,89	Receita total disponível deduzida da rubrica orçamental "12. Passivos Financeiros - Emprést. contraídos a médio e longo prazos" / Somatório da dívida financeira (empréstimos e leasing) com a dívida administrativa/comercial (excepto O.T.).
	46	Dívida financeira de MLP / Receita Total Disponível - Passivos Financeiros Cobrados (receita) *100	51,12%	47,92%	30,18%	5 185 070 / 21 615 102	23,99%	-23,93	-6,20	Somatório do capital em dívida dos empréstimos obrigacionistas e de médio e longo prazos, do capital em dívida dos contratos de leasing / Receita total disponível deduzida da rubrica orçamental "12. Passivos Financeiros - Emprést. contraídos a médio e longo prazos".
	47	Dívida Municipal em sentido lato / População	501	456	368	9 274 234 / 26 338	352	-103,40	-15,43	Permite apurar a dívida "per capita".
	<b>DÍVIDA MUNICIPAL / RECEITA</b>									
Dívida Municipal / Receita	48	Dívida Municipal em sentido lato / Receita próprias regulares	1,0	1,0	0,7	9 274 234 / 14 096 431	0,7	-0,29	-0,04	Conjunto de indicadores relativos ao período de recuperação da dívida, ou seja, estimativa do número de anos em que a Autarquia é capaz de pagar as suas dívidas com base num conjunto de receitas próprias regulares, admitindo alguma estabilidade nas grandezas consideradas.
	49	Dívida financeira de MLP / Receita próprias regulares	0,7	0,7	0,4	5 185 070 / 14 096 431	0,4	-0,28	-0,08	
	50	Outras dívidas a terceiros originariamente de CP (excepto OT) / Receita próprias regulares	0,1	0,1	0,1	1 653 130 / 14 096 431	0,1	-0,03	0,01	A dívida municipal em sentido lato corresponde ao somatório da dívida financeira (empréstimos e leasing) com a dívida administrativa/comercial (excepto O.T.).
	51	Dívida Municipal em sentido lato / Despesas rígidas e vinculadas (pessoal e juros de EMLP e leasing)	1,6	1,5	1,0	9 274 234 / 9 816 554	0,9	-0,52	-0,06	As receitas próprias regulares resultam da soma das seguintes rubricas: 01 - Impostos directos; 02 - Impostos indirectos; 04 - Taxas, multas e Outras Penalidades; 05 - Rendimentos da Propriedade; 06.03.01.01 e 10.03.01.01.- Fundo de Equilíbrio Financeiro; 06.03.01.02. - Fundo Social Municipal; 06.03.01.03.- Participação no IRS; 07 - Venda de bens e serviços correntes; 08 - Outras receitas correntes.
	52	Dívida financeira de MLP / Despesas rígidas e vinculadas (pessoal e juros de EMLP e leasing)	1,1	1,0	0,6	5 185 070 / 9 816 554	0,5	-0,48	-0,12	
	53	Outras dívidas a terceiros originariamente de CP (excepto OT) / Despesas rígidas e vinculadas (pessoal e juros de EMLP e leasing)	0,2	0,2	0,2	1 653 130 / 9 816 554	0,2	-0,06	0,02	As despesas rígidas e vinculadas resultam da soma das despesas com pessoal e do juros dos EMLP e dos contratos de locação financeira.

**Quadro n.º 110 (C) – Indicadores de Gestão**

INDICADORES	2014	2015	2016	2017	VARIACÃO (pontos percentuais)					OBSERVAÇÕES	
					N-3 / N-2	N-2 / N-1	N-1 / N	N-3 / N			
<b>RÁCIOS DE LIQUIDEZ</b>											
Liquidez geral	Activo Circulante	205,96%	200,28%	219,49%	11 542 066	331,04%	-5,68%	19,21%	111,55%	125,08%	Mede o grau em que as dívidas de curto prazo se encontram cobertas pelo ativo circulante, ou seja, mede a capacidade da entidade para fazer face aos débitos ou compromissos a curto prazo.
	Passivo Circulante				3 486 600						
Liquidez reduzida	Activo circulante - existências	198,33%	192,11%	211,03%	11 374 399	326,23%	-6,22%	18,92%	115,20%	127,91%	Idêntico ao anterior, mas não é considerado o valor das existências.
	Passivo Circulante				3 486 600						
Liquidez imediata	Disponibilidades	138,10%	129,48%	158,59%	6 111 314	175,28%	-8,62%	29,11%	16,69%	37,18%	Idêntico ao primeiro, mas no numerador apenas considera o valor das disponibilidades
	Passivo Circulante				3 486 600						
<b>IMOBILIZAÇÕES</b>											
Indicador das imobilizações I	Capitais Permanentes				67 184 738						Avalia a cobertura do imobilizado por capitais permanentes. Se tem um valor inferior à unidade, poderá significar que parte do imobilizado está a ser financiado por capitais exigíveis a curto prazo.
	Imobilizado Líquido	59,97%	61,17%	62,67%	94 258 008	71,28%	1,20%	1,50%	8,61%	11,31%	
Indicador das imobilizações II	Capitais Alheios de Curto Prazo				3 486 600	3,70%	0,03%	-0,09%	0,52%	0,45%	Avalia a cobertura do imobilizado pelos capitais alheios de curto prazo (excluindo acréscimos e diferimentos).
	Imobilizado Líquido	3,25%	3,27%	3,18%	94 258 008						
<b>ENDIVIDAMENTO</b>											
Endividamento	Passivo	13,00%	11,61%	10,38%	10 050 437	9,50%	-1,39%	-1,23%	-0,88%	-3,50%	Mede o peso dos capitais alheios no financiamento das actividades da autarquia.
	Activo Líquido				105 800 075						
Estrutura de Endividamento I	Dívidas de MLP	77,23%	74,06%	71,97%	6 563 837	65,31%	-3,17%	-2,09%	-6,66%	-11,92%	Exprime a estrutura de endividamento, tendo em conta o passivo de MLP.
	Passivo				10 050 437						
Estrutura de Endividamento II	Dívida financeira de MLP	61,63%	60,85%	58,11%	4 127 804	41,07%	-0,78%	-2,74%	-17,04%	-20,56%	Exprime a estrutura de endividamento, tendo em conta o passivo financeiro (empréstimos e leasing) de MLP.
	Passivo				10 050 437						
Estrutura de Endividamento III	Dívidas de Curto Prazo	22,77%	25,94%	28,03%	3 486 600	34,69%	3,17%	2,09%	6,66%	11,92%	Exprime a estrutura de endividamento, tendo em conta apenas o passivo circulante, excluindo, por isso, os acréscimos e diferimentos. Complementa o penúltimo indicador.
	Passivo				10 050 437						
<b>SOLVABILIDADE E AUTONOMIA</b>											
Autonomia Financeira	Fundos Próprios e Passivo	183,25%	191,07%	199,82%	105 800 075	234,18%	7,81%	8,75%	34,36%	50,93%	Quando inferior a 50% a entidade encontra-se na dependência dos seus credores nessa mesma percentagem
	Passivo Total				45 179 174						
Capacidade de Endividamento de Médio e Longo Prazo	Dívidas a Terceiros (MLP)	17,55%	15,28%	13,01%	6 563 837	9,77%	-2,27%	-2,27%	-3,24%	-7,78%	Mede o peso do passivo de MLP nos capitais permanentes
	Capitais permanentes				67 184 738						